

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	8
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	21
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	24
1.5 Principais clientes	33
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	34
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	41
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	42
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	43
1.10 Informações de sociedade de economia mista	47
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	48
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	49
1.13 Acordos de acionistas	51
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	52
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	53
1.16 Outras informações relevantes	54
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	58
2.2 Resultados operacional e financeiro	72
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	75
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	76
2.5 Medições não contábeis	79
2.6 Eventos subsequentes as DFs	83
2.7 Destinação de resultados	84
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	86
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	87
2.10 Planos de negócios	88
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	92
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	93
3.2 Acompanhamento das projeções	94

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	95
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	138
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	142
4.4 Processos não sigilosos relevantes	143
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	162
4.6 Processos sigilosos relevantes	163
4.7 Outras contingências relevantes	166
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	171
5.2 Descrição dos controles internos	180
5.3 Programa de integridade	186
5.4 Alterações significativas	195
5.5 Outras informações relevantes	196
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	197
6.3 Distribuição de capital	200
6.4 Participação em sociedades	201
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	202
6.6 Outras informações relevantes	203
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	204
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	210
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	211
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	215
7.4 Composição dos comitês	230
7.5 Relações familiares	241
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	242
7.7 Acordos/seguros de administradores	243
7.8 Outras informações relevantes	246
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	248

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	257
8.3 Remuneração variável	262
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	264
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	275
8.6 Outorga de opções de compra de ações	276
8.7 Opções em aberto	278
8.8 Opções exercidas e ações entregues	279
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	281
8.10 Outorga de ações	283
8.11 Ações entregues	285
8.12 Precificação das ações/opções	286
8.13 Participações detidas por órgão	288
8.14 Planos de previdência	289
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	290
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	292
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	294
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	295
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	296
8.20 Outras informações relevantes	297
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	302
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	303
9.4 Outras informações relevantes	304
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	305
10.1 Descrição dos recursos humanos	307
10.2 Alterações relevantes	308
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	309
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	311
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	312
10.5 Outras informações relevantes	313
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	319
11.2 Transações com partes relacionadas	321
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	329
11.3 Outras informações relevantes	330
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	333
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	334
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	335
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	347
12.5 Mercados de negociação no Brasil	348
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	349
12.7 Títulos emitidos no exterior	350
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	351
12.9 Outras informações relevantes	352
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	354
13.1 Declaração do diretor presidente	355
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	356
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	357

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico da Companhia

O Grupo Casas Bahia S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0652-90, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 2º ao 5º andar, Bloco 1, acesso pela Rua Flórida, nº 1.970, Brooklin Paulista, CEP 04578-911 ("Companhia" ou "Grupo Casas Bahia"), é resultado da associação das operações das Casas Bahia e do Pontofrio ocorrida em 2009, e acredita ser uma das principais empresas brasileiras do varejo de eletroeletrônicos.

Casas Bahia ("CB" ou "Casas Bahia")

A CB foi fundada em 1957, com a inauguração da primeira loja localizada em São Caetano do Sul, batizada como "Casa Bahia". Em 1960, com a abertura da segunda loja no mesmo município, a rede passou a se chamar "Casas Bahia". Dez anos após a abertura de sua segunda loja, a Casas Bahia iniciou a venda de eletrodomésticos.

Em 1970, a Casas Bahia adquiriu a financeira Intervest e a rede de lojas Piratininga. No ano de 1972, expandiu-se para o litoral e para a capital do Estado de São Paulo. Em 1978, a Casas Bahia adquiriu as fábricas de móveis Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"). A Bartira, empresa controlada pela Companhia, produz dormitórios, cozinhas, estantes e racks, entre outras peças, superando a casa de 1,2 milhão de itens fabricados ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

No início dos anos 90, a Casas Bahia começou a sua expansão para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Pontofrio

A Globex Importadora e Exportadora S.A. ("Globex") foi fundada em 1946 e abriu, na década de 1950, a primeira loja de varejo de eletrodomésticos da cidade do Rio de Janeiro sob a marca Pontofrio. Desde então, a Globex expandiu-se para Brasília e para os estados de Goiás e Minas Gerais. Em 6 de setembro de 1957, teve sua denominação social alterada para Globex Utilidades S.A.

Em 1981, a Globex obteve seu registro de companhia aberta e, em 1996, realizou sua oferta pública inicial de ações, juntamente com seu programa de *American Depositary Receipts* de Nível 1.

Na década de 1990, a Globex investiu na aquisição de empresas já estabelecidas no mercado, como a Casas Buri, J.H. Santos, Kit Eletro, bem como 81 pontos de venda da rede Disapel, fortalecendo a sua presença nos estados de São Paulo, Minas Gerais e nos estados da região Sul, passando a liderar o *ranking* do setor em número de lojas. Em 2000, inaugurou a primeira *megastore* de eletrônicos na cidade de São Paulo.

Em 2001, a Globex estabeleceu uma associação com o até então Unibanco para a formação do *Investcred*. O

1.1 Histórico do emissor

Investcred é um instrumento por meio do qual a Globex pode disponibilizar aos seus clientes, dentre outros, os cartões de crédito *private label* (para uso restrito nas lojas da Companhia), cartões de crédito com bandeiras de ampla aceitação, crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal.

Em 2008, a Globex reestruturou seu canal eletrônico de vendas, de forma que as operações da pontofrio.com foram reunidas em uma empresa independente e liderada por um grupo de executivos com ampla experiência e histórico de resultados no mercado virtual.

Em 2009, a Companhia Brasileira de Distribuição adquiriu o controle da Globex, por meio de sua subsidiária Mandala, posteriormente incorporada pela Globex. A operação de aquisição do controle de Globex estava sujeita à aprovação das autoridades antitruste brasileiras, tendo sido aprovada sem restrições pelo CADE em abril de 2013. A operação de aquisição do controle de Globex também estava sujeita à realização de oferta pública de aquisição, concluída pela Companhia em 2010.

Em 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a mudança da marca Pontofrio para Ponto e, em 2024, retomou a marca Pontofrio, valorizando seu valor histórico e conhecimento pelo público, com uma marca com 75 anos. Para a retomada da marca, a Companhia repaginou todas as lojas do Brasil com a nova identidade visual, reformulando o interior das lojas e o material gráfico com as novas cores.

Grupo Casas Bahia

Em 4 de dezembro de 2009, a Companhia Brasileira de Distribuição celebrou um acordo de associação com a Casas Bahia, com o intuito de unificar as operações das redes Casas Bahia e Pontofrio. Este acordo de associação foi, posteriormente, aditado em 1º de julho de 2010. A conclusão da transação estava sujeita à aprovação das autoridades antitruste brasileiras, tendo sido aprovada pelo CADE, mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Desempenho, em abril de 2013.

Em 9 de novembro de 2010, a assembleia geral de acionistas da Globex aprovou todos os atos necessários para a implementação da associação com a Casas Bahia, por meio da incorporação de ações da Nova Casa Bahia S.A., sociedade titular de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações referentes ao negócio de varejo da Casas Bahia envolvidos na associação.

Como parte do processo de construção de uma nova imagem corporativa unificada, em 15 de fevereiro de 2012, foi realizada a assembleia geral de acionistas da Companhia que aprovou a mudança da denominação social de Globex Utilidades S.A. para Via Varejo S.A.

Em 12 de setembro de 2016, a assembleia geral de acionistas da Companhia aprovou a reorganização societária para integração dos negócios de comércio eletrônico desenvolvidos pela Cnova Comércio Eletrônico S.A. (Cnova) (denominação social para a entidade do grupo que operava nesse setor) aos negócios desenvolvidos pela Companhia. Em decorrência disso, em 31 de outubro de 2016, a Cnova passou a ser subsidiária integral da Companhia.

1.1 Histórico do emissor

Em 12 de setembro de 2018, a Companhia firmou uma parceria estratégica com a CarrierEQ, Inc. d/b/a AirFox e sua subsidiária brasileira, AirFox Brasil, para desenvolver soluções de pagamentos móveis e banco digital. Por meio de tal parceria, foi desenvolvida uma solução tecnológica *mPOS* ("*Mobile Point of Sale*") que permite aos clientes da Casas Bahia a autenticação e digitalização de faturas, além da realização de pagamentos do carnê Casas Bahia diretamente pelo aplicativo móvel, a qual foi lançada em 2019 como "banQi". Em 7 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício da opção de compra e formalização, por meio de sua controlada, Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("*Lake Niassa*"), de todas as providências para aquisição de 100% das ações da CarrierEQ, Inc., tornando-se a Companhia, dessa forma, controladora indireta da Banqi Instituição de Pagamento Ltda.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia concluiu o seu processo de migração ao segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("*B3*"), nível máximo de governança corporativa no Brasil. Como consequência, houve a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) ação ordinária (1:1), bem como o encerramento do programa de Units da Companhia.

Em 1º de outubro de 2018, a *E-Hub* Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("*E-Hub*") e a Nova Experiência Pontocom S.A. foram incorporadas pela Cnova, ocasião em que esta passou a atuar com as atividades de comércio eletrônico das bandeiras *PontoFrio*, *Casas Bahia*, *Extra*, *Barateiro* e *E-Hub*, possibilitando grande sinergia na logística e nas aquisições envolvidas nas operações dessas bandeiras.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição alienou a totalidade das ações da Companhia de sua titularidade em leilão realizado em pregão da B3, de modo que deixou de ser acionista controladora da Companhia, promovendo a dispersão de seu controle acionário.

Em 1º de julho de 2019, a Cnova foi cindida parcialmente, transferindo a parcela de seu patrimônio correspondente às atividades e estabelecimentos de comércio eletrônico para a Companhia. Após a cisão parcial da Cnova, as atividades de comércio eletrônico das bandeiras *PontoFrio*, *Casas Bahia*, *Extra* e *E-Hub* passaram a ser concentradas e exercidas pela Companhia, incluindo as seguintes atividades anteriormente exercidas pela Cnova: (i) comércio eletrônico, incluindo *marketplace*, e (ii) *fullcommerce* que envolvam compra de estoque.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, através de sua subsidiária ASAPLog Logística e Soluções Ltda., anteriormente denominada "VVLog Logística" ("*ASAPLog Soluções*"), adquiriu a totalidade das quotas da ASAP Log Ltda. ("*ASAPLog*"), dando mais um passo importante na sua transformação digital. A ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística, especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de e-commerce, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o "*crowdshipping*" como solução para a entrega de última milha ("*last mile*"), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos.

1.1 Histórico do emissor

Essa aquisição contribuiu para o desenvolvimento acelerado em tecnologia logística da Companhia e trouxe forte apoio para explorar a integração da sua malha logística, inclusive controlando a gestão dos Mini *Hubs* (“*shipping from store*”), reduzindo drasticamente o custo logístico e o prazo de entrega. Adicionalmente, foi importante para a melhoria de soluções para seus parceiros de *Marketplace* (“*sellers*”). A Companhia já contava com a melhor malha logística do país e com a ASAPLog adicionou solução em escala nacional.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária ASAPLog Soluções, celebrou os documentos definitivos relativos à aquisição de 100% das ações de emissão da empresa de tecnologia I9XP Tecnologia e Participações S.A. (“*I9XP*”). A I9XP era uma empresa de tecnologia, situada em São Paulo, à época com 155 colaboradores, sendo 120 desenvolvedores, especializada em desenvolvimento de soluções para *e-commerce*. Essa aquisição fez parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como *marketplace* e logística. Em 30 de novembro de 2020, foi concluído o fechamento da aquisição de 100% das ações da I9XP. Em 31 de março de 2023, foi aprovada a incorporação da I9XP pela Casas Bahia Tecnologia Ltda., anteriormente denominada “Viahub Tecnologia em E-Commerce Ltda.”, subsidiária da Companhia.

Em 9 de novembro de 2020, a Companhia anunciou a celebração, por meio de sua subsidiária Cnova, de documentos relativos à aquisição de participação acionária de 16,67% do capital da *Growth Partners* Investimentos e Participações S.A. (atualmente denominada Distrito Tecnologia e Serviços S.A.), sociedade que detém o controle da *startup* Distrito. Fundada em 2014, a Distrito é um *hub* de inovação que conta uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, a Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. Essa operação representou um salto na estratégia de aceleração da transformação digital, permitindo à Companhia estar conectada a um dos principais *hubs* digitais do país, acessar o universo de *startups* e viabilizar os projetos de transformação e aceleração digital. Em 2024, após uma reestruturação, a Companhia passou a deter ações preferenciais da Distrito representativas de 11,5% do capital social total, sem qualquer participação no capital votante.

Em 25 de abril de 2021, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de 100% das quotas de emissão da Celer Processamento Comércio e Serviço LTDA. (“*Celer*”), por meio da Cnova. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e hoje oferece um pacote completo de *Bank-as-a-Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX.

A conclusão da operação e integração com a Celer permitiu à Companhia ampliar os serviços financeiros disponibilizados aos *sellers* do seu *Marketplace*, tais como (i) adquirência e *gateway* para vendas físicas e *online*, (ii) ampliação conta digital Casas Bahia (banQi) completa e integrada ao PIX, (iii) plataforma de antecipação dos recebíveis e também (iv) uma gestão completa da agenda financeira, além de viabilizar a

1.1 Histórico do emissor

jornada omnicanal da Companhia, facilitando (a) a interação financeira entre o *seller* do *Marketplace* e as lojas físicas da Companhia, e (b) parcerias com *players* relevantes do mercado para a concepção de mais inovações no setor. Em dezembro de 2025, a Companhia alienou sua participação na Celer, deixando de integrar seu capital social.

Em 5 de agosto de 2021, a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, entre outras matérias, a alteração da denominação social para VIA S.A., em linha com a mudança da marca comunicada ao mercado em 25 de abril de 2021. Em decorrência da alteração da denominação social, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 sob novo código de negociação (*ticker*) "VIA3", em substituição ao código antigo "VVAR3" e o nome de pregão da Companhia passou a ser apenas "Via" em substituição a "Via Varejo". O novo posicionamento da marca institucional, nova assinatura corporativa e a alteração do ticker para VIA3 reforçaram a estratégia de ser reconhecida como "a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem" e ir muito além do varejo.

Em 8 de setembro de 2021, a Companhia, por meio da Cnova, realizou investimentos minoritários nas startups Byebnk Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda., voltada à gestão de investimentos com uso de tokenização de ativos e educação financeira, e Mibolsillo Financial Technologies Inc., plataforma digital de gestão e educação financeira com atuação na América Latina e abordagem baseada em gamificação.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. por meio da ASAPLog Soluções. A CNT é uma logtech especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP. A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos. Em 2024, o Grupo Casas Bahia integrou suas operações logísticas de *fulfillment*, transportes e de operador logístico sob a nova marca CB full, juntando a CNT e a ASAPLog, com o objetivo de consolidar a liderança no mercado e potencializar a geração de resultados.

Em 2022, houve, ainda, o investimento minoritário em mais 5 startups – Hubii, Manfing, Yapoli, IDid e Já Vendeu – de Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Darwin Startups, juntamente com a realização de um programa para acelerar o desenvolvimento dessas empresas e projetos de inovação da Companhia.

Em 12 de setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, a alteração da denominação social da Companhia para "Grupo Casas Bahia S.A.", de modo a incorporar ao nome empresarial da Companhia à principal marca e unidade de negócios do grupo, reforçando sua

1.1 Histórico do emissor

identidade corporativa perante investidores e demais *stakeholders*. Em decorrência da alteração da denominação social, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 sob novo código de negociação (*ticker*) “BHIA3”, em substituição ao código antigo “VIA3” e o nome de pregão da Companhia passou a ser “Casas Bahia” em substituição ao “Via”.

Em outubro de 2025, a Companhia anunciou uma parceria estratégica de longo prazo com o Mercado Livre para impulsionar o varejo digital no Brasil. A partir de novembro, os produtos das categorias *core* da Casas Bahia — eletrodomésticos, eletrônicos e móveis — passaram a estar disponíveis na plataforma do Mercado Livre.

Em 8 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças visando à alienação da totalidade das ações detidas, direta ou indiretamente, na Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”) e no Banco Investcred S.A. (“Investcred”) ao Itaú Unibanco S.A., diretamente ou por meio de suas afiliadas. A conclusão da operação está condicionada à verificação de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais, até a data de divulgação deste Formulário de Referência, não foram implementadas.

Essa transação integra o pilar de monetização de ativos do Plano de Transformação da Companhia, preservando a continuidade do uso dos cartões de crédito *co-branded* (Itaú/Pontofrio) nas lojas físicas e digitais da Companhia durante seus prazos de validade, ao mesmo tempo que permite que a Companhia possa negociar a operação do balcão de cartões de crédito da bandeira Pontofrio com outros interessados.

Em 11 de março de 2026, foi constituída a Casas Bahia Pay Corretora de Seguros Ltda., corretora do Grupo Casas Bahia, com o intuito de ampliar a oferta de produtos e serviços financeiros, incluindo a intermediação de seguros, bem como de fortalecer o ecossistema digital da Companhia.

Em 23 de março de 2026, Companhia comunicou o início de uma parceria estratégica comercial com a Amazon Serviços de Varejo do Brasil Ltda., por meio da qual produtos da Casas Bahia passaram a estar disponíveis na plataforma Amazon (*amazon.com.br*), ampliando o alcance digital do Grupo e fortalecendo sua estratégia *omnichannel*.

Recuperação Extrajudicial

Em 28 de abril de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que distribuiu um pedido de Recuperação Extrajudicial (“RE”) a fim de implementar o reperfilamento de dívidas financeiras quirografárias da ordem de R\$ 4,1 bilhões, decorrentes de suas 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures a mercado, e a 9ª emissão de debêntures e certas CCBs emitidas junto a determinados credores, nos termos e condições estabelecidos no Plano de RE (“Plano”).

A Companhia esclarece que a RE é uma ferramenta legal inspirada no modelo “*prepack*” para implementação

1.1 Histórico do emissor

de reperfilamentos de dívida previamente acordados entre devedores e credores, de forma a vincular ao acordo credores dissidentes ou ausentes titulares de créditos abrangidos pelo plano. O pedido de RE foi aprovado à unanimidade pelo Conselho de Administração da Companhia e ratificado pela assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 6 de junho de 2024. O Plano foi homologado pelo juízo competente em 19 de junho de 2024.

A RE teve escopo limitado e não impactou as demais dívidas da Companhia, inclusive operacionais com fornecedores e parceiros, as quais continuaram sendo honradas regular e tempestivamente nos seus respectivos vencimentos, sem qualquer interrupção ou descontinuidade. A RE também não impactou adversamente quaisquer outras obrigações da Companhia perante seus demais *stakeholders*, incluindo seus clientes e colaboradores, que continuaram contando com todas as facilidades e ferramentas existentes nas 1.044 lojas físicas e no *e-commerce* da Companhia, para aquisição dos produtos disponíveis nas redes Casas Bahia e Pontofrio, com qualidade, celeridade e segurança.

Evolução do Plano de Transformação da Estrutura de Capital

Em agosto de 2025, houve a conversão das debêntures da 2ª série, detidas pela Domus VII Participações S.A., em ações ordinárias, de forma que a Domus atingiu, à época, participação de 85,5% do capital social da Companhia, reduzindo o saldo da 2ª série em R\$ 1,6 bilhão. Além disso, o movimento incluiu a postergação do pagamento de juros da 1ª série das debêntures para novembro de 2027 e ajustes no cronograma de amortização, medidas que otimizaram o fluxo de caixa. Essa etapa marcou uma nova fase no reposicionamento da Companhia, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade financeira.

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2025, dando continuidade ao Plano de Transformação da Estrutura de Capital, foram aprovados pelos acionistas e debenturistas da Companhia o aumento do capital autorizado em até R\$ 13,25 bilhões e o reperfilamento das debêntures da 10ª emissão, por meio da 11ª emissão de debêntures da Companhia. Tais deliberações inserem-se no contexto da busca pela melhora da estrutura de capital da Companhia por meio da redução de sua alavancagem.

No âmbito da 11ª emissão de debêntures, o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado, aumentos de capital social decorrentes da conversão de debêntures em ações ordinárias. Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, foram convertidas, em conjunto, 321.986.387 debêntures das 2ª e 3ª séries da 11ª emissão, conforme deliberações do Conselho de Administração realizadas em 31 de dezembro de 2025, 11 de março de 2026 e 13 de abril de 2026.

As referidas operações integram as medidas adotadas pela Companhia para fortalecimento do patrimônio líquido e redução de passivos financeiros, em observância ao Plano.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Atividades principais desenvolvidas pela Companhia e suas controladas

Visão geral da Companhia e principais vantagens competitivas

A Companhia tem como propósito gerar valor aos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores, atuando como plataforma de relacionamento e consumo no mercado brasileiro, por meio de canais físicos e digitais. A Companhia busca atender às diferentes demandas de consumo, considerando aspectos como conveniência, diversidade de oferta e integração de canais, com foco na prestação de serviços e no atendimento ao cliente ao longo das etapas de compra. Nesse contexto, a Companhia desenvolve e utiliza ferramentas tecnológicas que viabilizam a gestão de relacionamento com clientes e a disponibilização integrada de produtos, serviços, soluções financeiras e logística.

Atuamos de forma omnicanal, por meio de marcas amplamente reconhecidas, oferecendo uma gama de serviços e soluções financeiras que retroalimentam e impulsionam nosso ecossistema. Na atuação *online*, atuamos em diversas categorias relevantes, como a linha branca (fogão, forno elétrico, freezer, micro-ondas e demais aparelhos para tarefas domésticas) e a linha marrom (aparelho de som, televisão, aparelhos celulares e demais aparelhos destinados ao entretenimento). Contamos, ainda, com a ferramenta de vendas batizada de “*Me chama no Zap*”, na qual contamos com vendedores que realizam o atendimento aos clientes com apoio de soluções de inteligência artificial.

Os parceiros do *marketplace* usufruem da nossa plataforma de serviços e estrutura logística para comercializar seus produtos. Com um sortimento de mercadorias complementar ao *core*, que são as vendas 3P (*third-party relationship*), o *marketplace* complementa o portfólio da Companhia, contribuindo para a ampliação da oferta de produtos e serviços.

Nossa operação logística está integrada à estratégia omnicanal, com cobertura geográfica abrangente. As lojas físicas também funcionam como pontos de retirada de produtos adquiridos *online* (“*Retira Rápido*”) e como apoio logístico. Realizamos a entrega de produtos de diferentes dimensões e características em todo o território nacional.

As soluções financeiras têm como objetivo ampliar o acesso ao crédito e promover a inclusão do público consumidor através de uma oferta de crédito competitiva. O portfólio de soluções financeiras está em constante evolução e, atualmente, conta com uma ampla oferta de serviços voltados a pessoas físicas e jurídicas.

De acordo com o ranking das 300 maiores empresas de varejo brasileiro, divulgado pela SBVC¹. Estamos entre os principais varejistas de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis no Brasil. Operamos por meio de nossa plataforma de venda omnicanal integrada por nossas operações de *e-commerce* com as bandeiras “Casas Bahia”, “Pontofrio” e “Extra.com.br”. Além disso, oferecemos serviço de *marketplace*, onde varejistas terceiros (*sellers*), mediante o pagamento de comissionamento, disponibilizam seus produtos nos

¹ Ranking disponível em: <https://sbvc.com.br/ranking-2024-cielo-sbvc/>

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

sites das Casas Bahia, Pontofrio e Extra. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a operação de marketplace da Companhia evoluiu para 175 mil em 31 de dezembro de 2025, e o número de SKUs ofertados passou para 91 milhões em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, nossa rede era composta por 1.042 lojas físicas, sendo 923 lojas “Casas Bahia” e 119 lojas “Pontofrio”, localizadas em mais de 536 cidades e 23 estados mais o Distrito Federal, atuando como um ponto de venda, de relacionamento com o cliente e como um *hub* logístico, ou seja, lojas que funcionam como centros de envio de mercadorias para clientes (*shipping from store*) e como agência para o banQi. Nessa mesma data, possuíamos 24 centros de distribuição espalhados por todo Brasil e, atualmente, contamos com o diferencial de ter a Bartira como controlada, o que nos permite verticalizar a produção de móveis, garantindo o fornecimento desses produtos e maiores margens ao eliminar intermediários.

Ainda em 31 de dezembro de 2025, nossas lojas representavam aproximadamente 26% do *market share* nacional, e nosso *e-commerce*, 14% em 1P e 3P, segundo o relatório GFK Weekly Reports. Além disso, na mesma data, atendíamos 116 milhões de clientes, dos quais 29 milhões eram ativos, com um *Net Promoter Score*² (“*NPS*”) de 74.

A Companhia também possui um robusto ecossistema financeiro, através do qual (1) controla o banQi, que oferece inovação digital para pessoas físicas e jurídicas, incluindo a abertura de contas digitais, carteiras digitais (*e-wallets*), concessão de crédito (crediário digital), emissão de cartão pré-pago, serviços de pagamentos como *QRcode*, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia, possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede, dentre outros serviços – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão e bancarização das classes C e D, trazendo recorrência e rentabilidade para a Companhia, sendo que, em 31 de dezembro de 2025, o banQi possuía 8,8 milhões de contas, e (2) o Grupo Casas Bahia possui parcerias com bancos tradicionais como Itaú e Bradesco para oferta cartão *co-branded* no Pontofrio e Casas Bahia, respectivamente. Já em relação ao crediário, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com contas a receber - Crediário Casas Bahia (circulante e não circulante), bruto dos juros a apropriar e da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de R\$ 6,6 bilhões.

A Companhia também opera sua logística de maneira aberta, seja para sua própria operação omnicanal, para os *sellers* do *marketplace*, e/ou para terceiros. Com o objetivo de consolidar a liderança no mercado e potencializar a geração de resultados, a Companhia consolidou, em 2024, suas operações logísticas de *fulfillment*, transportes e de operador logístico sob a marca CB full.

O Grupo tem investido no desenvolvimento e aprimoramento de sistemas e processos com a finalidade de fornecer serviços logísticos de excelência ao mercado. Adicionalmente, o CB full passou a ter em seu escopo um novo serviço chamado *Full Cross*, que possibilita que o estoque dos fornecedores seja armazenado na malha logística da Companhia, antes da realização do pedido de compra em canais do Grupo Casas Bahia ou de outras plataformas, tendo como principais objetivos a redução no capital empregado antecipado nos

² Métrica de lealdade e satisfação do cliente, apurada por meio de pesquisas de satisfação realizadas nas próprias lojas. Um NPS excelente considera uma pontuação de 75 a 100.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

estoques, redução na ruptura, oportunidades na ampliação de sortimento. Assim, o mecanismo garante o abastecimento “just in time” com inteligência comercial e visibilidade em tempo real do estoque disponível.

A Companhia salienta que mudanças no padrão de consumo brasileiro, além de outros fatores macroeconômicos como inflação, aumento da taxa de juros e nível de ocupação da população, podem impactar os negócios mencionados acima, conforme descrito com maior detalhe na Seção 4 deste Formulário de Referência.

Potencial de crescimento

1P e 3P

Com nossa plataforma digital robusta, em 31 de dezembro de 2025, 42% do nosso *Gross Merchandise Value* (“*GMV*”) era proveniente dos canais digitais, com destaque para a grande concentração de 1P nas categorias *core* com maior *ticket* médio, que, em conjunto com a abrangência nacional de nossas lojas, possibilita a criação de uma barreira de entrada relevante para novos entrantes. Ao mesmo tempo, nosso 3P é orgânico e complementar ao *Core*, o que faz parte da nossa estratégia de não entrar em competição com plataformas generalistas, as quais oferecem uma ampla variedade de produtos, incluindo produtos de baixo valor agregado, sem possuir um foco ou um nicho específico.

Vendas entre canais (GMV Total, GMV Lojas físicas e Online 1P e 3P)

R\$ milhões	2025	2024	Variação %
GMV Total Bruto	44.721	41.120	8,8%
GMV 1P	37.059	34.523	7,3%
GMV Lojas Físicas	26.092	24.506	6,5%
GMV 1P Online	10.967	10.016	9,5%
GMV 3P	7.662	6.597	16,1%
Total da Venda Online (1P + 3P)	18.629	16.614	12,1%

Receita Bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos entre canais (Total, Lojas físicas e online 1P e 3P)

R\$ milhões	2025	2024	Variação %
Lojas Físicas	23.519	22.296	5,5%
Online	11.278	10.118	11,5%

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1P	10.314	9.294	11,0%
3P	964	824	17,0%
Receita Bruta	34.797	32.414	7,4%

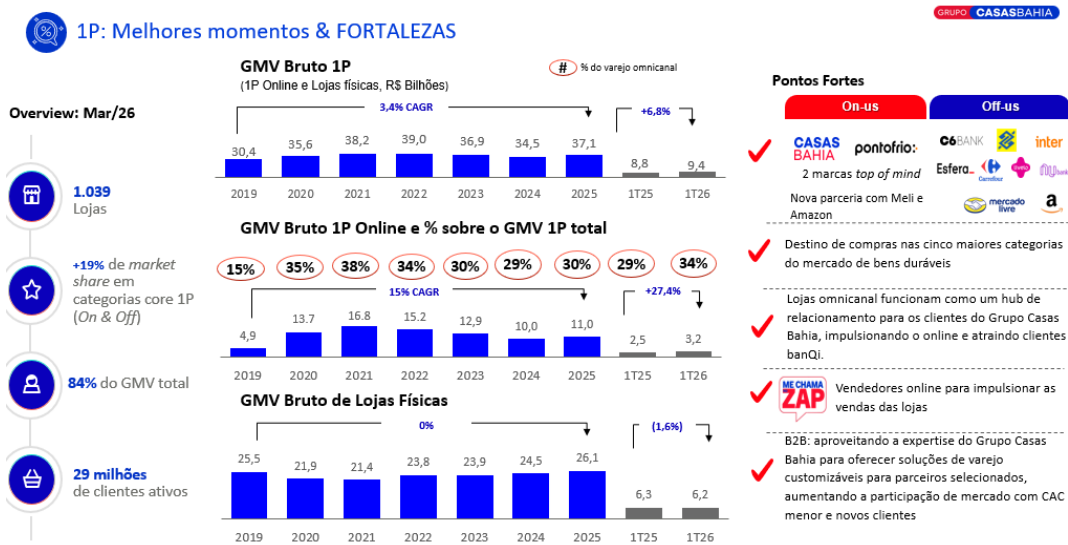
Fonte: Resultados publicados pela Companhia, referentes ao período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2025

Nota: Coluna de AH(%) refere-se a variação dos saldos entre os períodos apresentados.

Varejo 1P Omnicanal

Contando com 2 marcas reconhecidas, quais sejam Casas Bahia e Pontofrio, e parcerias com empresas como Mercado Livre, Amazon, C6 Bank, Inter, Nubank, Esfera, Banco do Brasil, entre outras, o Varejo 1P da Companhia é o destino de escolha dos brasileiros nas 5 principais categorias de bens duráveis, sendo responsável por 83% do GMV total da Companhia e com mais de 19% do *market share* em 1P (*online* e *offline*), em 31 de dezembro de 2025. A plataforma omnicanal da Companhia também permite que lojas atuem como hubs de relacionamento com clientes, catalisando vendas online e atraindo clientes para o banQi.

Varejo omnicanal 1P



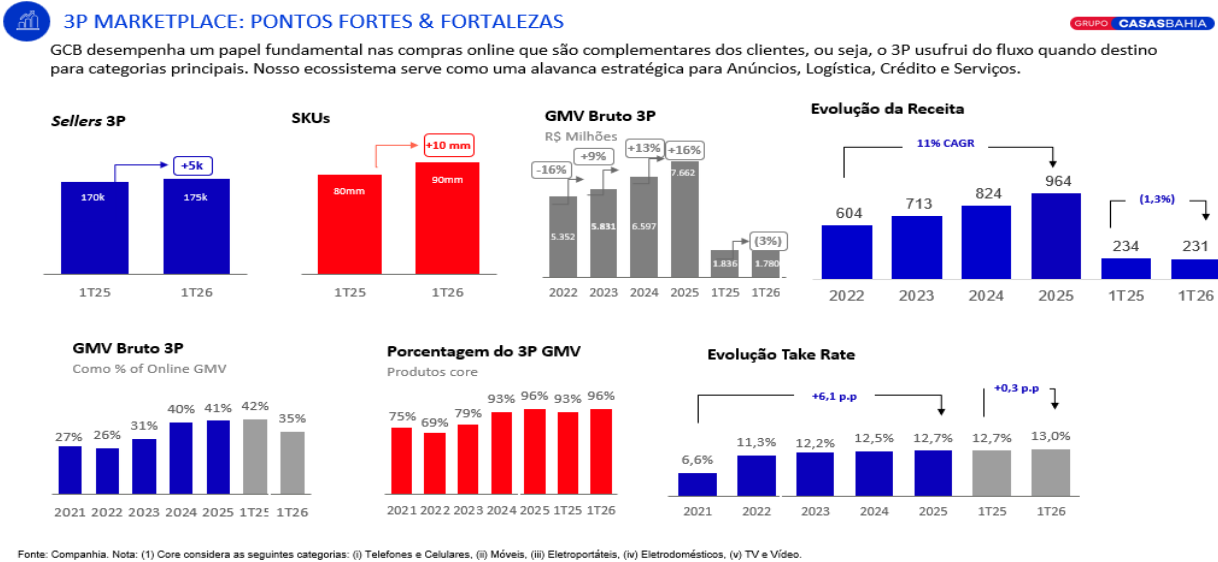
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

3P (Marketplace)

Nós do Grupo Casas Bahia oferecemos experiência e nível de serviço entre as plataformas 3P, com baixo custo de entrega, alto NPS e rastreabilidade de pedidos. O 3P atua como um pilar para ativação de clientes e aumento de recorrência com a presença da Companhia em compras complementares.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Além disso, o 3P traz rentabilidade, ganhos de escala com diluição do custo de estoque e entrega, alavancando a plataforma nacional de logística da Companhia, anúncios, a plataforma de crédito e outros serviços, conforme demonstrado abaixo.



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Take Rate: são as comissões e serviços cobrados pela Companhia nas transações realizadas por terceiros através das plataformas da Companhia.

Serviços financeiros

Oferecemos um leque de serviços financeiros focados no aumento da rentabilidade da Companhia. Entre os principais serviços oferecidos estão:

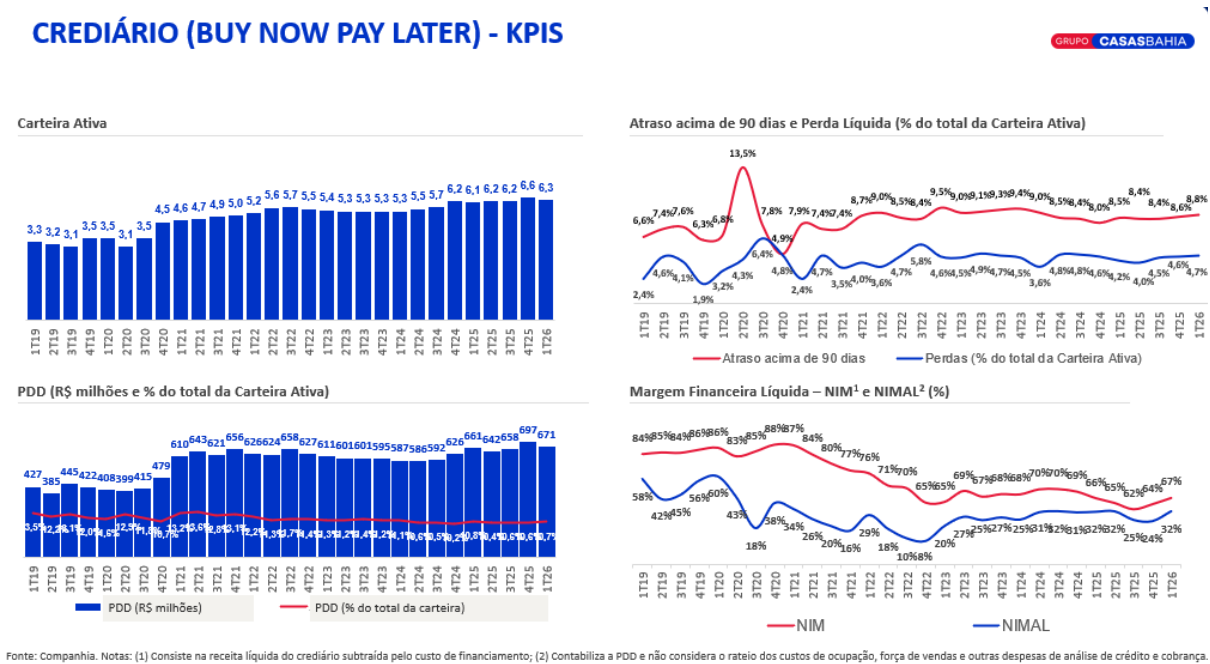
- Crediário: Somos um dos primeiros varejistas a oferecer parcelamentos através do CDC. Em 31 de dezembro de 2025, nossos números eram:
 - R\$ 6,6 bilhões de carteira ativa (contas a receber - Crediário Casas Bahia (circulante e não circulante), bruto dos juros a apropriar e da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
 - 8,6% de taxa over 90; e
 - 23,0% de participação na venda das lojas, 9% no 3P e 9% no 1P online.
- Cartão de crédito: Possuímos parcerias com o Bradesco, por meio das Casas Bahia, e com o Itaú, por meio do Pontofrio, para emissão de cartões *co-branded*:
 - 5,9 milhões de cartões *co-branded* emitidos; e
 - R\$ 5,6 bilhões de Volume Total de Pagamentos (TPV – Total Payment Volume).
- banQI: Banco digital da Companhia, oferecendo serviços como abertura de contas digitais, carteiras digitais (*e-wallets*), concessão de crédito (crediário digital), emissão de cartão pré-pago,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

serviços de pagamentos como QR Code, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia, possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede, dentre outros serviços – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão / bancarização das classes C e D:

- o 24,9 milhões de downloads do aplicativo;
- o 8,8 milhões de contas ativas;
- o R\$ 15,6 bilhões de Volume Total de Pagamentos (TPV – Total Payment Volume); e
- o R\$ 31,7 bilhões transacionados no total.

Queremos reforçar a relevância do produto crediário no modelo de negócios da Companhia. A taxa over 90 do crediário foi de 8,6% em 31 de dezembro de 2025, dentro da média histórica, reforçando a qualidade da carteira. O nível de perda sobre a carteira ativa manteve-se dentro da média histórica, corroborando os demais indicadores no crediário. Relativamente, estão sendo apresentados indicadores abaixo do mercado, mas a Companhia continua atenta ao ambiente econômico e ao momento dos consumidores.



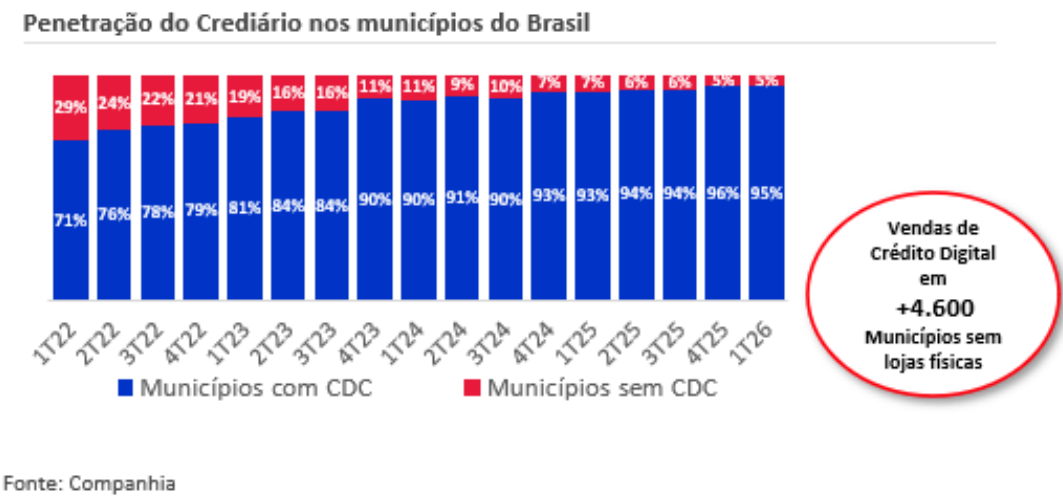
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

1- Considera taxa over como o percentual da carteira ativa de carnês, sem efeito dos juros a incorrer, com atraso maior que 90 dias

A importância do crediário também atinge o digital. A capilaridade do crediário digital é extensa, sendo realizadas vendas de crediário em mais de 4.700 municípios sem presença de lojas físicas, reforçando que o crediário nos canais digitais é uma alavanca de crescimento rentável baseada em uma fortaleza da Companhia.

Municípios brasileiros com cobertura do crediário da Companhia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Serviços logísticos

Através da integração das operações logísticas de *fulfillment*, transportes e de operador logístico sob a marca CB full, o foco permanece no crescimento da receita da logística *as a service*, redução do custo de servir e melhora do nível de serviço (incluindo os sellers do marketplace e parceiros do Grupo).

A Companhia conta com uma rede logística completa com capilaridade incomparável, usufruindo de sua omnicanalidade para garantir a qualidade do nível de serviço da entrega e garantir a rentabilidade da operação. Ao todo são 24 CDs, os quais estão distribuídos em 20 estados, +1.600 estações de *cross docking* e 100% das lojas atuando como pontos de *last mile*, *fulfillment* e *Retira Rápido*.

Com uma infraestrutura com 2,6 milhões de metros quadrados de área total (considerando CDs e lojas), a Companhia possui capacidade de armazenagem para desenvolver negócios sem a necessidade de capex relevante, que permitem a adição de novas fontes de receita, diluição de custo e rentabilidade.

Assim a Companhia oferece (i) um serviço de *fulfillment multimarketplace* para entrega de produtos dos sellers vendidos inclusive em outras plataformas, (ii) o serviço de transporte mar aberto para entregas de produtos para clientes que não são sellers, e (iii) *full cross*, que possibilita que o estoque dos nossos fornecedores seja armazenado na malha logística da Companhia, antes da realização do pedido de compra em canais do Grupo Casas Bahia ou de outras plataformas.

Plano de Transformação

Em agosto de 2023, divulgamos ao mercado a revisão do nosso planejamento estratégico com o intuito de fortalecer ainda mais a Companhia. O objetivo é tornar a Companhia ainda mais resiliente, para que seja capaz de lidar com cenários desafiadores e apresente uma posição de liquidez sólida e sustentável para os

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

próximos anos. O Plano de Transformação visa a posicionar a Companhia para navegar o atual ambiente macroeconômico.

Desde agosto de 2023, e nos anos seguintes, porém, tem sido efetuado um ajuste significativo na estratégia, com o principal objetivo de gerar caixa e rentabilidade. Nesse sentido, foram refinados os cálculos de Taxa Interna de Retorno (TIR) por categoria, fornecedor, SKU e canal de vendas, e foi implementada uma alocação disciplinada de capital para maximizar a criação de valor. Tal estratégia possibilita a monetização da plataforma existente e, ao mesmo tempo, reduz significativamente os riscos de execução, mantendo um enfoque sólido no núcleo da empresa.

Com o Plano de Transformação, estabelecemos novas prioridades com foco na geração de caixa e aprimoramento da rentabilidade:

- Garantir um fluxo de caixa livre adequado;
- Aprimorar o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) e tornar-se uma referência no setor em relação à métrica de *spread* sobre custo de capital.

O EBITDA e o GMV resultam da mobilização em torno dessas duas frentes principais:

- Margem EBITDA deve ser elevada em relação ao período de lançamento do Plano de Transformação (agosto de 2023);
- O GMV irá refletir os ajustes focalizados no retorno: redução de categorias não essenciais no 1P e concentração em oportunidades no núcleo, onde o valor é gerado.

Com essas prioridades estabelecidas, a Companhia delineou o Plano de Transformação composto por duas grandes frentes: Alavancas Operacionais e Estrutura de Capital.

Começando pela frente de Alavancas Operacionais, foram introduzidas novas métricas de margem e caixa para orientar a gestão da Companhia. Em vez de se concentrar apenas na margem bruta, a Companhia passou a adotar uma abordagem mais criteriosa para a rentabilidade, considerando outras despesas diretas, custos de manutenção de estoque e os encargos financeiros associados ao financiamento do consumidor.

Esse realinhamento de metas e as rotinas de gestão impulsionaram uma transformação cultural em toda a organização, dando enfoque na margem, no fluxo de caixa e no retorno sobre o capital investido, ao mesmo tempo em que se cria um senso de urgência para resolver questões de capital ocioso, como estoques excessivos.

As principais ações e seus respectivos impactos na demonstração do resultado são os seguintes:

(i) Impacto na Receita:

- a. Aumento da penetração de serviços e do crediário (por meio de FIDC e seguros);

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- b. Revisão do modelo das operações de B2C, B2B e Marketplace;
- c. Reavaliação da rentabilidade de cada produto para cada canal de venda e ajuste do mix entre 1P e 3P;
- d. Revisão do modelo de precificação e promoção, incorporando sistema e modelagem matemática para decisão em todos os canais;
- e. Crescimento na recorrência dos clientes e CRM.

(ii) Redução dos Custos Variáveis:

- a. Reestruturação da agência de marketing com novo modelo de negócios, alavancando inteligência artificial para agilidade e redução de custos de vendas, gerais e administrativos (SG&A), além de trazer ganhos com rebate;
- b. Realocação de investimentos através dos diferentes canais e categoria para maximizar margens. Maior eficiência e menor custo na mídia tradicional;
- c. Renegociação de contratos indiretos.

(iii) Redução dos Custos Fixos:

- a. Revisão do quadro de pessoal, gerando economia anual;
- b. Revisão dos custos de TI;
- c. Revisão do *footprint* de lojas;
- d. Aumento da produtividade nos centros de distribuição e ajustes na área locada, em linha com redução dos estoques.

(iv) Impacto no Caixa e Custo de Capital

- a. Revisão da política de pagamento, migrando itens do 1P para o 3P e reduzindo estoque excedente.

Iniciativas implementadas

Como parte da reestruturação da equipe, a mudança de foco e a busca por sinergias entre áreas resultaram em mais de 15 mil posições reduzidas ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Número de lojas

Parte do Plano de Transformação se dá pelas iniciativas visando incrementar a eficiência no número de lojas. Dentre essas iniciativas, destaca-se:

- (a) Otimização das equipes de loja;
- (b) Renegociação de aluguéis;
- (c) Revisão do sortimento ideal das lojas;
- (d) Sublocação de espaço ocioso nas lojas.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atualmente, a Companhia conta com 1.042 lojas. Até 31 de dezembro de 2025, 91 lojas foram descontinuadas, resultando nos seguintes impactos: (i) redução marginal no GMV (Volume Bruto de Mercadoria); (ii) aumento na margem de contribuição; e (iii) impacto positivo no LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda).

Revisão do Mix de Sortimento e Categorias

Com foco na geração de valor, foi realizada uma revisão do *mix* de sortimento e das categorias trabalhadas na operação 1P (primeira parte). Categorias com margens negativas estão sendo migradas do 1P para o 3P (terceira parte), resultando em 23 categorias totalmente migradas e 3 categorias parcialmente migradas.

Redução de Estoque

Diversas iniciativas foram implementadas visando à redução do estoque antigo e de menor giro. Foram feitos ajustes nos planos de compra, além da redução integral, que ocorreu após o prazo de venda do estoque excedente e foi finalizada em 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, o nível de estoque foi reduzido em R\$ 702 milhões em comparação a 31 de junho de 2023, período de implementação do Plano de Transformação, passando de 98 para 90 dias de estocagem. As variações posteriores correspondem aos períodos de sazonalidade e expectativa de venda, porém com um estoque de maior qualidade e melhor giro.

Financiamento da Companhia

Historicamente, a Companhia tem utilizado dívida bancária e o mercado de capitais brasileiro como fontes de financiamento.

Esse planejamento busca preparar a Companhia para acessar diferentes fontes de financiamento, que podem oferecer prazos, volumes ou taxas mais competitivos, dado que a diversificação das fontes de liquidez é de suma importância para a empresa.

Além disso, o trabalho de *liability management* (processo contínuo de aprimoramento do perfil da dívida) da Companhia é uma atividade constante, visando aprimorar o perfil do passivo. Nesse sentido, os objetivos da gestão da dívida são claros:

- Garantir a sustentabilidade financeira em todas as condições de mercado, por meio da gestão da liquidez e endividamento;
- Proporcionar maior flexibilidade financeira para a execução das alavancas operacionais;
- Preparar o balanço para um crescimento mais substancial a partir do ano de 2025.

A Companhia também adota medidas de monetização de ativos para suportar o caixa no curto prazo. Essas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

medidas incluem:

- A monetização de créditos fiscaís no valor de R\$ 1.035 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- Potencial de redução significativa dos estoques;
- O planejamento para o desinvestimento de algumas lojas com potencial de redução do quadro de lojas.

Perfil dos empréstimos e das debêntures

Instrumentos	Moeda	Em 31/12/2025		
		(R\$ milhões)	Taxa média a.a.	% do Total
Repasse para instituições financeiras (CDCI) (circulante e não circulante)	BRL	5.292	27,36%	84,0%
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (circulante e não circulante)	BRL	1.006	CDI + 1,00%	16,0%
Total Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)		6.298		100,0%

Cronograma estratégico

Entre 2019 e 2022, a nossa estratégia era de player generalista e se deu por meio do foco no crescimento de GMV, expansão de lojas, novos canais e categorias.

Após a estruturação do Plano de Transformação da Estrutura de Capital (em andamento), o foco passa a ser a geração de valor por melhoria do fluxo de caixa livre e foco no ROIC, a consolidação como uma Companhia resiliente e desenvolver uma estrutura que possibilite a longevidade do negócio e monetização dos ativos.

Iniciativas apresentadas em 2T23	Resultados até 2025
Iniciativas relacionadas a receita  Aumentar Penetração&Rentabilidade do crediário e serviços adicionais  Otimizar Investimentos realocar investimentos entre canais e categorias para maximizar margem e eficiência de marketing	✓ +23% de crescimento da carteira de crediário vs 2023 ✓ +2,9 p.p. de aumento na penetração do crediário nas vendas vs 2023 ✓ +27% de crescimento na receita de serviços financeiros vs 2023 ✓ +22% de crescimento na receita de serviços vs 2023 ✓ 23 categorias migradas totalmente do 1P para o 3P ✓ +35% de crescimento na receita 3P vs 2023 ✓ +65% de crescimento no retail media vs 2024
Iniciativas relacionadas a custo  Reduzir Custos renegociar com indiretos e revisão do quadro corporativo e lojas  Revisão do Portfólio de Lojas Fechamento de 50-100 lojas com margens baixas e revisão dos custos de aluguel  Melhoria Logística Melhora da produtividade de CDs (centro de distribuição) e ajuste do footprint em linha com a redução de estoque	✓ Redução de 1,8 p.p. de SG&A/receita ou R\$ 430 MM ✓ Redução em serviços terceirizados por meio da implantação de uma torre de controle ✓ +15 mil posições reduzidas desde 2023 ✓ Redesenho da estrutura organizacional (20% dos funcionários / 40% da liderança) ✓ 91 lojas fechadas ✓ 5 CDs fechados e +10 CDs reajustados ✓ Redução de R\$ 634 MM ou 79% em despesas trabalhistas (DRE 2025 vs 2023) ✓ Redução de R\$ 765 MM ou 67% em despesas trabalhistas (Caixa 2025 vs 2023)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Para atingimento desse objetivo, a Companhia destaca suas principais alavancas abaixo desde a implementação do Plano de Transformação:

Etapas atuais do Plano de Transformação:

Apostas Seletivas - Momento de transição, conforme a posição de caixa da empresa se fortalece. Permite um aumento em apostas consumidoras de caixa, se trouxerem retorno rápido e assertivo.

Etapas futuras do Plano de Transformação:

Aceleração e novo momento - Investimentos em crescimento; aumento da penetração do CDC, ganhar share no online, novas geografias e formatos. Investimento em capacitações buscando resultados no médio prazo, mesmo que resultado não seja imediato

ASG

A agenda ASG da Companhia contou com evoluções importantes ao longo dos anos. O aspecto ambiental é abordado em diversas frentes, incluindo a participação da Companhia no "Programa Brasileiro GHG Protocol", que visa dar transparência as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) por meio do inventário corporativo. Além disso, a Companhia estabeleceu a meta que, até 2025, 90% da energia consumida fosse proveniente de fontes renováveis, resultado que foi superado alcançando 94% em dezembro de 2025.

O Programa de Reciclagem existe desde 2008, atuando nas frentes de resíduos recicláveis e na logística reversa de eletroeletrônicos. Desde 2015 o programa ganhou o nome de Reviva e vem sendo operacionalizado por 11 cooperativas de reciclagem, gerando impacto socioambiental econômico positivo para 205 famílias.

Os resíduos recicláveis gerados nos escritórios, lojas e CDs da Companhia, assim como as embalagens devolvidas pelos clientes durante a entrega dos produtos, são encaminhados para a destinação final ambientalmente correta. Em 2025, o Programa de Reciclagem destinou 2.700 toneladas de resíduos para reciclagem.

Os eletroeletrônicos descartados pelos clientes nas lojas da Companhia recebem tratamento especial e são recolhidos pela Green Eletron, entidade gestora do sistema de logística reversa de eletroeletrônicos no Brasil, garantindo que eles retornem para a cadeia de produção da indústria para reiniciar o ciclo da logística reversa. Além disso, pilhas e baterias também são aceitas para descarte adequado. A Companhia conta com 747 coletores para esse fim espalhados pelas lojas em 22 estados e no Distrito Federal, o que possibilitou a coleta de mais de 3,84 toneladas de eletroeletrônicos para descarte adequado e reciclagem em 2025.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

No 1º trimestre de 2026, 4.131 toneladas de mercadorias foram reaproveitadas por meio do nosso DAT, fomentando a economia circular e o aumento do tempo de vida útil dos equipamentos eletrônicos.

A Companhia deu continuidade à parceria com o G10 Favelas e o Favela Express, o que possibilitou o desenvolvimento de um novo método logístico para a Companhia. Essa solução viabiliza a entrega de pedidos em locais de difícil acesso, permitindo que clientes que antes não conseguiam realizar compras agora possam comprar e receber seus produtos diretamente em casa.

A diversidade também é uma prioridade para a Companhia, que alcançou, em 2025, 39% de pessoas negras em cargos gerenciais e acima, e 35,8% de mulheres em cargos gerenciais e acima, superando a meta pública de 35%. A meta de mulheres em posições de liderança está diretamente atrelada à remuneração variável dos executivos.

A grande responsável pela Companhia estar muito alinhada com todos estes direcionadores e valores sustentáveis é a governança, a qual mantém a Companhia no Novo Mercado da B3 e nos índices ICO2 (Índice Carbono Eficiente), Idiversa (Índice de Diversidade) e IGPTW (Índice *Great Place to Work*). A Companhia é signatária do Pacto Global da ONU desde 2021, comprometendo-se com os dez princípios universais de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, além de contribuir com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Também, anualmente reporta os seus resultados sobre clima ao CDP (Carbon Disclosure Project) e ao Programa Brasileiro GHG Protocol.

Para mais informações sobre os aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, veja o item 1.19.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações sobre segmentos operacionais da Companhia

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

Esse segmento é composto pelas lojas físicas (*offline*) e pela plataforma online de venda de produtos da Companhia, cuja integração com as lojas físicas é decorrente da reorganização societária ocorrida desde 2016, com a finalidade de implementar uma gestão operacional unificada para ambos os negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

A Companhia possui como principal atividade a comercialização (em lojas físicas, *e-commerce* e ferramentas digitais) de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia, eletroportáteis, móveis, entre outros, das principais marcas de fornecedores, como Apple, Samsung, Motorola, LG, Whirlpool, Eletrolux, Bartira – controlada da Companhia -, entre tantas outras.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a operação de *marketplace* da Companhia evoluiu para 175 mil em 31 de dezembro de 2025, e o número de SKUs ofertados passou para 91 milhões em 31 de dezembro de 2025. Com isso, a Companhia expandiu o sortimento de produtos e de serviços. É possível observar aumento da frequência e dos gastos dos clientes da Companhia, além de alavancar seus ativos já existentes, como as marcas, ecossistema de vendas (lojas, *e-commerce* e vendedor *online*), serviços financeiros e logística. Em relação aos serviços financeiros, temos o financiamento ao consumidor através do crediário (CDCI) e cartões de crédito *co-branded* Pontofrio e Casas Bahia, e serviços tais como seguro garantia estendida, seguro contra perda e roubo e serviços de instalação de equipamentos, oferecidos principalmente pela parceria entre a Companhia e Zurich.

Ainda, desde 2019, contamos com um serviço gratuito, confiável e com a conveniência e confiança das Casas Bahia, o banQi. Trata-se de uma conta digital que se integra com todas as funcionalidades de transações financeiras, incluindo saques e depósitos gratuitos nas lojas da Casas Bahia, pagamentos, crediário (CDCI), cartão de débito, banQi shop, oferta de *gift cards*, recarga de bilhete único, depósito de saldo de celular, seguros, entretenimento, conta PJ banQi, entre outros. Com o banQi, também é possível fazer pagamentos e transferências via *QRcode* em milhares de estabelecimentos ao redor do Brasil, além de estar habilitado para fazer transações via PIX.

Através da integração das operações logísticas de *fulfillment*, transportes e de operador logístico sob a nova marca CB full, o foco permanece no crescimento da receita da logística *as a service*, redução do custo de servir e melhora do nível de serviço (incluindo os *sellers* do *marketplace* e parceiros do Grupo).

Abaixo, segue o menu de serviços do CB full, incluindo o modelo de Full Cross, lançado em 2024.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

	FULFILLMENT SELLERS 3P	FULFILLMENT MULTIMARKETPLACE	FULL CROSS	FULLCOMMERCE	TRANSPORTE MAR ABERTO
Serviço	Solução logística completa para sellers venderem em todos os canais do GCB, com curadoria, onboarding, operações e pós-venda	Solução de operação logística para clientes expandirem suas vendas B2C/B2B em qualquer canal de e-commerce	Solução de armazenagem, operação e regionalização de estoque para fornecedores ampliarem sortimento e complementariedade ao ecossistema GCB	Solução completa e personalizada de e-commerce, com vendas em multimarketplace, criação de loja virtual, tecnologia, logística, atendimento e pós-venda dedicado	Solução de first, middle e last mile para pedidos B2C e B2B, usufruindo da malha do GCB, com competitividade de frete e prazo
Cliente	- Médios lojistas (core) - Grandes lojistas (core)	- Indústrias - Distribuidores	- Fornecedores CB - Indústrias	- Indústrias	- Lojistas (leves) - Indústrias (core)
Motivo	- Melhorar nível de serviço - Ampliação de GMV e receita 3P	- Diluição de custos logísticos - Sinergia de serviços	- Complementariedade sortimento 1P - Redução da necessidade de estoque (Capital de Giro)	- Digitalização da indústria - Complementariedade de calda	- Redução de custo - Incremento de receita - Ampliação de malha própria
Formato	- Operador logístico	- Operador logístico - Armazém geral	- Operador logístico - Armazém geral	- Compra e venda	- First mile - Last mile

A transformação digital permitiu, em pouco tempo, uma grande virada no nosso crescimento e na nossa rentabilidade. Com a agilidade de uma *startup*, ganhamos participação de mercado em muitos segmentos e em todos os canais e categorias. Fechamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com um GMV bruto de R\$ 44,7 bilhões.

A plataforma de vendas inovadora lançada em 2020, conhecida como “*Me chama no zap*”, permite o desenvolvimento de uma nova modalidade de venda assistida pela Companhia. A estratégia do vendedor *online*, uma experiência única de *e-commerce* humanizada, foi considerada um dos maiores “cases de *social selling*” do mundo pelo Facebook. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, essa modalidade foi fundamental para impulsionar nossas vendas no 1P (venda direta para o consumidor final) e 3P (*marketplace*). Atualmente, o vendedor *online* está habilitado para realizar venda de produtos 1P e 3P, além de oferecer a opção do pagamento via crediário digital e diversos outros serviços para alavancar suas vendas.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Companhia possui um único segmento operacional e as receitas obtidas pelas lojas físicas e pela plataforma online são acompanhadas de forma unificada, uma vez que toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de transformação digital. A tabela a seguir apresenta a receita de venda de mercadorias e serviços do único segmento da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025		2024	
	R\$	% do total	R\$	% do total
(em R\$ milhões, exceto %)				
Receita de venda de mercadorias e serviços	de 29.197	100,0%	19.225	100,0%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Companhia

A Companhia possui um único segmento operacional e o prejuízo obtido pelas lojas físicas e pela plataforma online é acompanhado de forma unificada, uma vez que toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de transformação digital. A tabela a seguir apresenta o prejuízo do exercício do único segmento da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2025		2024	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total
Prejuízo período/exercício	do2.988	100,0%	(593)	100,0%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Informações sobre produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

O comércio de mercadorias de eletrodomésticos e eletroeletrônicos não apresenta processo de produção. Já no comércio de móveis, temos a Bartira, nossa controlada que produz dormitórios, cozinhas, estantes e *racks*, entre outras peças, superando a casa de 1,2 milhões de itens fabricados até 31 de dezembro de 2025.

Desde 1981, a Bartira produz móveis exclusivos para a Casas Bahia e, em 2013, quando passou a integrar a Companhia, passou a produzir móveis também para as lojas Pontofrio. Em parceria com a Casas Bahia e o Pontofrio, duas das principais redes de lojas de móveis e eletrodomésticos do país, a Bartira adapta suas produções para atender diferentes perfis de consumidor, utilizando-se, em 31 de dezembro de 2025, dos 1.042 pontos físicos e plataformas online de vendas das marcas para oferecer ao consumidor brasileiro a melhor opção de compra em móveis. Recentemente, a Bartira iniciou um novo canal de vendas, exportando produtos aos EUA, Argentina e à África do Sul por meio de novos parceiros comerciais e produziu mais de 44 mil SKUs como white label, produzindo para outros fabricantes nacionais que operam em canais online.

(b) características do processo de distribuição

Para abastecer a nossa plataforma omnicanal, contávamos, em 31 de dezembro de 2025, com um sistema logístico de 24 centros de distribuição (com área de armazenagem de aproximadamente 1,1 milhão m²), localizados nos estados do Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo, bem como mais de 1.000 mini *hubs* (lojas que atuam também na modalidade *shipping from store*), e outras 1.600 estações de transportadoras servindo tanto as nossas lojas físicas, quanto as vendas digitais.

A logística de distribuição dos produtos que são comercializados nas lojas físicas e *online* é iniciada na discussão do planejamento de vendas e operações (S&OP) entre a área comercial e de *supply chain*. A área comercial, responsável pela entrega de pedidos para os fornecedores, no âmbito de fornecimento contínuo ou compras de oportunidade, com base na previsão de vendas da Companhia. Os pedidos e a gestão da entrega dos produtos são feitos pela gerência de *supply chain*, cujo papel é avaliar os níveis de estoque da Companhia, previsão de vendas por loja, e outras variáveis, fazendo o agendamento da entrega nas quantidades necessárias.

As entregas das mercadorias são realizadas para um dos centros de distribuição da Companhia, para posterior abastecimento de seus entrepostos e lojas, ou para envio diretamente aos clientes.

O quadro abaixo ilustra o tipo de estabelecimento, a localização, titularidade e a área de armazenagem de cada um dos centros de distribuição operante que utilizamos em 31 de dezembro de 2025.

Tipo	UF	Município	Área	de	Titularidade
------	----	-----------	------	----	--------------

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

			Armazenagem	
CD	SP	Jundiaí	253.661	Terceiro
CD	RJ	Duque de Caxias	212.481	Terceiro
CD	MG	Contagem	104.721	Terceiro
CD	SP	São Bernardo do Campo	93.550	Terceiro
CD	BA	Camaçari	60.419	Terceiro
CD	PR	S J Pinhais	51.142	Terceiro
CD	PE	Cabo Santo Agostinho	56.122	Terceiro
CD	RJ	Nova India	82.604	Terceiro
CD	SP	Ribeirão Preto	-	Terceiro
CD	RS	Cachoeirinha	27.637	Terceiro
CD	GO	Hidrolandia	28.933	Terceiro
CD	MG	Extrema	25.924	Terceiro
CD	PA	Marituba	24.790	Terceiro
CD	CE	Maracanaú	17.880	Terceiro
CD	AM	Manaus	15.879	Terceiro
Entrepasto	MT	Cuiabá	6.300	Terceiro
CD	MS	Campo Grande	12.320	Terceiro
CD	SC	Itajaí	10.595	Terceiro
Entrepasto	ES	Serra	8.002	Terceiro
Entrepasto	RN	Parnamirim	3.847	Terceiro
Entrepasto	AL	Maceió	3.495	Terceiro
Entrepasto	MA	São Luis	3.040	Terceiro
Entrepasto	SE	N.S do Socorro	2.300	Terceiro
Entrepasto	PI	Teresina	1.681	Terceiro

Cada centro de distribuição conta com uma estrutura própria, liderada por um gerente responsável pelo recebimento, armazenagem, controle de estoques e expedição dos produtos.

Como regra geral, o frete dos fornecedores ao centro de distribuição é pago pelos fornecedores e o frete do centro de distribuição ou do entreposto às lojas é pago pela Companhia. O custo do frete de entregas para o cliente é pago pela Companhia e uma tarifa de serviço é cobrada do cliente.

O transporte de produtos da Companhia é realizado por transportadores contratados. A Companhia não possui frota própria. A logística é coordenada pela gerência de processos logísticos e transportes, cuja função é assegurar indicadores de desempenho dos prestadores de serviço conforme estabelecido nos contratos.

(c) características dos mercados de atuação

O setor de varejo nacional

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), acompanha o comércio varejista através de pesquisas mensais segmentadas em: (i) Combustíveis e lubrificantes; (ii) Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com a apuração segregada para (ii.a) Hipermercados e supermercados; (iii) Tecidos, vestuário e calçados; (iv) Móveis e eletrodomésticos, com a apuração segregada para (iv.a) Móveis e, (iv.b) Eletrodomésticos; (v) Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; (vi) Livros, jornais, revistas e papelaria; (vii) Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e (viii) Outros artigos de uso pessoal e doméstico. Constituindo uma importante fonte de dados sobre o setor, o agrupamento destas oito atividades é definido como “varejo restrito”.

Na última década, o setor varejista apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e aumento real dos salários. No ponto inverso, os anos de 2015 e 2016 foram desafiadores para o setor, afetado por índices mais altos de desemprego, inflação e elevadas taxas de juros.

Medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2017 contribuíram para a recuperação gradual da economia e do setor varejista. A liberação dos recursos do FGTS, a estabilização fiscal, o controle da inflação, a redução das taxas de juros e do desemprego geraram incentivos de consumo, abrindo espaço para o consumo impulsionado pelo crédito, o qual pode ser percebido nos anos de 2018 e 2019.

Em 2020, com a pandemia do COVID-19 e com as iniciativas do governo para injetar dinheiro na economia, como o auxílio emergencial, percebemos um aumento no consumo durante o ano. Em 2021, observou-se um aumento na inflação, influenciado principalmente pelos grupos de transportes, habitação e alimentação e bebidas, em paralelo com uma melhoria do nível de emprego com o avanço da vacinação e retomada da atividade econômica. Por sua vez, em 2022, em termos de resultados anuais, o comércio varejista acumulou crescimento de 1,0% em relação a 2021, menor resultado desde 2016. No exercício social encerrado em 31 dezembro de 2023, o comércio varejista acumulou crescimento de 1,7% em relação a 2022. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o comércio varejista acumulou crescimento de 4.7% em relação a 2023. Por fim, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o comércio varejista cresceu 1,6% sobre 2024.

Abaixo são apresentados os índices de variação no volume de vendas no varejo restrito apurados pelo IBGE nos últimos 10 anos:

Vendas Varejo Restrito

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
%	-6,3%	2,1%	2,3%	1,8%	1,2%	1,4%	1,0%	1,7%	4.7%	1,6%

IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio anualizada, Varejo Restrito em volume de vendas
fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7230>

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O IBGE acompanha também os segmentos de (ix) Veículos, motocicletas, partes e peças e, (x) Material de construção, que em conjunto com os oito segmentos do varejo restrito constituem o “varejo ampliado”.

São apresentados abaixo os índices de variação no volume de vendas no varejo ampliado apurados pelo IBGE nos últimos 8 anos. Após diminuição de 0,6% em 2022, as vendas do varejo ampliado apresentaram tendência de aumento com 2,3% em 2023 e 3,7% em 2024 e 0,1% em 2025.

Crescimento no volume de vendas por categorias do varejo (%)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Móveis e eletrodomésticos	(1,3%)	3,6%	10,6%	(7,0%)	(6,7%)	2,1%	4,1%	4,5%
Móveis	(3,3%)	5,8%	11,9%	(1,8%)	(11,1%)	(5,2%)	5,9%	(4,3%)
Eletrodomésticos	0,2%	2,8%	10,0%	(9,1%)	(5,1%)	5,1%	3,7%	7,5%
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,9%	6,8%	8,3%	9,8%	6,3%	4,6%	7,4%	4,5%
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,8%	0,4%	4,8%	(2,6%)	1,4%	3,7%	4,6%	0,8%
Hipermercados e supermercados	4,0%	0,6%	6,0%	(2,4%)	1,5%	4,1%	5,2%	1,1%
Tecidos, vestuário e calçados	(1,0%)	0,1%	(22,5%)	13,7%	(0,5%)	(4,6%)	2,9%	1,3%
Livros, jornais, revistas e papelaria	(14,7%)	(-20,7)	(30,6%)	(16,9%)	14,8%	(4,6%)	(7,7%)	(0,9%)
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,1%	0,8%	(16,2%)	(2,0%)	1,7%	2,0%	0,7%	4,1%
Combustíveis e lubrificantes	(5,0%)	0,6%	(9,7%)	0,3%	16,6%	3,9%	(1,5%)	0,6%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,6%	6,1%	2,5%	12,7%	(8,4%)	(10,8%)	7,1%	2,2%

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis, um dos nossos principais segmentos de atuação, é influenciado de forma relevante pelo desempenho econômico brasileiro, principalmente, pela renda dos consumidores e pela disponibilidade de crédito.

Apresentamos abaixo o desempenho histórico dos segmentos selecionados em que atuamos como *core business* no 1P:

IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio anualizada, em volume de vendas

Crescimento no volume de vendas por categorias do varejo (%)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Móveis e eletrodomésticos	(1,3%)	3,6%	10,6%	(7,0%)	(6,7%)	2,1%	4,1%	4,5%
Móveis	(3,3%)	5,8%	11,9%	(1,8%)	(11,1%)	(5,2%)	5,9%	(4,3%)

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

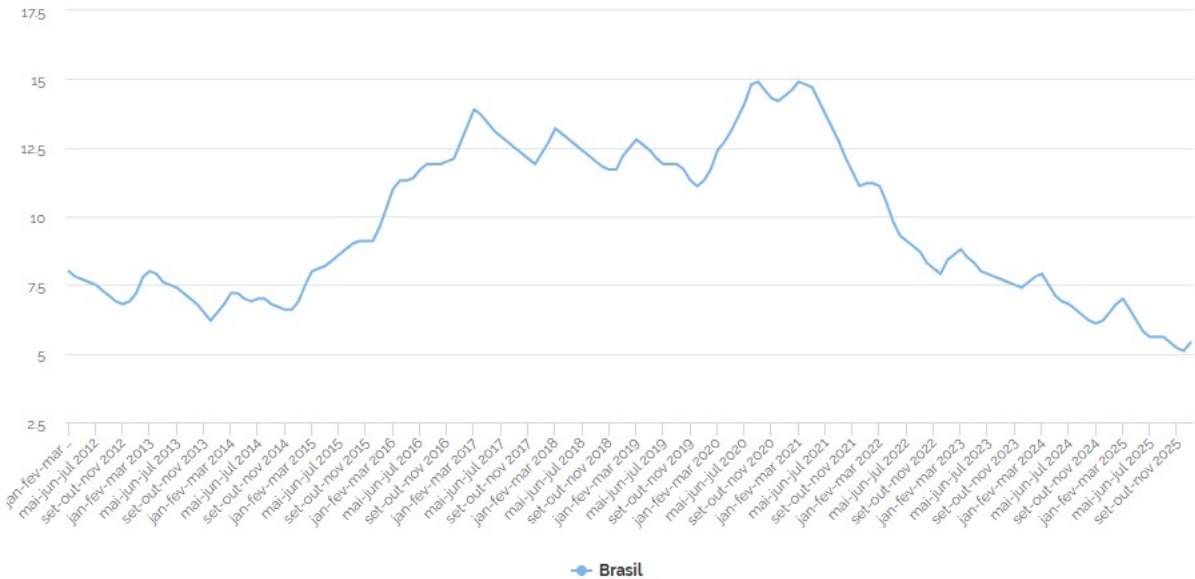
Eletrodomésticos	0,2%	2,8%	10,0%	(9,1%)	(5,1%)	5,1%	3,7%	7,5%
------------------	------	------	-------	--------	--------	------	------	------

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Emprego

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 apresentou uma taxa de desocupação de 5,1%, comparada a 6,2% ao final de 2024 e 7,4% ao final de 2023, resultado da retomada da atividade econômica do país.

Taxa de desocupação – PNAD Continua



A evolução do varejo brasileiro

Nas últimas décadas, o Brasil e o varejo brasileiro passaram por uma série de ciclos e transformações estruturais, partindo de um mercado fechado com hiperinflação e taxas de juros elevadas, para uma posterior abertura de mercado para produtos importados, até por fim atingir a estabilização monetária com o plano real em 1994. Condições econômicas mais positivas permitiram anos com crescimento de vendas e resultados relevantes - porém, o acirramento da competição, novos entrantes e novas tecnologias vêm provocando uma nova fase ao mercado, com a busca de equilíbrio entre crescimento e rentabilidade.

Além de melhora operacional, o desenvolvimento e crescimento constantes do comércio eletrônico permitem a implementação de iniciativas de integração de canais e modelos de negócio omnicanal. Em relação a novas tecnologias, avança a capacidade de interagir com clientes por meio da mobilidade nas lojas, enquanto a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

comunicação e o relacionamento com os clientes se tornam mais precisos e customizados.

Acesso à internet no Brasil

A evolução tecnológica observada nos últimos anos permitiu a redução substancial dos custos de aquisição de *smartphones* e serviços de acesso à internet. Consequentemente, a população brasileira com acesso à rede de dados vem crescendo de forma constante, alcançando 83% dos domicílios, conforme o último dado disponibilizado.

Domicílios com Acesso à Internet, por área (%)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Total	54	61	67	71	83	82	80	84	83	86
Urbana	59	65	70	75	86	83	82	86	85	87
Rural	28	34	44	51	65	71	68	74	74	81

CGI.br. (2025). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios

A penetração total é beneficiada pela maior penetração da população urbana, onde este tipo de serviço é mais acessível. Porém, de 2016 para 2025, observou-se um grande aumento (+453 p.p.) no percentual da população rural usuária de internet, principalmente em razão da facilidade de obter acesso por meio de *smartphones*.

O dispositivo utilizado com maior frequência pelos usuários brasileiros para acesso à internet é o *smartphone*. Neste aspecto, a disponibilização de aplicativos de empresas varejistas e a capacidade de manter uma base relevante de usuários ativos passam a ter especial importância quanto a conquista da venda.

A evolução do público com acesso à rede mundial traz mudanças significativas no mercado consumidor, dando o poder ao cliente de pesquisar entre uma infinidade de varejistas por seu produto de interesse, inclusive varejistas internacionais.

Mercado de E-commerce

Com a internet cada vez mais presente na vida dos brasileiros, o mercado de *e-commerce* ganhou espaço na rotina de consumo dos brasileiros e, no ano de 2025, participou com 14,5% de todas as vendas.

Benefícios fiscais e legislação especial

O setor varejista brasileiro é igualmente influenciado pelo arcabouço tributário e regulatório vigente, cujas características impactam diretamente a estrutura de custos, a competitividade e as decisões de expansão das empresas do segmento.

Entre os principais aspectos fiscais e regulatórios que afetam o setor, destacam-se: (i) o regime de substituição tributária do ICMS, amplamente aplicado a produtos comercializados no varejo, que concentra a

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

arrecadação do imposto nas etapas anteriores da cadeia e impõe desafios de gestão de créditos tributários; (ii) a complexidade do sistema tributário brasileiro, com a coexistência de tributos federais (PIS, COFINS, IPI), estaduais (ICMS) e municipais (ISS), que demandam estruturas robustas de compliance fiscal; e (iii) as discussões em curso no âmbito da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023), que prevê a substituição de tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS pelos novos tributos IBS, CBS e Imposto Seletivo, com impacto relevante sobre o setor varejista no período de transição.

A Companhia usufrui de benefícios fiscais de ICMS específicos ao varejo e à indústria de móveis em 17 estados brasileiros. Trata-se de benefícios previstos nas próprias legislações estaduais, dentre os quais destacamos aqueles relativos à redução de base de cálculo de ICMS e crédito presumido de ICMS nas vendas do *e-commerce*.

Do ponto de vista regulatório, o setor é regido, entre outras normas, pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e pela Lei do E-commerce (Decreto nº 7.962/2013), que estabelecem obrigações relacionadas à transparência, à política de trocas e devoluções e à segurança nas relações de consumo, influenciando diretamente as práticas comerciais e operacionais das varejistas.

(i) *participação em cada um dos mercados*

Acreditamos estar entre os líderes do varejo de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis no Brasil, em termos de receita bruta.

(ii) *condições de competição nos mercados*

O comércio varejista apresenta uma acirrada competição, uma vez que a maior parte dos produtos não possui exclusividade e são iguais entre os principais concorrentes. Mesmo em um cenário competitivo, temos aumentado nossa participação de mercado nas categorias core, conforme comprovam os dados da consultoria especializada GFK Nielsen (NIQ).

Quanto aos nossos principais concorrentes, devemos destacar a Magazine Luiza, Americanas, Fast Shop e players regionais como Lojas Cem, Gazin e Bemoll.

Em 23 de outubro de 2025, a Companhia anunciou parceria estratégica de longo prazo com o Mercado Livre, sendo que, a partir de novembro de 2025, os produtos das categorias core da Casas Bahia — eletrodomésticos, eletrônicos e móveis — ficaram disponíveis na plataforma do Mercado Livre.

Em 23 de março de 2026, a Companhia anunciou parceria também com a Amazon Brasil para disponibilização de seus produtos na plataforma parceira a partir de tal data. Tais iniciativas visam ampliar o alcance digital da Companhia, fortalecendo sua estratégia *omnichannel*.

(d) *eventual sazonalidade*

As vendas da Companhia refletem a sazonalidade particularmente em certos momentos do ano: nos meses

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de maio (Dia das Mães), agosto (Dia dos Pais) e dezembro (Natal). Esses meses são períodos de forte elevação nas vendas em razão do aumento do consumo em geral.

Além disso, a Companhia criou em suas lojas eventos promocionais sazonais, tais como (i) a “Primeira Grande Liquidação do Ano”, em janeiro de todos os anos, (ii) dia do consumidor em março, e (iii) a “*Black Friday*”, no final do mês de novembro, os quais também geram aumento nas vendas em relação à média de vendas nos demais meses, excluídos os meses de maio, agosto e dezembro.

Por fim, em anos de Copa do Mundo, as vendas de determinados produtos também experimentam vendas sazonais, especialmente os televisores.

(e) principais insumos e matérias primas

(i) *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

A Companhia mantém um bom relacionamento com seus fornecedores e conta com uma base amplamente diversificada de produtos. Não há um principal insumo ou matéria-prima que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos comercializados nas lojas da Companhia ou que gere grande impacto na sua receita.

Os fornecedores da Companhia estão localizados em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal. Os principais fornecedores diretos para a Companhia – com contrato permanente ou terceiros – são divididos em 3 grupos. São eles:

- Lojas físicas – Telefonia celular, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos;
- Lojas *online* – Telefonia celular, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, itens complementares e alguns itens de cauda longa no marketplace
- Outros fornecedores – transportadoras, consultorias de negócio e TI, serviços em geral e *e-commerce*.

Por conta da natureza das suas operações, a Bartira tem uma classificação diferente. Os parceiros são divididos em:

- Fornecedores de matéria-prima (chapas de MDF); e
- Fornecedores de acessórios (puxadores, dobradiças, colas, perfis, entre outros itens).

Todos os fornecedores da Companhia têm conhecimento do Código de Conduta Ética (conforme abaixo definido) e se comprometem com o cumprimento de suas diretrizes ao assinar o contrato de compra com a Companhia, inclusive os prestadores de serviços. Além disso, dependendo do tipo de produto ou serviço que oferecem, os fornecedores devem apresentar certificações socioambientais, de forma a garantir que eles estejam em conformidade com todas as leis e regulamentações de seu setor, bem como com altos padrões de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

qualidade. Também é feita uma avaliação prévia do histórico reputacional de crimes ambientais dos fornecedores, por meio da análise de notícias ou processos judiciais.

Os canais de relacionamento da Companhia com seus fornecedores são os seguintes:

- Canal de denúncia, acessível a todos os fornecedores e prestadores de serviços, por meio do endereço;
- Plataforma de ressarcimento dos valores junto às transportadoras; e
- SAP Ariba, para processo de compras indiretas (cotação, negociação e aprovação).

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A despeito de a Companhia possuir uma base amplamente diversificada de produtos, estes produtos são adquiridos de um pequeno grupo de fornecedores. Apesar disso, a Companhia não apresenta dependência em relação a nenhum fornecedor isoladamente.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

A Companhia conta com uma base amplamente diversificada de produtos. Como não há um insumo ou matéria-prima principal que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos comercializados nas lojas da Companhia ou que possa gerar grande impacto na sua receita, os preços de seus produtos não apresentam alta volatilidade. Uma parcela relevante de sua cadeia de fornecedores é baseada no Brasil, especialmente para montagem, e, portanto, o efeito devido à exposição cambial é reduzido.

1.5 Principais clientes

1.5 Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no exercício corrente e/ou nos últimos três exercícios sociais.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total no exercício corrente e/ou nos últimos três exercícios sociais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As lojas da Companhia, seus centros de distribuição e fábrica de móveis necessitam das seguintes autorizações para funcionamento: (i) alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura local; (ii) auto de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros local; (iii) auto de conclusão da edificação e respectivo projeto aprovado, expedidos pela Prefeitura local; e (iv) licenças ambientais, conforme aplicável, incluindo, quando exigido pela atividade.

Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização),

O Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídas às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) ou Termos de Compromissos (“TC”) perante as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A Companhia mantém detalhado controle de documentos e licenças obrigatórias, avaliando as legislações específicas federais, estaduais e municipais, e mantém relação harmoniosa com a administração pública no âmbito das referidas aprovações.

Envidamos todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável. A falta de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total dos regulamentos, podem acarretar um efeito adverso para nossas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, quando aplicável, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei Federal nº 6.938/1981), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos legisladores e executores da mesma. Estão sujeitas a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com legislação específica, é

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

As atividades exercidas pela Companhia são, quando cabíveis, licenciadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos identificados ou identificáveis) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, incluindo, mas não se limitando, as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos titulares sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de titulares localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrita a atividades de tratamento de dados pessoais realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

A Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, órgão responsável pela

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

aplicação, regulamentação e fiscalização da Lei Geral de Proteção de Dados.

Mais recentemente, em setembro de 2025, a ANPD foi convertida em agência reguladora, passando a contar com autonomia técnica, administrativa e financeira reforçadas. Suas atribuições englobam: (i) função regulatória, com a edição de normas, diretrizes e interpretações da LGPD; (ii) função fiscalizatória e sancionadora, conduzindo processos administrativos nos casos de descumprimento da legislação; e (iii) função orientadora e educativa, promovendo boas práticas, disseminando informações, incentivando padrões e medidas de segurança e desenvolvendo estudos sobre proteção de dados e privacidade. Com essa nova estrutura, a ANPD consolidou-se como autoridade nacional permanente e com maior capacidade de atuação normativa e supervisão.

Regulamentação para funcionamento do Banco Investcred, Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, banQI IP, BNQI SCD e Casas Bahia Pay Corretora de Seguros

A Companhia possui subsidiárias e coligadas que realizam atividades sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil ("BCB") e do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), sendo autorizadas a operar e supervisionadas pelo BCB, conforme segue:

- (i) **BANCO INVESTCRED UNIBANCO S.A. ("Investcred")** é autorizado a operar como banco comercial pelo BCB;
- (iii) **FINANCEIRA ITAÚ CBD S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ("FIC")**, é autorizada a operar como sociedade de crédito financiamento e investimento ("SCFI") pelo BCB;
- (iv) **BANQI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA. ("banQi IP")** é autorizada a operar como instituição de pagamento pelo BCB; e
- (v) **BNQI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. ("BNQI SCD")** é autorizada a operar como sociedade de crédito direto pelo BCB;
- (vi) **CASAS BAHIA PAY CORRETORA DE SEGUROS LTDA ("Casas Bahia Pay Corretora")** é autorizada a operar como sociedade corretora de seguros, nos termos da regulamentação aplicável e sob supervisão da SUSEP.

Os investimentos da Companhia na Investcred e FIC, ambas instituições de financiamento de vendas que atuam diretamente com os clientes da Companhia, resultam de uma associação do Itaú Unibanco e da Companhia (Investcred), e do Itaú, da Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e da Companhia (FIC).

Com relação à FIC e ao Investcred, em 8 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças visando à alienação da totalidade das ações detidas, direta ou indiretamente, nessas entidades ao Itaú Unibanco S.A., diretamente ou por meio de suas afiliadas. A conclusão da operação está condicionada à verificação de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo BCB.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, as instituições financeiras, como é o caso da Investcred, BNQI SCD e FIC, devem obter aprovação do BCB antes de operar, bem como realizar determinadas ações previstas nas leis e regras aplicáveis, tais como nomeação de diretores e membros de órgãos estatutários (como o comitê de auditoria e o conselho fiscal), aumentos de capital, mudanças de acionistas controladores, fusões, cisões e outras operações societárias, entre outras.

O funcionamento das instituições de pagamento, como a banQi IP, está amparado principalmente na Lei 12.865/13 e nas Resoluções BCB nº 80 e 81, de 25 de março de 2021, as quais determinam as condições para pedidos de autorização e regras a serem observadas em suas operações.

Embora as instituições de pagamento estejam sujeitas à supervisão do BCB, cabe destacar que elas não são instituições financeiras e não podem realizar atividades privativas de instituições financeiras nos termos das leis e regulamentações aplicáveis, tais como receber depósitos e conceder empréstimos.

A atividade de corretagem de seguros exercida pela Casas Bahia Pay Corretora está sujeita à regulamentação e supervisão da SUSEP e do CNSP, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis às sociedades corretoras de seguros, incluindo a Resolução CNSP nº 393, de 30 de outubro de 2020, e demais normas aplicáveis.

Além disso, tanto instituições financeiras como de pagamento estão sujeitas a requerimentos mínimos de capital social integralizado e patrimônio líquido. Os procedimentos a serem observados na apuração desses limites mínimos foram recentemente alterados pela Resolução Conjunta nº 14 e Resolução BCB nº 517, ambas de 3 de novembro de 2025. O principal objetivo das novas regras é estabelecer valores mínimos que sejam proporcionais à natureza e à complexidade das atividades efetivamente desenvolvidas por cada instituição, substituindo o modelo anterior que determinava o nível de capital exigido unicamente com base no tipo de licença adotado por uma instituição regulada pelo BCB.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

Responsabilidade Ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar danos ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R\$ 50,00 e o máximo de R\$ 50.000.000,00. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e das respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o uso da marca por seu titular e o pagamento das taxas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas e retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

As patentes também são adquiridas mediante registro concedido pelo INPI. Para obter proteção patentária, um inventor ou detentor de uma inovação deve submeter um pedido de patente ao INPI, detalhando a descrição técnica da invenção, seu funcionamento e aplicabilidade. O processo de exame inclui a análise da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial da inovação. Caso a invenção atenda aos critérios estabelecidos, é concedida a patente, garantindo ao titular o direito exclusivo de explorar comercialmente a invenção por um período determinado, geralmente 20 anos a partir da data do pedido.

Atualmente, a Companhia é titular das suas marcas, nomes de domínio e licenças relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, incluindo, em especial, as marcas Casas Bahia, Ponto Frio, Bartira, Casas Bahia Pay e CB Full, e possui dependência de licença com relação ao uso da marca “Extra” e do nome de domínio “extra.com.br”, exclusivamente para comércio eletrônico.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

(ii) em favor de partidos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país-sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas relevantes no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas relevantes no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Impactos relevantes decorrentes da regulação de países estrangeiros nos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga um Relatório Anual Integrado que reporta seu desempenho financeiro, de transparência fiscal, social e ambiental ("Relatório Anual"). O Relatório Anual de 2025 será divulgado no 2º trimestre de 2026 e estará disponível no site de RI e no site Institucional da Companhia. As informações constantes neste item se referem ao Relatório Anual de 2024, conforme divulgado em 2025.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Em linha com as melhores práticas de sustentabilidade, o Relatório Anual é elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão GRI Standards a mais recente e utilizada no mundo todo para o reporte de informações ASG (ambientais, sociais e de governança). Também é adotado o *SASB* (*Sustainability Accounting Standards Board*) que define padrões para a divulgação de riscos e oportunidades em questões ambientais, sociais e de governança que podem impactar no desempenho financeiro da Companhia. Por fim, adota o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), de forma que o *framework* de capitais e geração de valor compartilhado da Companhia segue o padrão proposto pela entidade, conforme a Orientação CPC 09 – Orientações da CPC 09 Relato Integrado (que tem correlação com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado).

A Companhia também realizou a integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) identificando aqueles que estão diretamente conectados com a estratégia e a dupla materialidade da companhia e seus respectivos temas materiais.

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações não financeiras constantes no Relatório Anual 2024 da Companhia foram objeto de asseguração limitada por parte da KPMG Auditores Independentes Ltda. A asseguração limitada foi conduzida de acordo com o Comunicado Técnico CTO 07/2022 emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com base na NBC TO 3000 Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB).

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

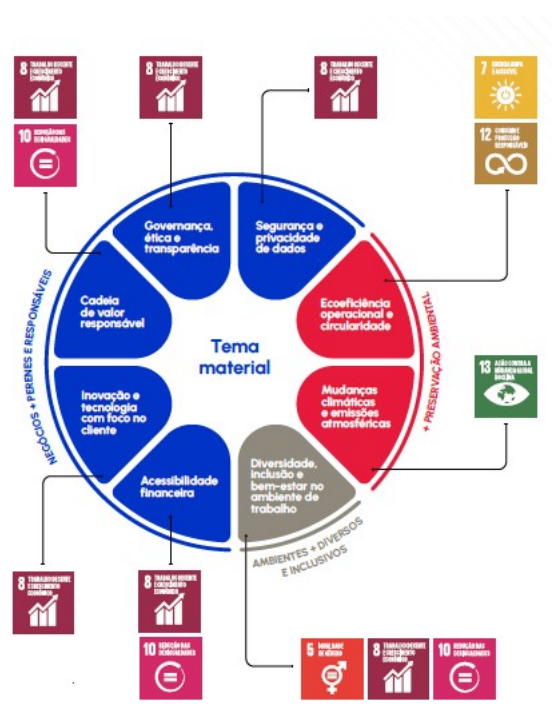
O Relatório Anual pode ser encontrado no site de RI da Companhia, por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/> e por meio do site da CVM

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

pelo link: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEEExterno.aspx?ID=1418871>

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

O Relatório Anual produzido pela Companhia considera uma matriz de materialidade, composta por oito temas materiais, que serviu de base para a estruturação do Relatório, conforme abaixo:



Alavancas estratégicas ESG	Temas Materiais
Pessoas	Gestão de Pessoas e Diversidade, Equidade e Inclusão
Pessoas	Saúde e Bem-estar dos Colaboradores
Crédito Responsável	Acessibilidade Financeira
Circularidade	Economia Circular
Circularidade	Mudanças Climáticas
Uso e Transição de IA	Inovação e Tecnologia
Uso e Transição de IA	Cibersegurança e Privacidade de Dados
Ética e Compliance	Ética, Integridade

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O Relatório Anual produzido pela Companhia leva em consideração os ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Os ODS materiais para o negócio da Companhia estão relacionados na matriz de materialidade indicada no item 1.9 (e) acima e levam em consideração os temas abaixo:

ODS prioritários para o Grupo Casas Bahia



(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (“TCFD”) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório Anual produzido pela Companhia não considera as recomendações da TCFD ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas quanto às questões climáticas. No entanto, a Companhia participa e reporta informações ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos. Além disso, a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme descrito no item abaixo e metodologia do Programa Brasileiro do GHG Protocol.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Na Companhia, a gestão das emissões atmosféricas é realizada visando monitorar e mitigar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) das operações do grupo, considerando as oportunidades e riscos de cada negócio frente aos impactos potenciais das mudanças climáticas. Nesse sentido, desde 2019, elaboramos o inventário de GEE de toda a nossa operação no Brasil.

O inventário é elaborado de acordo com o Programa Brasileiro do GHG Protocol, que adota uma metodologia internacionalmente reconhecida para quantificar as emissões das companhias. Desde 2020, recebemos o selo ouro do GHG Protocol, que estabelece como condições a realização de um inventário de emissões completo considerando os 3 escopos e a asseguuração por terceira parte independente. O inventário de emissões da Companhia pode ser encontrado por meio do link:

<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes>

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG em relatório específico.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de dupla materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que o relatório é objeto de asseguração limitada efetuada pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia considera os ODS materiais para seus negócios nas informações ASG divulgadas, conforme indicado no item (f) acima. Não obstante, o Relatório Anual produzido pela Companhia não considera, até a data deste Formulário de Referência, as recomendações da TCFD ou recomendações de divulgações de aspectos financeiros de outras entidades reconhecidas quanto às questões climáticas.

A Companhia participa e reporta informações ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos. Além disso, divulga anualmente o seu inventário de Gases do Efeito Estufa no Programa Brasileiro GHG Protocol com o reconhecimento do selo ouro por incluir os 3 escopos e passar por asseguração externa.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Em 8 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças visando à alienação da totalidade das ações detidas, direta ou indiretamente, na Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”) e no Banco Investcred S.A. (“Investcred”) ao Itaú Unibanco S.A., diretamente ou por meio de suas afiliadas. O preço da transação foi fixado em R\$ 266.113.514,52 (duzentos e sessenta e seis milhões, cento e treze mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), a ser pago à vista na data do fechamento, sujeito a ajustes usuais. A conclusão da operação está condicionada à verificação de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Operações Societárias

Não houve, no último exercício social e no exercício social corrente, operações societárias envolvendo a Companhia.

Aumentos de Capital

Em reunião realizada em 06 de agosto de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.648 milhões, mediante a emissão de 558.791.401 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas pela Domus VII Participações S.A. no contexto da conversão em ações de parcela da 2ª série da 10ª emissão de Debêntures da Companhia, observados os termos e condições previstos na Escritura da 10ª emissão de Debêntures. Para mais informações, vide a ata da reunião divulgada pela Companhia nos sites da CVM e de relações com investidores da Companhia.

Em reunião realizada em 30 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.031.892.588,44 (um bilhão, trinta e um milhões, oitocentos e noventa e dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), mediante a emissão de 278.138.164 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro) novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, em razão da conversão de 278.138.164 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro) debêntures da 3ª série, facultativamente conversíveis em ações, da 11ª emissão de debêntures da Companhia.

Em reunião realizada em 11 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 69.261.664,57 (sessenta e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), mediante a emissão de 18.611.483 (dezoito milhões, seiscentas e onze mil, quatrocentas e oitenta e três) novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, em razão da conversão de 18.611.483 (dezoito milhões, seiscentas e onze mil, quatrocentas e oitenta e três) debêntures da 3ª série, facultativamente conversíveis em ações, da 11ª emissão de debêntures da Companhia.

Em reunião realizada em 13 de abril de 2026, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 93.628.305,40 (noventa e três milhões, seiscentos e vinte e oito mil, trezentos e cinco reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 25.236.740 (vinte e cinco milhões, duzentas e trinta e seis mil setecentas e quarenta) novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, em razão da conversão de 25.236.740 (vinte e cinco milhões, duzentas e trinta e seis mil, setecentas e quarenta) debêntures da 2ª série, mandatoriamente conversíveis em ações, da 11ª emissão de debêntures da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Redução de Capital

Não houve, no último exercício social e no exercício social corrente, redução do capital social da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, tendo em vista que não há acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve, no último exercício social, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que, no último exercício social, nenhum contrato relevante foi celebrado pela Companhia e por suas controladas sem relação com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

Política Corporativa Ambiental

A Companhia segue as diretrizes de sua Política Corporativa Ambiental e seus procedimentos internos. A Política Corporativa Ambiental está disponível em nosso site de RI (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>).

Diretrizes Gerais

A Companhia, ciente de seu papel no mercado brasileiro, procura ser um agente transformador da sociedade, buscando sempre adotar as melhores práticas em seus negócios, visando a melhoria contínua de nossa gestão e o desempenho ambiental. Para orientar nossas ações, estabelecemos 3 compromissos principais:

- (a) Aumento progressivo no uso de energia renovável nas operações;
- (b) Aumento da adesão ao Programa Reviva (Programa de coleta de Resíduos Recicláveis da Companhia);
- (c) Gestão das emissões de Gases de Efeito Estufa com foco na mitigação das emissões oriundas da operação.

Diretrizes Específicas

Para implementação da Política de Gestão Ambiental nos seus negócios, a Companhia estabelece as seguintes diretrizes:

- (a) Compromisso com a Sustentabilidade;
- (b) Eficiência Energética e Uso de Fontes Renováveis;
- (c) Gestão de Resíduos e Fomento à Economia Circular;
- (d) Gestão das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- (e) Mapeamento e Gestão de Impactos Ambientais;
- (f) Planos de Ação e Melhoria Contínua; e
- (g) Conscientização e Comunicação.

Economia Circular

Desde 2019, a Companhia segue os conceitos da economia circular de forma estratégica nas suas operações. A economia circular propõe uma redução na produção de resíduos até o ponto em que eles sejam completamente reintroduzidos no ciclo de produção e consumo. Isso deve ser feito diminuindo também as emissões dos processos de produção, distribuição e reciclagem e aumentando o uso de energia de fontes renováveis.

Ela se baseia em 3 princípios:

1.16 Outras informações relevantes

- (a) Eliminar resíduos e poluição desde o princípio;
- (b) Manter produtos e materiais em uso; e
- (c) Regenerar sistemas naturais.

A gestão dos aspectos ambientais mais críticos na operação da Companhia está diretamente ligada a esses princípios. Os aspectos são: redução no consumo de energia pela organização, reciclagem de embalagens, aumento da recuperação de mercadorias devolvidas promovendo a economia circular.

Resíduos, Reciclagem e logística reversa

Para dar a melhor destinação aos resíduos gerados por suas operações, há mais de uma década a Companhia mantém o REVIVA, um dos maiores programas de reciclagem do varejo no Brasil. Os resíduos recicláveis gerados nos escritórios, lojas e centros de distribuição, bem como as embalagens devolvidas pelos clientes durante a entrega dos produtos (logística reversa), beneficiam em torno de 205 famílias ligadas às 11 cooperativas parceiras que promovem a reciclagem desses materiais e se beneficiam da receita adquirida de pela valorização dos resíduos. Assim, a Companhia reduz os impactos ambientais das suas operações e, ao mesmo tempo, contribui para a geração de trabalho, renda e a inclusão social dos cooperados.

Em 2025, o Programa REVIVA fez o gerenciamento de 2,7 mil toneladas de resíduos para reciclagem, reduzindo assim a quantidade de resíduos destinados a aterros, contribuindo para a reutilização de materiais e fomentando o trabalho das cooperativas parceiras que atuam no processo. No 1º trimestre de 2026, 595,5 toneladas de resíduos foram destinadas para reciclagem e reaproveitamento.

A Companhia mantém iniciativas relacionadas à logística reversa e à destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos, conforme descrito no item 1.1 deste Formulário de Referência.

Em 2025, a Companhia aperfeiçoou os esforços do Departamento de Assistência Técnica (DAT) para melhorar o serviço ao consumidor e para reduzir a quantidade de produtos enviados para descarte. Os seus clientes recebem assistência em casa por meio de equipes especializadas para os consertos, com o objetivo de evitar o máximo possível as trocas, tanto de itens eletroeletrônicos quanto de móveis. Produtos tratados no pós-venda, ou seja, passaram por avaliação, manutenção e testes de qualidade antes de serem comercializados em nossas lojas com valores mais baixos e com a indicação clara de sua situação para o consumidor.

Ao longo do ano de 2025, 13.275 toneladas de mercadorias foram comercializadas em nossas lojas de saldo e/ou através da revenda a parceiros homologados para reaproveitamento de componentes, aumentando o tempo de vida útil dos itens, diminuindo a geração de resíduos, e, por consequência, a extração de materiais para a produção de novos produtos. No 1º trimestre de 2026, 4.131 toneladas de mercadorias foram reaproveitadas por meio do nosso DAT, fomentando a economia circular e o aumento do tempo de vida útil dos equipamentos eletrônicos.

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia utiliza, ainda, desde 2019, critérios de ecoeficiência na construção de novas lojas, considerando espaços dedicados ao REVIVA, aparelhos de ar-condicionado com gases ecológicos, iluminação de LED, eficiência nos acionamentos hidráulicos e acessibilidade.

Energia

Além do desenvolvimento contínuo de ações para promover e ampliar a eficiência energética, nosso planejamento estratégico estabelece como compromisso o aumento de energia renovável em nossas operações, alcançando em torno de 94% de abastecimento por fontes renováveis no ano de 2025, 4% acima da meta pública de 90%. Para alcançar esse objetivo, nas lojas com consumo de baixa tensão, adquirimos energia solar, proveniente de geração distribuída e de usinas solares. Já nas lojas e unidades de média e alta tensão, adquirimos energia incentivada renovável e de fontes de baixo impacto, como usinas eólicas, de biomassa, solares e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), por meio do Mercado Livre de Energia.

Emissões

A gestão das emissões atmosféricas é realizada visando monitorar e mitigar as emissões de Gases do Efeito Estufa (“GEE”) das operações do grupo, considerando as oportunidades e riscos de cada negócio frente aos impactos potenciais das mudanças climáticas. Nesse sentido, desde 2019, elaboramos o inventário de GEE de toda a nossa operação no País. O objetivo do inventário é quantificar nosso impacto em relação às mudanças climáticas e apoiar na elaboração de estratégias para mitigar esse impacto adverso. O inventário é elaborado de acordo com o Programa Brasileiro do GHG *Protocol*, que adota uma metodologia internacionalmente reconhecida para quantificar as emissões das companhias.

Desde 2020, recebemos o selo ouro do GHG *Protocol*, que estabelece como condições a realização de um inventário de emissões completo e a asseguuração por terceira parte independente.

Por meio do inventário, voltamos a participar e reportar nossas informações ao Carbon Disclosure Project (“CDP”), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos.

A divulgação das informações sobre emissões ao CDP é pré-requisito para o nosso ingresso na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) da B3.

Ao longo dos últimos anos, a transformação em nosso processo de logística apoiou a redução das emissões de nossa operação. Ao descentralizar as entregas dos CDs para os hubs e utilizar a CBfull, nosso ecossistema logístico, para a entrega da última milha, diminuimos o uso de caminhões pesados, quer foram substituídos por veículos mais leves que consomem menos combustível e emitem menos CO2. Além disso, oferecemos o Retira Rápido em nossas lojas físicas Casas Bahia e Pontofrio, para que os clientes possam retirar gratuitamente suas compras online na loja mais próxima.

Eficiência e mudanças operacionais na nossa logística têm contribuído para a redução das emissões de gases do efeito estufa conforme relatado em nosso Relatório Anual.

1.16 Outras informações relevantes

Para saber mais, consulte o Relatório Anual no link a seguir:
<https://ri.grupocasasbahia.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/>.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.10 são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Os comentários dos diretores incluídos neste item 2.1, exceto quando expressamente ressalvado, devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (“Demonstrações Financeiras”), as quais foram arquivadas na CVM e podem ser consultadas no website: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/>.

A análise efetuada pelos Diretores esclarecendo os resultados apurados e os comentários acerca das flutuações registradas nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. Cabe ainda destacar que a Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e/ou os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara saldos, índices ou outros itens constantes das demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual (%) ou outros itens de uma linha em relação às receitas de venda de mercadorias e serviços quando se analisa os saldos registrados nas demonstrações de resultado correspondentes aos exercícios em análise.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores consideram que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava fundamentos financeiros e patrimoniais capazes de suportar a execução de seus planos de expansão e investimento, bem como o cumprimento de seus compromissos financeiros. Ressaltam, contudo, que a manutenção dessas condições depende de fatores externos alheios ao controle da Companhia, como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira e outros elementos macroeconômicos que influenciam diretamente seu desempenho.

Em agosto de 2023, a Companhia apresentou ao mercado e aos seus acionistas, por meio de fato relevante datado de 10 de agosto de 2023, seu Plano de Transformação, que estabeleceu diretrizes estratégicas voltadas à estabilização da operação, ao fortalecimento da geração de caixa e ao aumento da rentabilidade (“Plano de Transformação” ou “Plano”). O Plano tem como propósito tornar a Companhia mais resiliente e preparada para enfrentar cenários adversos, assegurando uma posição de liquidez sólida e sustentável ao longo dos anos seguintes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Entre 2023 e 2025, a Companhia executou as iniciativas previstas no Plano, obtendo reduções de custos e despesas, ganhos de eficiência operacional e a reconfiguração bem-sucedida de sua estrutura de capital, incluindo o reperfilamento da dívida. Com a conclusão dessa etapa inicial em 2025, o Plano de Transformação alcançou seus objetivos estratégicos, permitindo que a Companhia avançasse para uma nova fase, direcionada ao crescimento contínuo e sustentável de sua rentabilidade.

Nesse mesmo período, a Companhia também seguiu avançando na implementação de medidas estruturais que aprimoraram sua operação e seu posicionamento competitivo. Em 2025, consolidou os resultados decorrentes de mudanças estratégicas implementadas ao longo dos ciclos anteriores, incluindo a otimização de portfólio, o fortalecimento de sua malha logística, iniciativas de digitalização e avanços relevantes em governança, impulsionados pela reestruturação societária e pela conversão de dívidas em capital. Esses movimentos contribuíram para a melhora de margens, para o fortalecimento da geração de caixa e para a criação das condições necessárias para uma atuação mais sustentável nos anos seguintes, reforçando a preparação da Companhia para operar em um ambiente ainda desafiador e altamente competitivo.

Em relação ao endividamento, especialmente sobre o Índice de Dívida Líquida Ajustada sobre Patrimônio Líquido e Índice de Dívida Líquida Ajustada sobre o EBITDA Ajustado, conforme abaixo:

	Em / ou no exercício social encerrado em	
(Em milhões de reais, exceto índices)	31.12.2025	31.12.2024
Dívida Líquida Ajustada ⁽¹⁾	(112)	(1.525)
Patrimônio Líquido	2.774	2.477
Índice Dívida Líquida Ajustada sobre Patrimônio Líquido	(0,04)	(0,62)
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	2.555	1.970
Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado	(0,04)	(0,77)

(1) A Dívida Líquida Ajustada da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$3.217 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 3.350 milhões em 31 de dezembro de 2024, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos a obrigações com risco sacado (portal) e obrigações com risco sacado (convênio) no montante de R\$ 2.462 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 2.571 milhões em 31 de dezembro de 2024. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Para a reconciliação da Dívida Líquida Ajustada, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. O EBITDA Ajustado não representa os fluxos de caixa dos períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ou como indicador de desempenho operacional ou de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pode não ser comparável às medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Para a reconciliação do prejuízo do período/exercício para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2025, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia era de R\$ 112 milhões, representando uma redução de R\$ 1.413 milhões ou 93% em relação à Dívida Líquida Ajustada em 31 de dezembro de 2024, que era de R\$ 1.525 milhões. Esta diminuição deve-se, principalmente: (i) à conversão da 2ª série da 10ª emissão de debêntures realizada no montante de R\$ 1.648 milhões e (ii) à emissão da 11ª emissão de debêntures, operação que envolveu a substituição substancial das condições originalmente pactuadas com desconto de R\$ 610 milhões em relação ao saldo anterior e reconhecimento. O EBITDA Ajustado em 31 de dezembro de 2024 foi impactado pelo prejuízo registrado no exercício, o que resultou na redução do patrimônio líquido da Companhia e, conseqüentemente, na piora do índice de Dívida Líquida Ajustada sobre Patrimônio Líquido naquele ano. Já em 31 de dezembro de 2025, com os avanços decorrentes da execução do Plano e a melhoria do desempenho operacional ao longo do exercício, a Companhia apresentou uma evolução favorável tanto na Dívida Líquida Ajustada quanto no índice de Dívida Líquida Ajustada sobre Patrimônio Líquido, refletindo o processo de recomposição do patrimônio líquido e o fortalecimento da estrutura financeira no exercício.

(b) Estrutura de capital

Na estrutura de capital da Companhia (consolidada) em 31 de dezembro de 2025, 91,80% do capital era de terceiros e 8,20% de capital próprio.

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de			
	2025	AV (%)	2024	AV (%)
Capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante)	30.864	91,80%	31.412	92,70%
Capital próprio (total do patrimônio líquido)	2.774	8,20%	2.477	7,30%
Total capital de terceiros e capital próprio	33.638	100,00%	33.889	100,00%

Na avaliação dos Diretores da Companhia, a atual estrutura de capital da Companhia apresenta um nível de alavancagem considerado aquém do adequado. Ao avaliar as principais mutações do patrimônio líquido, podemos destacar os efeitos do resultado acumulado da Companhia.

A carteira de crediário da Companhia era financiada exclusivamente por bancos e operações de CDCI (Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência), de forma que as instituições financeiras antecipam o fluxo de pagamentos do crédito feito ao consumidor final. Esse modelo tem como consequência a utilização do limite de crédito da Companhia com as instituições financeiras, por esse motivo a Companhia passou a buscar outras formas de financiamento, principalmente, no mercado de capitais, de forma direta e segregada, por meio da constituição de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cessão da carteira de crediário ao FIDC. Tal medida possibilitou a abertura de outras linhas de crédito para a Companhia e com isso tem conseguido aumentar a penetração e rentabilização do produto de crediário da Companhia.

Os Diretores esclarecem que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia avaliam que os fluxos de caixa gerados pelas operações, combinados com os recursos disponíveis, continuaram indicando condições adequadas para o cumprimento de suas obrigações financeiras de curto e longo prazos. A administração permaneceu comprometida com iniciativas voltadas ao reforço da liquidez e à preservação da capacidade de pagamento da Companhia, mantendo rigor no acompanhamento da estrutura financeira e na execução das medidas previstas no Plano de Transformação.

A Companhia ressalta que seguiu implementando as iniciativas do Plano de Transformação ao longo de 2025, voltadas à estabilização operacional, à priorização da geração de caixa e à melhoria da rentabilidade. A execução dessas iniciativas ocorreu conforme o esperado, contribuindo para maior eficiência operacional, melhor alocação de recursos e fortalecimento da capacidade de geração de caixa.

A Administração entende que não há incertezas significativas relacionadas à capacidade da Companhia de fazer frente às obrigações de curto prazo. Essa avaliação considera tanto as condições operacionais e financeiras observadas no ano de 2024 quanto os avanços estruturais registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, decorrentes da execução das medidas estratégicas adotadas.

Nesse contexto, destacam-se aspectos relevantes da gestão da estrutura de capital da Companhia:

- Em 26 de julho de 2024, a Companhia concluiu a 10ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 4.080 milhões, em 3 (três) séries, destinada à substituição das dívidas financeiras quirografárias sujeitas ao Plano de Recuperação Extrajudicial. Essa operação permitiu reorganizar o perfil de vencimentos, reduzir incertezas e fortalecer a posição de liquidez.
- Em 22 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a 11ª emissão de debêntures, em 4 (quatro) séries, no valor total de R\$ 2.409 milhões, estruturada de forma a aprimorar o perfil da dívida e ampliar sua flexibilidade financeira. Nessa emissão, foi facultado aos debenturistas da 10ª emissão trocar seus títulos pelos novos instrumentos, o que resultou em redução significativa do saldo remanescente da 10ª emissão e contribuiu para o aprimoramento da estrutura de capital e do cronograma de amortização.

Além das operações mencionadas, a Companhia permaneceu empenhada em reforçar sua liquidez por meio de medidas como:

- (i) redução contínua de custos e despesas operacionais;
- (ii) maior eficiência na alocação de recursos financeiros em ativos estratégicos; e
- (iii) ampliação de linhas de receita, incluindo o Crediário Casas Bahia, que desempenhou papel relevante na diversificação e fortalecimento da geração de caixa.

Em 31 de dezembro de 2024, os indicadores de endividamento refletiam os efeitos do prejuízo registrado no exercício, que impactou o patrimônio líquido e pressionou os índices de alavancagem. Contudo, a Companhia mantinha condições adequadas para honrar seus compromissos, considerando o caixa disponível, o

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

escalonamento dos vencimentos das dívidas e as medidas de gestão financeira em andamento.

Já em 31 de dezembro de 2025, os efeitos combinados da execução contínua do Plano resultaram em melhora da posição de liquidez e em evolução favorável dos indicadores de Dívida Líquida Ajustada e capacidade de pagamento, refletindo o fortalecimento da estrutura financeira e a recomposição gradual do patrimônio líquido.

Por fim, a Companhia reforça seu entendimento de que administra sua estrutura de capital de forma diligente, monitorando constantemente as condições econômicas e seus impactos sobre a posição financeira. A Companhia não está sujeita a requerimentos regulatórios específicos sobre capital, possuindo flexibilidade para ajustar seu nível de endividamento e manter o cumprimento de suas obrigações.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram: (a) geração de caixa através de sua operação; (b) contratos financeiros que representam financiamentos denominados em moeda nacional e debêntures; e (c) antecipação de recebíveis. Cabe ainda mencionar que a Companhia não captou recursos em moeda estrangeira no período analisado.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto em 31 de dezembro de 2025 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

Apesar de essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, é possível que, no futuro, caso os Diretores da Companhia julguem pertinente, a Companhia utilize outras fontes de financiamento (como o acesso ao mercado de capitais) ou contrate financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento, não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar sua necessidade de capital de giro no curto prazo.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos e FIDC's (cotas seniores) da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Em 31 de dezembro de	
(em R\$ milhões)	2025	2024
Repasse para instituições financeiras – CDCI	5.292	5.377
Empréstimos em moeda nacional e debêntures	1.006	2.682
Debêntures 10ª emissão (2ª série)	-	1.387
Total empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	6.298	9.446
FIDC´s (cotas seniores)	1.742	269
Total empréstimos e financiamentos e FIDC´s (cotas seniores) (circulante e não circulante)	8.040	9.715

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos considerados relevantes pelos Diretores da Companhia estão descritos abaixo:

Repasse para instituições financeiras (“CDCI”)

As operações de repasse para instituições financeiras correspondem ao financiamento das vendas realizadas na modalidade crediário, por meio de linhas de crédito contratadas com instituições financeiras. Os financiamentos podem ter prazo de até 24 meses, com prazo médio histórico de aproximadamente 14 meses.

Nas operações de CDCI, a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios associados aos créditos cedidos, permanecendo responsável pela liquidação final e oferecendo seus direitos creditórios em garantia.

Os encargos financeiros praticados nas operações ativas em 31 de dezembro de 2025 eram, em média, de 27,36% a.a. (19,23% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Os saldos registrados nessas operações totalizavam R\$5.292 milhões em 31 de dezembro de 2025, abrangendo passivos circulantes e não circulantes, contra R\$ 5.377 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Empréstimos em moeda nacional e debêntures

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos diretamente atribuíveis à transação, e posteriormente mensurados ao custo amortizado pelo método dos juros efetivos, exceto a 2ª série da 10ª emissão de debêntures, a qual é mensurada ao valor justo por meio do resultado, em conjunto com a opção de conversão (*fair value option*).

A 10ª emissão de debêntures, concluída em 26 de julho de 2024, foi realizada no valor total de R\$ 4.080 milhões, com garantia real, distribuída em três séries, sendo a 1ª e a 3ª séries simples e não conversíveis e a 2ª série conversível em ações. O saldo das debêntures da 10ª emissão, considerando montantes circulantes e não circulantes, era de R\$ *nill* milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 3.711 milhões em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 22 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu a 11ª emissão de debêntures simples, no montante total de R\$ 2.409 milhões. Nessa operação, foi facultada aos debenturistas da 10ª emissão a troca voluntária de seus títulos pelos instrumentos da nova emissão, o que resultou em redução adicional da dívida remanescente da 10ª emissão, reforçando o esforço de reconfiguração da estrutura de capital iniciado nos exercícios anteriores.

	Remuneração	Quantidade	Valor nominal unitário (na data de emissão – R\$)	Saldo em 31.12.2025 (R\$ em milhares)
10ª emissão – 1ª série	CDI + 1,50%	1.500	1.000,00	-
10ª emissão – 2ª série ⁽¹⁾	CDI + 1,00%	1.407	1.000,00	-
10ª emissão – 3ª série ⁽²⁾	CDI + 1,00%	1.173	1.000,00	-
11ª emissão – 1ª série	CDI + 1,00%	222	1.000,00	216
11ª emissão – 2ª série	Participação nos lucros	938	1.000,00	796
11ª emissão – 3ª série	TR (atualização Monetária)	1.103	1.000,00	945
11ª emissão – 4ª série	100% do CDI	146	1.000,00	146

⁽¹⁾ A 2ª série foi disponibilizada para credores que (i) mantivessem as condições de eventuais linhas não sujeitas à Recuperação Extrajudicial e/ou (ii) disponibilizassem novos recursos.

⁽²⁾ A 3ª série foi disponibilizada para os credores que não aceitaram as condições da 2ª série.

Conversão da 2ª série da 10ª emissão de debêntures

Em 30 de junho de 2025, foi aprovado, em assembleia de debenturistas, o adiantamento do prazo de conversão da 2ª série das debêntures, originalmente previsto para ocorrer entre novembro de 2025 e maio de 2027. Em 6 de agosto de 2025, a Companhia realizou conversão antecipada parcial dessa série no valor de R\$ 1.648 milhões, a um preço por ação equivalente a 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) dos 90 dias anteriores à solicitação de conversão, resultando em R\$ 2,95 por ação. As ações emitidas foram subscritas pela Domus VII Participações S.A., subsidiária da Mapa Capital Participações (“Domus”).

Conversão da 3ª série da 11ª emissão de debêntures

Em 30 de dezembro de 2025, foi aprovada a conversão antecipada parcial da 3ª série no valor de R\$ 1.032 milhões. A entrega das ações ocorreu em janeiro de 2026, a um preço por ação equivalente a 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) dos 90 dias anteriores à data de emissão das debêntures, resultando em R\$ 3,71 por ação. As ações emitidas foram subscritas pela Domus.

Em 10 de março de 2025, foi aprovada a Companhia a conversão uma nova conversão antecipada parcial dessa série no valor de R\$ 69,3 milhões, a um preço por ação equivalente a 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) dos 90 dias anteriores à data de emissão das debêntures atualizado pela TR até a data da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

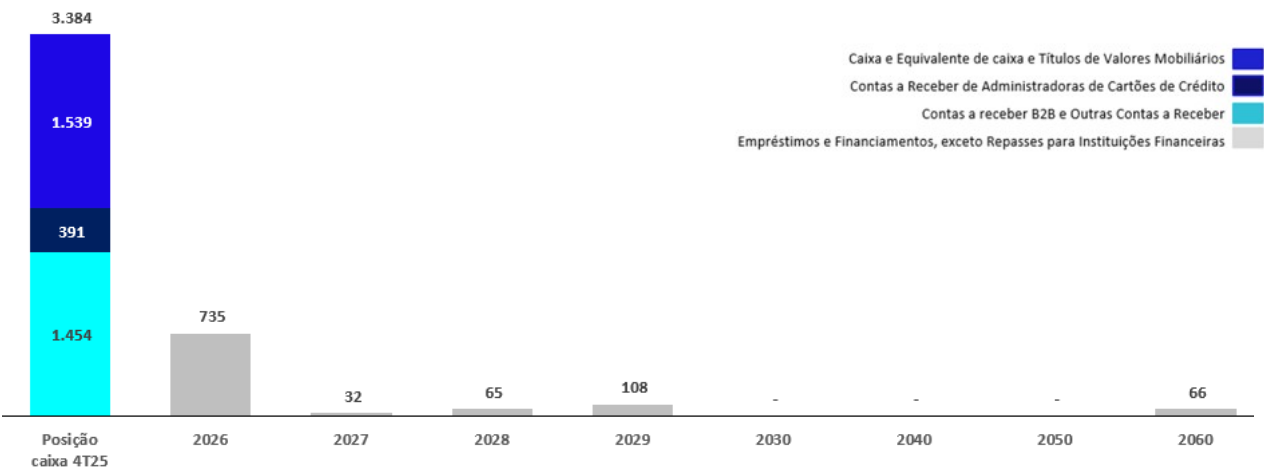
efetiva entrega das ações aos debenturistas, resultando em R\$ 3,72 por ação. As ações emitidas foram subscritas pelos respectivos debenturistas que realizaram a solicitação de conversão, de acordo com os procedimentos adotados pela B3 e pelo escriturador das ações da Companhia.

Liquidação da 4ª série da 11ª emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento integral da 4ª série da 11ª emissão de debêntures, no montante aproximado de R\$ 146 milhões, conforme condições estabelecidas na respectiva escritura de emissão.

Com a liquidação dessa obrigação, o passivo financeiro correspondente foi integralmente extinto.

Cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos (exceto repasse para instituições financeiras – CDCI) em 31 de dezembro de 2025 (Em milhões de reais)



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Posição caixa 4T25 se refere ao somatório dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 1.225 milhões, títulos e valores mobiliários – títulos públicos (circulante) no montante de R\$ 314 milhões, contas a receber com administradoras de cartões de crédito no montante de R\$ 391 milhões, contas a receber – B2B no montante de R\$ 746 milhões e outras contas a receber no montante de R\$ 708 milhões em 31 de dezembro de 2025.

FIDCs

A Companhia passou a operar com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's com o objetivo de antecipar recebíveis e alavancar seus investimentos, além de diversificar riscos. Ao negociar seus recebíveis com um FIDC, a Companhia obtém liquidez imediata, captando recursos para capital de giro ou outros fins, e os riscos são distribuídos entre os investidores do fundo.

A Companhia consolida os respectivos FIDC's, tendo em vista que exerce controle sobre as principais decisões operacionais e detém os riscos e benefícios significativos do fundo, no contexto da consolidação,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

correspondendo ao valor devido aos cotistas seniores do fundo, os quais têm preferência no recebimento dos recursos originados pela carteira de direitos creditórios adquiridos pelos FIDC's. Essas cotas representam uma obrigação para a Companhia e o seu saldo é apresentado no passivo não circulante na rubrica "FIDC's (cotas seniores)" das demonstrações financeiras consolidadas e/ou informações financeiras intermediárias. Em 30 de dezembro de 2025, o saldo registrado na rubrica "FIDC's (cotas seniores)" totalizava R\$ 1.742 milhões (R\$ 269 milhões em 31 de dezembro de 2024).

Todos os fundos listados a seguir se enquadram na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175.

FIDC's	Operação	Quantidade de cotas (Em unidades)	Participação no Patrimônio líquido	Valor das cotas (Reais cotas)	por 31.12.2025
FIDC IBCB	Risco sacado	366.669	51,75%	2.126	780
FIDC CBSB	Risco sacado	33.089	49,62%	2.299	76
FIDC FEEDER	CDC	21.119	99,97%	2.063	43
FIDC RED ASSET	CDC	1.500	100,00%	1	1
FIDC RIZA	Risco sacado	113.500	21,51%	1.075	122
FIDC JIVE	CDC	63.579	19,57%	1.033	66
FIDC IBCB BS	CDC	1.992	100,00%	997	2
		601.448			1.090

• FIDC IBCB

O FIDC IBCB foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração indeterminado, nos termos da regulamentação aplicável da CVM.

O Fundo tem por objetivo a aquisição e gestão de direitos creditórios originados no âmbito das operações do Grupo, especialmente aqueles decorrentes de vendas a prazo e operações de financiamento ao consumidor, observados os critérios de elegibilidade definidos em regulamento.

A estrutura contempla emissão de cotas seniores e subordinadas, sendo as cotas subordinadas responsáveis pela absorção inicial de perdas da carteira. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 51,75% do patrimônio líquido do Fundo por meio de cotas subordinadas.

• FIDC CBSB

O FIDC CBSB foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, prevendo amortizações periódicas de cotas conforme regulamento.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações do Grupo, observando critérios de elegibilidade e concentração definidos em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

com diferentes níveis de subordinação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 49,62% do patrimônio líquido do Fundo por meio de cotas subordinadas.

- FEEDER CDC

O Feeder foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo indeterminado.

Sua política de investimento consiste preponderantemente na aquisição de cotas de outros fundos de investimento em direitos creditórios vinculados às operações de crédito do Grupo, estando sua exposição econômica associada, de forma indireta, às carteiras de direitos creditórios subjacentes.

A Companhia detém 99,97% do patrimônio líquido do Fundo.

- RED ASSET CDC

O Red Asset foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo. Sua estrutura contempla classes de cotas com subordinação econômica.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 100% das cotas subordinadas.

- FIDC RIZA

O FIDC RIZA foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios comerciais relacionados às operações com fornecedores do Grupo, conforme política de investimento estabelecida em regulamento.

A administração fiduciária e a gestão da carteira são exercidas por instituições independentes, cabendo ao gestor a condução das atividades relevantes do Fundo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 21,51% do patrimônio líquido por meio de cotas subordinadas.

- FIDC JIVE

O FIDC JIVE foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo indeterminado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Fundo possui estrutura multicarteira, podendo investir em diferentes carteiras de direitos creditórios, observadas as diretrizes previstas em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação.

A administração e a gestão são exercidas por instituições independentes, sendo as decisões relativas às atividades relevantes conduzidas pelo gestor, conforme regulamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 19,57% do patrimônio líquido por meio de cotas subordinadas.

- FIDC IBCB BS

O IBCB BS CDC foi constituído com o objetivo de adquirir direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo.

O IBCB BS CDC foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo, observados os critérios definidos em regulamento.

A estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 100% das cotas subordinadas.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que, exceto por determinadas participações em companhias que tenham instituições financeiras como acionistas em conjunto com a Companhia, não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) do Formulário de Referência.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Alguns de nossos contratos de endividamento são garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens.

As operações garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios e/ou por alienação fiduciária de bens são classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas de concurso de credores. As demais obrigações são classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível estará sujeita à classificação e ao tratamento previstos na legislação aplicável, notadamente à Lei nº

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

11.101/2005.

(iv) **Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições**

Em 31 de dezembro de 2025, as escrituras das 10ª e 11ª emissões de debêntures representam os únicos contratos financeiros da Companhia que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross default*) aplicável à Companhia e suas controladas (conforme definido na respectiva escritura de emissão), sendo que referidas emissões representam, em tal data, 100% do endividamento financeiro da Companhia.

Adicionalmente, a manutenção do vencimento contratual das referidas emissões em seu prazo original está condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”) típicas de operações dessa natureza, tais como protestos, cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações), descumprimento de obrigações e distribuição de dividendos acima do mínimo legal caso esteja em mora. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em cumprimento com os referidos *covenants*.

O principal *covenant*/indicador das debêntures da 10ª e da 11ª emissão da Companhia é a relação entre dívida líquida consolidada e o EBTIDA consolidado ajustado, menor ou igual a 3,00, conforme definido na respectiva escritura de emissão.

(g) **Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia faz uso de empréstimos de capital de giro como sua principal fonte de recursos, notadamente os empréstimos CDCI, os descontos de recebíveis de cartões de crédito e financiamentos em moeda nacional. O Conselho de Administração da Companhia aprova semestralmente os limites de contratação de empréstimos CDCI, enquanto os demais empréstimos são submetidos à análise do Comitê de Finanças.

(h) **Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31.12.2025		Exercício social encerrado em 31.12.2024		AH (%)
		AV (%)		AV (%)	
Receita de venda de mercadorias e serviços	29.197	100,0%	27.206	100,0%	7,3%
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(20.288)	-69,5%	(18.829)	-69,2%	7,7%
Lucro bruto	8.909	30,5%	8.377	30,8%	6,4%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas com vendas	(5.509)	-18,9%	(5.486)	-20,2%	0,4%
Despesas gerais e administrativas	(1.124)	-3,8%	(1.195)	-4,4%	-5,9%
Depreciações e amortizações	(824)	-2,8%	(864)	-3,2%	-4,6%
Outras despesas operacionais, líquidas	(175)	-0,6%	(388)	-1,4%	-54,9%
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	1.277	4,4%	444	1,6%	187,6%
Resultado financeiro, líquido	(3.687)	-12,6%	(2.187)	-8,0%	68,6%
Resultado de equivalência patrimonial	66	0,2%	66	0,2%	0,0%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.344)	-8,0%	(1.677)	-6,2%	39,8%
Imposto de renda e contribuição social	(644)	-2,2%	632	2,3%	-201,9%
Prejuízo líquido do exercício	(2.988)	-10,2%	(1.045)	-3,8%	185,9%

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais, líquidas, passaram de R\$ 388 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 175 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 213 milhões ou 54,9%. Essa variação está relacionada, principalmente, a ajustes na condução das demandas judiciais, com maior priorização de medidas que resultaram na postergação de pagamentos.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$ 2.187 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para uma despesa financeira líquida de R\$ 3.867 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 1.500 milhões ou 68,6%.

A variação ocorreu principalmente devido ao aumento nas despesas com juros reconhecidos das operações de CDCI, juros fornecedores convênio e no custo com venda de desconto de recebíveis que foram impactados pela alta de juros do exercício de 2025 e pela ampliação das operações com FIDC's, o que gerou uma variação de R\$ 324 milhões na despesa com FIDC's (cotas seniores).

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social passou de R\$ 1.677 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 2.344 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 667 milhões ou 39,8%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um crédito de R\$ 632 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para uma despesa de R\$ 644 milhões no exercício social

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

encerrado em 31 de dezembro de 2025. A redução ocorreu em função de uma provisão de R\$ 1.450 milhões para os ativos fiscais diferidos reconhecidos da Companhia.

As análises realizadas pela Companhia apontam que, considerando as premissas utilizadas para fins contábeis, há suporte para a manutenção dos ativos fiscais diferidos reconhecidos. Em decorrência do cenário macroeconômico desafiador observado no período, caracterizado, entre outros fatores, por níveis elevados de taxas de juros, pressões inflacionárias e instabilidades geopolíticas, a Administração realizou análises adicionais de sensibilidade e testes de estresse e, com base nos resultados dessas análises, reconheceu a provisão.

Prejuízo líquido do exercício

Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo líquido do exercício passou de R\$ 1.045 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.988 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma variação de 185,9%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da Asap Logística são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária pelo atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente.

A receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 34.798 milhões, e se comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 7,4%. O aumento é explicado pelo crescimento da receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos de todos os canais. Destacamos a performance do canal online +11,5%, tendo o 1P +11,0% e 3P (*marketplace*) +17,0%. Já as lojas físicas apresentaram crescimento de 5,5%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia oferece aos *sellers* serviços que incluem desde capacitação até o aumento da visibilidade das lojas virtuais, utilizando as ferramentas de publicidade. Dessa forma, a Companhia desenvolve uma plataforma que recebe e dá condições para que esses *sellers* cresçam e ampliem o relacionamento da Companhia com clientes em todos os pontos de contato.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os Diretores da Companhia, os fatores que afetaram materialmente seus resultados operacionais podem ser assim resumidos:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi marcado por diversos fatores, dentre os quais destacamos os seguintes:

Em 06 de agosto de 2025, foi realizada a conversão antecipada parcial da 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$1.648 milhões. O preço por ação foi calculado com base em 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações nos 90 dias anteriores à solicitação de conversão, o que resultou no preço por ação de R\$ 2,95.

Além disso, a Companhia progrediu com a estruturação de FIDC para a carteira do Crediário Casas Bahia e FIDC para as obrigações com risco sacado, convênio e portal.

Em decorrência do cenário macroeconômico desafiador observado no período, caracterizado, entre outros fatores, por níveis elevados de taxas de juros, pressões inflacionárias e instabilidades geopolíticas, a Administração realizou análises adicionais de sensibilidade e testes de estresse e com base nos resultados dessas análises, a Companhia reconheceu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 uma provisão nos ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 1.450 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi marcado pela evolução na alteração no perfil da dívida da Companhia. A 10ª emissão de debêntures simples alongou a dívida da Companhia no valor de R\$4.080 milhões para uma carência de 24 meses (2 anos) para pagamento de juros e de 30 meses (2,5 anos) para pagamento de principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos), com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%, dos quais R\$ 1.648 milhões foram capitalizados no contexto da conversão da 2ª série da referida emissão.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), de forma que a Companhia está exposta ao risco de variação de juros pelas dívidas contraídas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram captações de empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, não ocorreram contratações de operações de swap cambial.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/ Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes apresentaram uma ênfase em seu relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras no que diz respeito à recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e reapresentação de dados correspondentes, conforme abaixo.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Os auditores independentes chamaram a atenção para a nota explicativa nº 19.d às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2025, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e também sobre as diferenças temporárias, antes de provisão para realização, no montante total de R\$6.669 milhões, na controladora, e, R\$7.121 milhões, no consolidado. A realização destes tributos diferidos ativos depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e consequentemente ao prazo de realização deste ativo. A opinião dos auditores independentes não está ressalvada em relação a esse assunto.

Na opinião dos Diretores da Companhia, as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente os créditos tributários diferidos registrados, conforme descrito na Nota Explicativa 19(d) às Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Em decorrência do cenário macroeconômico desafiador observado no período, caracterizado, entre outros fatores, por níveis elevados de taxas de juros, pressões inflacionárias e instabilidades geopolíticas, a Administração realizou análises adicionais de sensibilidade e testes de estresse e, com base nos resultados dessas análises, a Companhia reconheceu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 uma provisão no montante de R\$ 1.450 milhões. A Companhia, no entanto, continuará monitorando periodicamente tais premissas, revisitando projeções e premissas econômicas sempre que necessário, assegurando que os saldos registrados reflitam, de forma adequada e consistente, as melhores estimativas disponíveis.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia no último exercício social.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações e outras avenças visando à alienação da totalidade das ações detidas, direta ou indiretamente, na Financeira Itaú CBD S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“FIC”) e no Banco Investcred S.A. (“Investcred”) ao Itaú Unibanco S.A., diretamente ou por meio de suas afiliadas. O preço da transação foi fixado em R\$ 266.113.514,52 (duzentos e sessenta e seis milhões, cento e treze mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos), a ser pago à vista na data do fechamento, sujeito a ajustes usuais. A conclusão da operação está condicionada à verificação de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Essa transação integra o pilar de monetização de ativos do Plano, preservando a continuidade do uso dos cartões de crédito *co-branded* (Itaú/Ponto Frio) nas lojas físicas e digitais da Companhia durante seus prazos de validade.

Adicionalmente, no decorrer de 2025, a Companhia ampliou a utilização de FIDC’s com o objetivo de antecipar recebíveis e alavancar seus investimentos, além de diversificar riscos. Ao negociar seus recebíveis com um FIDC, a Companhia obtém liquidez imediata, captando recursos para capital de giro ou outros fins, e os riscos são distribuídos entre os cotistas do fundo.

Abaixo apresentamos o saldo dos títulos e valores mobiliários (não circulante) relativos aos FIDC’s operados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

FIDC’s	Quantidade de cotas (Em unidades)	Participação no Patrimônio líquido	Valor cotas (Reais cota)	das por	Saldo em 31.12.2025 (R\$ milhões)
IBCB	366.669	51,75%	2.126		780
CBSB	33.089	49,62%	2.299		76
FEEDER CDC	21.119	99,97%	2.063		43
RED ASSET CDC	1.500	100,00%	1		1
RIZA	113.500	21,51%	1.075		122
JIVE	63.579	19,57%	1.033		66
IBCB BS	1.992	100,00%	997		2
Total – Títulos e Valores Mobiliários – FIDC’s	601.448		9.594		1.090

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(não circulante)				
------------------	--	--	--	--

(c) Eventos ou operações não usuais

Alguns efeitos não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia foram:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Estrutura de Capital: Em 30 de junho de 2025, foi aprovada em Assembleias Gerais de Debenturistas a antecipação do prazo para conversão da 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia, inicialmente programada para ser convertida entre novembro de 2025 até maio de 2027.

Em 06 de agosto de 2025, foi realizada a conversão antecipada parcial da 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia no valor de R\$1.648 milhões. O preço por ação foi calculado com base em 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações nos 90 dias anteriores à solicitação de conversão, o que resultou no preço por ação de R\$ 2,95.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia emitiu a 11ª emissão de debênture. Essa operação envolveu a substituição substancial das condições originalmente pactuadas na 10ª emissão de debêntures da Companhia. Em decorrência da magnitude das alterações contratuais e da introdução de instrumentos com liquidação patrimonial, a Companhia concluiu que a operação configurou modificação substancial, resultando na extinção contábil da 10ª emissão e no reconhecimento da 11ª emissão como novos instrumentos financeiros.

Em decorrência das solicitações de conversão facultativa recebidas pela Companhia no âmbito da 3ª série da 11ª emissão de debêntures, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias decorrentes da conversão das debêntures. Como resultado desse processo, foram efetivamente entregues:

- 278.138.164 ações ordinárias em 02 de janeiro de 2026, em decorrência da conversão de debêntures da 3ª série da 11ª emissão; e
- 18.611.483 ações ordinárias entre 02 e 06 de março de 2026, relacionadas a solicitações adicionais de conversão.

Dessa forma, a partir da efetiva emissão das ações, os saldos anteriormente registrados no patrimônio líquido como instrumentos patrimoniais a emitir passarão a compor o capital social e reservas de capital da Companhia, sem impacto adicional no resultado.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Estrutura de Capital: Em 26 de julho de 2024, em substituição às dívidas financeiras quirografárias sujeitas ao Plano, no valor de R\$4.080 milhões, a Companhia realizou a 10ª emissão de debêntures simples, da

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

espécie com garantia real em 3 (três) séries, sendo a 1ª (primeira) e a 3ª (terceira) séries simples, não conversíveis em ações e a 2ª (segunda) série conversível em ações. O alongamento incluiu uma carência de 24 meses (2 anos) para pagamento de juros e de 30 meses (2,5 anos) para pagamento de principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos), com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%.

Revisão de vida útil do imobilizado: Durante o exercício de 2024, foi realizada uma análise técnica detalhada dos ativos imobilizados, considerando o desempenho operacional, o plano de manutenção e as condições econômicas e tecnológicas atuais. Como resultado dessa análise, a Companhia identificou a necessidade de alterar a vida útil estimada de determinados ativos, a fim de refletir de forma mais fiel sua expectativa de uso futuro.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou, nos exercícios abaixo indicados, as seguintes medições não contábeis:

	Em / ou no exercício social encerrado em	
Indicadores financeiros (em milhões de reais, exceto índice)	31.12.2025	31.12.2024
EBITDA	2.380	1.582
Margem EBITDA	8,2%	5,8%
EBITDA Ajustado	2.555	1.970
Margem EBITDA Ajustada	8,8%	7,2%
Dívida Líquida Ajustada	(112)	(1.525)
Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado	(0,04)	(0,77)

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas informações financeiras intermediárias consolidadas e/ou com suas demonstrações financeiras consolidadas, e consiste no prejuízo do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é uma medição não contábil e consiste no quociente da divisão do EBITDA pela receita de venda de mercadorias e serviços.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA supracitado ajustado por outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, que correspondem a transações não incluídas nas atividades principais da Companhia, relacionadas, principalmente, com gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita de venda de mercadorias e serviços.

A Dívida Líquida Ajustada é uma medição não contábil e consiste no somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e FIDC's (cotas seniores), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários - títulos públicos (circulante), contas a receber de administradoras de cartões de crédito, contas a receber crediário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar (circulante e não circulante), contas a receber - B2B e outras contas a receber.

O Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado é uma medição não contábil que consiste no

2.5 Medições não contábeis

quociente da divisão da Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a Dívida Líquida Ajustada e o Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado não são medidas de lucratividade, desempenho operacional, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício ou do período, como indicadores do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

	No exercício social encerrado em	
Reconciliação EBITDA	31.12.2025	31.12.2024
(Em milhões de reais, exceto %)		
Prejuízo do exercício	(2.988)	(1.045)
Resultado financeiro, líquido	3.687	2.187
Imposto de renda e contribuição social	644	(632)
Depreciações e amortizações	1.037	1.072
EBITDA	2.380	1.582
Receita de venda de mercadorias e serviços	29.197	27.206
Margem EBITDA	8,2%	5,8%

	No exercício social encerrado em	
Reconciliação EBITDA Ajustado	31.12.2025	31.12.2024
(Em milhões de reais, exceto %)		
EBITDA	2.380	1.582
Outras despesas operacionais, líquidas ⁽¹⁾	175	388
EBITDA Ajustado	2.555	1.970
Receita de venda de mercadorias e serviços	29.197	27.206
Margem EBITDA Ajustado	8,8%	7,2%

(1) A composição da rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" encontra-se divulgada nas notas explicativas às respectivas informações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia e demonstram receitas (despesas) decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam o objeto social da Companhia, relacionadas principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

2.5 Medições não contábeis

	Em / ou no exercício social encerrado em	
Reconciliação Dívida Líquida Ajustada (Em milhões de reais, exceto %)	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.225	2.131
Títulos e valores mobiliários - títulos públicos (circulante)	314	283
Contas a receber de administradoras de cartões de crédito ⁽¹⁾	391	532
Contas a receber crediário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar ⁽²⁾	4.544	4.198
Contas a receber – B2B ⁽³⁾	746	313
Outras contas a receber ⁽⁴⁾	708	733
Empréstimos e financiamentos	(6.298)	(9.446)
FIDC's (cotas seniores)	(1.742)	(269)
Dívida Líquida Ajustada ⁽⁵⁾	(112)	(1.525)
EBITDA Ajustado	2.555	1.970
Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado	(0,04)	(0,77)

(1) Contas a receber de administradoras de cartões de crédito trata-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(2) Refere-se ao contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros, que, por sua vez, trata-se do lastro do repasse para instituições financeiras – CDCI contido nos saldos de empréstimos e financiamentos.

(3) Contas a receber - B2B trata-se de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses, por sua vez, quando utilizados, se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado.

(4) Outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.

(5) A Dívida Líquida Ajustada da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.217 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 3.350 milhões em 31 de dezembro de 2024, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos a obrigações com risco sacado (portal) e obrigações com risco sacado (convênio) (corresponde às rubricas fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024) no montante de R\$ 2.462 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 2.571 milhões em 31 de dezembro de 2024. A Dívida Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

2.5 Medições não contábeis

A Companhia entende que as medidas EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, Dívida Líquida Ajustada e Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias e não devem ser utilizadas em substituição às informações apresentadas em suas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias. Desta forma, estas medidas são informações adicionais utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes aos da Companhia.

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia por não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é uma medição gerencial apropriada para acompanhamento de sua margem e do resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos considerados não recorrentes pela Companhia, além de não ser impactado pelas flutuações nas taxas de juros, pelas alterações na carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização. Desta forma, no entendimento da Companhia, esta métrica expurga os efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e/ou que foram pontuais ao resultado da Companhia.

Dívida Líquida Ajustada e Índice Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado

A Companhia utiliza a Dívida Líquida Ajustada e índice de Dívida Líquida Ajustada sobre EBITDA Ajustado para auxiliar na avaliação do grau de alavancagem financeira da Companhia, endividamento, assim como auxiliar em decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. A Companhia entende que essas medidas funcionam como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social

(a) Conversão de debêntures da 3ª série da 11ª emissão em ações

Em decorrência das solicitações de conversão facultativa recebidas pela Companhia no âmbito da 3ª série da 11ª emissão de debêntures, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias decorrentes da conversão das debêntures.

Como resultado desse processo, foram efetivamente entregues:

- 278.138.164 ações ordinárias em 02 de janeiro de 2026, em decorrência da conversão de debêntures da 3ª série da 11ª emissão; e
- 18.611.483 ações ordinárias entre 02 e 06 de março de 2026, relacionadas a solicitações adicionais de conversão.

Dessa forma, a partir da efetiva emissão das ações, os saldos anteriormente registrados no patrimônio líquido como instrumentos patrimoniais a emitir passarão a compor o capital social e reservas de capital da Companhia, sem impacto adicional no resultado.

(b) Liquidação da 4ª série da 11ª emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento integral da 4ª série da 11ª emissão de debêntures, no montante aproximado de R\$ 146, conforme condições estabelecidas na respectiva escritura de emissão.

Com a liquidação dessa obrigação, o passivo financeiro correspondente foi integralmente extinto.

(c) Contratação de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) ou Nota Comercial

Em 11 de março de 2026, a Companhia recebeu o compromisso firme de emissão de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) ou Nota Comercial pela instituição financeira parceira, no montante de R\$ 1.426.

A operação possui prazo de 2 anos, com remuneração correspondente a CDI acrescido de 4,00% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o principal será liquidado integralmente no vencimento da operação (amortização bullet).

2.7 Destinação de resultados

2.7 Política de destinação dos resultados

31.12.2025	
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, após a manifestação do Conselho de Administração, a Diretoria deverá apresentar proposta para aprovação à assembleia geral sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer depois de realizadas as seguintes deduções ou acréscimos, decrescentemente e nessa ordem: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e (e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.
a.i Valores das retenções de lucros	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no exercício de 2025 foi prejuízo.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no exercício de 2025 foi prejuízo.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, e observado o disposto na alínea “e” do item anterior, 25% do lucro líquido do exercício deverá ser destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos atribuídos serão pagos aos acionistas da Companhia nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Eventuais distribuições de juros sobre capital próprio deverão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Conforme autorizado na forma da Lei das Sociedades por Ações e previsto no parágrafo único, do artigo 31 e no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis, e, por deliberação do

2.7 Destinação de resultados

	Conselho de Administração, poderá declarar dividendos intermediários à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, (ii) lucros acumulados ou (iii) reserva de lucros. O Conselho de Administração poderá ainda determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Alguns dos contratos financeiros dos quais a Companhia é parte impõem a restrição de pagamento de dividendos em montante superior aos 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Salvo pelo disposto em tais contratos e o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não está sujeita a quaisquer outras restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, visto que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras que norteiam a destinação dos resultados da Companhia encontram-se no Estatuto Social da Companhia e na legislação e/ou regulamentação competentes.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(i) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(ii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(iii) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que possam impactar a Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

(b) Natureza e o propósito da operação

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que possam impactar a Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10 Plano de negócios

(a) Investimentos, incluindo descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
R\$ milhões	2025	2024	AH	AV
Logística	28	18	154,5%	8,0%
Novas Lojas	15	15	50,0%	4,3%
Reforma de Lojas	57	37	470,0%	16,3%
Tecnologia	230	167	45,6%	65,9%
Outros	19	17	850,0%	5,4%
Total	349	254	82,7%	100,0%

Investimentos realizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os investimentos em Tecnologia tiveram como objetivo central assegurar a continuidade do negócio em escala, melhorar a experiência do cliente e preparar a Companhia para sustentar crescimento futuro sem aumento proporcional de risco ou custo. As entregas mais relevantes do exercício foram:

- Digital e E-commerce:** melhoria objetiva de performance e estabilidade das jornadas críticas (busca, produto, checkout e pagamento), com redução de falhas operacionais e uso inicial de IA para personalização. Esses avanços resultaram em aumento de conversão e impacto direto em GMV.
- Marketplace (3P):** recategorização e enriquecimento do catálogo 3P, fortalecimento do controle antifraude, evolução do *retail media*, melhor gestão do ciclo de vida dos sellers e maior previsibilidade logística, permitindo crescimento de volume com menor risco e maior monetização.
- Experiência Omnicanal:** integração mais fluida entre digital, lojas físicas e vendedor assistido, reduzindo fricções no processo de venda, aumentando ticket médio e viabilizando modelos de maior valor agregado, como atacado e B2B.
- Logística e Abastecimento:** ampliação de modalidades de frete, aumento da visibilidade do pedido ao cliente e uso de modelos analíticos para decisões operacionais. Expansão do uso de estoque regionalizado, permitindo a disponibilização do estoque das lojas nos diferentes canais de venda. Implantação de um TMS proprietário, viabilizando a expansão da CBFull e a personalização de processos. Todas essas ações geraram ganhos de eficiência e redução de custos
- Soluções Financeiras e Pagamentos:** modernização da plataforma de CDC, ampliação do financiamento digital, novos meios de pagamento e reforço relevante de segurança, com melhora direta nas taxas de aprovação.
- Base Tecnológica, Dados e Automação:** primeira etapa do Programa de DR, migração relevante para cloud, início do desligamento de tecnologias obsoletas, democratização do uso de dados, garantia da resiliência com aumento de produtividade, automação de processos críticos e primeiros casos de uso de IA, com impacto em produtividade e custo operacional.

2.10 Planos de negócios

Investimentos previstos

Para o exercício de 2026, a Companhia vislumbra realizar o investimento de R\$ 157 milhões em projetos. Sendo as principais frentes de investimento e entregas previstas:

- **Digital, Online e Clientes:** avanço significativo no uso de IA para personalização, recomendação e eficiência de mídia, com redução estrutural de AdCost. Expansão do marketplace (In e Out) e evolução do CRM com impacto direto em conversão, retenção e monetização.
- **Logística e Operações:** consolidar a CBFull como nossa plataforma de transporte, com ganhos de eficiência por meio da utilização de TACs, redução de prazos e melhoria da qualidade de serviço. Implantar uma Torre de Controle preditiva para antecipar riscos operacionais, aprimorar a comunicação e garantir o cumprimento dos prazos de entrega aos nossos clientes. Expandir o Ship From Store para a categoria de pesados e automatizar os processos de logística reversa e assistência técnica, com integração às aplicações de fornecedores responsáveis pela emissão de laudos de vistoria. Modernizar as estruturas de mainframe relacionadas ao estoque e abastecimento, integrando-as aos fornecedores por meio de APIs. Evoluir a logística das lojas com a implementação de aplicativos de inventário e abastecimento, aumentando a eficiência operacional e a acuracidade dos processos.
- **Experiência Omnicanal:** consolidação da Jornada E2E de Loja, reduzindo tempo de venda, aumentando a produtividade do vendedor e ampliando a monetização de serviços e meios de pagamento digitais.
- **Soluções Financeiras e Serviços:** expansão consistente da carteira de CDC, maior participação dos canais digitais na originação de crédito e crescimento das receitas recorrentes de S&S através de venda e agendamento de serviços com agente conversacional no whatsapp.
- **Base Tecnológica, Dados e Automação:** continuidade do plano de DR com ativação da 2ª zona no RJ, diversificação de fornecedores cloud com a GCP, migração de 100% ambiente on-premises e aumento da maturidade em cloud, aceleração do desligamento de legados, e ampliação do uso de automação e IA em processos operacionais, prevenção de riscos, monitoramento e suporte à decisão executiva.
- **Atendimento Cliente:** entregar uma nova e aprimorada experiência do cliente no atendimento pós-venda, como novo ecossistema unificado de CSM, com uso de IA na resolução de problemas, atendimento proativo e personalização para reduzir o esforço do cliente através de um autoatendimento;

Fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados, principalmente, pela geração de caixa decorrente das operações da Companhia.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, no futuro, caso os Diretores julguem pertinente, a Companhia poderá utilizar outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento para financiar eventuais investimentos.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores informam que não há previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no exercício social corrente.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que não há planos, no momento, de serem oferecidos novos produtos e/ou serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há, na data deste Formulário de Referência, previsão de investimentos significativos em novos produtos e serviços no exercício social corrente.

(iv) Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há, na data deste Formulário de Referência, previsão de investimentos significativos em novos produtos e serviços no exercício social corrente.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia possui diversas iniciativas relacionadas às questões ASG em seu plano de negócios, que são detalhadamente apresentadas no relatório anual da Companhia, em linha com a sua Dupla Materialidade atualizada, e estão relacionadas em sua maioria aos seguintes temas: Pessoas (gestão de pessoas, diversidade, equidade e inclusão; bem-estar e saúde dos colaboradores); Crédito Responsável (Acessibilidade Financeira); Circularidade (economia circular e Mudanças Climáticas); Uso e Transição para Inteligência Artificial (Inovação e Tecnologia, Cibersegurança e Privacidade dos Dados); Ética e Compliance

2.10 Planos de negócios

(Ética, Integridade e Compliance). Inclusive, os temas de energia renovável e mais mulheres em posição de liderança foram indicadores que compuseram a remuneração variável de executivos e demais lideranças da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia realizou despesas com publicidade, patrocínios e demais iniciativas de comunicação ao longo do período, distribuídas entre diferentes meios. Dentre tais despesas, a Companhia entende que a mais relevante foi a realizada em mídia *out of home* - OOH em ruas, trens e metrô, no montante de R\$ 18.950.506,19 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A alocação dos recursos segue critérios estabelecidos em políticas internas, considerando: (i) alinhamento ao planejamento estratégico e de comunicação; (ii) análise de eficácia e alcance dos meios; (iii) disponibilidade orçamentária aprovada; e (iv) avaliação de riscos reputacionais e de conformidade

Exceto pelo acima disposto, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às atividades da Companhia e de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Projeções sobre a evolução de seus indicadores

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às atividades da Companhia e de suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta a diversos fatores de risco que podem impactar seus resultados operacionais, sua situação financeira, seu fluxo de caixa e o valor de mercado de suas ações. A materialização de quaisquer desses riscos, isoladamente ou em conjunto, pode afetar adversamente a Companhia.

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos que podem impactar os seus negócios. Assim, recomenda-se que os potenciais investidores, realizem uma análise criteriosa de todas as informações contidas neste Formulário de Referência, notadamente os fatores de riscos a seguir indicados, bem como as demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias da Companhia e as suas respectivas notas explicativas.

Os fatores de riscos descritos nesta seção refletem os riscos atualmente conhecidos e considerados relevantes pela Companhia. Riscos adicionais, inclusive desconhecidos atualmente pela Companhia ou considerados irrelevantes, também poderão afetá-la adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá oscilar em razão de quaisquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento.

Para fins desta seção, os termos “efeito adverso”, “efeito negativo” ou expressões similares referem-se a impactos relevantes nas atividades, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez, nos negócios futuros e na reputação da Companhia, bem como no preço de mercado de seus valores mobiliários, salvo indicação em contrário, ou quando o contexto apresentado exigir interpretação diversa. Assim, a menção de que determinado risco, incerteza ou problema pode gerar tais efeitos indica a possibilidade de impacto relevante sobre esses aspectos.

Os fatores de risco estão organizados entre os itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência, podendo, contudo, ser aplicáveis a mais de uma categoria, e, portanto, devem ser analisados de forma conjunta.

(a) Riscos relacionados à Companhia

A Companhia pode não obter sucesso em sua estratégia de transformação operacional, o que pode afetar sua estrutura de capital, eficiência e resultados.

A efetividade da estratégia de transformação operacional da Companhia conduzida nos últimos anos depende da adequada execução das diretrizes estratégicas pela administração da Companhia, incluindo, mas não se limitando à capacidade de: (i) gerir suas marcas e cultura organizacional; (ii) alavancar as vendas com diluição de despesas e custos fixos; (iii) fortalecer e expandir a oferta de produtos, serviços e soluções financeiras aos seus clientes; (iv) aprimorar a experiência de compra e pós-venda do cliente por meio da multicanalidade; (v) avançar na transformação digital da Companhia, com adoção de novas tecnologias e modelos de negócio nas operações físicas e digitais; (vi) expandir o portfólio de produtos e serviços em condições competitivas; (vii) manter e ampliar a base de *sellers* do seu *marketplace*; (viii) aumentar as taxas de conversão nos canais digitais; e (ix) melhorar níveis de serviço, incluindo NPS, prazos de entrega e experiência do consumidor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O não atingimento de quaisquer dos objetivos dispostos acima, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a capacidade da Companhia de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. Adicionalmente, a Companhia pode sofrer impactos negativos, incluindo na sua capacidade de honrar dívidas. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas e fatores alheios à administração e à própria Companhia podem comprometer o sucesso da transformação e resultar em impactos adversos relevantes sobre os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação e valor de mercado da Companhia, inclusive comprometendo a confiança de seus investidores, credores, fornecedores e demais *stakeholders*.

A Companhia está exposta ao risco de crédito e inadimplência de clientes e contrapartes financeiras, o qual pode ser agravado por condições macroeconômicas adversas.

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplência por parte de clientes (em especial na modalidade Crédito Direto ao Consumidor – CDC), parceiros comerciais ou instituições financeiras com as quais mantém operações. Esse risco pode se materializar em situações de deterioração da capacidade financeira das contrapartes, falência, recuperação judicial ou atrasos significativos nos pagamentos, impactando diretamente o fluxo de caixa e os resultados da companhia.

Além disso, mudanças nas condições macroeconômicas, como manutenção das taxas de juros atuais, retração do consumo ou instabilidade regulatória, podem elevar a probabilidade de inadimplência e reduzir a capacidade de recuperação dos valores devidos.

O saldo bruto da carteira de financiamento ao consumidor CDC (circulante e não circulante) dos juros a apropriar e da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 6.459 milhões; em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 6.178 milhões; e, em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 5.355 milhões.

Se as perdas reais com empréstimos excederem as provisões efetuadas, o resultado operacional será adversamente afetado. Aumentos significativos nos riscos associados ao mercado de crédito podem aumentar a provisão para perdas, fazer com que as perdas reais de empréstimos excedam montantes provisionados e impactar a proporção de empréstimos em atraso.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em menor atividade econômica e afetar os clientes da Companhia e sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

A inflação e a elevação das taxas de juros no Brasil podem afetar adversamente a Companhia e o preço de mercado de suas ações.

A inflação e as medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la, especialmente a elevação e a manutenção de taxas de juros em patamares elevados, têm, historicamente, afetado negativamente a

4.1 Descrição dos fatores de risco

economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro, podendo contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Em um cenário em que a inflação continue alta no futuro, a Companhia poderá ser negativamente afetada, bem como o preço de mercado de suas ações ordinárias.

No passado, o Brasil experimentou taxas de inflação extremamente altas e, portanto, implementou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas de juros do mundo. As pressões inflacionárias, em conjunto com os esforços do governo brasileiro de controlar a inflação, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira em geral. A elevação da inflação, pode deteriorar o poder aquisitivo das famílias e reduzir o horizonte de planejamento dos agentes da economia, podendo afetar negativamente a demanda por nossos produtos e serviços e, conseqüentemente, o desempenho da Companhia. Esses fatores, combinados com as incertezas em relação à potencial intervenção governamental futura, contribuíram para a instabilidade econômica e aumentaram a volatilidade nos mercados de capitais brasileiros.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,62% em 2023 e de 4,83% em 2024. Até dezembro de 2025, a inflação acumulada no ano medida pelo IPCA era de 4,26%. Pressões inflacionárias persistentes e expectativas quanto a medidas governamentais futuras podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e a percepção de risco econômico.

Em resposta a cenários de inflação, o Banco Central do Brasil pode adotar políticas monetárias restritivas, com elevação das taxas de juros. Isso pode continuar causando aumento da volatilidade no crescimento e necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros, o que poderia impactar negativamente o custo de financiamento da Companhia, elevando suas despesas financeiras relacionadas ao endividamento, ainda que possa aumentar a rentabilidade das aplicações financeiras de seu caixa, bem como afetar investimentos em valores mobiliários e obrigações decorrentes de contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia não pode garantir que irá implementar medidas eficazes para reduzir os impactos da inflação em suas operações, o que pode levar a uma diminuição do lucro líquido, o que nos afetaria negativamente. As pressões inflacionárias também podem afetar negativamente nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros, o que nos afetará negativamente.

Falhas na segurança cibernética, interrupções dos sistemas de tecnologia da informação ou o descumprimento de leis de privacidade podem afetar adversamente os negócios e a reputação da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para a condução de suas operações, incluindo o armazenamento e o tratamento de dados. Tais sistemas estão sujeitos a riscos de falhas técnicas, interrupções operacionais, desastres naturais, erros de software, ataques cibernéticos, acessos não autorizados, atos maliciosos e outras violações de segurança, inclusive envolvendo fornecedores e prestadores de serviços terceirizados.

Interrupções significativas ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação podem comprometer a

4.1 Descrição dos fatores de risco

continuidade das operações da Companhia, causar indisponibilidade de plataformas, atrasos na entrega de produtos ou serviços e redução da eficiência operacional, com impactos adversos sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os custos associados à prevenção, resposta e remediação de incidentes de segurança cibernética, bem como a eventuais multas e penalidades, podem ser significativos e não necessariamente estar integralmente cobertos por apólices de seguro. Ademais, o ambiente regulatório relacionado à segurança da informação, privacidade e proteção de dados tem se tornado mais complexo, podendo exigir investimentos adicionais relevantes e impor obrigações de conformidade mais rigorosas, o que pode impactar adversamente a condição financeira e os resultados da Companhia.

Adicionalmente, tais eventos podem gerar litígios, responsabilizações legais e sanções administrativas, inclusive pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como danos à reputação e perda de confiança de clientes, parceiros e investidores, afetando adversamente os negócios, os resultados operacionais e o valor de mercado da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso não seja capaz de manter a reputação de suas marcas junto a clientes, fornecedores e distribuidores.

A reputação da Companhia e de suas marcas é relevante para seu posicionamento competitivo, especialmente em plataformas digitais, bem como para sua capacidade de atrair e reter clientes, fornecedores, *sellers* (vendedores do seu *marketplace*), distribuidores, parceiros estratégicos e profissionais qualificados.

A preservação dessa reputação depende da manutenção de elevados padrões de qualidade, eficiência e confiabilidade de seus produtos e serviços. Falhas operacionais, defeitos em produtos, fraudes ou a necessidade de realização de *recalls* de produtos vendidos ou disponibilizados em suas plataformas digitais podem impactar negativamente a percepção de suas marcas e afetar negativamente os resultados da Companhia, bem como o preço de mercado de suas ações ordinárias.

Adicionalmente, fatores externos e, em muitos casos, alheios ao controle da Companhia — incluindo associações indevidas de suas marcas a eventos, condutas ou posicionamentos controversos — podem comprometer sua reputação, resultando em perda de participação de mercado, redução de receitas e deterioração das relações comerciais, com efeitos adversos sobre as suas operações e resultados financeiros.

Para mais informações, vide o fator de risco “A dependência de sistemas tecnológicos e de infraestrutura de terceiros pode resultar em falhas operacionais, perda de receitas e danos à reputação da Companhia” nesta seção 4.1 do Formulário de Referência.

Dificuldades na gestão do risco de liquidez e capital de giro podem afetar adversamente o desempenho financeiro e operacional da Companhia, limitando seu crescimento e impactando sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

alavancagem financeira.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, caracterizado pela possibilidade de não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras, incluindo empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e demais compromissos financeiros. No curso ordinário de suas operações, a Companhia utiliza instrumentos como desconto de recebíveis, linhas de crédito junto a instituições financeiras e acesso ao mercado de capitais para financiar seu capital de giro, a exemplo de operações com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

As operações da Companhia, que envolvem a manutenção e expansão de lojas físicas, além do desenvolvimento e aprimoramento de sua plataforma digital, podem demandar volumes de investimentos superiores aos originalmente estimados. A implementação de melhorias operacionais pode exigir recursos adicionais em função, entre outros fatores, de custos de locação, obras, infraestrutura operacional, tecnologia da informação e logística. A necessidade de realizar investimentos acima do previsto pode levar a Companhia a efetuar captações adicionais, resultando no aumento de sua alavancagem financeira.

O aumento da alavancagem pode implicar maior comprometimento de caixa para pagamento de dívidas, reduzir os recursos disponíveis para capital de giro e investimentos, limitar a flexibilidade financeira e operacional da Companhia, elevar o custo de capital e restringir sua capacidade de acessar novas fontes de financiamento. Caso a Companhia enfrente restrições no acesso a essas fontes de financiamento ou descasamentos relevantes entre prazos e volumes de recebimentos e pagamentos, poderá não dispor de liquidez suficiente para sustentar suas operações e honrar seus compromissos financeiros. Tais eventos podem resultar em perdas financeiras e impactar adversamente seus resultados financeiros e operacionais, bem como limitar sua capacidade de crescimento.

Ainda, alguns dos instrumentos de financiamento da Companhia exigem que a Companhia e suas subsidiárias cumpram cláusulas financeiras que, entre outras restrições, limitam os índices permissíveis de dívida sobre EBITDA. Tais cláusulas restritivas podem limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento para a execução de nosso plano de investimentos. A maioria dessas cláusulas refere-se a requisitos para cumprir certos níveis predeterminados de alavancagem.

Uma falha em cumprir tais cláusulas restritivas pode desencadear o vencimento antecipado do saldo devedor ou a decisão dos credores de executarem as eventuais garantias, incluindo o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado de outros contratos. Estes cenários podem levar à aceleração do endividamento da Companhia, gerando uma necessidade de disponibilidade de caixa imediata. Não é possível garantir que todos os credores aceitarão os novos termos e condições propostos, que as respectivas cláusulas serão alteradas ou que nossos credores concederão renúncias (*waivers*) em relação ao cumprimento de cláusulas financeiras. Como resultado, os credores poderão, a seu exclusivo critério, optar por antecipar o vencimento de tais dívidas.

A dependência de sistemas tecnológicos e de infraestrutura de terceiros pode resultar em falhas operacionais, perda de receitas e danos à reputação da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As operações da Companhia dependem de sistemas tecnológicos e de infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo *data centers*, provedores de hospedagem de internet e plataformas de computação em nuvem operados por terceiros. Falhas, interrupções ou mau funcionamento desses sistemas ou serviços podem comprometer a capacidade da Companhia de operar suas lojas físicas e canais digitais, bem como de fornecer produtos e serviços aos seus clientes.

Interrupções totais ou parciais, ainda que temporárias, podem resultar em perda de receitas, insatisfação de clientes, danos à reputação e impactos adversos aos negócios da Companhia. Os prestadores de serviços terceirizados são responsáveis por sua própria segurança, continuidade operacional e recuperação de desastres, não havendo garantia de que tais serviços sejam ininterruptos, livres de falhas ou imunes a incidentes operacionais, técnicos ou de segurança.

Eventos como falhas de infraestrutura, erros operacionais, indisponibilidade de energia, falhas de telecomunicações, acesso não autorizado, perda de dados, ataques cibernéticos ou desastres naturais podem ocasionar interrupções prolongadas, exigir a contratação de soluções alternativas e gerar custos adicionais relevantes, além de afetar negativamente a confiança dos clientes e a reputação da Companhia.

Adicionalmente, interrupções recorrentes ou degradação do desempenho dos sistemas podem levar clientes a perceberem os serviços da Companhia como não confiáveis, resultando em migração para concorrentes e impactos adversos permanentes sobre seus negócios e resultados operacionais. Para mais informações, vide o fator de risco relacionado à segurança cibernética descrito neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A falha na integração dos canais de venda e na execução da estratégia omnicanal pode afetar adversamente os negócios e os resultados da Companhia.

A Companhia opera por meio de múltiplos canais de venda, incluindo lojas físicas e plataformas digitais, de forma que a integração eficiente desses canais é relevante para a execução de sua estratégia de negócios. A Companhia não pode assegurar que conseguirá manter, aprimorar ou executar com sucesso sua estratégia omnicanal, nem que será capaz de implementar, no tempo e na forma esperados, inovações relevantes para seus clientes.

Eventuais falhas na integração comercial, logística, tecnológica, de comunicação, marketing ou atendimento entre os canais, bem como atrasos na adoção de iniciativas omnicanal, podem comprometer a complementaridade entre os canais de venda, afetando negativamente a eficiência operacional, a experiência do cliente e os resultados da Companhia.

Adicionalmente, a implementação das iniciativas omnicanal pode demandar investimentos superiores aos estimados, o que pode tornar determinados projetos economicamente inviáveis ou resultar em retornos inferiores aos projetados, impactando a estratégia de crescimento e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia também está sujeita a riscos regulatórios relacionados às atividades omnicanal, especialmente

4.1 Descrição dos fatores de risco

em razão da ausência de regulamentação específica para o varejo multicanal no Brasil. Alterações legislativas ou regulatórias podem impor exigências adicionais ou mais onerosas, aumentando a complexidade operacional e os custos de conformidade. Para mais informações, vide o fator de risco relacionado à dependência de sistemas tecnológicos descrito neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A dependência do fluxo de clientes em shopping centers pode afetar adversamente o desempenho das lojas físicas da Companhia.

A Companhia depende do fluxo de clientes gerado pelos shopping centers, nos quais parte de suas lojas físicas está localizada. Atualmente, 19,9% das lojas da Companhia encontram-se em shopping centers com alto tráfego de pessoas, sendo que o desempenho dessas unidades está associado à atratividade desses centros comerciais e à capacidade de outros lojistas, incluindo lojas âncoras, de atrair público.

O volume de vendas e o tráfego de clientes nessas unidades podem ser negativamente afetados por fatores externos ao controle da Companhia, tais como retração econômica regional, inauguração de novos centros comerciais nas proximidades, perda de atratividade dos shopping centers ou eventos que comprometam seu funcionamento regular.

Adicionalmente, medidas restritivas impostas por autoridades públicas — incluindo limitações de funcionamento, restrições de horário ou outras exigências regulatórias ou sanitárias — podem reduzir o fluxo de consumidores nos shopping centers. A diminuição do tráfego de visitantes, por qualquer dessas razões, pode resultar em queda no número de clientes, afetando adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser obtido mediante a distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia.

Eventual captação de recursos adicionais por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, que pode não prever direito de preferência aos seus atuais acionistas, poderá acarretar a diluição da participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia, que não terão direito de preferência ou que, caso o tenham, não possuam recursos suficientes ou interesse para exercer seus respectivos direitos de preferência, conforme o caso.

Ademais, planos de opção de compras de ações existentes podem ser alterados para a emissão de ações adicionais para a Administração e outros funcionários da Companhia (conforme descrito no item 8.18 deste Formulário de Referência), o que pode resultar na diluição imediata dos acionistas da Companhia.

Ademais, no contexto do Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano”), houve a substituição de determinadas obrigações pecuniárias da Companhia por duas séries de debêntures simples e uma série de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, emitidas no âmbito da 10ª emissão da Companhia, realizada para fins de cumprimento do Plano, conforme divulgada por meio de fato relevante em 19 de junho

4.1 Descrição dos fatores de risco

de 2024. Nesse contexto, em 30 de junho de 2025, foi aprovada em Assembleias Gerais de Debenturistas a antecipação do prazo para conversão da 2ª (segunda) série das debêntures da 10ª (décima) emissão, inicialmente programada para ser convertida entre novembro de 2025 e maio de 2027. Em 06 de agosto de 2025, foi realizada a conversão antecipada parcial da 2ª (segunda) série no valor de R\$ 1.648.539.653,03, acarretando uma diluição de 688% na participação dos acionistas à época. Adicionalmente, em 30 de dezembro de 2025, foi realizada a conversão de 278.138.164 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro) debêntures da 3ª série, facultativamente conversíveis em ações, da 11ª emissão de debêntures da Companhia, resultando na emissão de 278.138.164 (duzentos e setenta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro) novas ações ordinárias, acarretando uma diluição de 42,5% na participação dos acionistas à época. Posteriormente, em 10 de março de 2026, em decorrência de solicitações de conversão facultativa recebidas pela Companhia, foram convertidas 18.611.483 (dezoito milhões, seiscentas e onze mil, quatrocentas e oitenta e três) debêntures da 3ª série da 11ª emissão de debêntures da Companhia, com a consequente emissão de novas ações ordinárias e aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, acarretando uma diluição de 2,0% na participação dos acionistas à época. Em 13 de abril de 2026, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia em razão da conversão de 25.236.740 (vinte e cinco milhões, duzentas e trinta e seis mil setecentas e quarenta) debêntures da 2ª série, mandatoriamente conversíveis em ações, emitidas pela Companhia ("Debêntures da 2ª Série") da 11ª emissão de debêntures da Companhia, acarretando uma diluição de 2,7% na participação dos acionistas à época.

Além do risco de diluição mencionado acima, eventuais emissões de ações podem impactar negativamente na cotação das ações de emissão da Companhia.

A execução da logística reversa pode gerar custos adicionais e riscos operacionais, ambientais e de experiência do cliente, o que pode afetar adversamente a Companhia.

A logística reversa envolve desafios relevantes relacionados aos custos de sua execução, à disponibilidade de parceiros logísticos nas diferentes regiões e à integridade, condições e qualidade das mercadorias devolvidas, bem como à tempestividade para que tais produtos retornem à custódia da Companhia.

Eventuais falhas na execução da logística reversa podem resultar em aumento de custos operacionais, perdas de mercadorias, impactos negativos nas margens e prejuízos à experiência dos clientes. Adicionalmente, essa operação pode envolver riscos ambientais associados ao descarte inadequado de produtos e ao aumento do consumo de recursos.

A incapacidade de executar a logística reversa de forma eficiente e tempestiva pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a percepção dos clientes em relação à Companhia.

Falhas nos sistemas, controles internos e práticas de governança, riscos e compliance podem expor a Companhia a riscos relevantes e afetar adversamente seus negócios e reputação.

As políticas internas, sistemas e procedimentos adotados pela Companhia em matéria de governança,

4.1 Descrição dos fatores de risco

gerenciamento de riscos corporativos, compliance e prevenção e combate à corrupção podem não ser suficientes ou plenamente eficazes para prevenir, detectar ou mitigar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, inclusive fraudes contábeis, envolvendo membros da administração, colaboradores, terceiros ou fornecedores.

Os mecanismos de controles internos da Companhia podem não evitar ou detectar distorções em tempo hábil, devido às limitações inerentes, incluindo erro humano, evasão, sobreposição de controles ou fraude. Não é possível ter certeza de que os controles internos não deixarão de detectar problemas que deveriam evitar.

A ineficácia desses controles pode resultar em violações de leis e regulamentos aplicáveis, incluindo a prática de atos de corrupção, bem como em falhas na identificação, mensuração, monitoramento e gestão de riscos relevantes, inclusive riscos desconhecidos ou não mapeados. Adicionalmente, podem ser identificadas deficiências significativas nos controles internos, comprometendo a confiabilidade das informações financeiras e o adequado reporte de resultados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em linha com o relatório circunstanciado dos auditores independentes da Companhia, foram identificadas deficiências significativas nos controles internos relacionados ao processo de preparação, encerramento e consolidação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Tais deficiências estiveram relacionadas, principalmente, a aspectos de tempestividade e qualidade das conciliações contábeis, classificação e mapeamento de determinadas operações financeiras, bem como à formalização e robustez da documentação de suporte e das divulgações em notas explicativas.

Em conjunto, esses fatores evidenciaram a necessidade de aprimoramento dos controles e procedimentos de fechamento contábil, com o objetivo de mitigar riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras. Para mais informações sobre as deficiências significativas identificadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, vide item 5.2.(d) deste Formulário de Referência.

Caso os controles internos não operem de forma efetiva, a Companhia poderá enfrentar dificuldades na elaboração de demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias, bem como na prevenção de práticas ilícitas, erros ou fraudes, com impactos adversos relevantes sobre seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada por condutas fraudulentas, corruptas ou ilegais praticadas por seus colaboradores, administradores, controladas, coligadas, consorciadas ou terceiros, inclusive de forma solidária, nos termos da legislação aplicável, o que pode resultar na aplicação de multas, sanções, obrigações de reparação de danos e prejuízos relevantes à reputação, à situação financeira, aos resultados operacionais e ao valor de mercado de suas ações.

Irregularidades ou erros contábeis podem afetar adversamente as demonstrações financeiras, os resultados e a reputação da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser afetada por irregularidades ou erros contábeis que impactem suas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias. Os procedimentos de compliance e controles internos adotados podem não ser suficientes ou plenamente eficazes, ou podem tornar-se inadequados ao longo do tempo, para prevenir ou detectar todas as condutas impróprias, irregularidades ou violações a leis, regulamentos e normas internas aplicáveis, inclusive de natureza contábil.

O descumprimento desses normativos por colaboradores ou membros da administração pode gerar impactos adversos relevantes sobre os negócios, os resultados e a reputação da Companhia. Se a Companhia não conseguir manter a adequação de seus controles internos, seus relatórios financeiros podem ser divulgados intempestivamente ou com imprecisões, o que poderia levá-la ao descumprimento das suas obrigações de divulgação do relatório financeiro e, dessa forma, afetá-la adversamente.

Adicionalmente, eventuais falhas nos controles internos podem comprometer a confiabilidade das informações financeiras e a capacidade da Companhia de reportar seus resultados de forma precisa.

Para mais informações, vide o fator de risco “Falhas nos sistemas, controles internos e práticas de governança, riscos e compliance podem expor a Companhia a riscos relevantes e afetar adversamente seus negócios e reputação”, descrito neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A incapacidade de proteger adequadamente a propriedade intelectual da Companhia, ou a violação desses direitos por terceiros, pode afetar adversamente seus resultados e reputação.

O desempenho da Companhia depende, em grande parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas, nomes de domínio, desenhos industriais, softwares e informações confidenciais. O uso indevido ou não autorizado desses direitos por terceiros pode reduzir o valor de suas marcas, prejudicar a diferenciação de seus produtos e serviços e resultar em queda de vendas, com impactos adversos relevantes sobre seus negócios e resultados financeiros.

A Companhia também está sujeita ao risco de não conseguir renovar registros de propriedade intelectual em tempo hábil, bem como de ter seus direitos contestados, invalidados ou infringidos por concorrentes ou terceiros. Além disso, a Companhia pode ser envolvida em disputas ou litígios relacionados à suposta violação de direitos de propriedade intelectual de terceiros, o que pode afetar negativamente sua imagem institucional e seus resultados operacionais.

As medidas adotadas pela Companhia para proteção da sua propriedade intelectual podem não ser suficientes para evitar infrações, apropriações indevidas ou questionamentos judiciais. Eventuais litígios para impor ou defender tais direitos podem ser onerosos e prolongados e, caso a Companhia não obtenha êxito, seus negócios, reputação e resultados financeiros poderão ser significativamente afetados, inclusive com a possibilidade de restrição ou impedimento do uso de determinadas marcas ou ativos intangíveis.

A sazonalidade das vendas e a gestão de estoques podem afetar adversamente os resultados

4.1 Descrição dos fatores de risco

operacionais e a situação financeira da Companhia.

As vendas da Companhia estão sujeitas a flutuações sazonais, sendo historicamente mais concentradas no 4º trimestre de cada exercício social. Para atender a esse período de maior demanda, a Companhia mantém níveis de estoque superiores aos observados em outros períodos do ano.

Caso a demanda projetada seja superestimada ou sofra redução, a Companhia poderá ser compelida a vender estoques excedentes com descontos relevantes ou margens reduzidas, o que pode afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira. Tais flutuações também podem impactar o desempenho das ações da Companhia.

Adicionalmente, no contexto do Plano de Transformação anunciado em 10 de agosto de 2023, a Companhia vem adotando medidas para aprimorar seus níveis de estoque. Nesse contexto, existe o risco de a Companhia não conseguir expandir seus estoques de forma adequada em cenários de aumento de demanda, o que pode resultar em perda de oportunidades de venda e impactos adversos sobre seus resultados operacionais e condição financeira.

Parcerias estratégicas, joint ventures ou outras associações celebradas pela Companhia podem não ser concluídas em termos atrativos, não gerar as sinergias esperadas ou expor a Companhia a riscos operacionais, regulatórios, financeiros e reputacionais.

A estratégia de crescimento da Companhia pode incluir a celebração de parcerias estratégicas, joint ventures e outras formas de associação com terceiros, voltadas ao fortalecimento de seu posicionamento competitivo e à expansão de suas atividades. A Companhia pode não ser capaz de estruturar ou concluir tais parcerias no momento, preço ou condições desejados, ou pode enfrentar restrições regulatórias, concorrenciais ou comerciais que dificultem sua efetivação.

Mesmo quando concretizadas, tais parcerias podem envolver riscos e desafios relevantes, incluindo dificuldades de alinhamento estratégico, operacional e cultural entre as partes, falhas na governança das estruturas associativas, limitações na integração de processos, sistemas e controles, bem como a não captura, captura parcial ou tardia das sinergias econômicas e operacionais esperadas. Esses fatores podem exigir maior alocação de recursos financeiros, humanos e gerenciais do que o inicialmente previsto.

Adicionalmente, a Companhia pode não obter as autorizações regulatórias necessárias para a implementação ou continuidade de determinadas parcerias, ou tais autorizações podem ser concedidas mediante restrições, condições ou remédios estruturais que impactem a viabilidade econômica, operacional ou estratégica das operações, incluindo exigências de desembolsos financeiros diretos ou indiretos.

No contexto da expansão por meio de parcerias, a Companhia também pode não ser capaz de gerenciar de forma eficiente os processos de transição, amadurecimento e acompanhamento dos novos negócios, inclusive quanto ao prazo de implementação, governança, rentabilidade e geração de resultados. Como

4.1 Descrição dos fatores de risco

consequência, poderá não alcançar os retornos esperados, afetando negativamente suas margens, resultados consolidados, reputação e o valor de suas ações.

A celebração de contratos de parceria pode ainda conter cláusulas de condições suspensivas, cujo não atendimento, nos prazos e termos acordados, pode impedir ou atrasar a efetivação das operações. Caso a parceria não seja implementada conforme o planejado, a Companhia poderá ser obrigada a revisar ou reestruturar sua estratégia de crescimento, sem garantia de que conseguirá fazê-lo em condições favoráveis ou dentro de um prazo razoável, podendo também estar sujeita a disputas contratuais ou procedimentos litigiosos, com potenciais impactos financeiros.

Diante disso, a avaliação, mensuração e gestão dos riscos associados à estratégia de crescimento baseada em parcerias envolvem elevado grau de julgamento e incerteza, podendo impactar adversamente o desempenho financeiro, a posição patrimonial e a reputação da Companhia.

A ineficiência de centros de distribuição e da infraestrutura logística pode afetar adversamente as operações e os resultados da Companhia.

A Companhia faz uso regular de seus centros de distribuição e Mini Hubs, nos quais são realizadas a estocagem e a distribuição de mercadorias para abastecimento de suas lojas. Interrupções, falhas operacionais ou aumentos relevantes nos custos dessas estruturas podem comprometer a continuidade e a eficiência das operações da Companhia.

Eventos como acidentes, greves, disputas trabalhistas, falhas na cadeia logística, interrupções no fornecimento de energia, indisponibilidade de sistemas de informação, sinistros que resultem na perda total ou parcial de unidades operacionais, dificuldades na renovação de contratos de locação, exigências regulatórias ou desastres naturais podem afetar negativamente o desempenho operacional da Companhia.

Adicionalmente, a necessidade de redimensionamento da quantidade ou da capacidade de seus centros de distribuição, bem como alterações relevantes na infraestrutura logística, incluindo paralisações, flutuações nos preços ou disponibilidade de combustíveis utilizados pela Companhia ou por seus fornecedores, pode comprometer a entrega pontual e eficiente de produtos, afetando adversamente os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas por seguros, bem como dificuldades para contratação ou renovação de apólices, podem gerar impactos financeiros relevantes à Companhia.

As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não cobrir integralmente todos os eventos ou perdas, ou podem prever limites e condições insuficientes para compensar os prejuízos incorridos. Além disso, determinadas perdas podem estar excluídas das coberturas, e eventuais indenizações podem não ser pagas de forma tempestiva ou em montante suficiente para recompor integralmente os danos.

Na ocorrência de eventos não cobertos ou com cobertura insuficiente, a Companhia poderá ser obrigada a

4.1 Descrição dos fatores de risco

arcar com custos relevantes de reparação ou substituição de ativos, o que pode comprometer suas receitas, investimentos e resultados financeiros. Ademais, a cobertura securitária está condicionada ao pagamento dos respectivos prêmios, e eventual inadimplência pode resultar na perda de cobertura.

A Companhia também pode enfrentar dificuldades para manter ou contratar apólices de seguro em condições comercialmente razoáveis, inclusive quanto a preço, limites e termos. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente por indenizações a terceiros decorrentes de sinistros, o que pode impactar adversamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A dependência de contratos de locação pode resultar em rescisões, não renovação ou revisão desfavorável de condições, afetando a continuidade e os custos das operações da Companhia.

A maior parte das lojas e centros de distribuição da Companhia opera em imóveis locados, estando, portanto, exposta a riscos associados à manutenção, renovação e às condições desses contratos. Em determinados casos, a Companhia não possui o direito à renovação compulsória previsto na Lei nº 8.245/91, o que pode resultar na não renovação dos contratos ou em renovações em condições menos favoráveis, incluindo aumentos relevantes de aluguel. Adicionalmente, a Companhia poderá enfrentar restrições à continuidade de suas operações caso não consiga manter tais contratos em condições adequadas.

Cabe destacar, ainda, que em determinados imóveis a companhia realiza a sublocação de parte das áreas para fornecedores e parceiros comerciais, que representam 11% de sublocações nos principais Estados (RJ, PR, GO, RS, MG e SP) o que pode ampliar a complexidade da gestão contratual e aumentar a exposição a riscos relacionados à rescisão, renegociação ou alteração das condições dos contratos de locação principais, bem como a eventuais perdas de receitas decorrentes dessas sublocações.

Adicionalmente, a Companhia possui contratos de locação celebrados por prazo indeterminado, os quais podem ser rescindidos unilateralmente pelas contrapartes mediante notificação prévia, nos termos da Lei nº 8.245/91. Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 1,5% dos contratos de locação da Companhia, correspondentes a 19 contratos, encontravam-se nessa condição. Enquanto não houver a formalização de prazo determinado, a Companhia poderá ser notificada a desocupar os respectivos imóveis em até 30 dias.

Em 31 de dezembro de 2025, do total de 1.294 contratos de locação em vigor, 154 contratos foram celebrados com partes relacionadas, sendo 153 contratos da Icon Properties Ltda. para o Grupo Casas Bahia e 1 contrato para a Bartira. Eventuais dificuldades na renovação ou manutenção desses contratos podem gerar impactos negativos relevantes à Companhia. Para mais informações, vide o fator de risco relacionado a transações com partes relacionadas descrito neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Nos termos da legislação aplicável, os contratos de locação também estão sujeitos à revisão periódica de valores. Em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 26,21% dos contratos de locação estavam sujeitos a ações renovatórias e cerca de 1% a ações revisionais, o que pode implicar elevação relevante dos custos operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, caso determinados contratos não contenham cláusula de vigência ou não estejam devidamente registrados perante os cartórios competentes, a alienação dos imóveis pelos proprietários poderá resultar na exigência de desocupação em prazos reduzidos, hipótese em que a Companhia poderá ter apenas direito à indenização por perdas e danos.

Considerando a relevância estratégica e operacional das lojas e centros de distribuição para a condução dos negócios da Companhia, a rescisão, não renovação ou revisão desfavorável, isolada ou simultânea, de um número relevante desses contratos pode resultar em necessidade de realocação de unidades, interrupções operacionais, custos adicionais e impactos adversos relevantes sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Alterações nas políticas de emissores de cartões de crédito, dos subadquirentes e na oferta de financiamento ao consumidor podem afetar adversamente as vendas e as margens da Companhia.

Parte relevante das vendas da Companhia é realizada por meio de cartões de crédito e modalidades de financiamento ao consumidor, com destaque para operações parceladas, cujas condições dependem das políticas comerciais e operacionais das instituições emissoras.

A Companhia depende das emissoras de cartão de crédito e das subadquirentes para manter condições atrativas de parcelamento e taxas associadas às transações. Alterações relevantes nessas políticas — incluindo restrições ao parcelamento, elevação de taxas de administração ou juros, mudanças nos critérios de concessão de crédito ou limitações na liquidez das antecipações de recebíveis — podem reduzir o volume de vendas e pressionar as margens operacionais da Companhia.

Adicionalmente, eventual deterioração nas condições econômicas pode resultar em maior inadimplência dos consumidores ou em restrições na oferta de crédito pelas instituições financeiras, afetando a capacidade de consumo dos clientes e impactando adversamente o desempenho financeiro e operacional da Companhia.

A obsolescência, avarias e furtos de estoque podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia mantém estoques em centros de distribuição e demais instalações logísticas para abastecer suas lojas e atender seus clientes. Caso os níveis de estoque sejam superdimensionados ou o giro seja inferior ao esperado, determinados produtos podem tornar-se obsoletos, resultar em dificuldades de comercialização ou exigir descontos relevantes, impactando negativamente as margens e os resultados da Companhia.

Adicionalmente, falhas no manuseio, armazenagem ou transporte dos produtos podem ocasionar avarias e perdas de estoque, reduzindo a disponibilidade de mercadorias e afetando o desempenho operacional. A Companhia também está exposta a riscos de furtos, roubos e outros eventos relacionados à segurança pública nas regiões onde mantém estoques ou opera lojas, o que pode resultar em perdas materiais relevantes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A ocorrência desses fatores pode afetar adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A ineficácia das estratégias de propaganda e marketing pode afetar adversamente as vendas e os resultados da Companhia.

O desempenho da Companhia depende, em parte, da eficácia de suas estratégias de propaganda e marketing, tanto em mídias digitais quanto tradicionais, que visam atrair clientes para suas lojas físicas e canais online. O sucesso dessas iniciativas está relacionado à capacidade de identificar corretamente o público-alvo, definir mensagens adequadas e selecionar os canais de comunicação mais eficientes.

Caso as campanhas de marketing não sejam bem planejadas, executadas ou não atinjam os resultados esperados, a Companhia poderá sofrer redução de vendas, pressão sobre a rentabilidade e impactos negativos na percepção de suas marcas. Adicionalmente, elevações nos custos de mídia, especialmente em veículos de grande alcance como a televisão, podem afetar a eficiência dos investimentos em marketing e a rentabilidade das campanhas.

As vendas da Companhia também podem ser afetadas por dificuldades na identificação de mudanças no comportamento, nas preferências dos consumidores e em padrões sazonais de consumo, o que pode resultar em decisões menos eficazes de comunicação e promoção, com reflexos adversos sobre o desempenho financeiro e operacional da Companhia.

O intenso fluxo de pessoas nas lojas da Companhia pode gerar riscos operacionais, danos materiais, impactos reputacionais e responsabilização civil.

As lojas da Companhia, por estarem inseridas em áreas de intenso fluxo de pessoas e, muitas vezes, contar com a atuação de prestadores de serviços terceirizados, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, consequentemente, podem causar danos aos seus consumidores e frequentadores. A ocorrência de tais eventos pode acarretar danos a consumidores, colaboradores e demais frequentadores, resultando em prejuízos materiais e impactos negativos à imagem da Companhia, além de eventual responsabilização civil e/ou à obrigação do ressarcimento de eventuais vítimas, o que poderá ter efeitos adversos relevantes sobre seus negócios, resultados operacionais, condição financeira e reputação.

A perda de colaboradores qualificados, de profissionais em posições-chave ou de membros da Administração, bem como o enfraquecimento da cultura organizacional, pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

O desempenho da Companhia depende da capacidade de atrair, reter e motivar membros da Administração e colaboradores qualificados em posições-chave. A perda desses profissionais pode comprometer a continuidade das operações, resultar em perda de conhecimento técnico e institucional e afetar negativamente

4.1 Descrição dos fatores de risco

a eficiência operacional e o desempenho financeiro da Companhia.

À medida que a Companhia expande suas operações, pode enfrentar dificuldades adicionais para identificar, contratar e reter profissionais alinhados à sua cultura organizacional, em um ambiente de alta competitividade por talentos. A incapacidade de atrair e manter profissionais qualificados em número e qualidade suficientes pode prejudicar a execução da estratégia, o crescimento sustentável e a consolidação da marca da Companhia.

Dessa forma, a rotatividade de colaboradores-chave, a alteração ou perda de integrantes da Administração e a eventual atenuação da cultura organizacional podem impactar adversamente os resultados operacionais, a situação financeira e a reputação da Companhia.

Risco associado à fraude de cartões de crédito, pode afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

As vendas realizadas por meio de cartões de crédito estão expostas ao risco inerente de operações fraudulentas, especialmente em transações realizadas sem a presença física do cartão, como ocorre em compras digitais (on-line).

Quando operações realizadas via cartão são fraudulentas, o ingresso financeiro esperado em transações normais não ocorre, impactando negativamente os resultados da Companhia. Além disso, no caso de uso indevido de dados reais de titulares de cartão, a Companhia pode ser alvo de questionamentos administrativos e/ou judiciais por parte dos consumidores afetados.

Falhas no desenho, na implementação ou na execução dos controles internos, bem como nos procedimentos preventivos e detectivos da Companhia relacionados a fraudes transacionais podem comprometer a reputação, prejudicar sua marca, e afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A não realização dos créditos tributários pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha tributos a recuperar (circulante e não circulante), no montante de R\$ 6.146.000.000,00 (seis bilhões, cento e quarenta e seis milhões de reais), principalmente relativos a ICMS e a PIS/COFINS, entre outros.

Os riscos existentes relativos a não compensação destes créditos estão relacionados principalmente à não realização da expectativa futura de crescimento das vendas devido às alterações do cenário econômico local ou global, e também na hipótese de alterações do sistema tributário federal e/ou estaduais, ou dos procedimentos e sistemática requeridos os quais venham impedir a utilização destes créditos.

Caso a Companhia não seja capaz de compensar os créditos tributários, parcial ou integralmente, seus resultados e condição financeira podem ser adversamente afetados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Para informações adicionais, vide os itens 4.4 e 4.7 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos e arbitrais podem afetar adversamente os negócios, a situação financeira e a reputação da Companhia.

A Companhia, seus administradores, acionistas e controladas são e podem vir a ser partes em processos judiciais, administrativos e arbitrais de diversas naturezas, bem como em inquéritos e investigações. Não há garantia de que tais demandas serão resolvidas favoravelmente à Companhia, nem de que os valores provisionados, quando constituídos, serão suficientes para cobrir integralmente os custos decorrentes de decisões desfavoráveis.

A materialização de decisões adversas, isoladas ou em conjunto, pode resultar em desembolsos relevantes, necessidade de realização de depósitos judiciais ou prestação de garantias, aumento de provisões, aplicação de multas e penalidades, bem como impactos negativos sobre a liquidez, os resultados operacionais e a reputação da Companhia. A eventual dificuldade para obtenção imediata de recursos para cumprir tais obrigações pode agravar esses impactos, inclusive por meio de constrições patrimoniais e restrições operacionais.

Além disso, alterações na legislação, na jurisprudência ou no entendimento das autoridades fiscais podem resultar em questionamentos administrativos e judiciais tributários, inclusive em relação a posições adotadas pela Companhia.

A materialização desses riscos pode gerar autuações fiscais relevantes, com exigência de tributos adicionais, multas, juros e demais encargos, além de impactos no fluxo de caixa, nos resultados operacionais, na situação financeira e na liquidez da Companhia. Embora sejam mantidos controles e suporte especializado para a gestão da exposição tributária, não há garantia de que tais medidas sejam suficientes para evitar impactos materiais, os quais podem afetar adversamente as atividades da Companhia, sua reputação e o valor de mercado de seus valores mobiliários.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a ações coletivas e a um volume relevante de demandas trabalhistas, cujo aumento ou desfecho desfavorável pode gerar impactos financeiros e reputacionais adicionais, bem como maior fiscalização por autoridades e órgãos reguladores. Tais fatores, individual ou conjuntamente, podem afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. Para informações adicionais, vide os itens 4.4 e 4.7 deste Formulário de Referência.

Ademais, em relação às demandas trabalhistas, a atuação de profissionais especializados em captar causas trabalhistas, incluindo advocacia predatória, que tem como prática incentivar colaboradores ativos e ex-colaboradores a demandarem contra a Companhia, com promessas de ganhos e até adiantamento de valores, pode influenciar diretamente nas decisões de ingresso de novas reclamações, o que pode impactar adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As atividades e resultados da Companhia podem ser afetados adversamente por greves e paralisações.

Um número significativo de colaboradores da Companhia é representado por sindicatos trabalhistas e resguardado por dissídios coletivos ou outros acordos trabalhistas, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas, que contam com particularidades dependendo da localização geográfica dos colaboradores. Greves e outras paralisações em quaisquer de suas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que fornecem bens ou serviços podem impactar adversamente as atividades da Companhia. Além disso, greves e outras manifestações e protestos poderão atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e seus clientes, o que pode reduzir suas vendas e afetar os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

A Companhia pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de suas ações caso o lucro líquido seja capitalizado ou utilizado para compensar prejuízo ou retido.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deve-se pagar aos acionistas da Companhia, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado com as deduções e acréscimos previstos no inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 33, alíneas “a” e “c” do Estatuto Social, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração determine que não há lucro líquido ou reservas de lucro, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, suficientes para realizar a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, ou que a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio seja incompatível com a situação financeira da Companhia naquele momento e seus acionistas deliberem por não distribuí-los.

O atual cenário de isenção do imposto de renda sobre a distribuição de dividendos foi recentemente alterado por meio da Lei nº 15.270/25, que introduziu mudanças significativas na tributação da distribuição de lucros e dividendos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Nos termos da referida legislação, a partir de 1º de janeiro de 2026, estarão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRE”), à alíquota de 10%, os lucros e dividendos pagos por uma mesma pessoa jurídica a uma pessoa física residente no Brasil, sempre que, em um mesmo mês, o total pago ou creditado superar R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem possibilidade de deduções. Para beneficiários não residentes, a remessa de dividendos ao exterior estará sujeita à alíquota de 10%, independentemente do valor creditado ou pago, ressalvadas hipóteses específicas de não incidência.

A Lei nº 15.270/25, por sua vez, prevê regras de transição para lucros e dividendos relacionados a resultados apurados até 2025, cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, e que sejam exigíveis de acordo com a lei civil ou empresarial, desde que seu pagamento, crédito, emprego ou entrega ocorra nos

4.1 Descrição dos fatores de risco

termos originalmente previstos no ato de aprovação. Orientamos que investidores não residentes consultem seus assessores jurídicos com relação à aplicação das regras de transição em cada caso, em razão da existência de divergência quanto à interpretação da Lei nº 15.270/25.

Por fim, a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio também tem sido objeto de discussão em diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, e poderá, portanto, ser revista e até mesmo majorada no futuro, impactando valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

O descumprimento das leis anticorrupção pode resultar em sanções relevantes e impactos financeiros e reputacionais à Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Federal nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), à Lei nº 8.429/92 ("Lei de Improbidade Administrativa") e à Lei nº 12.813/13 ("Lei de Conflito de Interesses"), que impõem responsabilidade objetiva por atos ilícitos praticados por administradores, colaboradores, controladas ou terceiros que atuem em seu interesse. As políticas e procedimentos destinados a detectar e prevenir o uso da estrutura da Companhia para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e corrupção podem não se mostrar eficientes em evitar que a estrutura seja utilizada, por agentes próprios ou terceiros, para atividades ilegais ou impróprias.

Eventuais violações podem resultar em sanções administrativas e judiciais relevantes, incluindo multas, indenizações, restrições ao direito de contratar com o poder público e danos à reputação, com impactos adversos sobre seus negócios e situação financeira. Ainda, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas.

O desalinhamento com a cultura organizacional, os princípios éticos e a marca podem afetar adversamente as operações e os resultados da Companhia.

O desempenho e o crescimento da Companhia dependem, em parte, de sua capacidade de atrair, reter e engajar colaboradores alinhados à sua cultura organizacional, aos seus princípios de conduta e ética e à sua marca. A perda desse alinhamento pode comprometer a execução da estratégia, a eficiência operacional e a qualidade do atendimento aos clientes.

À medida que a Companhia opera em diferentes unidades de negócio e localidades, podem surgir desafios para manter padrões culturais e comportamentais consistentes. Falhas nesse processo podem resultar em queda de desempenho, deterioração da experiência do cliente e enfraquecimento da reputação e da marca da Companhia.

O enfraquecimento da cultura organizacional ou da reputação institucional pode afetar adversamente os negócios, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dificuldades na gestão do portfólio de lojas físicas e na expansão dos negócios podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

O crescimento da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de gerir e otimizar o portfólio de lojas físicas, que desempenham papel relevante em sua estratégia omnicanal. A eficácia dessa gestão está sujeita a fatores externos ao controle da Companhia, incluindo a correta avaliação de características demográficas, condições de mercado e demanda local suficiente para sustentar as operações da Companhia em determinadas localidades.

A incapacidade de administrar adequadamente esses fatores e incertezas, bem como falhas na execução da estratégia de otimização e expansão do portfólio de lojas, podem comprometer os níveis esperados de rentabilidade, afetar a sustentabilidade da estratégia de crescimento e gerar impactos adversos sobre os negócios, as operações e os resultados da Companhia.

As demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia são baseadas em premissas e estimativas. Caso essas premissas e estimativas estejam erradas ou não se concretizem no futuro, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e, conseqüentemente, em nosso negócio.

A preparação das demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia exige que a Administração realize julgamentos, estabeleça estimativas e premissas, as quais afetam os valores divulgados de seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros poderão diferir dessa estimativa e, dessa forma, apresentar valores distintos. Estimativas, julgamentos e premissas são avaliados continuamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias do momento.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que forem revisadas. As políticas contábeis consideradas relevantes para seus resultados e posição financeira, com base na materialidade e em julgamentos e estimativas significativas, incluem as perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros.

Se o julgamento, as estimativas e as premissas que são utilizadas na elaboração de suas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias forem considerados incorretos quando da sua realização, poderá haver um efeito relevante nos resultados operacionais.

A incapacidade de executar de forma eficiente o modelo de negócios pode afetar o crescimento, a lucratividade e os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da Companhia depende de sua capacidade de executar de forma eficiente seu modelo de

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios, incluindo a gestão de um portfólio amplo e diversificado de produtos alinhado às preferências e ao comportamento de consumo dos clientes. Caso a Companhia não seja capaz de prever, identificar e responder adequadamente às demandas do mercado, sua lucratividade e volume de vendas poderão ser afetados adversamente.

O crescimento das vendas também está sujeito à capacidade da Companhia de acompanhar tendências de consumo, atrair e reter clientes, manter a confiança do consumidor e responder a condições econômicas adversas e à concorrência, bem como à efetividade de suas políticas comerciais, de crédito, marketing e expansão. A abertura de novas lojas e a expansão dos canais digitais, incluindo e-commerce e marketplace, podem não gerar os resultados esperados e estão sujeitas a maior concorrência e à necessidade de contínua evolução tecnológica.

Adicionalmente, a introdução de novos produtos envolve riscos relacionados à aceitação pelos consumidores, à correta estimativa de demanda e à rápida obsolescência decorrente da convergência digital no varejo. Falhas na adequação do portfólio ou na previsão de demanda podem resultar em problemas de gestão de estoques, incluindo falta de produtos ou excesso e obsolescência, com impactos negativos sobre os resultados operacionais e financeiros.

A materialização de qualquer desses fatores pode afetar adversamente os negócios, o desempenho financeiro e os resultados operacionais da Companhia.

Transações com partes relacionadas podem gerar potenciais conflitos de interesses e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia realiza receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme divulgado neste Formulário de Referência. Tais operações podem envolver potenciais conflitos de interesses entre as partes e demandam análise criteriosa quanto à sua adequação às condições de mercado e às melhores práticas de governança corporativa.

Não há garantia de que os mecanismos de governança adotados pela Companhia para mitigar conflitos de interesses sejam plenamente eficazes ou que todas as transações com partes relacionadas tenham sido ou venham a ser realizadas em estrita observância às normas aplicáveis e às boas práticas de governança. Eventuais falhas nesse processo podem impactar negativamente as atividades, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como os interesses de seus acionistas. Para informações adicionais sobre transações com partes relacionadas, vide o item 11 deste Formulário de Referência.

b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Ações emitidas pela Companhia e de titularidade de seu acionista controlador estão alienadas fiduciariamente em benefício de credores do acionista controlador.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ações de emissão da Companhia detidas pela Domus VII Participações S.A., acionista controladora da Companhia ("Domus"), encontram-se alienadas fiduciariamente em garantia de seus credores.

Nesse contexto, a Domus outorgou aos seus credores alienação e/ou cessão fiduciária, conforme aplicável, sobre, dentre outros: (i) ações de emissão da Domus detidas pela Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.; (ii) ações de emissão da Companhia detidas pela Domus; e (iii) os direitos creditórios decorrentes da titularidade e venda de ações de emissão da Companhia alienadas fiduciariamente.

O exercício dos direitos previstos nos instrumentos contratuais relacionados às transações da Domus e/ou a excussão parcial ou integral da garantia constituída sobre tais ações, poderão acarretar mudança na composição acionária da Companhia, o que poderá resultar em alterações nas suas políticas corporativas, alteração de sua administração, e afetar os negócios e o preço por ação de emissão da Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores podem diferir e prevalecer sobre os interesses dos demais acionistas.

Em 06 de agosto de 2025, a Domus assumiu o papel de acionista controlador da Companhia ao passar a deter aproximadamente 85,5% do capital social da Companhia.

O acionista controlador da Companhia possui poderes para, entre outras atribuições, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, reorganizações societárias, alienações de bens e ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de bens ou de ativos, parcerias e acordos comerciais, além de buscar financiamentos ou operações similares que podem aumentar seus investimentos e/ou não estar plenamente alinhados aos interesses dos demais acionistas, e que têm o potencial de causar efeitos adversos nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de prevenir que seu controlador, seus administradores e empregados ou outras pessoas atuando em nome do controlador, bem como as demais controladas de seu controlador se envolvam em situações caracterizadas como corrupção, lavagem de dinheiro ou outras práticas ilícitas ou inadequadas no Brasil ou em outras jurisdições, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita à legislação brasileira de combate à corrupção, lavagem de dinheiro, e outras práticas ilícitas ou inadequadas, bem como a regimes regulatórios com escopo transnacional.

Caso seja identificada qualquer ação inadvertida ou voluntária de seu controlador, controladas e respectivos administradores e empregados e/ou terceiros agindo em seu nome em violação a tais leis e regulamentações, as autoridades competentes poderão aplicar penalidades à Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As políticas e os procedimentos adotados pela Companhia não englobam seu controlador e podem também não ser eficazes para impedir tais atos por suas controladas e por seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome, ou mitigar a extensão das multas e/ou de outras penalidades aplicáveis, podendo a Companhia estar exposta a sanções administrativas e judiciais que causem efeito material adverso em seus resultados operacionais, condição financeira, reputação e perspectivas.

c) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

A Companhia está exposta ao risco de perdas em seus investimentos em controladas e coligadas, caso tais empresas não apresentem o desempenho esperado, podemos reconhecer perdas nos nossos investimentos.

Em razão dessa estrutura, a Companhia pode ser chamada a responder, de forma solidária ou subsidiária, por eventuais condenações impostas às demais sociedades do grupo, inclusive em matérias fiscais, previdenciárias, trabalhistas, ambientais, regulatórias ou anticorrupção.

A materialização desses riscos pode resultar em impactos adversos relevantes sobre os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

As operações do banQi estão sujeitas a riscos relacionados à fraude, à anticorrupção e à prevenção à lavagem de dinheiro, que podem resultar em sanções e impactos adversos à Companhia.

As operações do banQi estão expostas a riscos de fraude, incluindo o uso não autorizado de cartões, contas de pagamento e outros instrumentos financeiros, o que pode resultar em prejuízos financeiros, estornos de transações, cancelamentos, chargebacks e indenizações. O aumento da ocorrência de fraudes pode elevar as perdas financeiras do banQi, gerar publicidade negativa e afetar sua reputação. Também podem ensejar situações de anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), que exigem a adoção e manutenção de políticas, procedimentos de integridade, controles internos e registros adequados para prevenir o uso indevido de seus sistemas e a prática de atos ilícitos por administradores, colaboradores ou terceiros. Caso pessoas relacionadas ao banQi se envolvam em práticas que violem a legislação anticorrupção ou de PLD, a Companhia poderá ser responsabilizada administrativa, civil ou judicialmente, o que pode resultar na aplicação de multas, penalidades ou sanções, além de impactos negativos sobre suas operações e imagem.

A deterioração da qualidade da carteira de crédito do banQi e a insuficiência das provisões para perdas podem afetar adversamente seus resultados e a Companhia.

A concessão de crédito pelo banQi está sujeita ao risco de inadimplência dos tomadores, cujas condições financeiras podem se deteriorar em decorrência de fatores macroeconômicos adversos, como elevação das taxas de juros, piora do cenário econômico ou mudanças em políticas públicas de crédito.

As provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PDD) são constituídas com base em avaliações e expectativas sobre a qualidade da carteira de empréstimos, em conformidade com a

4.1 Descrição dos fatores de risco

regulamentação aplicável. Tais estimativas envolvem elevado grau de julgamento e podem não refletir adequadamente as perdas efetivamente incorridas.

Caso a qualidade da carteira de crédito do banQi se deteriore, as perdas reais superem as estimativas ou as provisões constituídas se mostrem insuficientes, o banQi poderá ser obrigado a aumentar a PDD e/ou reconhecer perdas adicionais, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais, sua condição financeira e, conseqüentemente, os resultados consolidados da Companhia.

A atuação da Companhia por meio da banQi IP e da BNQI SCD está sujeita à regulação do Banco Central do Brasil, e mudanças regulatórias ou seu descumprimento podem gerar sanções, restrições operacionais e impactos adversos relevantes.

As instituições financeiras e de pagamento no Brasil, inclusive a banQi IP e a BNQI SCD, estão sujeitas à supervisão e regulamentação do Banco Central do Brasil, em um ambiente regulatório em constante evolução. Alterações nas leis e normas aplicáveis, bem como mudanças na forma de sua aplicação ou interpretação, podem resultar na adoção de novos requisitos regulatórios.

Nesse contexto, a Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças relacionadas, entre outros aspectos, a exigências mínimas de capital, investimentos em capital fixo, limites e restrições de crédito, exigências contábeis e regimes de intervenção, liquidação ou adoção de sistemas gerenciais especiais e temporários.

O não atendimento tempestivo a novos requisitos regulatórios ou o eventual descumprimento de normas aplicáveis poderá acarretar sanções administrativas, aplicação de multas, restrições às atividades das instituições financeiras e de pagamento relacionadas à Companhia, além de impactos negativos à sua imagem institucional, o que pode afetar materialmente sua condição financeira, seus resultados operacionais e sua capacidade de crescimento.

A Companhia pode não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio de suas investidas, o que pode afetar sua liquidez e a distribuição de resultados aos acionistas.

A Companhia depende, em parte, dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio recebidos de suas controladas e coligadas para compor seu caixa e viabilizar a distribuição de resultados aos seus acionistas. A eventual ausência ou redução desses proventos pode limitar sua liquidez e restringir o pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio pela própria Companhia, podendo afetar negativamente o valor de mercado de suas ações.

Adicionalmente, alterações na legislação tributária atualmente aplicável à distribuição de dividendos e ao pagamento de juros sobre o capital próprio, incluindo a introdução ou majoração de tributos, podem reduzir o valor líquido dos recursos recebidos ou distribuídos pela Companhia. Tais mudanças podem impactar negativamente sua geração de caixa, sua política de distribuição de resultados e a percepção do mercado em relação à Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta a risco sistêmico decorrente de eventos adversos originados em suas subsidiárias, controladas ou sociedades afiliadas.

Em razão da estrutura societária, financeira e regulatória do Grupo, eventuais problemas enfrentados por suas subsidiárias, controladas e sociedades afiliadas podem afetar adversamente a Companhia, ainda que não tenham sido originados diretamente em meio às operações da Companhia.

Tal risco pode ser materializado por meio de eventual necessidade de suporte financeiro, impactos reputacionais, questionamentos regulatórios e efeitos adversos sobre os resultados operacionais, o fluxo de caixa, a situação financeira, a liquidez e o valor de mercado de valores mobiliários de emissão da Companhia. Embora a Companhia adote mecanismos de governança, controle e monitoramento das empresas do Grupo, não há garantia de que tais medidas sejam suficientes para evitar impactos relevantes decorrentes de eventos negativos em suas subsidiárias, controladas ou sociedades afiliadas.

d) Riscos relacionados aos seus administradores

A perda de membros da Administração, o enfraquecimento da cultura corporativa ou a dificuldade de atrair e reter talentos podem afetar adversamente a Companhia.

O desempenho e a posição competitiva da Companhia dependem, em grande medida, da atuação de sua Administração e de profissionais estratégicos. A eventual perda de membros da Administração ou de pessoal-chave pode comprometer a condução dos negócios, reduzir a eficiência operacional e enfraquecer a cultura corporativa, com impactos adversos relevantes sobre os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Adicionalmente, a incapacidade de atrair, desenvolver e reter profissionais qualificados pode limitar a execução de estratégias, planos e metas da Companhia. Processos judiciais ou administrativos, investigações ou alegações envolvendo membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, ainda que não relacionadas diretamente à Companhia, podem afetar negativamente sua reputação, especialmente se resultarem em condenações que impeçam o exercício de suas funções.

A ocorrência de quaisquer desses eventos pode impactar adversamente os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e a cotação das ações da Companhia.

e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

Irregularidades praticadas por fornecedores, parceiros de negócios e sellers de marketplace podem gerar responsabilização, sanções e impactos adversos à Companhia.

A Companhia atua com fornecedores, parceiros de negócios e sellers cadastrados em sua plataforma de marketplace e não pode assegurar que tais terceiros conduzam integralmente suas operações em

4.1 Descrição dos fatores de risco

conformidade com a legislação aplicável, incluindo normas tributárias, trabalhistas, socioambientais, regulatórias e de anticorrupção.

No modelo de *marketplace*, a Companhia atua como intermediária das transações realizadas por vendedores parceiros, não tendo controle direto sobre o cumprimento, por esses terceiros, de suas obrigações perante consumidores. Eventuais falhas, como atraso ou descumprimento de prazos de entrega, comercialização de produtos defeituosos, não conformes, falsificados, ilícitos ou ilegais, podem afetar negativamente os indicadores de atendimento da Companhia, resultar em autuações por órgãos reguladores, aumento de demandas judiciais e administrativas e gerar custos adicionais relacionados a indenizações a consumidores.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada de forma solidária ou subsidiária por atos ou omissões de fornecedores, parceiros de negócios e *sellers*, inclusive em casos de inadimplemento de obrigações legais ou contratuais. A materialização desses riscos pode gerar sanções regulatórias, penalidades financeiras, danos reputacionais e impactos adversos relevantes sobre a receita líquida, os resultados operacionais e o valor de mercado das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser acionada judicialmente por corresponsabilidade relacionada a violações socioambientais na cadeia de valor.

A Companhia está sujeita ao risco de corresponsabilização por violações socioambientais, incluindo práticas relacionadas a direitos humanos, condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional, impactos ambientais e descumprimento de normas legais e regulatórias, incluindo atos de corrupção, descumprimentos de obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias eventualmente praticados por fornecedores, prestadores de serviços, parceiros comerciais ou outros terceiros que integrem sua cadeia de valor. A Companhia também pode ser responsabilizada na ocorrência de acidentes, lesões corporais ou mortes ocorridas em suas instalações envolvendo empregados próprios ou de terceiros, o que pode afetar negativamente sua imagem e seus negócios.

A ocorrência de tais violações, ainda que fora do controle direto da Companhia, pode resultar na imposição de sanções administrativas, civis e/ou criminais, conforme o caso, aplicação de multas, restrições operacionais, aumento de contingências e custos de conformidade, além de afetar negativamente a reputação, a imagem institucional da Companhia e o seu relacionamento com clientes, investidores, órgãos reguladores e demais partes interessadas.

A concentração de fornecedores em determinadas categorias de produtos pode afetar o abastecimento e os resultados da Companhia.

Algumas categorias de produtos comercializadas pela Companhia apresentam concentração relevante de fornecedores. Eventuais interrupções no fornecimento, redução da capacidade produtiva ou descontinuidade do relacionamento comercial com fornecedores estratégicos podem comprometer o abastecimento da Companhia e impactar negativamente seu desempenho comercial nessas categorias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não consiga substituir tempestivamente fornecedores relevantes ou manter níveis de estoque adequados para atender à demanda, poderá ocorrer redução de vendas e impactos adversos sobre seus resultados operacionais e financeiros. A Companhia também depende do recebimento de produtos em prazos adequados e dentro de padrões de qualidade exigidos pelos consumidores, de modo que atrasos na produção ou na entrega por parte dos fornecedores podem gerar desabastecimento de centros de distribuição e lojas.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar a manutenção de condições comerciais exclusivas, uma vez que seus fornecedores podem optar por fornecer produtos semelhantes a concorrentes, o que pode afetar negativamente as vendas, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

f) Riscos relacionados aos seus clientes

Falhas na segurança cibernética, interrupções dos sistemas de tecnologia da informação ou o descumprimento de leis de privacidade podem afetar adversamente os negócios e a reputação da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para a condução de suas operações, incluindo o armazenamento e o tratamento de dados. Tais sistemas estão sujeitos a riscos de falhas técnicas, interrupções operacionais, desastres naturais, erros de software, ataques cibernéticos, acessos não autorizados, atos maliciosos e outras violações de segurança, inclusive envolvendo fornecedores e prestadores de serviços terceirizados.

Interrupções significativas ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação podem comprometer a continuidade das operações da Companhia, causar indisponibilidade de plataformas, atrasos na entrega de produtos ou serviços e redução da eficiência operacional, com impactos adversos sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os custos associados à prevenção, resposta e remediação de incidentes de segurança cibernética, bem como a eventuais multas e penalidades, podem ser significativos e não necessariamente estar integralmente cobertos por apólices de seguro. Ademais, o ambiente regulatório relacionado à segurança da informação, privacidade e proteção de dados tem se tornado mais complexo, podendo exigir investimentos adicionais relevantes e impor obrigações de conformidade mais rigorosas, o que pode impactar adversamente a condição financeira e os resultados da Companhia.

Adicionalmente, tais eventos podem gerar litígios, responsabilizações legais e sanções administrativas, inclusive pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como danos à reputação e perda de confiança de clientes, parceiros e investidores, afetando adversamente os negócios, os resultados operacionais e o valor de mercado da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados aos produtos comercializados e aos serviços de entrega e montagem.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de incidentes envolvendo os produtos que comercializa e os serviços de entrega e montagem por ela prestados ou por terceiros contratados. Tais eventos podem resultar em reclamações de consumidores, ações judiciais ou processos administrativos, inclusive sob alegações de defeitos ou inadequação dos produtos, atrasos, falhas na entrega ou montagem inadequada, bem como acidentes, prejuízos ou danos aos consumidores.

A materialização desses riscos pode gerar obrigações de indenização, custos adicionais e impactos adversos relevantes sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia. Ademais, mesmo alegações infundadas, quando amplamente divulgadas, especialmente em ambientes digitais e redes sociais, podem afetar negativamente a reputação e a confiança dos consumidores.

O aumento da judicialização das relações de consumo no Brasil pode intensificar esses riscos. Qualquer incidente real ou potencial relacionado aos produtos comercializados ou aos serviços de entrega e montagem pode comprometer a imagem institucional da Companhia, afetar sua atratividade perante os consumidores e gerar impactos adversos relevantes sobre suas atividades, resultados e valor de mercado.

A Companhia corre o risco de enfrentar restrições e aplicações de multas nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

A Companhia está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor, e investigações, sanções administrativas ou litígios podem gerar impactos relevantes em sua reputação, resultados e situação financeira.

A legislação brasileira de proteção ao consumidor prevê responsabilidades civis e penalidades administrativas em casos de práticas comerciais abusivas, publicidade enganosa e descumprimento de regras contratuais. A fiscalização e aplicação de sanções podem ser realizadas por órgãos como PROCON, SENACON e Ministério Público, inclusive por meio de investigações, ações civis públicas e celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), cujo descumprimento pode resultar em multas e outras penalidades.

A imposição de sanções ou a repercussão pública de investigações e litígios relacionados ao Código de Defesa do Consumidor pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e o valor dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A forte concorrência no setor de varejo e consumo do Brasil e pressão para se adaptar a mudanças de hábitos de consumo podem afetar negativamente nossa participação de mercado e rentabilidade.

A Companhia está exposta a um ambiente altamente competitivo no setor brasileiro de varejo de bens duráveis e consumo, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico. A presença de grandes redes nacionais e multinacionais, *players* especializados e concorrentes exclusivamente digitais intensifica a pressão sobre margens, participação de mercado e rentabilidade, exigindo elevados investimentos contínuos em inovação, rápida evolução tecnológica, logística, marketing e experiência do cliente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O risco é reforçado pela dinâmica de consolidação do setor, por meio de fusões e aquisições, que pode fortalecer concorrentes e elevar ainda mais o nível de competição. Adicionalmente, o varejo on-line apresenta menores barreiras de entrada, possibilitando o ingresso de novos participantes e a formação de alianças estratégicas entre empresas de diferentes segmentos, o que pode reduzir a competitividade da Companhia.

A Companhia também enfrenta riscos relacionados à sua capacidade de se adaptar de forma ágil às rápidas mudanças nos hábitos de consumo, nas preferências dos clientes, no crescimento do comércio digital e na evolução dos canais de distribuição. Caso não consiga responder de maneira eficiente a essas transformações ou acompanhar os investimentos tecnológicos e de marketing realizados por seus concorrentes, sua participação de mercado, desempenho operacional, rentabilidade e situação financeira poderão ser impactados de forma negativa e relevante.

Risco de perda de competitividade decorrente de limitações na evolução tecnológica e na execução da estratégia digital.

A Companhia está exposta ao risco de perda de competitividade decorrente de eventual defasagem tecnológica, caso a Companhia não seja capaz de acompanhar, de forma tempestiva e eficiente, a rápida evolução tecnológica observada no setor de varejo e nos mercados em que atua. Tal risco está associado, principalmente, à capacidade da Companhia de desenvolver, implementar, integrar e escalar soluções digitais, sistemas, plataformas e processos tecnológicos que suportem sua estratégia de negócios, expansão dos canais digitais e melhoria contínua da experiência dos seus clientes.

O ambiente competitivo do varejo é caracterizado por intensa inovação, digitalização acelerada, uso crescente de dados, automação, inteligência artificial, integração omnicanal e surgimento contínuo de novos modelos de negócio. A incapacidade de acompanhar essas transformações, seja por limitações de investimentos, dificuldades de execução, dependência de sistemas legados, escassez de profissionais qualificados ou falhas na priorização estratégica, pode resultar em menor eficiência operacional, aumento de custos, redução da agilidade organizacional e perda de atratividade frente a concorrentes mais tecnologicamente avançados.

A defasagem tecnológica também pode impactar negativamente a qualidade dos serviços prestados, a estabilidade das operações, a segurança da informação, a capacidade de personalização de ofertas, a gestão de estoques, a precificação, a logística, o relacionamento com clientes e parceiros, bem como a captura de sinergias entre os canais físico e digital. Tais fatores podem levar à redução da participação de mercado, queda no crescimento das vendas, perda de clientes e deterioração das margens operacionais da Companhia, reduzindo a sua lucratividade e impactando adversamente o desempenho de suas ações ordinárias.

A sensibilidade do setor de varejo a ciclos econômicos adversos e à redução do poder aquisitivo dos consumidores pode afetar adversamente a Companhia.

O desempenho da Companhia está diretamente relacionado às condições macroeconômicas e ao nível de renda e consumo dos consumidores. O setor de varejo é sensível a reduções do poder aquisitivo, a variações

4.1 Descrição dos fatores de risco

nas taxas de juros, à inflação, à disponibilidade e ao custo do crédito ao consumidor, aos níveis de emprego e à confiança dos consumidores nas condições econômicas futuras.

Condições econômicas adversas no Brasil ou no cenário internacional, quando refletidas na economia brasileira, podem resultar em redução do consumo e da renda disponível, especialmente entre consumidores com menor acesso ao crédito e maior sensibilidade ao desemprego e ao endividamento. Restrições na concessão de crédito, alterações nas políticas de crédito da Companhia ou de instituições financeiras e operadoras de cartões podem impactar negativamente as vendas, em especial de produtos de maior valor.

Adicionalmente, o desempenho da Companhia depende do crescimento da população urbana e da evolução dos níveis de renda. A desaceleração ou retração desse crescimento pode afetar negativamente as vendas, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia.

Não identificação e respostas tardias às mudanças nas tendências de mercado e preferências dos consumidores poderão impactar adversamente a Companhia.

O sucesso das vendas e resultados operacionais depende da capacidade de gerenciar o inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo design, estilo, qualidade, produção, *merchandising* e preços dos produtos) e preferências dos clientes. Se não houver gerenciamento do inventário com precisão, estar atualizada com as tendências mais recentes ou ajustar os produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas devido a indisponibilidade de outros produtos, o que pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem das marcas.

Podemos não ser capazes de concorrer eficientemente em outros mercados, incluindo no segmento de serviços financeiros digitais, o que poderá impactar nossos resultados de forma adversa.

Parte da estratégia da Companhia consiste em expandir a atuação para novos mercados, visando ofertar novos produtos e serviços aos consumidores, dentro da plataforma digital. O sucesso desse objetivo depende de capacidade de adaptação e gestão dos diferentes ramos de negócio, oferecendo produtos adequados para a demanda dos consumidores específicos de cada setor, bem como capturando os benefícios almejados para o ecossistema. Poderá haver dificuldades para executar tal estratégia de operação de forma sustentável nesses novos mercados.

Considerando que há interesse ou estratégia da Companhia em ingressar em segmentos nos quais não há expertise e/ou experiência de mercado consolidados, as operações poderão ser negativamente impactadas pelo maior risco de falhas de execução, se comparado aos demais *players* de mercado.

Ainda, especificamente quanto ao segmento de produtos e serviços financeiros digitais, o ambiente regulado e altamente competitivo, marcado por concorrentes já estabelecidos no mercado, pode aumentar o custo de implantação. Dessa forma, não há garantias que haverá capacidade de atuar de maneira eficiente nesses

4.1 Descrição dos fatores de risco

segmentos.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A evolução da regulamentação aplicável à inteligência artificial e ao aprendizado de máquina pode impor obrigações adicionais, elevar custos de conformidade e afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A estrutura regulatória relacionada à inteligência artificial encontra-se em constante evolução no Brasil e no exterior, com ampliação de exigências e novas interpretações legais, especialmente em temas como proteção de dados, direitos autorais e uso responsável dessas tecnologias. No Brasil, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.338/23, aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2024, estabelece normas gerais para o desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de inteligência artificial e, caso sancionado, poderá sujeitar a Companhia a novas obrigações regulatórias.

Mudanças nesse arcabouço regulatório podem exigir adaptações nos processos e sistemas utilizados pela Companhia, bem como investimentos adicionais e aumento de despesas operacionais, o que pode impactar negativamente seus resultados e sua capacidade de crescimento.

Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar nossos resultados.

Por meio da Resolução CMN nº 5.112/2023 e Resolução BCB nº 365/2023, foram estabelecidos tetos para as taxas de juros do financiamento do cartão de crédito, introduzidas regras que regem a portabilidade desse tipo de financiamento e estabelecidos requisitos de divulgação aprimorados para garantir que os titulares de cartões recebam informações claras e adequadas. Especificamente, a Resolução CMN nº 5.112/23 implementou os limites de taxas de juros exigidos pela Lei nº 14.690/2023. De acordo com essa regra, os encargos totais – incluindo juros e outros custos financeiros – cobrados por instituições que oferecem crédito rotativo ou parcelado não podem exceder o valor original da dívida financiada. Essa limitação se aplica a todos os emissores de cartões de crédito e instrumentos de pagamento pós-pagos semelhantes e entrou em vigor em 3 de janeiro de 2024.

A implementação desses limites legais ou regulatórios para as taxas de juros sobre linhas de crédito rotativo e parcelado pode ter um efeito adverso significativo sobre nossos resultados operacionais e condição financeira. Além disso, mudanças na interpretação adotada pelos tribunais brasileiros e a promulgação de novas leis e regulamentações que imponham limites às taxas de juros cobradas sobre empréstimos e financiamentos podem nos afetar de forma significativa e adversa.

A limitação da venda de produtos e serviços regulados pode impactar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia obtém uma parte significativa de sua receita por meio de serviços e produtos financeiros

4.1 Descrição dos fatores de risco

aprovados e controlados por órgãos reguladores, tais como o seguro prestamista, seguro garantia estendida e outros tipos de seguros, cuja forma e distribuição são regulados pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). Eventual mudança na regulamentação vigente e/ou eventuais atos ou decisões desses órgãos reguladores podem limitar ou de outro modo impactar negativamente nas vendas desses produtos e serviços.

Os nossos negócios, incluindo as operações do banQi, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e de regulamentações aplicáveis ao setor financeiro, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia trata dados pessoais de clientes, terceiros, parceiros e colaboradores, no âmbito de suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, há o dever de observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis, em especial a Lei nº 13.709/18 ("LGPD"), conforme alterada pela Lei nº 14.460/2022 e as diretrizes da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A LGPD regula no Brasil, as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e estabelece um marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, bem como prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados e sanções para o descumprimento de suas disposições.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a aplicação de sanções administrativas; (ii) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (iii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia ou seus prestadores de serviço não estejam em conformidade com a lei, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50.000.000 por infração.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e suas subsidiárias e por seus prestadores de serviço, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD ou pela ANPD.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Assim, falhas de segurança ou quaisquer outras falhas na privacidade e proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e a suspensão da atividade de tratamento de dados, o que poderá afetar negativamente a imagem, reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações.

Por fim, a edição de nova regulamentação aplicável à Companhia pode criar obrigações não previstas anteriormente pela Companhia, interferindo em tempo hábil necessário para implementar alterações e ou controles operacionais e sistêmicos, fazendo com que esta incorra em custos adicionais ou tenha suas operações restringidas.

Alterações nas regras tributárias brasileiras ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os tributos que a Companhia é obrigada a pagar.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas ou base de cálculos vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins específicos estabelecidos pelo governo, assim como possível alteração de benefícios fiscais em vigor. Algumas dessas mudanças não podem ser previstas antecipadamente, mas podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia, por exemplo, afetar adversamente a lucratividade e os preços dos produtos da Companhia, bem como restringir a sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Não há garantia de que a Companhia conseguirá manter seu fluxo de caixa projetado e a lucratividade, após qualquer aumento nos tributos que se aplicam à Companhia e às suas operações.

Ainda, em razão da complexidade da interpretação da legislação tributária brasileira, dado a multiplicidade de normas existentes, existe a possibilidade de as autoridades fiscais adotarem interpretação distinta da adotada pela Companhia na realização de suas operações, podendo acarretar efeitos adversos à Companhia.

Recentemente foi publicada a Lei nº 15.270/25 que prevê a incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRF") à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos pagos por uma mesma pessoa jurídica a uma pessoa física residente no Brasil, sempre que, em um mesmo mês, o total pago ou creditado superar R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sem possibilidade de deduções. Para beneficiários não residentes, a remessa de dividendos ao exterior estará sujeita à alíquota de 10%, independentemente do valor creditado ou pago, ressalvadas hipóteses específicas de não incidência.

Adicionalmente, no que se refere às pessoas físicas residentes no Brasil, a Lei nº 15.270/25 institui um novo Imposto de Renda Mínimo da Pessoa Física ("IRPFM") aplicável a contribuintes com renda anual superior a R\$ 600.000,00. A alíquota é progressiva, variando linearmente de zero a 10% no intervalo entre R\$ 600.000,00 e R\$ 1,2 milhão, e fixando-se em 10% para rendimentos anuais iguais ou superiores a R\$ 1,2 milhão. O texto normativo prevê deduções específicas e a possibilidade de compensar o imposto já pago sobre rendimentos que compõem a base de cálculo do IRPFM. Além disso, estabelece um redutor aplicável

4.1 Descrição dos fatores de risco

sempre que a soma da alíquota efetiva dos tributos incidentes sobre o lucro da pessoa jurídica que distribuiu os lucros ou dividendos e a alíquota efetiva do IRPFM devida pelo beneficiário ultrapassar as alíquotas nominais do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSL").

Por fim, no dia 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/23 que trouxe a diretriz da Reforma Tributária no Brasil. A Emenda Constitucional reorganiza a tributação sobre o consumo no Brasil, tendo como principal marco a substituição de 5 impostos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), dividido em dois (IVA-Dual): (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será direcionada para a União, e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será distribuído a Estados, Municípios e Distrito Federal. Recentemente, foi promulgada a Lei Complementar 214/25, que regulamentou a instituição do IBS e da CBS. A Reforma Tributária sobre o consumo passará por um período de transição a partir de 2026, com conclusão em 2033, data em que estará integralmente em vigor.

A Companhia não pode estimar os impactos que a implementação da Reforma Tributária terá em suas operações. Tendo em vista que a tributação sobre o consumo está passando por mudanças significativas, podemos sofrer um aumento significativo da carga tributária, que poderá impactar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode assegurar que o governo brasileiro implementará a reforma tributária de uma maneira que seja favorável para a Companhia. Na hipótese das mudanças nas leis, direta ou indiretamente, aumentarem a carga tributária devida pelo grupo, nossa margem bruta pode diminuir, resultando em um impacto negativo nos negócios e resultados operacionais

A não obtenção ou renovação tempestiva de registros, licenças, autorizações e alvarás pode afetar adversamente a operação e os resultados da Companhia.

As atividades da Companhia dependem da obtenção e da renovação periódica de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, necessários para a instalação e operação de lojas físicas, centros de distribuição e escritórios corporativos.

Caso a Companhia não consiga obter ou renovar, em tempo hábil, as autorizações e licenças exigidas, poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo a aplicação de multas e a interdição de lojas e centros de distribuição, o que pode afetar negativamente sua imagem, credibilidade, operações e resultados operacionais. A interrupção das atividades de centros de distribuição, em especial, pode comprometer a capacidade de abastecimento das lojas, resultar em queda de vendas e impactar adversamente os resultados financeiros da Companhia.

Adicionalmente, a ausência ou a não renovação tempestiva de licenças pode expor a Companhia a riscos adicionais em caso de acidentes ou eventos similares, inclusive com possíveis impactos sobre a cobertura securitária e danos reputacionais relevantes. O Poder Público também pode adotar normas mais rigorosas ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

interpretações mais restritivas da legislação aplicável, o que pode exigir adaptações operacionais e investimentos adicionais, com potencial impacto adverso sobre os negócios da Companhia.

Modificações na regulação do comércio e da Internet poderão afetar nossos negócios adversamente.

A Companhia está sujeita as regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar o negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por produtos e serviços e um aumento nas despesas operacionais.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações diretas em países estrangeiros.

j) Riscos relacionados a questões sociais

O não atendimento às expectativas dos principais públicos de relacionamento da Companhia em relação a assuntos de ordem ambiental, social e de governança corporativa (ESG), incluindo medidas sociais relacionadas à promoção de respeito, diversidade e inclusão, pode prejudicar a reputação da Companhia, elevar seus custos, reduzir suas receitas ou a expor a riscos adicionais.

Há um foco crescente em assuntos ESG por parte dos consumidores, investidores e outros públicos de relacionamento, à medida que o interesse público e pressões legislativas referente às práticas ESG das companhias continuam a crescer. Tal entusiasmo e o ativismo relacionado a questões ESG e assuntos similares podem prejudicar o acesso a capital, uma vez que os investidores podem decidir realocar capital ou deixar de investir como resultado de sua avaliação das práticas ESG de determinada companhia.

Além disso, alguns investidores institucionais utilizam serviços de consultorias que fornecem recomendações de voto em assembleia, diretrizes sobre votação por procurador e análises de atributos ESG. Se a Companhia não definir recomendações ou diretrizes, alguns acionistas podem votar contra essas propostas, o que pode afetá-la negativamente.

As companhias que não se adaptarem ou atenderem às expectativas ou padrões dos investidores, consumidores ou outros públicos de relacionamento, que mudam constantemente, ou que não estiverem respondendo de forma adequada à crescente preocupação com questões ESG, independentemente de haver

4.1 Descrição dos fatores de risco

exigência legal para tal, poderão ter sua reputação prejudicada e seus negócios, condição financeira e/ou cotação de seus valores mobiliários poderão ser prejudicados de maneira significativa. Se as práticas e políticas ESG da Companhia não atenderem às expectativas, normas e estruturas em constante evolução, sua reputação, condição financeira e retenção de colaboradores poderão ser prejudicadas.

A Companhia pode não ser capaz de satisfazer os requisitos de indicadores de diversidade, o que poderá impactar negativamente sua reputação.

Atualmente, a diversidade, equidade e inclusão de empregados tornaram-se fatores importantes para as companhias e para o mercado em geral. O mercado está exigindo indicadores de diversidade das companhias, sendo que os relacionamentos com clientes e operações com outras empresas estão sendo impactadas por tais fatores. A Companhia não pode garantir que será capaz de corresponder às expectativas crescentes referentes aos indicadores de diversidade, e não há garantia de que a Companhia terá sucesso em atrair, reter e tratar de maneira equânime todos os seus funcionários, colaboradores e demais pessoas envolvidas em seu sistema operacional como um todo. Caso não consiga satisfazer tais requisitos, a demanda pelos seus serviços e a reputação da Companhia podem ser impactados negativamente.

A Companhia pode não ser capaz de promover ambientes de trabalho livres de práticas de assédio e discriminação e eventuais casos dessa natureza podem impactar negativamente a reputação da Companhia.

A promoção de um ambiente de trabalho livre de assédios e discriminação é um fator importante para as companhias e para o mercado em geral, que repudia, com cada vez mais veemência, casos dessa natureza. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que será capaz de prevenir a ocorrência de práticas dessa natureza no bojo de suas atividades e operações.

Casos de assédio e/ou discriminação podem impactar adversamente a reputação da Companhia. Além disso, a Companhia pode sofrer penalidades e sanções judiciais relacionadas a tais casos, que podem impactar sua reputação e sua condição financeira.

k) Riscos relacionados a questões ambientais

O cumprimento da legislação ambiental e de saúde e segurança do trabalho pode exigir dispêndios adicionais e, em caso de descumprimento ou mudanças regulatórias, gerar sanções e impactos adversos aos negócios e à condição financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a ampla legislação e regulamentação federal, estadual e municipal relacionadas à proteção do meio ambiente e à saúde e segurança do trabalho, incluindo a necessidade de obtenção e manutenção de licenças, autorizações e alvarás. O descumprimento dessas normas, a falha na obtenção ou renovação de licenças ou o não atendimento às condições nelas previstas pode resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, como multas, responsabilização por danos, impactos reputacionais e, em casos mais graves, suspensão ou interrupção de atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a evolução da legislação e o aumento do rigor regulatório podem exigir investimentos adicionais e elevação dos custos operacionais para manutenção da conformidade, reduzindo a disponibilidade de recursos para outros fins e afetando adversamente a lucratividade, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia pode sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por suas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e por danos ambientais causados por suas operações. Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas, o que poderia afetar adversamente suas operações e reputação.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo o aumento de forma significativa em seus investimentos a fim de cumpri-las. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente e de forma significativa os resultados da Companhia.

A escassez de recursos naturais, de energia e de combustível podem afetar as operações da Companhia.

A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos e de geração de energia. Assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses fatores, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser impactadas de maneira relevante.

Questões ambientais também podem afetar os preços e a disponibilidade de mercado do petróleo e outros tipos de combustíveis, o que gera reflexos sobre as operações da Companhia. Por exemplo, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços do petróleo, à disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

I) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas

4.1 Descrição dos fatores de risco

regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

m) Riscos relacionados a questões não compreendidas nos itens anteriores

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem afetar adversamente a Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio (i) da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos de regulação do prazo máximo dos financiamentos e (ii) da imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas.

Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito das instituições financeiras subsidiárias ou coligadas da Companhia: Banqi SCD e Banqi IP. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos.

Não há nenhuma garantia de que, no futuro, o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez da Companhia, sua estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos, bem como a solvência de seus clientes.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O mercado brasileiro de valores mobiliários apresenta menor liquidez, maior concentração e maior volatilidade em comparação aos principais mercados internacionais, o que pode limitar significativamente a capacidade dos acionistas de negociar as ações da Companhia pelo preço e no momento desejados. Essas características podem afetar negativamente o valor de mercado das ações, especialmente diante da realização ou da expectativa de vendas relevantes de ações.

Adicionalmente, a economia brasileira está sujeita a intervenções governamentais frequentes, por meio de

4.1 Descrição dos fatores de risco

mudanças nas políticas monetária, fiscal, creditícia, cambial e regulatória. A Companhia não tem controle sobre eventuais medidas futuras, as quais podem impactar de forma relevante seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e suas perspectivas, em função de alterações em fatores macroeconômicos e regulatórios. O impacto das ações do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia.

O passado da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

Nesse sentido, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações da Companhia, bem como suas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores macroeconômicos, políticos, diplomáticos e sociais, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados racionamento de energia;
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para os resultados da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A volatilidade cambial também pode se traduzir em aumento do preço dos produtos que possuem componentes importados e portanto estão sujeitos às alterações na taxa de câmbio. Os repasses realizados pelos fornecedores à Companhia são também repassados ao preço final dos produtos comercializados.

Qualquer rebaixamento no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

Qualquer rebaixamento dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida pela Companhia, bem como afetar adversamente o preço de negociação de ações ordinárias da Companhia.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios e os resultados das operações da Companhia, podendo afetar também o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais foram e continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal, ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro.

O desenvolvimento desses casos tem historicamente afetado e pode continuar a afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais, bem como o preço de negociação das ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais, guerras e conflitos regionais ou qualquer outro tipo de crise que tenha a capacidade de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou geopolíticas, no Brasil ou no exterior, podem gerar volatilidade cambial, restrição de crédito, aumento do desemprego, elevação da inadimplência e redução do consumo, afetando negativamente a demanda pelos produtos comercializados pela Companhia. Eventos recentes no cenário internacional, incluindo conflitos armados e tensões geopolíticas, têm provocado aumentos nos preços de energia, custos de frete, seguros e desorganização das cadeias logísticas globais, com potenciais reflexos na economia brasileira.

Adicionalmente, medidas políticas-econômicas adotadas por governos estrangeiros, bem como crises em economias relevantes, podem aumentar a instabilidade dos mercados financeiros e de capitais, afetar a confiança de investidores e consumidores e impactar a cotação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia. A materialização desses fatores pode resultar em redução do volume de vendas, pressionar margens e afetar adversamente os resultados operacionais e a condição econômica da Companhia.

A instabilidade e os conflitos econômicos e políticos globais podem afetar adversamente os negócios, situação financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por condições econômicas e políticas instáveis e conflitos geopolíticos. Conflitos militares atualmente em andamento, o envolvimento de outros países nos conflitos e sanções relacionadas, bem como controles de exportação/importação ou ações que possam ser iniciadas por nações como o Brasil e outras incertezas em potencial, podem prejudicar e/ou afetar os negócios e/ou a cadeia de suprimentos da Companhia, parceiros de negócios ou clientes, e pode causar mudanças nos padrões de compra dos clientes da Companhia e interromper a sua capacidade de fornecer produtos.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu e ocupou partes da Ucrânia. Em resposta, muitos países impuseram sanções à Rússia e proibiram as importações das commodities que exporta, que incluem petróleo, gás natural e trigo, dos quais a Ucrânia também é uma grande produtora. O conflito e as sanções impostas à Rússia tiveram um forte impacto negativo na economia mundial, causando um aumento nos preços dos alimentos e da energia em todo o mundo.

Além disso, desde outubro de 2023, a campanha militar de Israel contra o Hamas está em andamento. Adicionalmente, em fevereiro e março de 2026, os Estados Unidos e Israel lançaram ataques militares contra alvos no Irã, incluindo infraestrutura ligada ao programa nuclear, levando a retaliações iranianas no Oriente Médio. Como resultado, o Irã passou a restringir o tráfego marítimo no Estreito de Ormuz e ataques ou ameaças contra navios-tanque e rotas alternativas no Mar Vermelho e Golfo de Áden levaram importantes armadores a suspender ou redirecionar rotas, com impactos imediatos sobre os custos de transporte e a logística global. Esse ambiente pode contribuir para uma alta acentuada dos preços do petróleo e do gás

4.1 Descrição dos fatores de risco

natural em meio a preocupações com a redução das exportações iranianas e possíveis interrupções adicionais na oferta de outros produtores do Golfo. Uma escalada prolongada do conflito pode deteriorar as condições financeiras globais, pressionar expectativas de inflação, elevar prêmios de risco e spreads de crédito em mercados emergentes, inclusive no Brasil, reduzir a liquidez internacional e afetar o apetite de investidores estrangeiros por ativos brasileiros, o que pode, por sua vez, ter efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, liquidez e condição financeira da Companhia.

Além disso, as tensões geopolíticas na América Latina aumentaram. Em janeiro de 2026, o presidente venezuelano Nicolás Maduro foi levado sob custódia dos Estados Unidos como parte de uma operação militar americana em Caracas, sendo posteriormente transportado para os Estados Unidos para responder a um processo federal por acusações relacionadas a narcotráfico. As circunstâncias que envolvem esses acontecimentos contribuíram para o aumento da incerteza em relação à estabilidade política, às relações diplomáticas e às condições econômicas na Venezuela e em toda a região. Além disso, a Venezuela detém uma das maiores reservas de petróleo bruto do mundo, e eventos geopolíticos recentes introduziram incertezas em relação à dinâmica dos preços do petróleo, às expectativas de oferta e à estabilidade do mercado global de energia. Tais desenvolvimentos têm o potencial de causar maior volatilidade nos preços do petróleo bruto e nos mercados relacionados, à medida que os investidores reagem à evolução dos prêmios de risco, a possíveis interrupções de curto prazo no fornecimento e a questões de longo prazo sobre a capacidade futura de produção de petróleo. A volatilidade nos preços do petróleo e nos mercados de energia pode impactar materialmente as condições macroeconômicas, as expectativas de inflação, os spreads de crédito e a liquidez do mercado. Qualquer escalada de tensões ou instabilidade decorrente desses eventos pode afetar adversamente os mercados financeiros regionais, os fluxos de investimento transfronteiriço, os mercados de energia e a confiança dos investidores, e pode ter um efeito adverso material em nossos negócios, resultados operacionais, liquidez e condição financeira.

Ainda, a política comercial dos EUA também tem sido uma fonte significativa de incerteza econômica global. Em particular, recentemente, os Estados Unidos impuseram uma série de tarifas sobre importações de diversos países, incluindo China, membros da União Europeia, Canadá, México e Brasil, abrangendo uma ampla gama de produtos, como aço, alumínio, produtos agrícolas e itens manufaturados. Muitos países afetados adotaram medidas retaliatórias, impondo tarifas sobre as exportações dos Estados Unidos, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento da volatilidade nos fluxos comerciais globais, interrupções nas cadeias de suprimentos e incerteza nos mercados de commodities e de câmbio. O impacto econômico final dessas tarifas, incluindo os efeitos sobre a inflação, a demanda do consumidor, os fluxos comerciais e as condições de crédito, permanece difícil de prever. A imposição unilateral de tarifas e das ações comerciais retaliatórias aumentou o risco de mudanças repentinas e instabilidade na política comercial global, que podem afetar negativamente os fluxos de investimento transfronteiriços e os preços das commodities. A incerteza quanto ao alcance, duração e aplicação das tarifas (incluindo ajustes futuros, isenções, contestações judiciais, negociações com parceiros comerciais e possível extensão ou expansão dos programas tarifários) pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais, liquidez e situação financeira. O desfecho desses conflitos ainda é incerto, assim como seus efeitos sobre as economias global ou brasileira e sobre os mercados de capitais brasileiros ou internacionais. Quaisquer efeitos negativos resultantes desses conflitos podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, liquidez e condição

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeira.

Em complemento ao acima descrito, os custos de inflação, energia e commodities podem flutuar como resultado dos conflitos geopolíticos atualmente em andamento e as sanções econômicas relacionadas. Essas flutuações podem resultar em um aumento nos custos de transporte para distribuição da Companhia, custos de serviços públicos para suas lojas de varejo e custos de compra de produtos de seus fornecedores. Um aumento contínuo nos custos de energia e commodities pode afetar negativamente os gastos do consumidor e a demanda pelos produtos da Companhia e aumentar seus custos operacionais, os quais podem ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das nossas ações.

O valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações, é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente os Estados Unidos e os países da Europa, bem como em outros países da América Latina e de outros países emergentes. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países, especialmente Estados Unidos e Europa, podem ter um impacto adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, têm sido historicamente suscetíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos.

Além disso, as crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo suas ações. Tais acontecimentos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações em sua emissão, restringir o acesso ao mercado de capitais e comprometer a capacidade de financiar as operações.

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos, o que pode afetar adversamente seus resultados e o valor de seus valores mobiliários.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Cinco principais fatores de risco

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está sujeita são:

A Companhia pode não obter sucesso em sua estratégia de transformação operacional, o que pode afetar sua estrutura de capital, eficiência e resultados.

Ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia conduziu um amplo e consistente Plano de Transformação, com foco prioritário na reorganização da estrutura de capital, disciplina financeira, melhoria da rentabilidade operacional e forte geração de caixa livre.

A efetividade do plano de transformação da Companhia depende da adequada execução das diretrizes estratégicas pela administração da Companhia, incluindo, mas não se limitando à capacidade de: (i) gerir suas marcas e cultura organizacional; (ii) alavancar as vendas com diluição de despesas e custos fixos; (iii) fortalecer e expandir a oferta de produtos, serviços e soluções financeiras aos seus clientes; (iv) aprimorar a experiência de compra e pós-venda do cliente por meio da multicanalidade; (v) avançar na transformação digital da Companhia, com adoção de novas tecnologias e modelos de negócio nas operações físicas e digitais; (vi) expandir o portfólio de produtos e serviços em condições competitivas; (vii) manter e ampliar a base de *sellers* do seu *marketplace*; (viii) aumentar as taxas de conversão nos canais digitais; e (ix) melhorar níveis de serviço, incluindo NPS, prazos de entrega e experiência do consumidor.

O não atingimento de quaisquer dos objetivos dispostos acima, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a capacidade da Companhia de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento. Adicionalmente, a Companhia pode sofrer impactos negativos, incluindo na sua capacidade de honrar dívidas. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas e fatores alheios à administração e à própria Companhia podem comprometer o sucesso da transformação e resultar em impactos adversos relevantes sobre os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação e valor de mercado da Companhia, inclusive comprometendo a confiança de seus investidores, credores, fornecedores e demais *stakeholders*.

A Companhia está exposta ao risco de crédito e inadimplência de clientes e contrapartes financeiras, o qual pode ser agravado por condições macroeconômicas adversas.

A Companhia está exposta ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplência por parte de clientes (em especial na modalidade Crédito Direto ao Consumidor – CDC), parceiros comerciais ou instituições financeiras com as quais mantém operações. Esse risco pode se materializar em situações de deterioração da capacidade financeira das contrapartes, falência, recuperação judicial ou atrasos significativos nos pagamentos, impactando diretamente o fluxo de caixa e os resultados da companhia.

Além disso, mudanças nas condições macroeconômicas, como manutenção das taxas de juros atuais, retração do consumo ou instabilidade regulatória podem elevar a probabilidade de inadimplência e reduzir a capacidade de recuperação dos valores devidos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

O saldo da carteira de financiamento ao consumidor CDC (circulante e não circulante), bruto dos juros a apropriar e da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 6.459 milhões, em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 6.178 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 5.355 milhões.

A inflação e a elevação das taxas de juros no Brasil podem afetar adversamente a Companhia e o preço de mercado de suas ações.

A inflação e as medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la, especialmente a elevação e a manutenção de taxas de juros em patamares elevados, têm, historicamente, afetado negativamente a economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro, podendo contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Em um cenário em que a inflação continue alta no futuro, a Companhia poderá ser negativamente afetada, bem como o preço de mercado de suas ações ordinárias.

No passado, o Brasil experimentou taxas de inflação extremamente altas e, portanto, implementou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas de juros do mundo. As pressões inflacionárias, em conjunto com os esforços do governo brasileiro de controlar a inflação tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira em geral. A elevação da inflação, pode deteriorar o poder aquisitivo das famílias e reduzir o horizonte de planejamento dos agentes da economia, podendo afetar negativamente a demanda por nossos produtos e serviços e, conseqüentemente, o desempenho da Companhia. Esses fatores, combinados com as incertezas em relação à potencial intervenção governamental futura contribuíram para a instabilidade econômica e aumentaram a volatilidade nos mercados de capitais brasileiros.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,62% em 2023 e de 4,83% em 2024. Até dezembro de 2025, a inflação acumulada no ano medida pelo IPCA era de 4,26%. Pressões inflacionárias persistentes e expectativas quanto a medidas governamentais futuras podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e a percepção de risco econômico.

Em resposta a cenários de inflação, o Banco Central do Brasil pode adotar políticas monetárias restritivas, com elevação das taxas de juros. Isso pode continuar causando aumento da volatilidade no crescimento e necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros, o que poderia impactar negativamente o custo de financiamento da Companhia, elevando suas despesas financeiras relacionadas ao endividamento, ainda que possa aumentar a rentabilidade das aplicações financeiras de seu caixa, bem como afetar investimentos em valores mobiliários e obrigações decorrentes de contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia não pode garantir que irá implementar medidas eficazes para reduzir os impactos da inflação em suas operações, o que pode levar a uma diminuição do lucro líquido, o que nos afetaria negativamente. As pressões inflacionárias também podem afetar negativamente nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros, o que nos afetará negativamente.

Falhas na segurança cibernética, interrupções dos sistemas de tecnologia da informação ou o descumprimento de leis de privacidade podem afetar adversamente os negócios e a reputação da

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para a condução de suas operações, incluindo o armazenamento e o tratamento de dados. Tais sistemas estão sujeitos a riscos de falhas técnicas, interrupções operacionais, desastres naturais, erros de software, ataques cibernéticos, acessos não autorizados, atos maliciosos e outras violações de segurança, inclusive envolvendo fornecedores e prestadores de serviços terceirizados.

Interrupções significativas ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação podem comprometer a continuidade das operações da Companhia, causar indisponibilidade de plataformas, atrasos na entrega de produtos ou serviços e redução da eficiência operacional, com impactos adversos sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os custos associados à prevenção, resposta e remediação de incidentes de segurança cibernética, bem como a eventuais multas e penalidades, podem ser significativos e não necessariamente estar integralmente cobertos por apólices de seguro. Ademais, o ambiente regulatório relacionado à segurança da informação, privacidade e proteção de dados tem se tornado mais complexo, podendo exigir investimentos adicionais relevantes e impor obrigações de conformidade mais rigorosas, o que pode impactar adversamente a condição financeira e os resultados da Companhia.

Adicionalmente, tais eventos podem gerar litígios, responsabilizações legais e sanções administrativas, inclusive pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como danos à reputação e perda de confiança de clientes, parceiros e investidores, afetando adversamente os negócios, os resultados operacionais e o valor de mercado da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso não seja capaz de manter a reputação de suas marcas junto a clientes, fornecedores e distribuidores.

A reputação da Companhia e de suas marcas é relevante para seu posicionamento competitivo, especialmente em plataformas digitais, bem como para sua capacidade de atrair e reter clientes, fornecedores, *sellers* (vendedores do seu *marketplace*), distribuidores, parceiros estratégicos e profissionais qualificados.

A preservação dessa reputação depende da manutenção de elevados padrões de qualidade, eficiência e confiabilidade de seus produtos e serviços. Falhas operacionais, defeitos em produtos, fraudes ou a necessidade de realização de *recalls* de produtos vendidos ou disponibilizados em suas plataformas digitais podem impactar negativamente a percepção de suas marcas e afetar negativamente os resultados da Companhia, bem como o preço de mercado de suas ações ordinárias.

Adicionalmente, fatores externos e, em muitos casos, alheios ao controle da Companhia — incluindo associações indevidas de suas marcas a eventos, condutas ou posicionamentos controversos — podem comprometer sua reputação, resultando em perda de participação de mercado, redução de receitas e deterioração das relações comerciais, com efeitos adversos sobre as suas operações e resultados

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

financeiros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais está exposta.

Risco de mercado

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (dentre as quais o CDI).

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou 3 cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para a data de vencimento das operações, limitada a 12 meses, em 31 de dezembro de 2025, para as datas de vencimento das operações, cuja taxa foi 14,33% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

(em milhões de R\$)		Análise de sensibilidade			
Operações	Risco	Saldo em 31.12.2025	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	782	110	83	55
Títulos e valores mobiliários (*)	Redução do CDI	296	39	29	20
Empréstimos e financiamentos (**)	Aumento do CDI	(429)	(47)	(57)	(68)
Impacto líquido no resultado		649	103	55	7

(*) Títulos e valores mobiliários exceto FIDC's.

(**) Empréstimos e financiamentos exceto Repasses para instituições financeiras ("CDCI") e alguns empréstimos de moeda nacional por apresentarem taxas de juros pré-fixadas.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos, por exemplo, motoristas e montadores.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 100 milhões; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente e materialmente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, sobre o recolhimento de ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o valor total envolvido nos processos com chance de perda provável era de R\$ 50,3 milhões.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto os seguintes:

Processo nº 15746.725431/2023-31	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	08/11/2023
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.628.516.336,23
f. Principais fatos	Auto de Infração decorrente da apropriação supostamente indevida de créditos de PIS e COFINS, nos anos-calendário de 2019 a 2021, sobre: (i) despesas relacionadas à aquisição de bens e serviços utilizados como insumos, frete e armazenagem, e aluguel de prédios; e (ii) ajustes de redução realizados para exclusão do DIFAL e do ICMS-ST das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A autuação lavrada também teve como objeto os ajustes para cômputo de créditos extemporâneos e créditos da empresa CNOVA, resultantes da incorporação realizada em 2019. Foram aplicados multa de ofício de 100% e juros de mora calculados pela taxa SELIC. Importante salientar que, com a publicação do acórdão, em 28.02.24, do Tema 1125 no STJ, que versa sobre a legitimidade da exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS, o prognóstico de mais de 50% do valor do auto de infração foi alterado para remoto.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento desfavorável em 1ª Instância Administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. Convertido o julgamento em diligência.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível: R\$ 2.085.517.555,84 Remota: R\$ 1.542.998.780,39
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Anulatória nº 1004953-96.2026.4.01.3400	
a. Juízo	4ª Vara Federal do Distrito Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	20/01/2026
d. Partes no processo	Autor: Grupo Casas Bahia Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.325.877.201,48
f. Principais fatos	Ação Anulatória ajuizada após o encerramento do processo administrativo nº 10805.723399/2019-15, visando discutir judicialmente a exigência do PIS e COFINS do ano-calendário de 2016 em razão da desconsideração da revogação do benefício da alíquota zero dos tributos nas vendas a varejo de produtos de informática e <i>smartphones</i> , no âmbito do Programa de inclusão Digital, pela MP nº 690/2015 e convertida na Lei nº 13.241/15 (Lei do Bem).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não há decisão de mérito proferida.
h. Estágio do processo	Em 05/02/2026, foi deferido o pedido de antecipação de tutela recursal para suspender a exigibilidade do crédito tributário objeto do processo administrativo nº 10805.723399/2019-15, sem a apresentação de garantia.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento.

Processo nº 11000.742324/2025-00	
a. Juízo	Delegacia de Jugamento (DRJ)
b. Instância	1ª instância administrativa
c. Data de instauração	03/10/2025

4.4 Processos não sigilosos relevantes

d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 306.467.280,74
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, que exige (i) valores a título de IRPJ e CSLL, relativos ao ano-calendário de 2020, acrescidos de juros de mora, multa de ofício de 75,3% e multa isolada sobre as estimativas mensais, e (ii) glosando, em relação aos anos-calendários de 2018 a 2022, o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que seria inferior ao prejuízo do exercício.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ainda não há decisão de mérito proferida.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento da Impugnação.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 10805.720940/2020-69	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 369.515.216,80
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. Convertido o julgamento em diligência.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 15746.725432/2023-85	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	08/11/2023
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 263.816.007,92
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado para exigir Multa Regulamentar vinculada ao Auto de Infração nº 15746.725431/2023-31, sob a alegação de que as EFD-Contribuições, do período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021, teriam sido apresentadas com informações "incorretas".
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. Julgamento favorável do Recurso Voluntário interposto, cancelando integralmente a autuação.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 16561.720013/2020-35	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	06/06/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 315.697.529,78
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, que exige valores a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2015 e 2016, acrescidos de multa de ofício de 150% e juros de mora calculados pela taxa SELIC. A cobrança decorre da glosa das despesas de amortização fiscal do ágio, com fundamento na expectativa de rentabilidade futura, pago pela Mandala Empreendimentos e Participações S.A. (empresa que integrava o GPA) na aquisição do controle da Companhia em 2009, denominada à época de Globex Utilidades S.A. As acusações do TVF estão relacionadas a três itens: (i) ausência de “confusão patrimonial” com o “real-adquirente” (tida como a CBD); (ii) a amortização do ágio deveria ter seguido o prazo de dez anos projetado da rentabilidade futura; e (iii) a integralidade do fundamento econômico do ágio pago pela Mandala não poderia ser classificada como rentabilidade futura.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento desfavorável em 1ª Instância Administrativa. Em 2ª Instância foi dado provimento integral ao recurso voluntário da Companhia em março de 2024. Negado provimento ao Recurso Especial da Fazenda.
h. Estágio do processo	Interposto Recurso Especial pela Procuradoria. Aguardando publicação do acórdão que negou provimento ao recurso especial da Fazenda.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remoto	Possível: R\$ 246.699.852,99 Remoto: R\$ 68.997.676,79

4.4 Processos não sigilosos relevantes

remota	
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 50351023	
a. Juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	15/12/2023
d. Partes no processo	Autor: Estado de São Paulo
	Réu: CNOVA
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 151.807.738,91
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado sob a acusação fiscal de crédito indevido nas Guias de Informação e Apuração do ICMS, relativas às competências de março e abril do ano de 2018. Busca-se demonstrar a legitimidade dos créditos lançados a título de ressarcimento do ICMS-ST e da recuperação do ICMS-Próprio, que deixou de ser apropriado em função da sistemática da substituição tributária, com fundamento nos artigos 269, 270 e 271 do RICMS/SP, em virtude de não realização de fato gerador presumido (posterior saída interestadual).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento desfavorável em 1ª Instância Administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso ordinário apresentado pela Companhia.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial poderá impactar financeiramente a Companhia.
---	--

Processo nº 5003540-03.2020.4.03.6126	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	26/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 142.660.317,71
f. Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, inscritos na dívida ativa sob os nºs 80.7.20.047215-01 e 80.6.20.211380-99, oriundos do Processo Administrativo nº 13820.720061/2019-01, no montante total de R\$ 107.774.364,13. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5004357-67.2020.4.03.6126.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença improcedente nos respectivos Embargos à Execução Fiscal. Interposto Recurso de Apelação ao TRF-3
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação pelo TRF-3.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, a manutenção da garantia judicial poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 5000009-69.2021.4.03.6126	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3
b. Instância	2ª instância

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. Data de instauração	06/01/2021
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 334.436.249,60
f. Principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, inscritos na dívida ativa sob os nºs 80.7.20.055443-10 e 80.6.20.231888-59, oriundos do Processo Administrativo nº 10805.724064/2015-82. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5002931-83.2021.4.03.6126.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença rejeitando os Embargos de Declaração da Companhia.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso. Apelação pelo TRF-3.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, a manutenção da garantia judicial poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Processo nº 1013004-48.2021.8.26.0068	
a. Juízo	14ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	27/08/2021
d. Partes no processo	Autor: SOF Serviço de Orientação da Família e Centro Santo Dias de Direitos Humanos Réu: Espólio de Samuel Klein; Saul Klein e Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000.000,00
	Ação civil pública ajuizada por duas associações civis, buscando a responsabilização civil dos réus por atos ilícitos praticados pelas

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	pessoas naturais Samuel Klein - já falecido fundador da Casa Bahia Comercial Ltda. - e seu filho Saul Klein – que nunca foi acionista ou administrador da Companhia -, respectivamente, ocorridos entre os anos de 1989 e 2019. As associações pleiteiam a condenação solidária dos indivíduos e da Companhia nas obrigações de (i) realização de campanha online enfatizando a igualdade entre homens e mulheres; (ii) financiamento de projetos e programas que atuem no sentido de retirar crianças e adolescentes do sexo feminino de situações de vulnerabilidade; (iii) formação de um fundo para financiar bolsas de estudo para crianças e adolescentes carentes do sexo feminino; (iv) compromisso da empresa ré de afixar cartazes em todas as suas lojas físicas e banners em todos os meios online, por um ano, afirmando o compromisso com a dignidade sexual, com divulgação do número 100 para denúncias de abuso sexual; e (v) pagamento pelos réus, de forma solidária, de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000.000,00, a ser revertido ao fundo previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 26/07/2022, foram determinadas as associações autoras à emenda à petição inicial, a fim de justificar a pertinência subjetiva da ação em relação à Companhia. Em 18/10/2022, o Ministério Público se manifestou quanto à necessidade de que as autoras emendassem a inicial para melhor descreverem todas as circunstâncias (tempo, lugar, modo de execução, sujeitos etc.) relativas aos fatos, inclusive para permitir sua individualização e exercício da ampla defesa pelos respectivos responsáveis. Em 28/10/2023 foi proferida decisão determinando que os réus se manifestassem sobre o fato novo apresentado pelas associações, relacionado à ação civil pública na Justiça do Trabalho contra o réu Saul Klein. Em 18/04/2024, foi proferida sentença de extinção da ação, em virtude da inépcia da inicial e da ilegitimidade da autora SOF. Em 25/03/2025, a turma julgadora entendeu por prover o recurso para anular a sentença, reconhecendo a legitimidade da SOF e afastando a inépcia da inicial. Interpostos recursos ao STJ e STF, pendentes de julgamento.
h. Estágio do processo	Fase de instrução.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa e potencial dano reputacional, ainda que nem a Companhia nem seus acionistas e administradores estejam envolvidos ou relacionados aos fatos narrados na petição inicial, conforme já reconhecido pelo próprio Ministério Público.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Danos à imagem e prejuízo material.
---	-------------------------------------

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	
a. Juízo	36ª Câmara de Direito Privado
b. Instância	2ª instância (suspensão pela Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo)
c. Data de instauração	30/07/2014
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 177.768.031,56
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPSP, sob alegação de que a Companhia adotaria, de forma reiterada, algumas práticas abusivas, tais como: (i) embutir o preço do seguro e de garantia estendida no preço total do produto sem a ciência do consumidor; (ii) aumentar indevidamente a taxa de juros nas compras financiadas; e (iii) nas compras a prazo com entrada, aplicar taxa como se sem entrada fosse, mesmo quando o consumidor efetuava o pagamento imediato da prestação correspondente ao valor da entrada, descumprindo, assim, o dever de informar de forma adequada e previamente o consumidor no momento da conclusão do negócio (artigo 6º, III, do CDC), e contrariando o princípio da boa-fé objetiva (artigo 422, CC, 4º, III, do CDC).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 30/03/2016, foi prolatada sentença de procedência da ação, confirmando a antecipação de tutela concedida, para condenar a ré: (i) na obrigação de se abster de inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, no mesmo contrato de compra e venda dos produtos que comercializa, devendo informar, prévia e adequadamente, sobre qualquer contratação que não se incluía no preço do produto ou serviço que vier a fornecer, mediante comprovação escrita e assinada pelo consumidor, sob pena de multa de R\$ 50.000,00, por ato de descumprimento; (ii) na obrigação de se abster de inserir qualquer valor no preço que não corresponda ao preço do produto ou serviço que comercializa, inclusive nos contratos de pagamento a prazo, hipótese na qual deverá prévia e adequadamente informar o prazo de validade do financiamento, a taxa de juros mensal efetiva aplicada, o custo efetivo total aplicado por decorrência dos juros e eventual correção monetária, o valor total do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	produto ou serviço adquirido sem a inclusão dos juros e com a inclusão dos juros e o valor da prestação a ser paga mensalmente pelo consumidor, sob pena de multa de R\$ 50.000,00, por ato de descumprimento; (iii) ao pagamento de indenização por danos morais difusos dos consumidores no valor de R\$ 700.000,00, acrescido de juros legais a contar da citação e de correção monetária, a contar desta data, valor que será revertido ao Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos (artigo 13 da Lei 7.347/85); (iv) a restituir, em dobro, os valores indevidamente pagos pelos consumidores, que serão obtidos mediante a habilitação individual de cada consumidor lesado; (v) na obrigação de publicar, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, para conhecimento geral, nos três dos mais importantes sítios eletrônicos de divulgação de notícias, registrados na Nic.Br, assim como em jornais de grande circulação, nas cidades em que mantém suas respectivas lojas físicas, locais aonde os consumidores foram prejudicados pela violação do direito à informação prévia e adequada. Em 14/12/2017, foi proferido acórdão que deu parcial provimento ao recurso da Companhia para o fim de (a) por unanimidade de votos, limitar a condenação genérica prevista no item “iv” da sentença aos valores indevidamente cobrados pela ré nas compras de produtos não eletrônicos, realizadas em lojas físicas, a título de garantia estendida, seguro facultativo ou equivalente, e a quaisquer valores que não correspondam ao preço do produto e a encargos efetivamente devidos em razão de eventual parcelamento do preço, por meio de contratos celerados a partir de 29/07/2009; e (b) por maioria de votos, excluir as condenações impostas quanto ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e à divulgação da sentença na mídia, mantendo-se, no mais, a sentença recorrida. Em juízo de admissibilidade do Recurso Especial pela Vice- Presidência do TJSP foi determinado que seja suspenso até julgamento de recurso repetitivo no STJ.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa.
	O TJSP reverteu a condenação do Grupo Casas Bahia em danos

4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. Análise do impacto em caso de perda do processo	morais coletivos, afastando o pedido de condenação, o que dificilmente será alterado no STJ; contudo as condenações genéricas à restituição em dobro e obrigações de fazer e não fazer possuem conteúdo econômico que não se pode estimar com precisão, pois dependem de liquidação em fase de cumprimento de sentença, ajuizamento por consumidores individualmente considerados e/ou constatação do descumprimento da ordem judicial.
---	---

Processos trabalhistas

Dentre os processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se, em razão do valor e/ou de seu objeto, os seguintes:

Cumprimento de sentença 0000340-24.2020.5.10.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	09/04/2020
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.105.123,34
f. Principais fatos	Diante de notícias de possível descumprimento das obrigações de fazer e não fazer, constantes da decisão judicial proferida nos autos da ACP nº 0000856-25.2012.5.10.0006, houve a distribuição da execução para apuração das irregularidades e execução das multas previstas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Execução julgada parcialmente procedente para reconhecer o descumprimento das obrigações fixadas na ACP nº 0000856-25.2012.5.10.0006, entendendo pela ocorrência de assédio moral organizacional, uma vez que a coisa julgada não obsta que a ofensa individual atinja todos os empregados do estabelecimento. Foi proferida sentença de liquidação que fixou o débito da Companhia no importe de R\$ 594.664,59 atualizado até 31/05/2021. A Companhia garantiu a execução apresentando embargos à execução, com o valor incontroverso de R\$ 77.587,81 (atualizado até 01/09/2021).
h. Estágio do processo	Negado provimento ao Agravo de Petição da Empresa, o processo encontra-se pendente de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Provável: R\$ 113.495,34 Possível: R\$ 991.627,67
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento do cálculo homologado.

Ação Civil Pública 0001183-23.2018.5.05.0612	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista – Bahia
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	30/11/2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 807.550,00
f. Principais fatos	Foi instaurado Inquérito Civil de nº 000157.2013.05.004/5, no qual a Empresa foi notificada para apresentar documentos e foram colhidos depoimentos de ex-empregados que alegaram serem submetidos a situações constrangedoras e humilhantes no exercício de suas funções, além de afirmar que a Empresa não coíbe de maneira efetiva e eficaz as condutas lesivas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ação julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia ao cumprimento das seguintes obrigações de não fazer, com abrangência em Vitória da Conquista/BA: (i) Abster-se de exigir de seus colaboradores que realizem a venda de produtos ou serviços condicionada ao fornecimento de outro produto ou serviço. (ii) Abster-se de punir/dispensar empregados que não realizem a venda de produtos ou serviços condicionados a outros produtos ou serviços, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por obrigação descumprida. (iii) As obrigações sobre a prática de assédio moral e indenização por dano moral coletivo que foram objeto da APC nº 0000856-25.2012.5.10.0006 foram extintos em razão da coisa julgada.
h. Estágio do processo	Processo encontra-se pendente de julgamento dos Recursos de Revista e Agravo de Instrumento das Partes.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Provável em relação as obrigações de fazer e multa por obrigação descumprida. Possível em relação a indenização por danos morais.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0000141-21.2018.5.05.0132	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Camaçari – Estado da Bahia
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	19/03/2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 117.526,79
f. Principais fatos	Ação Civil Pública, por meio da qual o MPT sustenta supostas irregularidades e requer que sejam fixadas obrigações de fazer e não fazer relativas à jornada de trabalho, compensação de jornada, terceirização ilícita de atividade-fim, manutenção do SESMT e CIPA, considerando o grau de risco e observância da isonomia salarial. Requereu a condenação da companhia em indenização por dano moral no valor de R\$ 500.000,00.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A Companhia foi condenada ao cumprimento das seguintes obrigações, com abrangência nacional: (i) a proibição de prorrogação da jornada diária além de 2 horas extras, conforme art. 59 da CLT, salvo exceções legais, (ii) a vedação à compensação de jornada sem respaldo em acordo ou convenção coletiva, conforme art. 59, §2º da CLT, admitidas exceções legais, e (iii) a obrigatoriedade de manter serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho e CIPA. Após o trânsito em julgado, a empresa terá 180 dias para cumprir todas as determinações judiciais sob pena de: 1) multa de R\$ 100.000,00 se nesse período, ocorrer acidente de trabalho ou doença ocupacional por descumprimento das obrigações, além da responsabilidade civil; 2) multa de R\$ 10.000,00 por item descumprido e por empregado em situação irregular.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Também foi imposta condenação por dano moral coletivo no valor de R\$ 55.555,55, devido à execução de horas extras acima do limite legal. Fixado prazo de 5 anos após o trânsito em julgado para execução das multas. Interposto Agravo de instrumento em Recurso de Revista por ambas as partes, pendentes de julgamento.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Revista e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Provável no valor fixado em decisão líquida de R\$ 117.526,79 (atualizado até 16/12/2025). Possível em relação as obrigações de fazer relacionadas a jornada de trabalho, Saúde e Segurança do Trabalho, e Abrangência Nacional das obrigações. Remoto em relação a obrigação de não contratar empresa terceirizada/prestação de serviços e isonomia salarial.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Processo nº 1001628-77.2017.5.02.0471	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul – Estado de São Paulo
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	14/08/2017
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.410.298,11
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo MPT em face da Companhia, por meio da qual é alegado descumprimento de obrigações de saúde, segurança e jornada de trabalho, postulando a condenação da Companhia em obrigações de fazer e não fazer e indenização por dano moral coletivo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A ação foi julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) de se abster de exigir ou permitir a prestação de serviços dos seus empregados em patamar superior a 10 horas diárias, considerando-se o limite de 2 horas extras diárias, salvo em caso de força maior ou serviços inadiáveis, em que a jornada máxima poderá ser de até 12 horas; (ii) de conceder e assegurar intervalo intrajornada mínimo de 1h e máximo de 2h, nas jornadas cuja duração exceda 6h diárias, e de 15 minutos, nas jornadas cuja duração não exceda este limite; (iii) de conceder e assegurar o intervalo interjornada mínimo de 11 horas entre 2 jornadas; (iv) de conceder DSRs de 24 horas consecutivas após o 6º dia consecutivo de trabalho; (v) de adotar as medidas de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, comprovando nos autos a emissão do AVCB e o encerramento das obras de adequação e adoção das demais medidas para cumprimento da NR-23; e (vi) pagamento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 500.000,00 a serem cumpridas no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária, por obrigação e por trabalhador, no valor de R\$ 1.000,00, limitada ao valor global de R\$ 500.000,00 por obrigação. Foi atribuída abrangência nacional, à exceção da condenação em "adotar as medidas de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, comprovando nos autos a emissão do AVCB e o encerramento das obras de adequação e adoção das demais medidas para cumprimento da NR-23", que se restringe às edificações da sede e da loja no centro de São Caetano do Sul.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento de Agravo Interno pelo TST.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Provável em relação às obrigações de fazer e não fazer, no valor de R\$ 2.410.298,11
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional e valores financeiros envolvidos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

A Companhia apresenta abaixo os processos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex- controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Processo:	1000657-72.2017.5.02.0025
a. Juízo	25ª Vara do Trabalho de São Paulo
b. Instância	3ª instância – Tribunal Regional do Trabalho
c. Data de instauração	19/04/2017
d. Partes no processo	L.H.A.E. x CNOVA Comércio Eletrônico S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.024.257,17
f. Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por ex-diretor executivo da CNOVA, por qual são postuladas verbas trabalhistas, relacionadas ao contrato de trabalho (PLR e outros benefícios). Proferida sentença de parcial procedência dos pedidos. Foram interpostos Recursos Ordinários pelas Partes, sendo que (i) foi negado provimento ao recurso da CNOVA e (ii) dado parcial provimento ao recurso do Reclamante, apenas para modificar o critério de correção da condenação. Interposto Recurso de Revista pela CNOVA, o qual foi negado seguimento. Após esta decisão, seguimos com o recurso extraordinário ao STF que ainda não foi julgado. Iniciada a Execução Provisória (1000867-50.2022.5.02.0025), tendo o exequente apresentado o valor total de R\$ 1.203.010,57 atualizado para 01/05/2021. CNOVA apresentou impugnação aos cálculos de liquidação, sendo homologado o cálculo da Reclamada no importe de R\$ 777.838,07 (atualizados até 01/08/2022). Proferida sentença que julgou improcedente a ISL do reclamante. Em 09/08/2024 reclamante requereu pagamento do incontroverso, tendo a reclamada se manifestado em 03/09/2024 pela inexistência de valor incontroverso vez que pende julgamento de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista pela CNOVA autos do processo principal, de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	forma que todo o valor homologado se demonstra controverso. Em maio de 2025, o processo foi suspenso até que o principal transite em julgado. Execução provisória e processo principal sem novas deliberações.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A sentença condenou a empresa ao pagamento proporcional (período trabalhado) de Participação nos Lucros, referente ao exercício de 2015. Todos os demais pedidos foram julgados improcedentes e mantidos no Tribunal.
h. Estágio do processo	Processo suspenso até que o principal transite em julgado
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) remota	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo tem como parte contrária ex-administrador.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: pagamento da condenação a ser apurado em liquidação de sentença. Em execução provisória foram homologados os cálculos da empresa. A execução provisória encontra-se garantida por meio de seguro fiança.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes, descritos no item 4.4

O total provisionado para os casos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 53,9 milhões.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4

Improbidade Administrativa

Em 28/03/2017, o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil de improbidade administrativa, autos nº 0009917-88.2017.8.26.0053 (originalmente distribuída ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sob o nº 2054992-81.2017.8.26.0000, e posteriormente redistribuída, em 19/06/2017, a uma das varas da Fazenda Pública da Capital), contra a Companhia, um ex-executivo da Companhia, o ex-Promotor de Justiça, Dr. Roberto Senise Lisboa, e o ex-advogado externo da Companhia, Vladimir Oliveira da Silveira, em razão de suposto ato de improbidade envolvendo os corréus. Com relação ao ex-Promotor de Justiça, ao ex-executivo e ao ex-advogado externo, o Ministério Público do Estado de São Paulo também ajuizou ação penal relativa aos fatos objeto da ação civil de improbidade administrativa.

Em 27/01/2021, o ex-advogado externo e o ex-executivo da Companhia foram absolvidos da acusação da prática de lavagem de dinheiro e condenados pelo crime de corrupção ativa, porém, em 21/07/2023, o resultado do julgamento foi anulado pelo STF, de forma que, em 01/11/2023, houve novo julgamento absolvendo o ex-advogado externo e o ex-executivo da Companhia do crime de lavagem de dinheiro, absolvendo o ex-executivo da Companhia do crime de corrupção ativa e condenando o ex-advogado externo pelo crime de corrupção ativa. A punibilidade do ex-Promotor de Justiça foi julgada extinta, em razão de seu falecimento no curso do processo.

Com relação à ação civil de improbidade administrativa, o risco financeiro atual da Companhia, classificado como provável, é de R\$ 4,5 milhões em valor histórico, nos termos da decisão liminar proferida em 07/07/2017, que determinou o bloqueio do referido montante nas contas da Companhia. Tal valor já está provisionado pela Companhia. Os assessores externos da Companhia classificam como possível o risco de suspensão dos direitos de contratar com a administração pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, de forma direta ou indireta, na forma da Lei nº 8.429/92. Os autos estão conclusos desde 01/08/2025, após decisão que indeferiu, por ora, o levantamento da indisponibilidade de bens pelo GCB. O processo segue em fase de produção de provas, mas suspenso em razão da necessidade de citação do sucessor do Roberto Senise Lisboa.

Arbitragem Companhia Brasileira de Distribuição e Companhia

A Companhia instaurou procedimento arbitral contra a Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) para cobrança de valores devidos pela CBD à Companhia. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que as chances de perda da Companhia são remotas. Eventual decisão desfavorável no procedimento arbitral poderá representar perda financeira à Companhia, dos valores que será impedida de cobrar da CBD. As cobranças efetuadas pela Companhia contra CBD somam, hoje, aproximadamente R\$ 152 milhões.

Houve prolação de sentença arbitral parcial por meio da qual CBD foi condenada a pagar parte das cobranças efetuadas pela Companhia, no importe de aproximadamente R\$ 9.000.000,00 (valor histórico). Na mesma

4.6 Processos sigilosos relevantes

sentença arbitral parcial, o pleito reconvenicional de CBD contra a Companhia (expressão econômica de aproximadamente R\$ 500 milhões) foi julgado improcedente. Em uma nova sentença parcial, CBD foi condenada a pagar o valor de R\$ 50,8 mil (histórico), também incontroverso.

O procedimento arbitral encontra-se em fase pericial e o valor histórico é de aproximadamente R\$ 92 milhões, sendo que R\$ 79 milhões já foi reconhecido como incontroverso pela CBD. Finalizada a fase pericial, foi proferida sentença final, na qual CBD foi condenada a pagar o valor de R\$ 74 milhões, corrigido de acordo com o INPC, desde a data do desembolso, além de juros moratórios de 1% ao mês, desde a validação de cada contingência. Quanto às custas, o Tribunal entendeu que CBD arcará com 85% dos custos e das despesas da arbitragem, e Casas Bahia com 15%. O Tribunal Arbitral considerou parcialmente os valores que apresentamos como despesas, entendendo que CBD *“deverá arcar com 85% (i) dos valores despendidos pela Requerente com seus assistentes técnicos (i.e., R\$ 432.550,22) e (ii) da quantia de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) fixada pelo Tribunal Arbitral como honorários advocatícios razoáveis (i.e., R\$ 2.550.000,00) e, quanto aos valores da CCI, “dado que cada parte adiantou o valor de R\$ 1.690.000,00, a Requerida deverá reembolsar o valor de R\$ 1.436.500,00 à Requerente”*. Após pedido de esclarecimento feito por CBD, o Tribunal manteve a forma e percentual de rateio. Em razão do não pagamento voluntário do débito, o GCB distribuiu o cumprimento de sentença, autuado sob o nº 4011352-67.2026.8.26.0100, na 3ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem - Foro Central Cível, visando o recebimento do valor de R\$ 174.235.424,51, no qual, antes do decurso do prazo legal, fora proposto por CBD a Recuperação Extrajudicial, no dia 10.03.2026, processo nº 4036772-74.2026.8.26.0100, suspendendo as execuções por 180 dias.

Segunda Arbitragem Companhia Brasileira de Distribuição e Companhia

Companhia Brasileira de Distribuição iniciou arbitragem contra a Companhia com relação ao aproveitamento de créditos fiscais pela Companhia. Em sede de pleito contraposto, a Companhia cobra da Companhia Brasileira de Distribuição indenização por contingências processuais materializadas e que são de responsabilidade contratual da Companhia Brasileira de Distribuição.

Em sentença final, o Tribunal Arbitral decidiu, de forma expressa, que não há qualquer obrigação por parte do GCB de priorizar a utilização dos créditos fiscais do GPA em detrimento de seus próprios créditos. Conforme decisão, a única obrigação imposta ao GCB consiste em prestar, de forma bimestral, informações atualizadas acerca do estágio de monetização e homologação dos referidos créditos. Além disso, o Tribunal condenou o GPA a restituir ao GCB os valores desembolsados referentes às contingências (cíveis, regulatórias e trabalhistas) não contempladas na 1ª arbitragem. No último andamento (15/10), o Tribunal intimou as partes esclarecendo que a perícia sobre as contingências de julho/22 a julho/24 deverá ser conduzida pelos assistentes técnicos das partes, tal como ocorrido na primeira arbitragem, para apurar o valor a receber pelo GCB. Entretanto, em razão da distribuição da Recuperação Extrajudicial pela CBD (processo nº 4036772-74.2026.8.26.0100), esta apresentou petição em juízo concordando com os valores cobrados pelo GCB e requereu a extinção da arbitragem. Contudo, o GCB não reconheceu que o valor já estaria liquidado e apresentou manifestação sustentando essa tese. Diante disso, o Tribunal Arbitral entendeu que o crédito não se encontrava líquido, determinando o regular prosseguimento da arbitragem.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Arbitragem Grupo CB e Companhia

Trata-se de arbitragem instaurada pelo Grupo CB visando afastar sua responsabilidade pelo reembolso de determinadas contingências. Em sentença parcial, o Tribunal Arbitral acolheu parcialmente os pedidos, reconhecendo limitações à inclusão de cobranças no Book Revisional, mas rejeitou, em sua maioria, as teses do Grupo CB, afirmando sua responsabilidade por determinadas obrigações contratuais e hipóteses de ressarcimento. O Tribunal também reconheceu a legitimidade da recusa de indenização em casos de falhas imputáveis ao próprio Grupo CB e determinou que parte das controvérsias ainda depende de prova pericial.

Quanto aos valores incontroversos, houve condenação ao pagamento, inicialmente fixado em R\$ 19,2 milhões (já quitados). Posteriormente, após correção de erro material, o montante foi elevado para R\$ 33,2 milhões, permanecendo pendente o pagamento do saldo remanescente. Os demais valores ainda ilíquidos serão apurados em liquidação multidisciplinar.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para demandas judiciais totalizou R\$ 2.162 milhões, conforme divulgado na nota explicativa 20 às informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos, conexos ou com objetos similares, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100 milhões, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Trabalhistas – Reclamações Trabalhistas	
A Companhia é parte em 25.635 ações trabalhistas relacionadas, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos.	
Valor Envolvido	R\$ 1.570.979.370,46
Prática da Companhia que causou tal contingência	As ações em curso decorrem de divergências de interpretação e alegações de ex-empregados relacionadas a jornada de trabalho, diferenças de comissões e premiações, além de alegações de assédio. A Companhia mantém Termos de Ajuste de Conduta firmados com o Ministério Público do Trabalho, abrangendo temas como jornada, assédio moral, saúde e segurança do trabalho, bem como cumprimento das cotas de aprendizagem e PCD. Esses Termos são acompanhados e fiscalizados pelo órgão, podendo resultar na instauração de inquéritos ou ações para apuração de eventual alegação de descumprimento. Adicionalmente, existem ações propostas pelo Ministério Público do Trabalho sobre os temas mencionados.

Processos de natureza cível (regulatório):

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e/ou suas controladas são parte em processos administrativos e

4.7 Outras contingências relevantes

judiciais repetitivos ou conexos, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100 milhões, relacionados ao assunto “SEGURO”.

Processos Cíveis Regulatório – Procedimentos Administrativos e Judiciais relacionados a contratação de seguro	
A Companhia figura no polo passivo em 58 procedimentos administrativos cíveis instaurados pelo Ministério Público e pelo PROCSON, que relacionadas a supostas irregularidades na venda de seguros.	
Valores Envolvidos	R\$ 33.447.281,05
Prática da Companhia que causou tal contingência	Essas ações são fundadas em relatos de clientes a respeito de suposta venda casada, não cobertura da apólice contratada ou ainda pela ausência das informações necessárias em loja.

Processos de natureza tributária:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos ou conexos, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100 milhões, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 6 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes. Tais processos são de responsabilidade integral da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	193.465.674,85
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente da compensação de débitos próprios de PIS e COFINS com créditos de terceiros, realizada em período posterior à vedação legal de tal procedimento.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e/ou suas controladas configuram como parte em 38 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilose que, em conjunto, sejam considerados relevantes. Parte dos processos são de responsabilidade da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado	

4.7 Outras contingências relevantes

entre as partes em 2009 e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 142.421.619,54
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS apurada através do confronto entre as informações prestadas pelas administradoras de cartões de crédito e débito e as vendas realizadas e declaradas pelos estabelecimentos fiscalizados.

Processos Tributários	
em 31 de dezembro de 2025 a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 3 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes.	
Valores	R\$ 167.175.545,68
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS apurado através da diferença entre os valores escriturados nos Livros Fiscais e aqueles lançados na GIA/ICMS, em decorrência da devolução ficta de mercadorias da “linha branca” para aplicação de benefício fiscal de redução do IPI.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 42 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes.	
Valores Envolvidos	R\$ 109.366.134,27
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente de operações amparadas por benefício fiscal concedido sem autorização do CONFAZ – “Guerra Fiscal”.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 15 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 217.378.248,40

4.7 Outras contingências relevantes

Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de compensações de débitos de tributos federais com créditos de PIS e COFINS, oriundos de pagamento indevido ou a maior, que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil por desconsiderar as DCTFs retificados, nas quais foram declarados os referidos créditos.
---	--

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 92 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 511.583.090,56
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de créditos decorrentes de recolhimentos indevidos das contribuições previdenciárias a cargo do empregador sobre a quota-parte do empregado incidentes sobre vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte, despesas médicas e odontológicas.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025 Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 91 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 353.102.085,28
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de Diferencial de Alíquota em operações com destino a consumidor final (DIFAL) em razão da ausência de lei complementar prévia, tema já julgado de forma favorável pelo STF (Tema 1093), bem como da aplicação dos princípios da anterioridade nonagesimal e anual na cobrança do DIFAL (Tema 1266).

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 17 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 455.483.827,43

4.7 Outras contingências relevantes

Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de créditos decorrentes de recolhimentos indevidos das contribuições previdenciárias realizados em Reclamatórias Trabalhistas e extintos por força de decadência, bem como em períodos nos quais a Companhia estava enquadrada em regime tributário de apuração da contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta.
---	--

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 102 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 863.193.049,10
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposto lançamento indevido de crédito de ICMS, decorrente de ressarcimento da diferença entre a base de cálculo presumida do ICMS-ST e o valor efetivo da venda.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 02 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 136.373.060,38
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS em decorrência de sua natureza.

Processos Tributários	
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 05 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 103.237.246,67
Prática da Companhia que causou tal contingência	Não incidência de contribuições previdenciárias (patronal e GIL-RAT) e contribuições de terceiros sobre o pagamento de prêmios.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Política de gerenciamento de riscos

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, cuja versão vigente foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 ("Política de Gestão de Riscos Corporativos"). A referida política tem por objetivo estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre a gestão de riscos corporativos da Companhia, orientando sobre o funcionamento dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades do negócio, de modo a incorporar a visão ampla dos riscos envolvidos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Além da Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Companhia conta, ainda, com diversas políticas complementares para o controle e mitigação dos riscos, tais como: Política de Controles Internos, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política do Programa de Integridade, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política Tributária, Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, Política de Negociação de Valores Mobiliários, Política de Sustentabilidade, Política de Segurança da Informação, Política de Privacidade para Tratamento de Dados Pessoais de Clientes e o Código de Conduta Ética

A Política de Gestão de Riscos Corporativos está disponível internamente aos colaboradores e também externamente, podendo ser consultada por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos Corporativos, os riscos monitorados referem-se a qualquer evento que possa afetar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos e sua estratégia de negócio. Os riscos podem ser classificados em cinco grandes categorias, quais sejam: (i) riscos corporativos; (ii) riscos estratégicos; (iii) riscos operacionais; (iv) riscos financeiros; e (v) riscos regulatórios.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia possui, para implementação e manutenção de sua Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Gerência de Riscos Corporativos e Controles Internos e a Gerência de Auditoria Interna, que se reportam ao Diretor de Auditoria Interna. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance se reporta tecnicamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e administrativamente ao CFO, conforme item (iii) sobre a estrutura

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia se vale de mecanismos de comunicação interna, de forma que seus colaboradores possam ter acesso e divulgar as práticas, políticas e informações da Companhia, e canais independentes para denunciar condutas que eventualmente não estejam de acordo com o seu Código de Conduta Ética e suas regras internas.

Além disso, a Companhia conta com estrutura interna de colaboradores e departamentos, incluindo o departamento de Tecnologia da Informação (TI), para monitoramento, análise e comunicação da ocorrência de eventuais riscos à Administração e aos órgãos de governança da Companhia, bem como para a aplicação de sanções, nos casos aplicáveis. Além da Política de Gestão de Riscos Corporativos, a Companhia possui as seguintes políticas, publicadas internamente, relativas a riscos e *compliance*:

- Política de Doações, Contribuições e Patrocínios – Estabelece as diretrizes, critérios e responsabilidades a serem observados na realização de doações, contribuições e patrocínios realizados pela Companhia, visando conformidade regulatória e combate à situações de corrupção;
- Política de Conflito de Interesses – Estabelece as diretrizes gerais para prevenir situações de conflito de interesses que envolvam colaboradores da Companhia, terceiros e/ou agentes públicos, de modo a garantir que os colaboradores atuem sempre no melhor interesse da Companhia;
- Política Anticorrupção – Estabelece diretrizes gerais sobre práticas anticorrupção, contribuindo para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela legislação anticorrupção existente, em especial, a Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), regulamentada pelo Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022;
- Política de Recebimento e Ofertas de Brindes, Presentes e Hospitalidades – Formaliza diretrizes, critérios, responsabilidades e procedimentos a serem observados pelos colaboradores e terceiros na prática de receber e oferecer brindes, presentes, convites para eventos, cursos, congressos, treinamentos, viagens e entretenimento, seguindo as diretrizes definidas no Código de Conduta Ética da Companhia;
- Política de Gestão da Comitê de Ética – Estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê de Ética da Companhia, constituído com a finalidade de garantir o cumprimento das diretrizes do Código de Conduta Ética da Companhia;
- Procedimento de Atendimento aos Representantes do Poder Público e Imprensa – Orienta os colaboradores em relação aos procedimentos para atendimento de representantes do Poder Público, Órgãos Privados, Imprensa e tratativa de documentos legais, com a finalidade de garantir o contato correto com tais entidades;
- Procedimento de Análise de Riscos de Terceiros, Entidades e Partes Relacionadas – Descreve o procedimento de análise prévia à contratação ou renovação de contratos de parceiros, fornecedores e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

prestadores de serviços (terceiros), bem como à realização de doações, contribuições ou patrocínios a entidades beneficiárias, visando mitigar possíveis riscos decorrentes da relação, em especial, no que se refere ao cumprimento de leis, normas e regulamentos vigentes, incluindo a Lei Anticorrupção;

- Política do Programa de Integridade - Estabelece as diretrizes e principais responsabilidades associadas ao Programa de Integridade, que visa prevenir, detectar, mitigar e controlar os desvios de conduta, além de disseminar a cultura da ética e integridade, observando as boas práticas de mercado e as regulamentações aplicáveis;
- Política de Segurança da Informação – Estabelece conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre os principais aspectos relacionados à segurança da informação, visando preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e conformidade de todas as informações sob gestão da Companhia;
- Política de Apuração do Canal de Denúncia – Estabelece as diretrizes para a apuração de incidentes e denúncias, buscando o tratamento de informações com isenção, de acordo com as diretrizes do Código de Conduta Ética da Companhia e de toda legislação aplicável. Ainda, tal política estipula prioridades de todas as etapas do processo e prazos de referência, desde o recebimento da informação, até o direcionamento das medidas disciplinares pertinentes;
- Política de Transações com Partes Relacionadas - Estabelece procedimentos para assegurar que transações entre Partes Relacionadas (conforme definido na Resolução CVM nº 94/22 e na Resolução CVM nº 80/22) sejam realizadas no melhor interesse da Companhia e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais Partes Relacionadas, em cumprimento às diretrizes regulatórias.
- Política de Controles Internos - Estabelece diretrizes e práticas adotadas pela organização para garantir a integridade, eficiência e conformidade de suas operações. Tem como objetivo proteger os ativos da empresa, garantir a confiabilidade das informações financeiras, promover o cumprimento das leis e regulamentações e prevenir fraudes ou erros. A política estabelece processos de monitoramento, avaliação e melhoria contínua dos controles internos, que incluem a segregação de funções, procedimentos de aprovação e autorizações, além da revisão constante das práticas operacionais.
- Política de Gestão de Continuidade de Negócio – Estabelece diretrizes e processos que visam garantir que a organização possa continuar suas operações essenciais durante e após a ocorrência de eventos disruptivos, como desastres naturais, falhas tecnológicas ou crises. A política estabelece estratégias para a manutenção dos serviços, a recuperação rápida de recursos críticos e a minimização de impactos, incluindo planos de contingência, treinamentos, testes periódicos e a definição de responsabilidades claras para a gestão de crises, garantindo que a organização tenha capacidade de retomar suas atividades.
- Política de Privacidade para Tratamento de Dados Pessoais de Clientes – Define diretrizes acerca do tratamento de dados pessoais conduzido pela Companhia, decorrente da coleta de dados a partir da

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

utilização, pelos clientes, de seus portais de e-commerce, lojas físicas, plataformas e aplicações, incluindo, em conjunto, a oferta de produtos e de serviços. A política visa auxiliar os colaboradores da Companhia a compreender o seu compromisso referente à privacidade dos seus usuários. Aplica-se ao grupo econômico da Companhia no âmbito de todos os empregados, terceiros e prestadores de serviços que realizarem qualquer espécie de tratamento de dados pessoais de clientes.

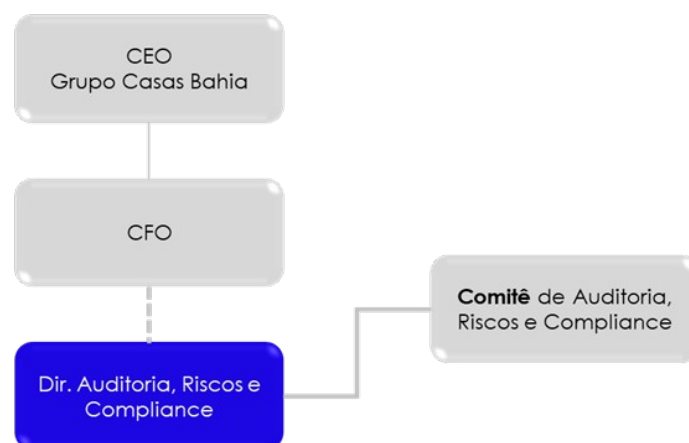
Gestão de riscos financeiros

Eventualmente, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, frente às necessidades de caixa para investimento. Nesses casos, a Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% (cem por cento) das captações em moeda estrangeira e taxas de juros, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal.

A Companhia utiliza como instrumento de derivativo elegível para implementação de suas operações de *hedge* os contratos de *swap* cambial e os contratos de taxas pré-fixadas.

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado são estabelecidos por meio do Comitê de Finanças da Companhia, órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, além do próprio Conselho de Administração. Tais parâmetros levam em consideração (a) a priorização de acordo com a posição dos riscos na matriz de probabilidade *versus* impacto, frente ao apetite a risco estabelecido e (b) o registro e a avaliação da efetividade das iniciativas de mitigação desses riscos já existentes ou necessárias para mitigar cada uma das exposições.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos



Conselho de Administração – Compete ao Conselho aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos; eleger os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e aprovar seu regimento interno; fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas aprovando previamente as suas políticas e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – Compete ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* acompanhar as atividades da área de controles internos e auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e reportar o resultado ao Conselho de Administração, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como avaliar a qualidade, integridade, efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos da Companhia, apresentando ao Conselho de Administração as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades da Companhia; supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis; propor e discutir procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de risco; assegurar que as ações da Companhia estejam consistentes com o nível de riscos previamente determinados, bem como acompanhar periodicamente esse nível ou delegar a outro órgão da estrutura organizacional que faça tal acompanhamento.

Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance – É responsável por deliberar e aprovar as diretrizes do processo de Gestão de Riscos da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros) e garantir que estão alinhadas às práticas da Companhia e às boas práticas de mercado; disseminar a cultura de Gestão de Riscos, fornecendo diretrizes conceituais e metodológicas para a gestão adequada e padronizada dos riscos, bem como os papéis e responsabilidades de todos os envolvidos no processo e garantindo a integração da gestão de riscos à tomada de decisão; avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão dos riscos da Companhia; sugerir o apetite a risco e a tolerância de acordo com o perfil de riscos à Diretoria Estatutária; revisar, aprovar e monitorar o processo de Gestão de Riscos da Companhia; aprovar os planos de ação de riscos críticos e significativos, propostos pelas áreas de negócios para mitigação dos riscos; e acompanhar de forma sistemática a Gestão de Riscos, incluindo indicadores de riscos (KRI's), assim como o estágio de realização das ações definidas para mitigação dos riscos.

Gerência de Riscos Corporativos e Controles Internos – É responsável por propor e manter as diretrizes para o processo de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros); calcular e atualizar o valor do apetite a risco, anualmente, ou quando eventos relevantes ocorrerem, submetendo sua aprovação aos órgãos responsáveis; estabelecer e manter a política de Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Casas Bahia, assim como demais normativos complementares; executar o processo de Gestão de Riscos Corporativos por meio da metodologia definida e propor melhorias seguindo as boas práticas de mercado; suportar o dono do risco na definição do plano de ação e de contingência (se aplicável), bem como na criação de indicadores de níveis de exposição

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

dos riscos; acompanhar eventuais mudanças na criticidade dos riscos e reportá-las aos órgãos de governança; conscientizar a 1ª Linha sobre a importância da Gestão de Riscos e a responsabilidade inerente aos administradores e colaboradores da Companhia; disseminar o conhecimento e a cultura de Gestão de Riscos na Companhia; e auxiliar os trabalhos de auditoria interna para assegurar seu reporte aos órgãos de governança.

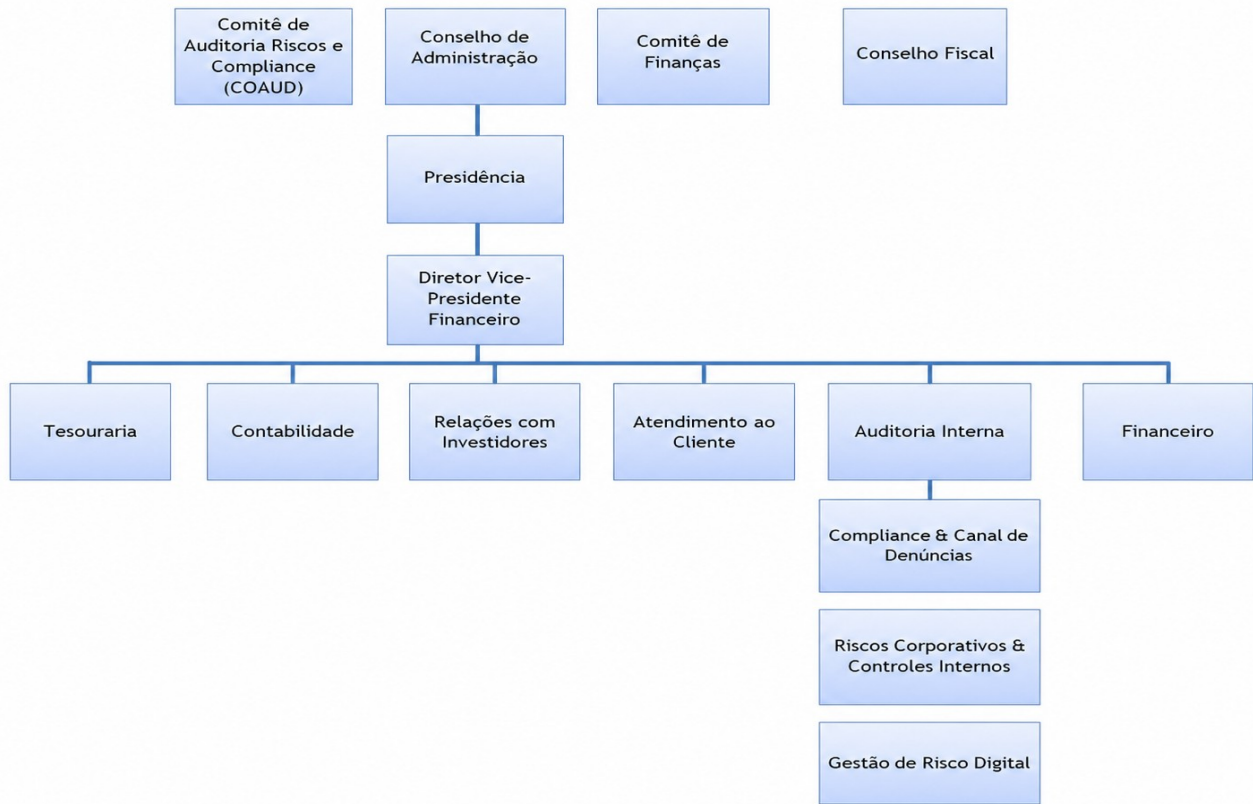
Dono do Risco – É o principal responsável pela gestão do risco e responde por seu status, sendo usualmente é designado pelo Diretor da respectiva área de negócio. São de sua responsabilidade as seguintes atividades: elaborar e manter atualizadas as fichas de risco (documentos padronizados nos quais cada risco é registrado – mapa de risco); elaborar os planos de ação necessários à mitigação dos riscos, envolvendo as demais áreas competentes e assegurando sua execução, de acordo com o plano de tratamento aprovado; desenvolver indicadores para monitorar a exposição aos riscos sob sua responsabilidade; realizar periodicamente a revisão técnica do risco, de sua descrição e avaliação dos seus fatores (impacto e probabilidade) e da respectiva resposta, considerando alterações nas ações mitigatórias existentes, a conclusão dos planos de ação e de contingência, bem como os resultados das avaliações dos processos (ambiente de controle) a ele associados; avaliar a efetividade das iniciativas de mitigação, propondo planos de ação para aquelas que não estejam funcionando adequadamente; comunicar tempestivamente à área de Gestão de Riscos Corporativos quaisquer mudanças significativas na probabilidade e/ou impacto do risco ou em qualquer outra de suas características, bem como a identificação de riscos não mapeados; e designar o facilitador para acompanhamento dos planos de ação.

Facilitador – É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento, compreensão e acompanhamento dos processos, fomentando a implantação dos planos de ação e um modelo eficiente de gestão de riscos na Companhia. São de sua responsabilidade as seguintes atividades: apoiar o dono do risco em suas atribuições e atividades; fornecer informações ao dono do risco para elaboração da ficha de risco; acompanhar e reportar ao dono do risco os resultados dos indicadores dos riscos; acompanhar a implementação dos planos de ação necessários para mitigação de riscos prioritários; assessorar o dono do risco na avaliação do risco em relação à sua respectiva probabilidade e impacto; e elaborar reportes periódicos e fornecer atualizações à área de Gestão de Riscos Corporativos.

Gerência de Auditoria Interna – É responsável por verificar, de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gestão de riscos, conforme as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e em demais normativos internos da Companhia; bem como reportar aos órgãos de governança os resultados das avaliações do sistema de Gestão de Riscos e efetividade dos Controles Internos.

Gestão de riscos financeiros

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Conselho de Administração da Companhia - é um órgão de administração e deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição dos diretores da Companhia e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido principalmente pela Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno. É composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente e ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Além das atribuições descritas no item de gerenciamento de riscos corporativos acima, no âmbito da gestão de riscos financeiros o comitê é responsável por acompanhar as atividades dos departamentos de Auditoria e Governança, Riscos e Compliance, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os seus níveis, além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

Comitê de Finanças – Trata-se de órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis, formado por,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia dentre seus membros para um mandato de 2 (dois) anos. Suas atribuições são de caráter econômico-financeira, relacionadas à avaliação e recomendação baseados em orçamento, indicadores, índices, estrutura de capital, valores mobiliários, fusões e aquisições, programas de investimentos, capital de giro, entre outros, além de eventuais atribuições adicionais que venham a ser designadas ao comitê pelo Conselho de Administração.

Diretoria Executiva – Refere-se, nessa ocasião, em especial, ao Presidente e ao Vice-Presidentes, representantes legais, responsáveis principalmente pela administração da Companhia e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral de seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

Tesouraria – Departamento interno responsável pela gestão dos ativos financeiros e das captações da Companhia, além de realizar reportes referentes à operação ordinária da Companhia aos seus órgãos de Administração e de governança, dentre outras atribuições.

Contabilidade - Departamento interno responsável pelo controle e contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e responsável, pelos reportes referentes à operação ordinária da Companhia aos órgãos de Administração e de governança, dentre outras atribuições.

Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance – É responsável por deliberar e aprovar as diretrizes do processo de Gestão de Riscos da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros) e garantir que estão alinhadas às práticas da Companhia e às boas práticas de mercado; disseminar a cultura de Gestão de Riscos, fornecendo diretrizes conceituais e metodológicas para a gestão adequada e padronizada dos riscos, bem como os papéis e responsabilidades de todos os envolvidos no processo e garantindo a integração da gestão de riscos à tomada de decisão; avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão dos riscos da Companhia; sugerir o apetite a risco e a tolerância de acordo com o perfil de riscos à Diretoria Estatutária; revisar, aprovar e monitorar o processo de Gestão de Riscos da Companhia; aprovar os planos de ação de riscos críticos e significativos, propostos pelas áreas de negócios para mitigação dos riscos; e acompanhar de forma sistemática a Gestão de Riscos, incluindo indicadores de riscos (KRI's), assim como o estágio de realização das ações definidas para mitigação dos riscos

Gerência de Riscos Corporativos e Controles Internos – É responsável por propor e manter as diretrizes para o processo de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros); calcular e atualizar, anualmente, o valor do apetite a risco, ou quando eventos relevantes ocorrerem, submetendo-o à aprovação aos órgãos competentes; estabelecer e manter a Política de Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Casas Bahia, bem como os demais normativos complementares; executar o processo de Gestão de Riscos Corporativos por meio da metodologia definida e propor melhorias seguindo as boas práticas de mercado; suportar o dono do risco na definição do plano de ação e de contingência (se aplicável), bem como na criação de indicadores de níveis de exposição dos riscos; acompanhar eventuais mudanças na criticidade dos riscos e reportá-las aos órgãos de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

governança; conscientizar a 1ª Linha sobre a importância da Gestão de Riscos e a responsabilidade inerente aos administradores e colaboradores da Companhia; disseminar o conhecimento e a cultura de Gestão de Riscos na Companhia; auxiliar os trabalhos de auditoria interna para assegurar seu reporte aos órgãos de governança. No contexto de Controles Internos, é responsável por revisar e avaliar periodicamente os processos mais relevantes da Companhia, tendo como referência os riscos inerentes a estes processos. A área mantém uma matriz com os controles chaves identificados com base nas informações capturadas e recebidas pelos gestores das áreas de negócio, a qual é submetida periodicamente para conhecimento e avaliação da auditoria interna.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional, os controles internos e a política para gerenciamento de riscos são adequados e suficientes para monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a hierarquização das atividades de avaliação de riscos, com a atuação dos agentes citados acima. Dentro da dinâmica de permanente aprimoramento de seus negócios, a estrutura, os controles e a política podem sofrer modificações, de acordo com a necessidade e julgamento da Administração.

Além disso, entende que possui uma estrutura operacional e de controles internos implementados para monitoramento dos riscos de mercado aos quais está exposta, considerado o seu porte e complexidade de suas atividades.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui mecanismos de gestão de riscos e de controles internos baseados nas diretrizes e boas práticas do “*Internal Control – Integrated Framework*” emitido pelo “*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO 2017*” e NBR-ISO 31000, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos seus processos operacionais e financeiros.

A estrutura organizacional da Companhia que atua neste monitoramento é composta de distintas áreas que tem, entre outras, em suas atribuições:

a. Riscos Corporativos: (i) estabelecer as políticas internas sobre o assunto, incluindo o apetite a riscos da Companhia, além de identificar os riscos corporativos e o grau de exposição da Companhia a tais riscos; (ii) associar causas, avaliar impacto, probabilidade de ocorrência e identificação de atividades de controles existentes; (iii) assessorar as áreas no desenho de planos de mitigação dos riscos; (iv) acompanhar a evolução dos planos; (v) reportar e apresentar os resultados à Diretoria Executiva e aos órgãos da Governança.

b. Controles Internos: (i) implantar, alterar e monitorar de forma otimizada os controles registrados na matriz de riscos e controles; (ii) garantir anualmente a revisão da integridade dos controles internos chaves, através dos procedimentos de revisão e *walkthrough*; (iii) efetuar avaliações periódicas para garantir que as políticas vigentes na Companhia estejam de acordo com os objetivos de controle e requerimentos legais vigentes, revisadas, aprovadas e disponíveis; (iv) validar todas as políticas que são desenvolvidas na Companhia, realizando a análise de vulnerabilidade e o apontamento dos riscos e controles pertinentes aos processos; (v) disseminar uma cultura de controles internos, através da conscientização do valor agregado que o controle concede ao negócio, mitigando riscos e aumentando a probabilidade da Companhia atingir seus objetivos; (vi) participar ativamente dos projetos estratégicos e das mudanças significativas dos processos para garantir que não exista impactos negativos na estrutura dos controles internos e os riscos não deixem de ser mapeados; (vii) acompanhar a execução dos planos de ação originados de deficiências de controles e recomendações de melhorias reportadas pelos auditores independentes da Companhia, garantindo que os planos de ação referente à tais deficiências de controles e recomendações de melhorias sejam devidamente implementados pelas áreas de negócio da Companhia.

c. *Compliance*: (i) disseminar a cultura ética que norteia as atividades da companhia; (ii) monitorar eventuais violações às leis, regulamentos, Código de Conduta Ética (CCE), e Políticas Internas; (iii) elaborar, sugerir alterações, aprimorar e atualizar o CCE e as Políticas Internas da Companhia; (iv) promover treinamentos aos colaboradores sobre conformidade ao CCE, políticas internas, leis, normas e regulamentos; (v) participar de forma consultiva do Comitê de Ética da Companhia e reportar a eles atividades sobre o

5.2 Descrição dos controles internos

Programa de Integridade; (vi) orientar as diretorias executivas, conselhos e comitês, quando necessário, sobre cumprimento de leis, normas e regulamentos.

d. Auditoria Interna: A Companhia também conta com uma Diretoria de Auditoria Interna, atividade de apoio, independente, com reporte ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia e que objetiva a prestação de serviços de avaliação e de consultoria, tendo como missão agregar valor e incrementar os procedimentos internos da Companhia. A auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, avaliando e recomendando melhorias da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controles internos e de governança corporativa. O planejamento dos trabalhos de auditoria leva em consideração a avaliação de riscos e a identificação dos controles já implantados pela Companhia.

A Companhia considera sua estrutura organizacional e suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

As atividades de gestão de riscos têm como finalidade garantir um ambiente adequado de controles que garanta com razoabilidade a mitigação dos riscos operacionais, de crédito, de mercado, regulatório e de tecnologia da informação existentes na Companhia e, por consequência, a adequada apresentação das demonstrações financeiras.

Com base nos relatórios e recomendações das áreas de Auditoria Interna, *Compliance* e Auditores Independentes, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram identificadas deficiências significativas nos controles internos relacionados ao processo de preparação, encerramento e consolidação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Tais deficiências estiveram relacionadas, principalmente, a aspectos de tempestividade e qualidade das conciliações contábeis, classificação e mapeamento de determinadas operações financeiras, bem como à formalização e robustez da documentação de suporte e das divulgações em notas explicativas.

Em conjunto, esses fatores evidenciaram a necessidade de aprimoramento dos controles e procedimentos de fechamento contábil, com o objetivo de mitigar riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme citado no item 5.3, subitem (a), a Companhia possui, em sua estrutura organizacional de 2ª linha, a Gerência de Riscos Corporativos e Controles Internos, que suporta a validação dos processos e controles das áreas da Companhia. Além disso, possui a Gerência de Auditoria Interna, como estrutura de 3º linha, responsável por realizar periodicamente os testes de controles internos. Ambas compõem, junto com outras gerências (*Compliance* e Canal de Denúncia e Gestão de Riscos Digitais) a Diretoria de Auditoria, Riscos e *Compliance*, que reporta tecnicamente ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* e administrativamente ao CFO da Companhia. O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, por sua vez, se reporta ao Conselho de

5.2 Descrição dos controles internos

Administração.

Conselho de Administração – Compete ao Conselho aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos; eleger os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e aprovar seu regimento interno; fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas aprovando previamente suas políticas empresariais e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – Compete ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance acompanhar as atividades da área de controles internos e auditoria interna da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e reportar o resultado ao Conselho de Administração, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como avaliar a qualidade, integridade, efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos da Companhia, apresentando ao Conselho de Administração as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação desses serviços às necessidades da Companhia; supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos na Companhia visando assegurar o estrito cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos a ela aplicáveis; propor e discutir procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de risco; assegurar que as ações da Companhia estejam consistentes com o nível de riscos previamente determinados, bem como acompanhar periodicamente esse nível ou delegar a outro órgão da estrutura organizacional que faça tal acompanhamento.

Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance – É responsável por deliberar e aprovar as diretrizes do processo de Gestão de Riscos da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros) e garantir que estão alinhadas às práticas da Companhia e às boas práticas de mercado; disseminar a cultura de Gestão de Riscos, fornecendo diretrizes conceituais e metodológicas para a gestão adequada e padronizada dos riscos, bem como os papéis e responsabilidades de todos os envolvidos no processo e garantindo a integração da gestão de riscos à tomada de decisão; avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão dos riscos da Companhia; sugerir o apetite a risco e a tolerância de acordo com o perfil de riscos à Diretoria Estatutária; revisar, aprovar e monitorar o processo de Gestão de Riscos da Companhia; aprovar os planos de ação de riscos críticos e significativos, propostos pelas áreas de negócios para mitigação dos riscos; acompanhar de forma sistemática a Gestão de Riscos, incluindo indicadores de riscos (KRI's), assim como o estágio de realização das ações definidas para mitigação dos riscos.

Gerência de Riscos Corporativos e Controles Internos – É responsável por propor e manter as diretrizes

5.2 Descrição dos controles internos

para o processo de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia (metodologia, processos, sistemas, política, padrões e mecanismos de reporte, dentre outros); calcular e atualizar, anualmente, o valor do apetite a risco, ou quando eventos relevantes ocorrerem, submetendo-o à aprovação aos órgãos competentes; estabelecer e manter a Política de Gestão de Riscos Corporativos do Grupo Casas Bahia, bem como os demais normativos complementares; executar o processo de Gestão de Riscos Corporativos por meio da metodologia definida e propor melhorias seguindo as boas práticas de mercado; suportar o dono do risco na definição do plano de ação e de contingência (se aplicável), bem como na criação de indicadores de níveis de exposição dos riscos; acompanhar eventuais mudanças na criticidade dos riscos e reportá-las aos órgãos de governança; conscientizar a 1ª Linha sobre a importância da Gestão de Riscos e a responsabilidade inerente aos administradores e colaboradores da Companhia; disseminar o conhecimento e a cultura de Gestão de Riscos na Companhia; auxiliar os trabalhos de auditoria interna para assegurar seu reporte aos órgãos de governança. No contexto de Controles Internos, é responsável por revisar e avaliar periodicamente os processos mais relevantes da Companhia, tendo como referência os riscos inerentes a estes processos. A área mantém uma matriz com os controles chaves identificados com base nas informações capturadas e recebidas pelos gestores das áreas de negócio, a qual é submetida periodicamente para conhecimento e avaliação da auditoria interna.

Gerência de Auditoria Interna – É responsável por verificar, de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento de riscos, conforme as diretrizes estabelecidas nesta Política e em normativos internos; reportar aos órgãos de governança os resultados das avaliações do sistema de Gestão de Riscos e efetividade dos Controles Internos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia, composto por 3 (três) membros e um coordenador, monitora e supervisiona, de forma colegiada, o tratamento dos riscos corporativos e a eficiência dos controles internos junto aos auditores internos.

É de responsabilidade da área de Auditoria Interna, que se reporta ao CFO e ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* e possui autonomia de atuação, por meio da sua Gerência Executiva, Coordenação, Consultores e Analistas, conforme o nível de autonomia, avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia conforme o plano anual de auditoria, o qual é revisado e validado pelo referido Comitê e cujos resultados são igualmente acompanhados.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No exercício de 2025, foi identificada uma deficiência significativa de controles internos relacionada ao

5.2 Descrição dos controles internos

processo de preparação e encerramento contábil das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais. Tal deficiência está relacionada, principalmente, a:

- Tempestividade do fechamento contábil em razão de dificuldades na reconciliação de contas da área de tesouraria.
- Existência de contas transitórias bancárias com pendências de compensação ao final do período de fechamento.
- Mapeamento e classificação contábil de determinadas disponibilidades que não foram tempestivamente mapeadas e classificadas no fechamento contábil.
- Aquisição de cotas subordinadas não devidamente mapeadas para fins de consolidação, com informações de exercícios diferentes e sem relatório de auditoria de suporte.
- Tempestividade de avaliação de transações não recorrentes, como movimentações de patrimônio líquido decorrentes da modificação da 11ª emissão de debêntures.
- Formalização e tratamento contábil de bonificações sobre estoques.
- Melhorias necessárias na elaboração de memorandos técnicos contábeis para transações não recorrentes.
- Melhorias nas divulgações de notas explicativas e contas transitórias com saldos históricos.
- Ausência ou necessidade de melhorias nas políticas e procedimentos implementados no fechamento contábil.

Segundo os auditores, a revisão e o aprimoramento desses pontos são essenciais para prevenir riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras. Ademais, as recomendações dos auditores independentes com relação à deficiência significativa ora identificada incluíram:

- Avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos atuais de encerramento contábil para aprimorar a tempestividade, assertividade e qualidade das informações divulgadas.
- Estabelecer controle e protocolo de comunicação entre departamentos para identificação e correta contabilização de novas transações, como operações estruturadas com novos FIDCs.
- Desenvolver instruções de conclusão e prazos para os responsáveis pelos procedimentos específicos de encerramento.
- Estabelecer procedimentos no fechamento contábil para captura de transações novas e/ou não recorrentes.
- Elaborar memorandos técnicos contábeis de forma antecipada à conclusão das transações, cobrindo reflexos contábeis, apuração de valores, efeitos para stakeholders, questões tributárias e envolvimento de especialistas internos ou externos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5.2 Descrição dos controles internos

A Administração reconhece a relevância e a complexidade do processo de preparação e encerramento das demonstrações financeiras e, em resposta aos pontos identificados, estruturou um plano de ação faseado, com foco no fortalecimento da governança, padronização de processos e aumento da confiabilidade das informações financeiras.

No curto prazo, está sendo conduzido um levantamento estruturado das áreas envolvidas no fechamento contábil, com a formalização de papéis, responsabilidades e níveis de serviço (SLAs), bem como a implementação de políticas corporativas que estabelecem regras claras para o processo de fechamento, incluindo fluxo de aprovações prévias pelas lideranças responsáveis e mecanismos de gestão de exceções.

No médio prazo, a Companhia revisitará os processos de fechamento sob uma perspectiva *end-to-end* (E2E), com o mapeamento dos fluxos, identificação de riscos e avaliação de controles internos, priorizando os processos mais críticos. Essa etapa também contempla a identificação de oportunidades de melhorias operacionais e automação, com o objetivo de aumentar a previsibilidade, reduzir retrabalho e fortalecer a aderência às práticas de controle interno.

Adicionalmente, as áreas serão reforçadas com recursos humanos e serão implementadas iniciativas voltadas à melhoria da disciplina operacional do fechamento, incluindo planejamento estruturado das atividades, gestão de itens extraordinários, comunicação formal de riscos de atraso e estabelecimento de indicadores de desempenho para monitoramento contínuo do processo.

Paralelamente, em conjunto com a área de Tecnologia, a Companhia atuará na implementação das automações e integrações sistêmicas identificadas, com foco na redução de intervenções manuais, aumento da rastreabilidade das informações e maior transparência para fins de auditoria, promovendo um modelo de fechamento mais eficiente, confiável e escalável.

5.3 Programa de integridade

5.3 Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) *os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Companhia monitora e avalia de forma permanente as leis e regulamentos que impactam seus negócios, com atenção especial à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e o Decreto nº 11.129/22, que regulamenta os mecanismos e procedimentos de integridade esperados de pessoas jurídicas no Brasil. Os processos atinentes ao seu negócio, bem como seus riscos inerentes, são avaliados embasando atualizações e melhorias no Programa de Integridade da Companhia e na mitigação de riscos de não aderência e conformidade às leis e regulamentos. Isso inclui aprimoramentos relativos ao arcabouço legal ou regulatório inerente às suas atividades, inclusive aqueles decorrentes do relacionamento com a Administração Pública.

A Companhia possui um Programa de Integridade robusto, estruturado como uma das instâncias de governança corporativa e gestão de riscos da Companhia, que se baseia no modelo das linhas de defesa. O Programa tem como princípios norteadores a integridade, a transparência e o respeito, que se refletem em diretrizes dispostas no Código de Conduta Ética da Companhia, bem como em todos os normativos e ações do Programa. O objetivo do Programa é orientar, inspirar e engajar o comportamento e tomadas de decisões seguindo os mais elevados padrões de conduta ética.

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Programa está estruturado como um conjunto de mecanismos e procedimentos voltados à prevenção, detecção e resposta a não conformidades, visando não somente proteger o patrimônio financeiro e reputacional da Companhia, mas também garantir a manutenção da integridade nos ambientes de trabalho da Companhia e em todas as relações estabelecidas com seus *stakeholders*. Os mecanismos e procedimentos do Programa se desdobram também em um conjunto de pilares essenciais ao seu bom funcionamento:

a) Suporte da Administração: consiste no efetivo comprometimento da alta direção, incluídos o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e os Comitês de Assessoramento (Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, Comitê de Pessoas e Governança e Comitê Financeiro) e C-Level, evidenciado pelo apoio e envolvimento visível e inequívoco ao programa, bem como pela destinação de recursos adequados. A Administração busca ainda influenciar e inspirar a conduta dos colaboradores e parceiros, atuando sempre de maneira ética, respeitando as leis, normas e procedimentos, para evitar ou minimizar riscos de imagem à Companhia, à sua reputação e perdas financeiras;

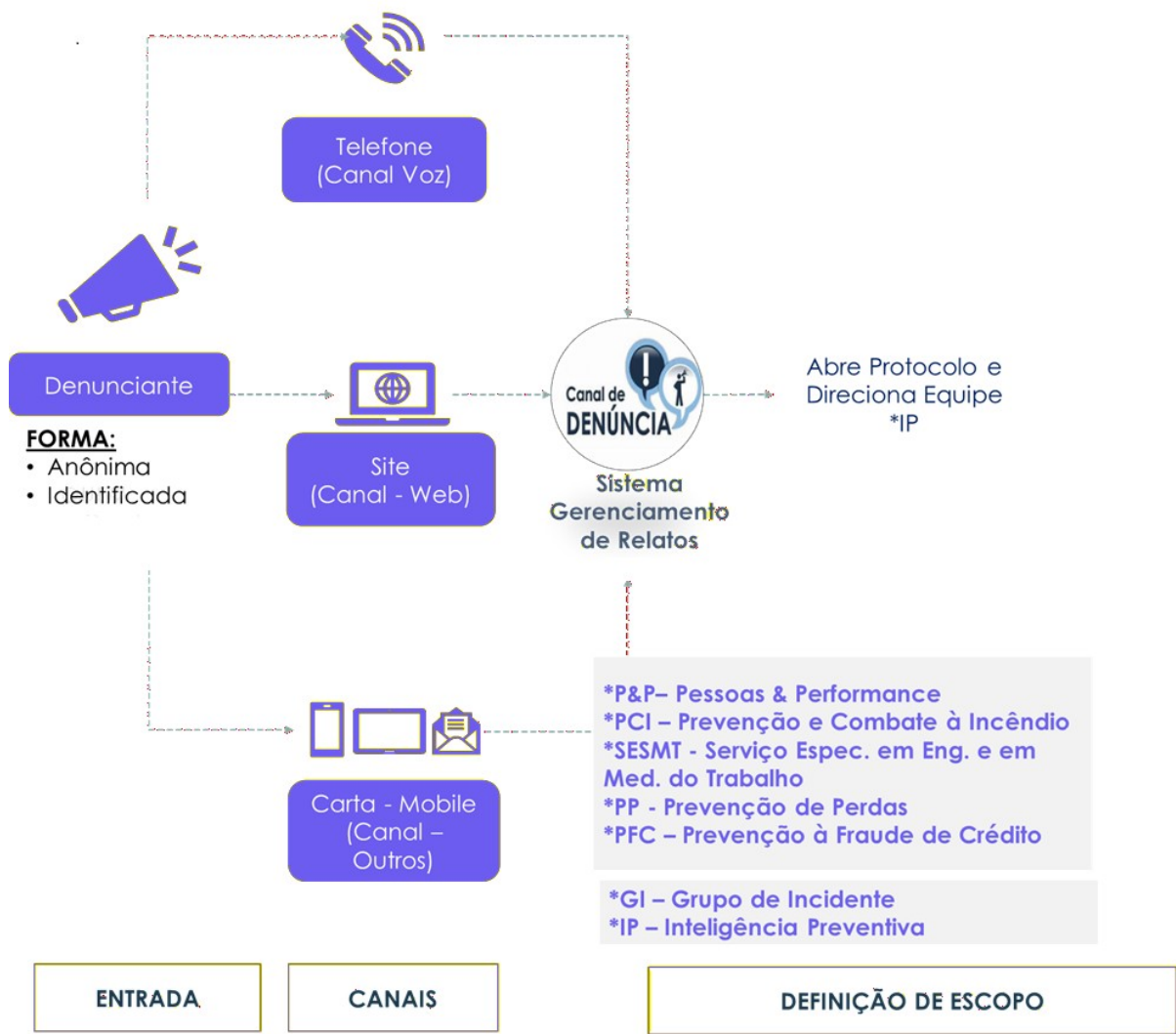
5.3 Programa de integridade

- b) **Avaliação de riscos:** identificação dos riscos potenciais e seus impactos nos objetivos negociais da Companhia, possibilitando que de forma recorrente sejam implementadas as mitigações e melhorias necessárias para manter a efetividade do programa de integridade, inclusive em relação a alocação eficiente dos recursos. De forma permanente, a Companhia identifica, avalia, mensura e atua para eliminar ou reduzir os efeitos dos riscos aos quais está exposta. Além disso, classifica cada um desses riscos em função da probabilidade e do impacto esperado, orientando a estratégia de gestão de risco, além de definir os donos dos riscos e apoiá-los na construção de planos de mitigação.
- c) **Políticas, Regulamentos e Procedimentos:** os padrões de conduta praticados e exigidos pela Companhia constam no Código de Conduta Ética, assim como nas políticas e procedimentos que são aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente do cargo ou da função exercida, assim como aos terceiros e outros públicos que mantenham relacionamento com a Companhia. É por meio desses instrumentos que a Companhia formaliza as diretrizes dos seus negócios e orienta seus públicos quanto as suas ações e decisões;
- d) **Análise de Riscos na Contratação de Fornecedores e Parceiros:** em função do conceito de corresponsabilidade, visa mitigar possíveis riscos decorrentes da relação com terceiros ou entidades que possuam histórico de descumprimento de leis, normas e regulamentos vigentes. Nesse contexto, é fundamental que a Companhia conheça e acompanhe aqueles com quem mantém relação comercial. Por essa razão, estabelece regras de contratação e cadastro, com critérios objetivos e níveis de controle;
- e) **Controles Internos:** A metodologia para estruturação e monitoramento de controles internos origina-se a partir de mecanismos atrelados aos objetivos do negócio da Companhia e aos diversos riscos atrelados a esses objetivos. Controles Internos eficazes são estruturados de forma otimizada, sem burocratizar o processo, de modo a assegurar com razoável certeza de que os objetivos do negócio da Companhia sejam atingidos e que os riscos sejam devidamente identificados, mitigados ou tratados. A revisão da matriz de controles é realizada anualmente, a partir de evidências que indiquem sua efetividade, ou extraordinariamente, a partir de novos processos ou mudanças significativas nos controles existentes;
- f) **Comunicação e Treinamento:** para que se mantenha uma cultura de integridade, é imprescindível a adesão dos times aos mecanismos de capacitação, atualização e especialização. Dessa forma, todos os públicos de relacionamento devem conhecer, na medida do que lhes for solicitado e/ou disponibilizado, as políticas e procedimentos relevantes para a execução de suas atividades. Para tanto, periodicamente, e em diversos canais virtuais ou presenciais, a Companhia comunica os temas relevantes além de disponibilizar todo o repertório de políticas em ferramenta interna para todas as áreas;
- g) **Canal de Denúncias:** um Canal de Denúncias é disponibilizado 24 (vinte e quatro) horas por dia em 7 (sete) dias por semana para que todos (público interno e externo) possam denunciar qualquer irregularidade ou conduta indevida. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima, sendo garantida a não retaliação aos denunciantes de boa fé. O Canal de Denúncias da Companhia é administrado por empresa

5.3 Programa de integridade

externa e independente e as situações reportadas são tratadas de forma sigilosa. A equipe envolvida na investigação garante que as denúncias sejam apuradas sob os mais rigorosos padrões éticos e legais.

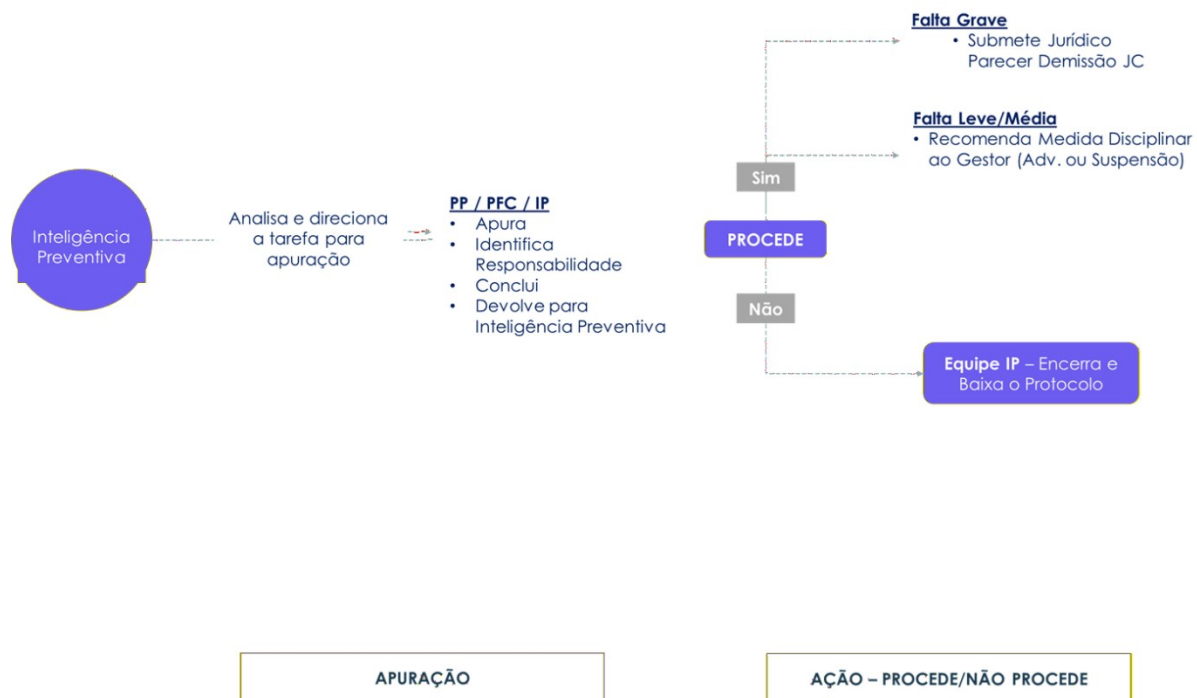
O macrofluxo de acionamento do Canal de Denúncias segue da seguinte forma:



h) **Investigação interna:** qualquer indício de comportamento antiético e ilícito deve ser investigado. As investigações são limitadas à apuração dos fatos, devendo ser determinado, de forma plena, se houve ou não uma conduta imprópria, quem são os envolvidos e em quais circunstâncias. As investigações sempre são independentes e visando a preservação dos envolvidos - a Companhia não divulga os detalhes de uma investigação nem as decisões tomadas. Em caso de procedente, sanções ao descumprimento são previstas nas Políticas de Gestão do Comitê de Ética, Medidas Disciplinares e o Procedimento Recomendações e Orientações Jurídicas para Aplicação de Medidas Disciplinares.

O macrofluxo da apuração, tratamento e resposta de denúncias segue da seguinte forma:

5.3 Programa de integridade



i) Monitoramento e Auditoria Interna: a avaliação contínua da correta execução dos pilares do programa auxilia na identificação de pontos de melhoria, o que garante sua efetividade. O monitoramento é feito de forma disciplinada, de modo que os principais desvios/melhorias identificados sejam priorizados e tratados, além de permitir que os controles implementados possam ser auditados pela área Auditoria Interna sempre que necessário.

Todos os pilares acima mencionados também englobam possíveis cenários de relacionamento com a administração pública.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance & Canal de Denúncias da Companhia é a representante da 2ª linha inserida na estrutura da Companhia (Diretor Vice-Presidente Financeiro) e tem atribuições consultivas e executivas, incluindo (i) elaborar, aprimorar e atualizar o Código de Conduta Ética e as Políticas Internas da Companhia; (ii) treinar e orientar os colaboradores conforme o Código de Conduta Ética e as Políticas Internas da Companhia, (iii) disseminar a cultura ética da companhia; (iv) participar consultivamente do Comitê de Ética da Companhia; (v) orientar a Diretoria Executiva, Conselhos e Comitês da Companhia em matérias relacionadas ao cumprimento das leis, normas e regulamentos; (vi) orientar em situações relacionadas ao descumprimento de leis, regulamentos, políticas internas e Código de Conduta Ética; (vii) monitorar mediante avaliação de indicadores e análise de riscos, possíveis violações a leis, regulamentos, Código de Conduta Ética e Políticas Internas da

5.3 Programa de integridade

Companhia, comunicando imediatamente a Diretoria Executiva; e (viii) identificar os riscos corporativos e o grau de exposição da Companhia a tais riscos, associar causas, avaliar impacto, probabilidade de ocorrência e identificação de atividades de controles existentes, assessorar as áreas no desenho de planos de mitigação dos riscos, acompanhar a evolução dos planos mencionados, e reportar os resultados à Diretoria Executiva e Órgãos de Governança da Companhia.

O Comitê de Ética foi constituído para assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia. É um órgão independente, reportando as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*. Suas principais atribuições são:

- (i) Deliberar sobre o relatório final de apuração apresentado pela área de *Compliance* & Canal de Denúncias ou outras envolvidas em apuração de desvio do Código de Conduta Ética da Companhia, formando entendimento sobre casos futuros similares;
- (ii) Atuar com independência, confidencialidade, isonomia, honestidade, decoro, imparcialidade e boa-fé;
- (iii) Reportar periodicamente as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* com a finalidade de orientar sobre os processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia;
- (iv) Recomendar o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (v) Opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, pela Diretoria Estatutária, pelos demais órgãos internos da Companhia e/ou pela Diretoria/Gerência das áreas, bem como sobre aquelas que tiver conhecimento e considerar relevantes no âmbito de sua competência;
- (vi) Verificar o cumprimento de suas recomendações, inclusive no que se refere ao planejamento de trabalhos;
- (vii) Incentivar e assegurar o comprometimento da Administração da Companhia nas ações de apoio ao Programa de Integridade;
- (viii) Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia e demais políticas e procedimentos do Programa de Integridade;
- (ix) Sugerir e apoiar a implementação de medidas necessárias para a disseminação e reforço de uma cultura de ética e integridade na Companhia;
- (x) Supervisionar o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de treinamentos periódicos sobre o Programa de Integridade;
- (xi) Orientar o desenvolvimento e funcionamento do Programa de Integridade, nos mecanismos de prevenção, detecção e resposta a não conformidades à Leis e regulamentos inerentes aos negócios e atividades da Companhia, e às Políticas, Procedimentos e diretrizes de conduta da Companhia;
- (xii) Garantir o sigilo dos relatos recebidos e a confidencialidade daqueles que forneçam os relatos e as informações;
- (xiii) Analisar os relatórios de investigações internas de desvio de conduta envolvendo a Companhia, deliberar os fatos e informações apuradas e decidir sobre as medidas disciplinares cabíveis a serem implementadas, com acompanhamento contínuo até sua efetivação;

5.3 Programa de integridade

- (xiv) Suportar na regulamentação de meios de recebimento de denúncias, inclusive anônimas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades;
- (xv) Comunicar formalmente à Administração quaisquer suspeitas de: (a) inobservância de normas legais, regulamentares e internas que coloquem em risco as atividades, negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia; (b) fraudes cometidas por funcionários da Companhia ou terceiros em relação aos bens ou atividades da Companhia;
- (xvi) Esclarecer eventuais dúvidas e deliberar sobre casos omissos a respeito da interpretação das normas internas e do Código de Conduta Ética da Companhia; e
- (xvii) Recomendar a elaboração ou atualização de políticas internas e do Código de Conduta Ética da Companhia.

A estrutura interna da Companhia pode não ser suficiente para prevenir e detectar todos os riscos que podem surgir nos seus negócios habituais. Na hipótese de não conseguir identificar quaisquer riscos com as ferramentas existentes, a Companhia poderá estar sujeita às responsabilidades da Lei Anticorrupção e do Ato Administrativo, bem como à responsabilidade regulatória administrativa. Para mais informações sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

A Companhia possui Código de Conduta Ética aprovado em 17 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração, que se destina a todos os membros da administração, colaboradores do grupo econômico, parceiros de negócio e fornecedores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia disponibiliza, anualmente, a todos colaboradores, incluindo seus Diretores, os treinamentos online sobre o “Código de Conduta Ética” da Companhia, “Lei Anticorrupção”, “Assédio moral”, “Assédio sexual”, “Segurança da informação” e “Lei Geral de Proteção de Dados”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Em caso de descumprimento das regras e diretrizes do Código de Conduta Ética e Políticas Internas, o responsável pela violação ficará sujeito às consequências legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação civil, penal e trabalhista.

5.3 Programa de integridade

As penalidades que se aplicam pela violação do Código de Conduta Ética serão analisadas caso a caso, com imparcialidade, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo - uma vez que a responsabilidade do colaborador cresce proporcionalmente ao cargo que ocupa, sendo maior em cargos mais elevados -, o histórico do transgressor e suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

O Comitê de Ética será responsável pelas sanções aplicadas aos casos e por diretrizes relativas às punições.

Entre as penalidades, são elencadas a orientação e a advertência escrita, além de sanções de caráter punitivo, como a suspensão, o desligamento sem justa causa e o desligamento com justa causa. As sanções e critérios aplicáveis estão previstas na Política de Medidas Disciplinares e no Código de Conduta Ética, tendo os procedimentos de aplicação regidos pela Política de Gestão do Comitê de Ética.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 10 de agosto de 2023 e está disponível a todos no site: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>, além da possibilidade de ser consultado nos repositórios internos da Companhia.

- (b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:**

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia é gerido por empresa terceirizada. O recebimento de denúncias e tratativa inicial são feitos por equipe externa, sendo encaminhadas à área interna de *Compliance* & Canal de Denúncias da Companhia para as devidas apurações e providências.

- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias da Companhia também está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros, atendendo a todos os públicos de relacionamento.

- (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

A Companhia possui um Canal de Denúncias que garante que as denúncias recebidas sobre fatos que infringem as Leis ou normas de conduta da Companhia tenham a garantia do total sigilo, confidencialidade e

5.3 Programa de integridade

imparcialidade. Ainda, o denunciante pode optar pelo anonimato e continuar prestando esclarecimentos por meio de número de protocolo informado durante o registro do incidente junto ao canal externo. Os incidentes reportados são direcionados para o devido tratamento pela área de *Compliance* & Canal de Denúncias da Companhia.

O Canal de Denúncias da Companhia é operado por empresa terceira especializada, de modo que a Companhia não possui acesso à origem dos relatos, recebendo apenas as informações transmitidas por meio da plataforma do parceiro. Essa estrutura contribui para a proteção da identidade do denunciante, uma vez que os dados de origem não chegam ao conhecimento da Companhia.

Com relação à proteção contra retaliações, a Companhia acompanha os desdobramentos da gestão de consequências após a conclusão das investigações, com o objetivo de assegurar que denunciantes de boa-fé não sejam objeto de represálias. Quanto ao retorno ao denunciante, a plataforma do canal disponibiliza um protocolo que permite o acompanhamento do andamento da apuração diretamente pelo denunciante, sem que a Companhia transmita individualmente os desdobramentos das investigações.

(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

De acordo com o tipo de ocorrência, a área de *Compliance* & Canal de Denúncias está autorizada a proceder com as investigações e apurações a respeito de denúncias recebidas, além de requisitar o suporte de outras áreas para suporte na apuração de fatos e na emissão de pareceres e recomendações. A área de *Compliance* & Canal de Denúncias é a responsável pela consistência das apurações realizadas nos processos de investigação, e por adotar todos os métodos de trabalho que entenderem necessários visando a apuração dos fatos relatados, respeitando os limites éticos e legais.

A Companhia informa que não possui, até o momento, certificação internacional ISO 37001. Não obstante, a Companhia conta com um Programa de Integridade robusto e já implementado, por meio do qual busca assegurar padrões elevados de conduta ética, prevenção à corrupção e ao suborno em suas operações.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável. Conforme descrito nos itens anteriores, existem regras, políticas, procedimentos e práticas

5.3 Programa de integridade

voltadas para a detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública, bem como para os demais públicos em geral.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada em relação ao último exercício social e, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações significativas na Política de Gestão de Riscos Corporativos em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DOMUS VII PARTICIPAÇÕES S.A.						
59.931.221/0001-26	Brasil	Não	Sim	02/01/2026		
Não						
832.428.978	82,113	0	0,000	832.428.978	82,113	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
8.387	0,001	0	0,000	8.387	0,001	
OUTROS						
181.323.031	17,886	0	0,000	181.323.031	17,886	
TOTAL						
1.013.760.396	100,000	0	0,000	1.013.760.396	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
DOMUS VII PARTICIPAÇÕES S.A.				59.931.221/0001-26	
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.					
09.208.476/0001-97	Brasil	Não	Sim	07/08/2025	
Não					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.				09.208.476/0001-97		
OUTROS						
111.111.111-11	Brasil	Não	Não	07/08/2025		
Não						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
100	100,000	0	0,000	100	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	236.968
Quantidade acionistas pessoa jurídica	896
Quantidade investidores institucionais	206

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

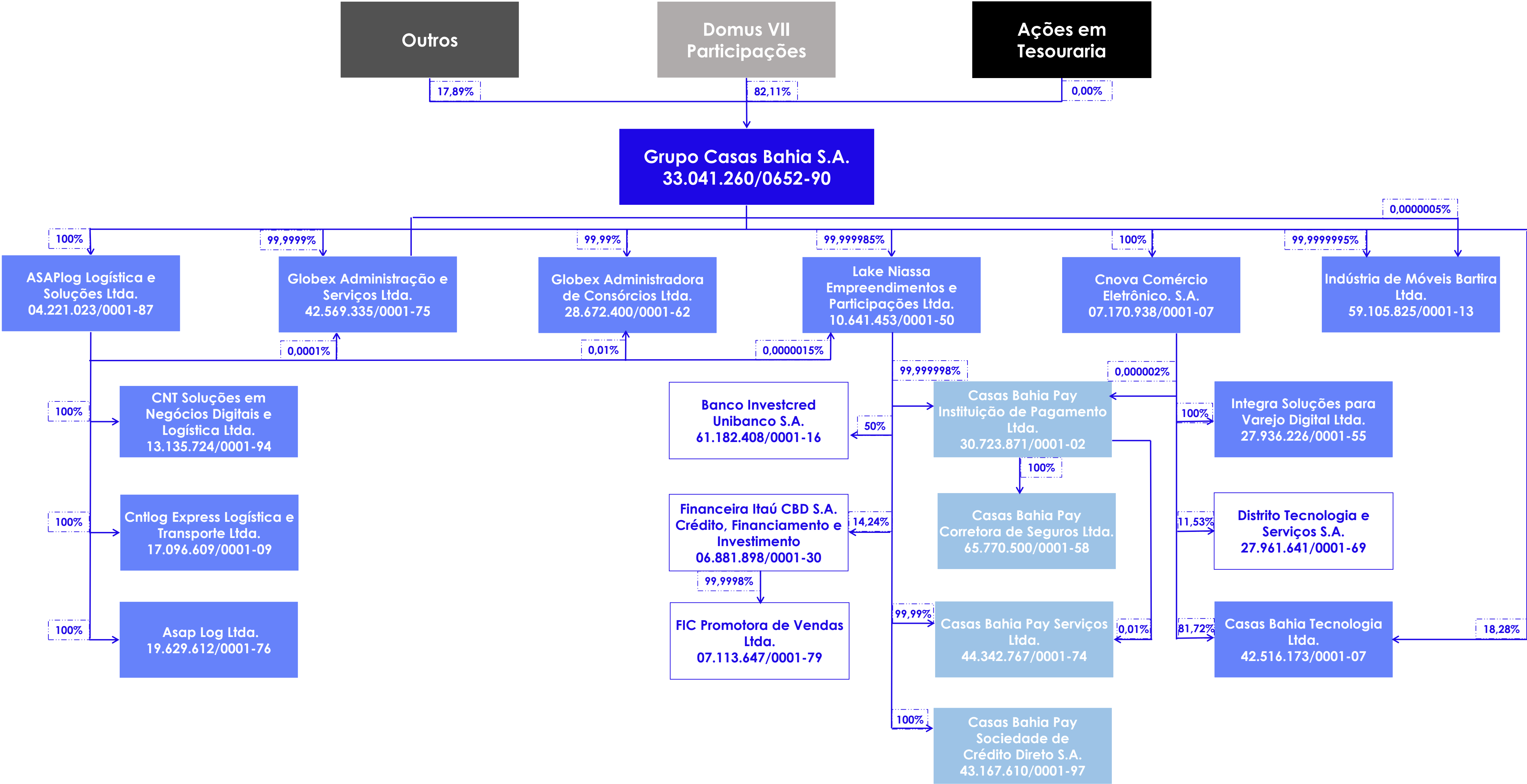
Quantidade ordinárias	181.323.031	17,886%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	181.323.031	17,886%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ASAP LOG LOGISTICA E SOLUÇÕES LTDA	04.221.023/0001-87	100
ASAP LOG LTDA.	19.629.612/0001-76	100
CASAS BAHIA PAY CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	65.770.500/0001-58	100
CASAS BAHIA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.	30.723.871/0001-02	100
CASAS BAHIA PAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.	43.167.610/0001-97	100
CASAS BAHIA SERVIÇOS LTDA.	44.342.767/0001-74	100
CASAS BAHIA TECNOLOGIA LTDA.	42.516.173/0001-07	100
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	07.170.938/0001-07	100
CNT SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS DIGITAIS E LOGÍSTICA LTDA.	13.135.724/0001-94	100
CNTLOG EXPRESS LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.	17.096.609/0001-09	100
Globex Administração de Consórcios Ltda.	28.672.400/0001-62	100
Globex Administração e Serviços Ltda.	42.569.335/0001-75	100
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	59.105.825/0001-13	100
ÍNTEGRA SOLUÇÕES PARA VAREJO DIGITAL LTDA.	27.936.226/0001-55	100
LAKE NIASA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	10.641.453/0001-50	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma Societário – Grupo Casas Bahia S.A. (GCB)



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

A Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda., acionista controladora indireta da Companhia, informou à Companhia que seu quadro societário é composto por 6 (seis) sócios pessoas naturais, os quais, segundo as informações prestadas por referido acionista, não exercem, individualmente ou em conjunto, o controle direto da Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda. e, tampouco, o controle indireto da Companhia. O acionista informou ainda que não possui acordo de sócios ou de voto entre os diversos sócios. Para maiores informações sobre o acionista controlador direto da Companhia, vide o fator de risco “Ações emitidas pela Companhia e de titularidade de seu acionista controlador estão alienadas fiduciariamente em benefício de credores do acionista controlador” na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 – Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria e um Conselho de Administração, o qual é auxiliado por 3 (três) comitês de assessoramento: Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, Comitê de Pessoas e Governança, Comitê de Finanças e uma Comissão de Ética. O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* estatutário possuem mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, terá prazo correspondente ao período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária que os eleger até a Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente, admitida a reeleição.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia e conforme previsto no artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo.

Possui Regimento Interno próprio, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de abril de 2023 e alterado em reunião realizada em 13 de agosto de 2025. O inteiro teor do Regimento Interno do Conselho de Administração está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.grupocasasbahia.com.br) e no *website* da CVM.

As atribuições do Conselho de Administração da Companhia, além dos poderes previstos em lei, podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração, no *website* de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM

Diretoria Estatutária

A composição da Diretoria Estatutária da Companhia observa os termos e requisitos da legislação e regulamentação em vigor, bem como o Estatuto Social da Companhia e a sua Política de Indicação e Remuneração de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.grupocasasbahia.com.br) e no *website* da CVM.

A Diretoria Estatutária será composta por profissionais alinhados com os princípios e valores da

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Companhia, que atendam aos requisitos legais e regulatórios aplicáveis, incluindo reputação ilibada e ausência de impedimentos legais, estando sujeitos aos deveres fiduciários de diligência e lealdade para com a Companhia.

As atribuições da Diretoria Estatutária, além dos poderes previstos em lei, podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia, no *website* de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das S.A., o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração da Companhia. A Companhia possui um Conselho Fiscal não permanente, composto por 3 (três) conselheiros titulares e igual número de suplentes, que somente será instalado mediante requisição de acionistas da Companhia, observada a legislação aplicável. Atualmente, o Conselho Fiscal se encontra instalado.

As atribuições do Conselho Fiscal podem ser consultadas no *website* da CVM e no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>).

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (“Política de Indicação”), a qual foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2023, e que pode ser consultada no *website* da CVM, no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>).

De acordo com a Política de Indicação, a Companhia será responsável por examinar os candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração, com base nas experiências profissionais, na capacitação técnica, e na representatividade econômica, social e cultural.

O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Entre os conselheiros, no mínimo, 20% (vinte por cento) ou 2 (dois) membros, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, eleitos pela maioria dos

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

votos dos membros do Conselho de Administração. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou Principal Executivo da Companhia não poderão ser exercidos simultaneamente pela mesma pessoa.

O Conselho de Administração deverá ser composto por profissionais de alta qualificação, comprometidos com os valores e princípios da Companhia, além de possuírem notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, com intuito de que a Companhia se beneficie da pluralidade e complementariedade de opiniões no processo de tomada de decisões.

A indicação de candidatos ao Conselho de Administração poderá ser feita pela administração da Companhia, bem como por qualquer acionista, respeitado o disposto na Resolução CVM 81/2022 e na legislação aplicável. Caso o acionista submeta uma indicação de candidato ao Conselho de Administração, tal solicitação deverá ser instruída com cópia de declaração de desimpedimento do indicado, nos termos da Resolução CVM 135/2022, bem como acompanhada do currículo do candidato, contendo, no mínimo, (i) sua qualificação, (ii) resumo de sua experiência profissional, (iii) escolaridade, (iv) principal atividade profissional, e (v) os cargos que atualmente ocupa em outras companhias.

A Diretoria Estatutária da Companhia é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Com exceção do Diretor-Presidente, cujas atribuições constam no Estatuto Social da Companhia, as designações e atribuições dos demais diretores serão determinadas pelo Conselho de Administração, quando da eleição do respectivo membro da Diretoria Estatutária da Companhia e conforme indicação do Diretor-Presidente.

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação do Conselho de Administração e dos Comitês na Companhia tem como objetivo geral “identificar, por meio de uma avaliação efetiva, imparcial e confidencial, oportunidades de melhoria na alavancagem do desempenho do Conselho de Administração e Comitês para que cumpram seus papéis e responsabilidades, contribuindo de maneira definitiva para o aprimoramento da governança corporativa na Companhia”.

O Conselho de Administração, nos termos de seu regimento interno, deve proceder anualmente à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação. Também é de sua competência promover, a cada 2 (dois) anos, a avaliação formal dos resultados da Companhia e do desempenho do Conselho de Administração, dos Comitês Especiais e de cada conselheiro e membro externo dos Comitês da Companhia, individualmente.

Em relação à Diretoria Estatutária, não há mecanismos de avaliação de desempenho como órgão

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

colegiado. A avaliação individual dos membros da Diretoria Estatutária é realizada por meio de um modelo estruturado de gestão de desempenho, que considera de forma equilibrada resultados (metas) e competências (comportamentos e forma de atuação), cada um com peso de 50% na composição final.

As metas refletem indicadores corporativos e estratégicos, desdobrados para cada Diretor Estatutário, e são avaliadas com base no grau de atingimento dos resultados planejados. Já as competências consideram aspectos de liderança, execução, alinhamento cultural e capacidade de entrega sustentável, sendo avaliadas pelo Conselho de Administração.

O desempenho final é consolidado e colegiado a partir de critérios objetivos e faixas de avaliação previamente definidas, que classificam os executivos em diferentes níveis de performance, permitindo a diferenciação meritocrática. Esse modelo assegura alinhamento com a estratégia da Companhia, reforça a cultura organizacional e orienta decisões relacionadas a reconhecimento, desenvolvimento e movimentação dos executivos.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Foi adotada a metodologia aderente ao estágio 1, que consiste em:

1. Avaliação com dimensão coletiva, que tem como objetivo verificar se o grupo está cumprindo seu papel de geração de valor à organização.
2. Avaliação realizada através de questionários disponibilizados em ferramenta interna de avaliação de competências, promovendo a coleta de dados por meio de questões abertas ou fechadas, com utilização de escalas de mensuração.
3. Avaliação construída a partir da definição de perguntas para cada uma das seguintes dimensões/fatores: (a) composição e dinâmica; (b) pessoas e cultura; (c) estrutura e processos; (d) estratégia e negócios; e (e) riscos e controles internos.
4. Resultado da avaliação baseado em: (a) devolutiva estruturada e documentada, com base em fatos e dados; (b) devolutivas que resultam em um plano de ação e orientações ao desenvolvimento da atuação dos grupos; (c) informações individuais confidenciais; (d) divulgação com foco nos principais pontos de oportunidades de melhoria e ações do plano; e (e) acompanhamento sistemático da execução das ações previstas no plano de aprimoramento.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui Política de Conflito de Interesses, não divulgada publicamente, cuja última atualização pela administração se deu em 5 de junho de 2025. O objetivo da referida política é

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

estabelecer as diretrizes gerais para prevenir situações de conflito de interesses que envolvam colaboradores da Companhia, terceiros e/ou agentes públicos, conforme ali definidos, de modo a garantir que os colaboradores atuem sempre no melhor interesse da Companhia.

Nos termos desta política, os colaboradores devem atuar de forma a impedir que os interesses particulares próprios ou de pessoas próximas prevaleçam em detrimento dos interesses da Companhia, em especial nas relações mantidas com terceiros ou agentes públicos. Os colaboradores que, em virtude do desempenho regular de suas funções, tiverem poderes para, direta ou indiretamente, tomar, participar ou influenciar qualquer decisão em nome da empresa, devem se abster de aprovar, estabelecer condições, elaborar propostas, intervir ou atuar com influência indevida em relações nas quais eles próprios ou quaisquer pessoas próximas a eles possuam um interesse extraprofissional.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal**

A Companhia informa que não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça nos órgãos de Administração e Conselho Fiscal. Contudo, a diversidade, equidade e inclusão são valores e compromissos essenciais na Companhia e somos reconhecidos internamente, assim como por órgãos externos, pelos avanços na pauta. A Companhia não admite qualquer forma de discriminação, conforme expressamente previsto em seu Código de Ética e Conduta, bem como na Política de Sustentabilidade e na Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos, aprovadas em 28 de outubro de 2024 e 29 de julho de 2022, respectivamente.

Nesse sentido, não é admitida qualquer forma de discriminação, relacionada a raça, cor, sexo, etnia, idade, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, deficiência, propriedade, nascimento ou outro status, conforme disposto nos tratados de direitos humanos. Além disso, a Política de Indicação dispõe que o processo de seleção será isento de qualquer inclinação que possa implicar em discriminação. Nesse sentido, a Companhia entende que possui mecanismos adequados e suficientes para mitigar qualquer forma de discriminação e promover a diversidade entre os membros que compõem a administração da Companhia.

- (f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima**

A Companhia ainda não definiu o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Conforme exposto no item 1.6 deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre todas as normas determinadas pela regulamentação ambiental pertinentes às suas operações, motivo pelo qual entende ser desnecessário definir o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 18	2	16	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	3	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	1	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 18	1	11	1	2	0	0	3

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	3
TOTAL = 18	0	15	3

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Conselho de Administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração Diretoria

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e podendo, a qualquer tempo, serem destituídos por Assembleia Geral. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo 1 (um) designado, obrigatoriamente, como Diretor-Presidente, e os demais terão as suas designações e deveres de acordo com o estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme indicação do Diretor-Presidente.

Os membros da Diretoria são representantes legais da Companhia, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Algumas das principais atribuições dos Diretores são: (i) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas; (ii) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto no Estatuto Social; (iii) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas; (iv) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento; e (v) submeter ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas.

As demais competências dos Diretores podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia, por meio do website de relações com investidores da Companhia, pelo link: <https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no website da CVM, pelo link: www.cvm.gov.br.

Comitês

Atualmente, a Companhia possui 3 (três) Comitês de assessoramento em funcionamento, a saber: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*; (ii) Comitê de Pessoas e Governança; e (iii) Comitê de Finanças; além de uma Comissão de Ética.

O Comitê de Pessoas e Governança e o Comitê de Finanças não são órgãos estatutários e foram instituídos na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de maio de 2012. Seus atuais membros foram eleitos em reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 5 de junho de 2024 e 8 de setembro de 2025. Ainda, na reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de setembro de 2025, foi aprovada a alteração dos regimentos internos dos Comitês de Assessoramento da Companhia, a fim de incluir a autorização para a presença facultativa de um membro observador, nomeado pelo Conselho de Administração, o qual, no âmbito da mesma reunião, foi eleito para o Comitê de Finanças.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Cada um desses Comitês é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Comitê de Pessoas e Governança, o Comitê de Finanças e a Comissão de Ética serão compostos por membros da administração da Companhia e/ou por pessoas direta ou indiretamente associadas à Companhia, exceto nas hipóteses em que a participação de membros externos seja autorizada pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. O membro do Comitê que também atue na condição de membro do Conselho de Administração da Companhia terá o seu mandato automaticamente extinto no caso de destituição, renúncia ou não recondução ao seu cargo de membro do Conselho de Administração, ou quando da perda de quaisquer das características inicialmente mantidas quando da sua eleição. Todas as regras supra definidas, bem como as atribuições abaixo, estão expressas em regimento interno próprio de cada Comitê.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance:

Considerando as responsabilidades previstas em seu regimento interno, algumas das atribuições do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance são: (a) recomendar ao Conselho de Administração a contratação e a destituição dos auditores que prestarão serviços de auditoria externa independente, bem como opinar sobre a contratação de quaisquer outros serviços a serem prestados pelos auditores independentes; (b) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos; (c) avaliar, previamente à sua divulgação, as informações trimestrais, as demonstrações intermediárias e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, avaliando se tais informações financeiras foram corretamente elaboradas, se refletem adequadamente a situação da Companhia e se estão em consonância com demais informações apresentadas pela Companhia, além de efetuar as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração da Companhia; (d) monitorar a qualidade e a integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados, e em dados não contábeis, que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, apresentando ao Conselho de Administração as recomendações de aprimoramento que entender necessárias; e (e) acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como avaliar a qualidade, a integridade, a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos da Companhia, apresentando ao Conselho de Administração as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias.

Comitê de Pessoas e Governança

Com base nas atribuições previstas em seu regimento interno, compete aos membros do Comitê de Pessoas e Governança, entre outras atribuições: (a) sugerir alterações ao Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) discutir e propor o modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração; (c) avaliar e propor, ao Conselho de Administração, políticas de gestão e de desenvolvimento de pessoas, bem como as diretrizes para atração e retenção de talentos; (d) identificar, na Companhia e em suas controladas, potenciais futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento das suas respectivas carreiras; e (e) examinar e debater os métodos de recrutamento e contratação adotados pela Companhia e por suas controladas, mediante utilização de companhias brasileiras

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

similares como parâmetro.

Comitê de Finanças

De acordo com o regimento interno do Comitê de Finanças, algumas de suas atribuições são: (a) sugerir alterações ao Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros, além do processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; (c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; (d) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e realização; e (e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas.

Comissão de Ética

Além das atribuições definidas pela Política de Gestão da Comissão de Ética, compete aos seus membros: (a) reportar periodicamente as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, para obter orientação em relação aos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia; (b) recomendar o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; (c) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, pela Diretoria Estatutária, pelos demais órgãos internos da Companhia e/ou pela Diretoria ou Gerência das áreas, bem como sobre aquelas que tiver conhecimento e considerar relevantes no âmbito de sua competência; (d) verificar o cumprimento de suas recomendações, inclusive no que se refere ao planejamento de trabalhos; e (e) incentivar e assegurar o comprometimento da alta administração da Companhia nas ações de apoio ao Programa de Compliance.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A contratação de serviços por auditores independentes, independentemente de serem relacionados à auditoria, deverá ser precedida de manifestação favorável do Diretor Vice-Presidente Financeiro, que reportará tais serviços ao Conselho Fiscal, se instalado, e ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia.

Trimestralmente, o Conselho de Administração recebe o relatório sobre o andamento da prestação dos serviços dos auditores independentes pré-aprovados e os correspondentes aos honorários autorizados e faturados.

A destituição ou a substituição do auditor independente deverá ser aprovada, previamente, pelo Conselho de

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Administração, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Serviços de Firmas de Auditoria desde 20 de janeiro de 2015, com a última atualização realizada em 5 de maio de 2023.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas de ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui canal específico para questões relacionadas a temas e práticas de ASG, mas dispõe de um canal para receber denúncias gerais, internas e externas, conforme descrito no item 5.3 deste Formulário de Referência.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	ANDRÉ COJI	CPF:	051.271.338-30	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	04/02/1964
------	------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. André é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. André integrou anteriormente o Conselho de Administração da Companhia no período de setembro de 2019 a abril de 2020 e, na sequência, foi eleito membro do Conselho Fiscal, posição que ocupou até abril de 2023. Em abril de 2023, foi nomeado novamente membro do Conselho de Administração, função exercida até agosto de 2025, tendo retornado posteriormente à posição de membro efetivo do Conselho Fiscal. André é formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, além de possuir certificação pelo IBGC. Atua como gestor de patrimônio familiar (multi-family office), com ampla rede de relacionamento profissional, e acumula mais de 20 anos de experiência em administração financeira e controladoria, com atuação como Diretor em Private Banking e em Gestão Patrimonial Familiar (Family Office). Ao longo de sua trajetória, atuou por 10 anos como Diretor da Tecnisa, período no qual conduziu o IPO da companhia. Em governança, André foi membro efetivo do Conselho Fiscal das companhias Espaçolaser, Petz e Companhia Siderúrgica Nacional, além de ter tido experiências profissionais em empresas como Tecnisa, Smiles, Vitacon e Citibank, entre outras. Atualmente, também ocupa a posição de membro efetivo do Conselho Fiscal da B3 (desde abril de 2020) e da Vivara (desde maio de 2025), e é membro do Comitê de Auditoria do Banco do Brasil Seguridade (desde maio de 2025). O Sr. André declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2026	Não	04/06/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDRÉ LUIZ HELMEISTER

CPF: 027.872.118-44

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 23/10/1966

Experiência Profissional: O Sr. André é membro efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Governança e do Comitê de Finanças da Companhia. André é formado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e possui certificações pelo IBGC, pela Berkeley University e pelo INSEAD. Com mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro, André iniciou sua carreira no Banco Francês e Brasileiro S.A. e, entre 1994 e 2001, atuou no Banco BBA Creditanstalt S.A., tendo sido responsável pela abertura do Banco Itaú BBA na Argentina. Posteriormente, desempenhou funções nas áreas de corporate e investment banking no Brasil e na Europa, onde foi membro do Comitê Executivo do Banco Itaú na Europa. Em 2013, fundou a Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda. (controladora indireta da Companhia), na qual atua como sócio-administrador. Entre 2023 e 2024, foi Presidente do Conselho de Administração da Plascar Participações Industriais S.A. (sociedade sob controle comum com a Companhia). Atualmente, André é Conselheiro de Administração da MRO Participações (sociedade sob controle comum com a Companhia), Presidente do Conselho de Administração da Metro VI Participações, e administrador da Mapa Capital Consultoria em Gestão Ltda. e da Lyrio V Participações S.A. O Sr. André declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2026	Sim	04/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDRÉIA FERNANDES NUNES

CPF: 022.668.387-76

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Psicóloga

Data de Nascimento: 16/10/1972

Experiência Profissional:

A Sra. Andréia é Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação da Companhia, responsável pela condução de iniciativas estratégicas voltadas ao desenvolvimento humano, ao fortalecimento da eficiência de gestão, à promoção de práticas sustentáveis e ao aprimoramento da estratégia de comunicação corporativa e institucional. Andréia atua, ainda, como membro do Comitê de Ética da Companhia. Com mais de 25 anos de experiência, construiu trajetória em empresas do setor de varejo, com passagens por Walmart e Wine E-commerce, além de atuação em consultoria estratégica e como mentora voluntária de startups. É graduada em Psicologia pela UFES, possui Mestrado em Psicologia e MBA em Gestão de Varejo pela COPPEAD/UFRJ. Complementou sua formação com estudos em Mediação de Conflitos, Transformação Cultural e Eneagrama. Ao longo da carreira, atuou em diversos países da América Latina e realizou pesquisas científicas sobre gênero, reforçando seu compromisso com a agenda de Diversidade e Inclusão. A Sra. Andréia declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Outros Diretores	Diretora de Gente & Gestão, ESG e Comunicação da Companhia	30/04/2025		30/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

CLAUDIA WOODS

CPF:

098.823.117-41

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Economista

Data de Nascimento:

26/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia é membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Pessoas e Governança da Companhia. Possui formação em Economia pelo Bowdoin College (1997), Mestrado em Estratégia e Marketing pela UFRJ e certificado em negócios pela Universidade de Harvard. Ao longo de sua trajetória executiva, construiu experiência relevante nas áreas de marketing, estratégia, negócios e liderança em empresas de tecnologia, varejo e serviços financeiros. Iniciou sua carreira na Kaiser Associates, onde atuou por aproximadamente três anos, alcançando posição sênior na área de negócios. Posteriormente, exerceu a função de Gerente de Marketing na iBest (2000 a 2004) e, em seguida, na Predicta (dezembro de 2005 a agosto de 2010). Em 2010, assumiu como CMO da Clickon na América Latina, posição que ocupou por cerca de um ano e cinco meses. Em abril de 2014, foi contratada como Diretora de Marketing e Negócios do Walmart, permanecendo na função por sete meses. No final de 2014, ingressou no Banco Original, onde atuou por dois anos como Superintendente Executiva dos Canais de Marketing e, a partir de fevereiro de 2017, como Diretora do grupo. Em maio de 2018, assumiu como CEO da WebMotors (Grupo Santander), voltada ao e-commerce de automóveis. Em janeiro de 2019, foi confirmada como CEO do Uber, função que passou a exercer no mês seguinte, permanecendo por aproximadamente dois anos e meio. Em julho de 2021, assumiu como CEO do WeWork, a convite do SoftBank. Em janeiro de 2025, assumiu a posição de Presidente Latam South da British American Tobacco. Desde 2021, é também membro do Board da Ambev. A Sra. Claudia declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2026	Não	26/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ELCIO MITSUHIRO ITO

CPF: 246.653.588-26

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 05/04/1975

Experiência Profissional: O Sr. Elcio é Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, bem como membro de sua Comissão de Ética. Profissional com mais de 25 anos de experiência nas áreas Financeira, de Planejamento e Commodities, iniciou sua trajetória no Lloyds Bank e construiu carreira de 10 anos na General Motors, incluindo 4 anos de atuação internacional nos Estados Unidos, Suíça e Alemanha, tendo exercido, como última posição na companhia, a função de Tesoureiro da operação brasileira. Em 2011, ingressou na BRF, onde acumulou diversas funções, sendo a última como CFO. Em dezembro de 2019, passou a integrar a lochpe-Maxion como Diretor Financeiro, entre outras atribuições, função que exerceu até junho de 2023. O Sr. Elcio é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), possui MBA em Finanças pela Saint Mary's University (Canadá) e Mestrado em Economia Política pela PUC-SP. O Sr. Elcio declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente Financeiro	30/04/2025		10/07/2023
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Diretor de Relações com Investidores		30/04/2025		30/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FERNANDO ALCANTARA DE FIGUEREDO BEDA **CPF:** 104.870.868-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 20/07/1966

Experiência Profissional: O Sr. Fernando é membro efetivo do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Finanças da Companhia. Fernando é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Ao longo de sua trajetória, foi sócio e membro do Comitê Executivo da Mauá Capital, além de sócio e diretor do Banco Itaú BBA, onde desempenhou funções nas áreas de corporate banking, trade finance, câmbio, produtos e operações estruturadas, bem como na gestão do caixa em moeda estrangeira do banco. Em 2013, fundou a Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda. (controladora indireta da Companhia), na qual atua como sócio-administrador. Atualmente, Fernando atua como membro do Conselho de Administração da MRO Participações (sociedade sob controle comum com a Companhia) e administrador da Mapa Capital Consultoria em Gestão Ltda., da Lyrio V Participações S.A., da Plascorp Participações S.A. e da Pádua IV Participações S.A. O Sr. Fernando declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Vice Presidente Cons. de Administração		30/04/2026	Sim	04/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FERNANDO PEREZ ROMANELLI

CPF: 063.165.828-97

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 23/07/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Fernando é atualmente membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Fernando é formado em Engenharia Metalúrgica pela Escola de Engenharia Mauá e possui MBA Executivo em Finanças pelo Ibmec São Paulo (atual Insper). Atua no mercado financeiro há mais de 40 anos, tendo construído sólida carreira nas áreas de crédito, negócios e reestruturação em instituições financeiras, com destaque para sua trajetória no Unibanco e no Banco Itaú BBA, onde permaneceu por quase 20 anos, sendo os últimos 18 anos dedicados à reestruturação de crédito. Foi membro do Conselho de Administração da CR2 Empreendimentos Imobiliários e ocupou posições de liderança, incluindo as funções de Superintendente de Reestruturação de Crédito/Monitoramento de Crédito e Superintendente Comercial nos setores de Saúde e Educação. O Sr. Fernando declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	04/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRÉDÉRIC PAUL BERNARD GAUTHIER

CPF: 231.709.148-63

Passaporte: V420025T

Nacionalidade: França

Profis são: Especialista em Comércio Exterior

Data de Nascimento: 28/11/1973

Experiência Profissional:

O Sr. Frédéric é Diretor Vice-Presidente de Operações da Companhia. Com mais de 25 anos de experiência nas áreas Comercial e de Operações, Frédéric destacou-se em iniciativas de turnaround e crescimento acelerado, liderando equipes globais de mais de 30 mil pessoas. Ao longo de sua trajetória, destacou-se ainda na elaboração de planejamentos de negócios, na digitalização de jornadas de atendimento ao cliente e na criação de conceitos inovadores no varejo. Frédéric possui graduação em Comércio Internacional e MBAs em Marketing Digital. O Sr. Frédéric declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Outros Diretores	Diretor Vice-Presidente de Operações	30/04/2025		30/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GLAUBER CÉSAR DE SOUZA

CPF: 942.503.246-72

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Contador

Data de Nascimento: 14/09/1972

Experiência Profissional:

O Sr. Glauber é atualmente membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. Glauber é graduado em Ciências Contábeis pela PUC/MG e possui MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela FIA, além de MBA em Gestão de Marketing pela UFRJ. Ao longo de sua trajetória, Glauber atuou como Chief Financial Officer da MRO Serviços Logísticos S.A., Diretor Financeiro da GranEnergia Investimentos S.A., Gerente de Controladoria e Finanças da A. Angeloni e Cia Ltda. e Business Controller da CEVA Logistics Ltda. Possui mais de 25 anos de experiência como CFO e Diretor Financeiro nos setores de logística e energia, tendo conduzido projetos relevantes, incluindo reorganizações societárias, operação de Management Buy Out (MBO), registro de companhia aberta junto à B3 e à CVM, emissão de debêntures, internacionalização de operações para Colômbia e Chile, implantação de ERP e processos de rebranding. O Sr. Glauber declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	04/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUIS CARLOS ZAVATA

CPF: 149.889.698-78

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 23/01/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Luis é atualmente membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Luis é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Salesianas Dom Bosco, possui Pós-Graduação em Administração Financeira pela FAAP e MBA em Controladoria pela FIPECAFI-USP. Ao longo de sua trajetória, Luis atuou na área financeira em empresas nacionais e multinacionais, incluindo Accor, Votorantim, Monsanto, Move Mais, Global Way (fundo de investimentos) e Banco Voiter, com atuação voltada à gestão financeira e à análise e aprimoramento de processos. Atualmente, também é membro do Conselho Fiscal da Plascar Participações Industriais S.A. (sociedade sob controle comum com a Companhia). O Sr. Luis declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	04/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

MARCELO JUBAYR
CARVALHO DA SILVA

CPF:

094.743.978-13

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

02/03/1971

Experiência Profissional:

Marcelo Carvalho é um executivo com mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro, com sólida trajetória em instituições bancárias de grande porte e forte atuação em liderança estratégica e geração de resultados. É formado em Gestão Financeira e possui MBA em Administração de Empresas. Iniciou sua carreira em bancos como Bradesco, Itaú, Safra e Indusval, onde construiu uma base consistente em negócios financeiros e relacionamento com clientes. Ao longo dos anos, ocupou posições de crescente responsabilidade, incluindo Gerente de Negócios (GNI/GG), Gerente de Agência e Gerente Regional, destacando-se pelo alcance de resultados expressivos e pela formação de equipes de alta performance. Como Gerente Regional foi responsável pela gestão de múltiplas agências e equipes comerciais em uma ampla região geográfica, conduzindo o desempenho financeiro e comercial por meio de indicadores estratégicos como rentabilidade, crescimento de carteira, inadimplência, produtividade e cross-sell. Atuou diretamente na liderança de gerentes, no desenvolvimento de talentos e na implementação de estratégias alinhadas ao perfil econômico regional, além de garantir conformidade com as normas do Banco Central do Brasil e fortalecer o relacionamento com clientes estratégicos e stakeholders locais. Após consolidar sua carreira no setor bancário, iniciou sua trajetória empreendedora ao fundar uma consultoria financeira, ampliando sua atuação no mercado. Em 2017, fundou o Grupo Euro 17, onde atua como CEO. Na posição, lidera operações nas áreas de securitização, mercado de capitais, linhas de crédito e antecipação de recebíveis, consolidando a empresa como uma plataforma relevante em soluções financeiras. O Sr. Marcelo declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	30/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAURO DA MOTTA **CPF:** 004.076.328-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 09/05/1959

Experiência Profissional: O Sr. Mauro é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. Mauro é bacharel em Engenharia Eletrônica pela Universidade Mackenzie e possui mais de 40 anos de atuação no mercado financeiro, com 36 anos como executivo no segmento de Corporate Banking em instituições financeiras de grande relevância. Ao longo de sua trajetória, integrou por mais de 20 anos os Comitês de Crédito e de Reestruturação do Banco Itaú S.A., tendo exercido a função de Superintendente da área de Special Situations do Banco Itaú BBA S.A. Atuou também como Team Leader na Diretoria Comercial Corporate Bank do Banco Itaú BBA S.A., liderando processos de captação de recursos via mercado de capitais, incluindo IPOs, follow-ons e operações de M&A. Adicionalmente, exerceu o cargo de Diretor Adjunto no Banco Arbi S.A. e no Banco Crefisul S.A. O Sr. Mauro declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/04/2026	Sim	04/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAPHAEL OSCAR KLEIN

CPF: 218.137.128-83

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 07/10/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Raphael é membro do Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Pessoas e Governança da Companhia e observador do Comitê de Finanças da Companhia. Raphael integra a família Klein, sendo neto do Sr. Samuel Klein, imigrante polonês e fundador da rede varejista Casas Bahia. É formado em Administração de Empresas e, ao lado de seu pai, Michael Klein, liderou a associação da Casas Bahia com o Ponto Frio, que resultou na criação da Via, companhia da qual foi CEO até novembro de 2012. Raphael foi membro do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2014 e atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (controlada da Companhia) de 2010 a 2013. Em 2014, participou do Private Wealth Management Program, na Family Business and Office School, em Miami (EUA). Em 2017, criou o fundo de investimentos Kviv Ventures, com foco em gerar impacto positivo e fomentar oportunidades de fortalecimento e crescimento. No mesmo ano, concluiu o programa HBS OPM – Owner/President Management (Unidade 49). Atualmente, Raphael é General Member Board da MK Solutions. O Sr. Raphael declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2026	Não	04/06/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO

CPF: 633.578.366-53

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 07/04/1971

Experiência Profissional: O Sr. Renato é membro independente e atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia, além de membro do Comitê de Finanças. É sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Renato é graduado em Engenharia Mecatrônica pela Escola Politécnica da USP e possui MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Ao longo de sua trajetória, acumulou experiência em investment banking na Lehman Brothers em Nova Iorque e atuou como consultor na Monitor e na Accenture. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa (TESA3) e sócio fundador da Angra Partners. Também integrou conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de ter atuado como Presidente do Conselho da Maeda e da TMA no Brasil. Adicionalmente, Renato foi professor de Finanças no curso de MBA do Insper, em São Paulo. O Sr. Renato declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	AGO 2028	Presidente do Conselho de Administração Independente		30/04/2026	Não	18/05/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RENATO HORTA FRANKLIN

CPF: 043.417.436-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de empresas

Data de Nascimento: 15/07/1981

Experiência Profissional:

O Sr. Renato é o atual Diretor-Presidente e Presidente da Comissão de Ética da Companhia. Renato é graduado em Administração de Empresas pela PUC Minas e bacharel em Ciências Contábeis, com ênfase em Controladoria. Possui MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FDC e INSEAD (França) e formação em Liderança Executiva pelo IMD – Institute of Management Development (Suíça). Ao longo de sua trajetória, Renato atuou por mais de 10 anos na Vale S.A., tendo ocupado posições de liderança, incluindo a função de Gerente Geral no período de 2010 a 2013, com atuação nas áreas de Finanças, Suprimentos e Planejamento Estratégico. No período de 2013 a 2014, foi líder da área de Suprimentos na Suzano Papel e Celulose, no setor de papel e celulose. Entre 2014 e 2015, atuou como Diretor Executivo na Movida Rent a Car e, ainda em 2015, foi eleito CEO da Movida. Desde 2020, Renato também atua como Conselheiro Emérito na ONG Capitalismo Consciente Brasil e, em abril de 2025, foi eleito membro do Conselho de Administração da Vamos S.A. O Sr. Renato declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/04/2025	30/04/2027	Diretor Presidente / Superintendente		30/04/2025		03/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANDRÉ LUIZ
HELMEISTER

CPF: 027.872.118-44

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheiro

Data de Nascimento: 23/10/1966

Experiência Profissional:

O Sr. André é membro efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Governança e do Comitê de Finanças da Companhia. André é formado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e possui certificações pelo IBGC, pela Berkeley University e pelo INSEAD. Com mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro, André iniciou sua carreira no Banco Francês e Brasileiro S.A. e, entre 1994 e 2001, atuou no Banco BBA Creditanstalt S.A., tendo sido responsável pela abertura do Banco Itaú BBA na Argentina. Posteriormente, desempenhou funções nas áreas de corporate e investment banking no Brasil e na Europa, onde foi membro do Comitê Executivo do Banco Itaú na Europa. Em 2013, fundou a Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda. (controladora indireta da Companhia), na qual atua como sócio-administrador. Entre 2023 e 2024, foi Presidente do Conselho de Administração da Plascar Participações Industriais S.A. (sociedade sob controle comum com a Companhia). Atualmente, André é Conselheiro de Administração da MRO Participações (sociedade sob controle comum com a Companhia), Presidente do Conselho de Administração da Metro VI Participações, e administrador da Mapa Capital Consultoria em Gestão Ltda. e da Lyrio V Participações S.A. O Sr. André declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Pessoas e Governança		27/05/2026	08/09/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/08/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Finanças		16/08/2026	16/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:

ANDRÉIA FERNANDES NUNES

CPF:

022.668.387-76

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Psicóloga

Data de Nascimento:

16/10/1972

Experiência Profissional:

A Sra. Andréia é Diretora Executiva de Gente & Gestão, ESG e Comunicação da Companhia, responsável pela condução de iniciativas estratégicas voltadas ao desenvolvimento humano, ao fortalecimento da eficiência de gestão, à promoção de práticas sustentáveis e ao aprimoramento da estratégia de comunicação corporativa e institucional. Andréia atua, ainda, como membro do Comitê de Ética da Companhia. Com mais de 25 anos de experiência, construiu trajetória em empresas do setor de varejo, com passagens por Walmart e Wine E-commerce, além de atuação em consultoria estratégica e como mentora voluntária de startups. É graduada em Psicologia pela UFES, possui Mestrado em Psicologia e MBA em Gestão de Varejo pela COPPEAD/UFRJ. Complementou sua formação com estudos em Mediação de Conflitos, Transformação Cultural e Eneagrama. Ao longo da carreira, atuou em diversos países da América Latina e realizou pesquisas científicas sobre gênero, reforçando seu compromisso com a agenda de Diversidade e Inclusão. A Sra. Andréia declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comissão de Ética		27/05/2026	05/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:CLAUDIA WOODS

CPF:098.823.117-41

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Economist
a

Data de Nascimento:26/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia é membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e do Comitê de Pessoas e Governança da Companhia. Possui formação em Economia pelo Bowdoin College (1997), Mestrado em Estratégia e Marketing pela UFRJ e certificado em negócios pela Universidade de Harvard. Ao longo de sua trajetória executiva, construiu experiência relevante nas áreas de marketing, estratégia, negócios e liderança em empresas de tecnologia, varejo e serviços financeiros. Iniciou sua carreira na Kaiser Associates, onde atuou por aproximadamente três anos, alcançando posição sênior na área de negócios. Posteriormente, exerceu a função de Gerente de Marketing na iBest (2000 a 2004) e, em seguida, na Predicta (dezembro de 2005 a agosto de 2010). Em 2010, assumiu como CMO da Clickon na América Latina, posição que ocupou por cerca de um ano e cinco meses. Em abril de 2014, foi contratada como Diretora de Marketing e Negócios do Walmart, permanecendo na função por sete meses. No final de 2014, ingressou no Banco Original, onde atuou por dois anos como Superintendente Executiva dos Canais de Marketing e, a partir de fevereiro de 2017, como Diretora do grupo. Em maio de 2018, assumiu como CEO da WebMotors (Grupo Santander), voltada ao e-commerce de automóveis. Em janeiro de 2019, foi confirmada como CEO do Uber, função que passou a exercer no mês seguinte, permanecendo por aproximadamente dois anos e meio. Em julho de 2021, assumiu como CEO do WeWork, a convite do SoftBank. Em janeiro de 2025, assumiu a posição de Presidente Latam South da British American Tobacco. Desde 2021, é também membro do Board da Ambev. A Sra. Claudia declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Pessoas e Governança		27/05/2026	16/12/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/08/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		16/08/2026	16/08/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:ELCIO MITSUHIRO ITO

CPF:246.653.588-26

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador

Data de Nascimento:05/04/1975

Experiência Profissional:

O Sr. Elcio é Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, bem como membro de sua Comissão de Ética. Profissional com mais de 25 anos de experiência nas áreas Financeira, de Planejamento e Commodities, iniciou sua trajetória no Lloyds Bank e construiu carreira de 10 anos na General Motors, incluindo 4 anos de atuação internacional nos Estados Unidos, Suíça e Alemanha, tendo exercido, como última posição na companhia, a função de Tesoureiro da operação brasileira. Em 2011, ingressou na BRF, onde acumulou diversas funções, sendo a última como CFO. Em dezembro de 2019, passou a integrar a lochpe-Maxion como Diretor Financeiro, entre outras atribuições, função que exerceu até junho de 2023. O Sr. Elcio é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), possui MBA em Finanças pela Saint Mary's University (Canadá) e Mestrado em Economia Política pela PUC-SP. O Sr. Elcio declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comissão de Ética		27/05/2026	05/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:

FERNANDO ALCANTARA DE FIGUEREDO BEDA

CPF:

104.870.868-30

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogado

Data de Nascimento:

20/07/1966

Experiência Profissional:

O Sr. Fernando é membro efetivo do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Finanças da Companhia. Fernando é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP. Ao longo de sua trajetória, foi sócio e membro do Comitê Executivo da Mauá Capital, além de sócio e diretor do Banco Itaú BBA, onde desempenhou funções nas áreas de corporate banking, trade finance, câmbio, produtos e operações estruturadas, bem como na gestão do caixa em moeda estrangeira do banco. Em 2013, fundou a Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda. (controladora indireta da Companhia), na qual atua como sócio-administrador. Atualmente, Fernando atua como membro do Conselho de Administração da MRO Participações (sociedade sob controle comum com a Companhia) e administrador da Mapa Capital Consultoria em Gestão Ltda., da Lyrio V Participações S.A., da Plascorp Participações S.A. e da Pádua IV Participações S.A. O Sr. Fernando declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Finanças		27/05/2026	08/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: JACKSON MEDEIROS DE FARIAS SCHNEIDER

CPF: 401.085.030-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Advogado

Data de Nascimento: 23/06/1964

Experiência Profissional:

O Sr. Jackson é membro independente do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia. Jackson é formado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e possui MBA em Administração de Negócios pela Business School of São Paulo (BSP), além de atuar como Research Scholar e Adjunct Professor na Columbia University. No âmbito de governança, Jackson é membro do Conselho de Administração da OdysightAI e da Abra Aviation Group desde 2023, e da CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração desde 2024. Desde 2022, preside o COSCEX da FIESP. Até 2023, atuou como CEO da Embraer Defesa e Segurança, e, até 2022, foi membro independente do Conselho de Administração da Yduqs Participações S.A. Adicionalmente, integrou o CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República) e o Conselho Consultivo do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União. O Sr. Jackson declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Coordenador)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		27/05/2026	30/12/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: LUIZ CARLOS PASSETTI

CPF: 001.625.898-32

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contador

Data de Nascimento: 07/10/1958

Experiência Profissional:

O Sr. Luis é atualmente membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Luis é graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Salesianas Dom Bosco, possui Pós-Graduação em Administração Financeira pela FAAP e MBA em Controladoria pela FIPECAFI-USP. Ao longo de sua trajetória, Luis atuou na área financeira em empresas nacionais e multinacionais, incluindo Accor, Votorantim, Monsanto, Move Mais, Global Way (fundo de investimentos) e Banco Voiter, com atuação voltada à gestão financeira e à análise e aprimoramento de processos. Atualmente, também é membro do Conselho Fiscal da Plascar Participações Industriais S.A. (sociedade sob controle comum com a Companhia). O Sr. Luis declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após a AGO de 2028	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		27/05/2026	05/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:PAULO ROMAGNOLI

CPF:041.568.808-69

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Bancário

Data de Nascimento:22/05/1958

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo Romagnoli é membro efetivo do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. É formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP (1981). Nos últimos cinco anos, exerceu as funções de Diretor de Produtos do Banco ABC Brasil, acumulando, a partir de 2021, também o cargo de Diretor de Operações. Ao longo de sua carreira, atuou como Diretor de Corporate Finance e, posteriormente, como Diretor de Produtos e Estruturação no Banco Arbi; Diretor de Corporate Finance e Operações Estruturadas no Banco Boston; e Diretor de Produtos e Estruturação no Banco BBA / ItaúBBA, onde também exerceu as funções de Diretor de Produtos e Diretor Executivo de Produtos e Serviços. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a condenação criminal, a condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP, ou a condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		27/05/2026	08/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: RAPHAEL OSCAR KLEIN

CPF: 218.137.128-83

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 07/10/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Raphael é membro do Conselho de Administração, Presidente do Comitê de Pessoas e Governança da Companhia e observador do Comitê de Finanças da Companhia. Raphael integra a família Klein, sendo neto do Sr. Samuel Klein, imigrante polonês e fundador da rede varejista Casas Bahia. É formado em Administração de Empresas e, ao lado de seu pai, Michael Klein, liderou a associação da Casas Bahia com o Ponto Frio, que resultou na criação da Via, companhia da qual foi CEO até novembro de 2012. Raphael foi membro do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2014 e atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (controlada da Companhia) de 2010 a 2013. Em 2014, participou do Private Wealth Management Program, na Family Business and Office School, em Miami (EUA). Em 2017, criou o fundo de investimentos Kviv Ventures, com foco em gerar impacto positivo e fomentar oportunidades de fortalecimento e crescimento. No mesmo ano, concluiu o programa HBS OPM – Owner/President Management (Unidade 49). Atualmente, Raphael é General Member Board da MK Solutions. O Sr. Raphael declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Pessoas e Governança		27/05/2026	07/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:RENATO CARVALHO DO NASCIMENTO

CPF:633.578.366-53

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Engenheiro

Data de Nascimento:07/04/1971

Experiência Profissional:

O Sr. Renato é membro independente e atual Presidente do Conselho de Administração da Companhia, além de membro do Comitê de Finanças. É sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Renato é graduado em Engenharia Mecatrônica pela Escola Politécnica da USP e possui MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Ao longo de sua trajetória, acumulou experiência em investment banking na Lehman Brothers em Nova Iorque e atuou como consultor na Monitor e na Accenture. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa (TESA3) e sócio fundador da Angra Partners. Também integrou conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de ter atuado como Presidente do Conselho da Maeda e da TMA no Brasil. Adicionalmente, Renato foi professor de Finanças no curso de MBA do Insper, em São Paulo. O Sr. Renato declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comitê de Finanças		27/05/2026	18/07/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:RENATO HORTA FRANKLIN

CPF:043.417.436-00

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administra
dor de
empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:**15/07/1981

Experiência Profissional:

O Sr. Renato é o atual Diretor-Presidente e Presidente da Comissão de Ética da Companhia. Renato é graduado em Administração de Empresas pela PUC Minas e bacharel em Ciências Contábeis, com ênfase em Controladoria. Possui MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FDC e INSEAD (França) e formação em Liderança Executiva pelo IMD – Institute of Management Development (Suíça). Ao longo de sua trajetória, Renato atuou por mais de 10 anos na Vale S.A., tendo ocupado posições de liderança, incluindo a função de Gerente Geral no período de 2010 a 2013, com atuação nas áreas de Finanças, Suprimentos e Planejamento Estratégico. No período de 2013 a 2014, foi líder da área de Suprimentos na Suzano Papel e Celulose, no setor de papel e celulose. Entre 2014 e 2015, atuou como Diretor Executivo na Movida Rent a Car e, ainda em 2015, foi eleito CEO da Movida. Desde 2020, Renato também atua como Conselheiro Emérito na ONG Capitalismo Consciente Brasil e, em abril de 2025, foi eleito membro do Conselho de Administração da Vamos S.A. O Sr. Renato declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	27/05/2026	Primeira RCA após AGO 2028	Comissão de Ética		27/05/2026	05/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista a não existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia ou controladas.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2025			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO ALCANTARA DE FIGUEREDO BEDA	104.870.868-30	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Finanças	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MAPA CAPITAL PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA LTDA.	09.208.476/0001-97		
Sócio-administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDRÉ LUIZ HELMEISTER	027.872.118-44	Controle	Controlador Indireto
Membro efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Pessoas e Governança e do Comitê de Finanças	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MAPA CAPITAL PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA LTDA.	09.208.476/0001-97		
Sócio-administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui Apólice de Seguro de responsabilidade civil para administradores (*Directors & Officers Liability Insurance – “D&O”*), em condições usuais de mercado. A apólice vigente foi contratada junto à Kovr Seguradora S.A., com vigência de um ano, contado a partir de 28 de agosto de 2025, vencendo-se, portanto, em 28 de agosto de 2026. A referida apólice possui limite máximo de garantia/indenização de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e prêmio líquido de R\$ 1.184.856,72 (um milhão, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), sendo o valor anual do prêmio de R\$ 1.272.299,15 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e quinze centavos).

A cobertura do Seguro D&O abrange, nos limites e condições da apólice, perdas indenizáveis e despesas de defesa decorrentes de reclamações ou processos judiciais, administrativos, arbitrais e/ou investigativos, incluindo conflitos de natureza cível, trabalhista, tributária, previdenciária, regulatória, consumerista, ambiental e, se contratada para englobar tal setor, penal, relacionados ao exercício das funções de gestão. Estão incluídos reembolsos de despesas relacionados a reclamações de mercado de capitais, bem como coberturas para gerenciamento de crise, proteção de imagem pessoal, inabilitação de segurado, dentre outros. A apólice contém, ainda, cláusula específica de restrição territorial e exclusão de atos lesivos contra a administração pública ou privada, não sendo a seguradora obrigada a realizar qualquer pagamento que possa expô-la a sanções econômicas ou comerciais impostas por resoluções da Organização das Nações Unidas, ou por leis e regulamentos da União Europeia, Reino Unido ou Estados Unidos da América, ou, ainda, caso as perdas indenizáveis sejam resultantes de, fundamentadas ou atribuíveis a violação das disposições da Lei Anticorrupção, Lei de Licitações, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Defesa da Concorrência e Lei de Lavagem de Dinheiro.

São segurados os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), de comitês estatutários ou não, e demais pessoas físicas com poderes de representação ou decisão indicadas pela Companhia, incluindo administradores de controladas e/ou subsidiárias e pessoas indicadas para exercer funções de gestão ou representação em sociedades nas quais a Companhia detenha participação, conforme elegibilidade prevista na apólice.

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o modelo padrão de contrato de indenidade, por meio do qual se obriga a indenizar e manter indene eventuais perdas decorrentes e/ou relacionadas ao exercício regular das funções de administrador da Companhia e de suas afiliadas, cujos principais termos e condições estão descritos abaixo:

- **Objeto:** Conforme disposto no item 2.1 do modelo padrão de contrato de indenidade, a Companhia se obriga a indenizar e manter indenidos os beneficiários, mediante pagamento direto ou pagando por conta e ordem destes, pelas perdas efetivamente sofridas em decorrência de e/ou relacionadas ao

7.7 Acordos/seguros de administradores

exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas.

- Período de Cobertura: As obrigações do contrato de indenidade permanecem em pleno vigor e em regime de responsabilidade subsidiária com relação a quaisquer eventos indenizáveis: (i) que estiverem ativos/em andamento na data de término do mandato do administrador e até que sejam encerrados; e/ou (ii) que forem iniciados após a saída do administrador de sua posição na Companhia e/ou afiliadas, mas que estejam relacionados à conduta e período em que o administrador ocupou cargo na Companhia e/ou suas afiliadas.
- Adiantamento de Despesas: a Companhia se obriga a arcar com, ou adiantar, ao administrador, os custos de despesas razoáveis baseados em, decorrentes de e/ou relacionados a reclamações passíveis de indenização nos termos do contrato de indenidade. Havendo bloqueio de bens ou de recursos do administrador por ordem judicial ou administrativa baseada em, em decorrência de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas, o administrador receberá regularmente os recursos devidos pela Companhia e/ou suas afiliadas, na forma entre eles contratada pela prestação de serviços, enquanto perdurar a indisponibilidade de recursos financeiros em conta corrente. Isso ocorre de forma independente da continuidade de outros bloqueios, a fim de manter a subsistência do administrador durante o período em que perdurar o bloqueio, na forma permitida pela lei, sem prejuízo do cumprimento de sua obrigação de adotar todas e quaisquer medidas para evitar ou reverter a decisão de constrição ou bloqueio, total ou parcial, dos bens do administrador. Caso a remuneração do administrador por conta de atividades de gestão perante empresas que não sejam a Companhia e/ou suas afiliadas ("Remuneração Extra Grupo") seja bloqueada baseada em, decorrente de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das afiliadas, a Companhia deverá, também, pagar ao administrador o valor correspondente a 100% da Remuneração Extra Grupo percebida no mês imediatamente anterior ao qual foi determinado o bloqueio de bens, e comprovada pelo administrador.
- Exclusões: A Companhia não terá a obrigação de indenizar e/ou de realizar qualquer adiantamento ao administrador se restar comprovado que: (i) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos cometidos pelo administrador que não forem diretamente relacionados ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das funções exercidas para representação das afiliadas, referindo-se a atos cometidos fora do exercício de suas atribuições ou poderes; (ii) as perdas forem baseadas em, decorrentes de e/ou relacionadas a uma reclamação indenizável iniciada voluntariamente próprio administrador; (iii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente cometidos com dolo, culpa grave, má-fé ou de forma fraudulenta pelo administrador; (iv) o administrador, intencionalmente e/ou de má-fé, quando do conhecimento do fato que poderá originar eventual reclamação, não agir para impedir e/ou mitigar a perda; (v) o administrador firmar um acordo em relação a uma reclamação sem o prévio e expresso consentimento da Companhia; (vi) o administrador praticar atos em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia e/ou suas afiliadas, nos termos da legislação em vigor; (vii) as perdas forem baseadas em, decorrentes de e/ou relacionados a ações de responsabilidade, ação social de responsabilidade civil da Companhia e/ou suas afiliadas contra o administrador (art. 159 da Lei nº 6.404/76), exceto se tal reclamação, realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas, seja julgada

7.7 Acordos/seguros de administradores

improcedente em uma decisão final transitada em julgado; (viii) ressarcimento envolvendo termo de compromisso com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/76), exceto se tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado; (ix) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente em violação a normas, visando o combate e/ou prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e/ou insider trading; (x) o pagamento de indenização for considerado ilegal; e/ou (xi) o administrador for previamente indenizado por um terceiro, inclusive em decorrência de um seguro D&O. Para fins de esclarecimento, se um terceiro indenizar o administrador por parte das perdas sofridas com relação a uma reclamação, a Companhia terá a obrigação de indenizar o administrador pelas perdas que não tiverem sido indenizadas por tal terceiro.

- Obrigação de o administrador devolver valores: O administrador se obriga a devolver à Companhia o valor indenizado ou adiantado, se for verificada qualquer hipótese de Exclusão prevista acima. Nesse caso, os valores adiantados e sujeitos à devolução deverão ser (i) atualizados monetariamente com base na variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e (ii) acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês entre a data do recebimento pelo administrador e a efetiva devolução do adiantamento em valores livres e disponíveis para a Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2023	34,91%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	12/09/2023	19,04%	Sim
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2024	25,28%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	06/06/2024	23,59%	Sim
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2025	25,18%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	04/09/2025	88,64%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	17/12/2025	86,00%	N/A
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2026	87,93%	N/A

Relacionamento entre Conselho de Administração e Diretoria Estatutária e entre Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal

Com base nas matérias a serem discutidas na respectiva reunião, o Diretor-Presidente e o Diretor Vice-Presidente Financeiro participam das reuniões do Conselho de Administração para compartilhar informações e prestar esclarecimentos

No mesmo sentido, os membros do Conselho Fiscal realizam reuniões conjuntas com o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, especialmente para aprovação das informações financeiras trimestrais e das demonstrações financeiras da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e após a instalação do Conselho Fiscal em Assembleia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance reuniram-se 04 vezes e estima-se que, no exercício social a ser encerrado em 31 de

7.8 Outras informações relevantes

dezembro de 2026, os referidos órgãos se reunirão, conjuntamente, 02 vezes.

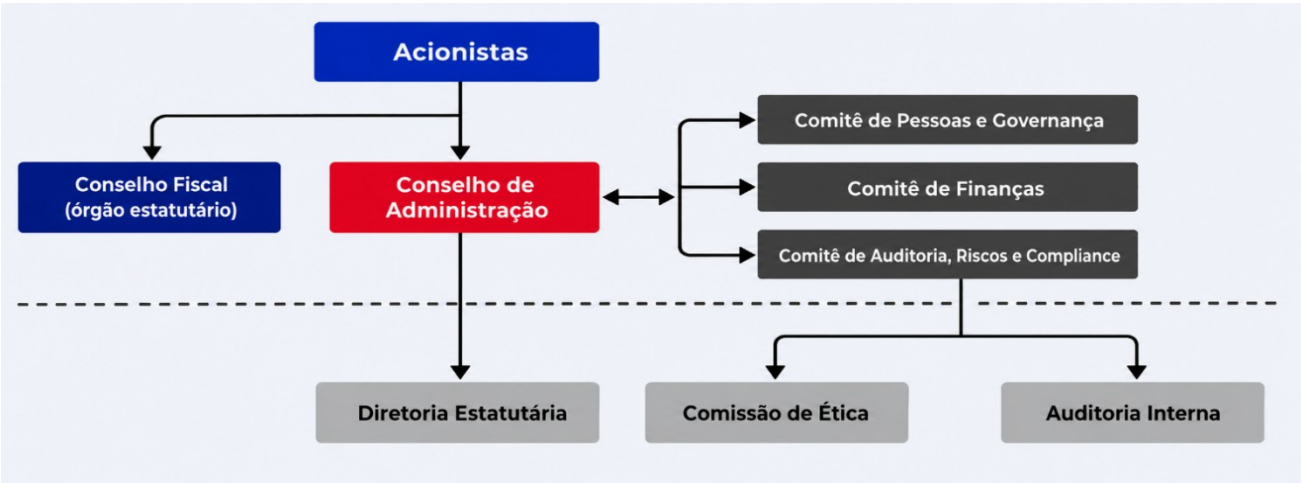
Governança Corporativa

A Companhia possui uma Secretaria de Governança Corporativa, com a finalidade de apoiar o funcionamento de sua estrutura de governança corporativa, mediante a proposição, coordenação e implementação de processos destinados à observância e ao aprimoramento contínuo das melhores práticas de governança, além de atuar no atendimento e relacionamento com acionistas em matérias relacionadas à governança corporativa e às assembleias gerais da Companhia.

A pauta e os documentos de suporte das reuniões do Conselho de Administração são encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da respectiva reunião, por meio eletrônico, fax ou carta, contendo a ordem do dia detalhada, bem como cópias de propostas e demais documentos relevantes para deliberação das matérias constantes da pauta, de forma a possibilitar a adequada análise prévia pelos conselheiros.

O relacionamento entre o Conselho de Administração e a Diretoria de Relações com Investidores ocorre de maneira contínua e coordenada, especialmente para assegurar o adequado fluxo de informações relevantes ao mercado, à gestão de riscos e ao planejamento estratégico da Companhia. Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, compete aos conselheiros comunicar ao Diretor de Relações com Investidores quaisquer atos ou fatos relevantes de que tenham conhecimento, para fins de divulgação ao mercado, observadas as políticas internas da Companhia relacionadas à divulgação de informações e negociação de valores mobiliários. Adicionalmente, o Conselho de Administração acompanha e monitora a política de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Companhia, podendo solicitar informações e esclarecimentos da Diretoria e de outras áreas da administração sempre que necessário ao exercício de suas atribuições.

A figura abaixo demonstra a estrutura de governança corporativa da Companhia:



8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 ("Política"). Tal Política poderá ser consultada na página de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>).

No que se refere à diretoria não estatutária, a definição da remuneração desses executivos segue práticas internas adotadas pela Companhia, considerando, entre outros fatores, as responsabilidades do cargo, a experiência profissional, o desempenho individual e os resultados da Companhia, bem como referências de mercado obtidas por meio de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas.

Ainda que a Política de Indicação e Remuneração da Companhia seja formalmente aplicável aos administradores, seus princípios e diretrizes orientam as práticas de remuneração adotadas para a diretoria não estatutária.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia, por meio da área de Gente e Gestão e consultorias externas, suporta os temas relacionados à remuneração da administração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas práticas são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que analisa o tema e encaminha a recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação e este, por sua vez, submete a proposta de remuneração anual à deliberação pela Assembleia Geral.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para a definição da remuneração dos administradores e da diretoria não estatutária, a Companhia realiza análises periódicas de mercado, incluindo pesquisas conduzidas por consultorias especializadas. Essas análises consideram práticas de remuneração adotadas por companhias de capital aberto e empresas de

8.1 Política ou prática de remuneração

porte e complexidade comparáveis.

As referências de mercado podem considerar, quando aplicável, posições equivalentes de executivos e profissionais de alta liderança, de forma a assegurar a competitividade das práticas de remuneração adotadas pela Companhia.

Uma vez concluído o levantamento, a pesquisa sugere parâmetros e estratégias de remuneração, as quais são analisadas pela área de Gente e Gestão, responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e profissionais-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

Atualmente, a Companhia adota os seguintes princípios para determinar a remuneração dos seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

- (i) alinhar os interesses entre os membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal e os acionistas da Companhia, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos;
- (ii) traduzir a estratégia nos indicadores e metas da Companhia e das áreas;
- (iii) reconhecer a contribuição e incentivar a retenção de profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

No caso dos membros do Conselho de Administração, a remuneração é composta predominantemente por remuneração fixa, definida pela assembleia geral de acionistas. Os membros que participam de Comitês de Assessoramento podem receber remuneração adicional, considerando o aumento de responsabilidades, o tempo dedicado às atividades desses órgãos e a complexidade das matérias analisadas.

Podem existir diferenças de remuneração entre membros do Conselho de Administração em função das atribuições específicas exercidas por determinados conselheiros, como, por exemplo, a presidência do Conselho ou a coordenação de Comitês de Assessoramento, que implicam responsabilidades adicionais no acompanhamento das atividades da Companhia e em seu processo de governança.

Adicionalmente, no que se refere à remuneração variável de curto prazo, a Companhia utiliza, para a Diretoria Estatutária e não estatutária, o método denominado "ICP" – Incentivo de Curto Prazo", cujo pagamento dependerá do atingimento das metas aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração. O referido método considera como premissas os seguintes fatores:

- (i) O valor alvo da Participação nos Lucros e Resultados levará em consideração o múltiplo de salário por grupo de cargo;
- (ii) No início de cada ano, será definido o painel de metas que será considerado em relação à Companhia e à Diretoria Estatutária, bem como o peso atribuído a cada um destes;
- (iii) Concluído o ano, será feita a avaliação do cumprimento das metas da Companhia e da Diretoria Estatutária;

8.1 Política ou prática de remuneração

(iv) O Comitê de Pessoas e Governança realiza uma avaliação dos resultados alcançados no exercício, submetendo a sua recomendação para avaliação e deliberação do Conselho de Administração.

Com o intuito de assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos vigentes, bem como a prática de mercado, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal baseia-se em:

- (i) Responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) Tempo dedicado às suas funções;
- (iii) Competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) Valor de seus serviços no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

Os parâmetros e referências disponibilizadas pela consultoria são avaliados anualmente e comparados ao efetivamente praticado pela Companhia no exercício social anterior. Com base nessas análises, a área de Gente e Gestão (Remuneração) junto ao Comitê de Pessoas e Governança estrutura e recomenda propostas de modo a manter a competitividade da Companhia e aderência a estratégia estabelecida, as quais são submetidas para validação do Conselho de Administração.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos da remuneração e seus objetivos

A Companhia poderá adotar as seguintes formas de remuneração para seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Não Estatutária, e Conselho Fiscal:

Remuneração fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento é composta por parcela fixa, definida considerando as atribuições, responsabilidades e o tempo de dedicação requeridos para o exercício das respectivas funções. A definição desses valores tem como objetivo assegurar aderência às práticas de mercado observadas em companhias de porte, setor e complexidade comparáveis, com base em análises e pesquisas de remuneração conduzidas periodicamente por consultorias externas especializadas.

No caso da Diretoria Estatutária e da Diretoria Não Estatutária, a remuneração fixa é representada pelo salário base, definido com o objetivo de manter a competitividade da Companhia na atração e retenção de executivos qualificados, observadas as práticas de mercado e os resultados das pesquisas salariais realizadas

8.1 Política ou prática de remuneração

periodicamente por consultorias externas.

Quando instalado, o Conselho Fiscal terá sua remuneração composta por parcela fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, observado que tal remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor da Companhia, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os valores de remuneração são submetidos à aprovação da assembleia geral de acionistas, nos termos da legislação aplicável.

Benefícios diretos e indiretos

Correspondente ao plano de assistência médica, seguro de vida, check-up, benefício para alimentação, entre outros, os quais têm como objetivo manter o equilíbrio com práticas do mercado e são concedidos para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus aos benefícios diretos e indiretos.

Remuneração variável de curto prazo

A remuneração variável de curto prazo tem como objetivo incentivar o desempenho e alinhar os interesses dos executivos aos resultados e à geração de valor para a Companhia.

Adicionalmente, no que se refere a remuneração variável de curto prazo, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária, o método denominado “ICP” – Incentivo de Curto Prazo”, cujo pagamento dependerá do atingimento das metas aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

Remuneração variável de longo-prazo

A remuneração variável de longo prazo tem como objetivo incentivar a geração sustentável de valor no longo prazo, alinhar os interesses da administração e dos executivos aos dos acionistas e contribuir para a retenção de executivos-chave da Companhia.

É parte da remuneração da Diretoria Estatutária e não estatutária. A remuneração variável de longo prazo corresponde a planos de opção de compra de ações, planos de concessão de ações e programas de remuneração variável com previsão de liquidação em dinheiro.

Como parte da estratégia para retenção de executivos, em 07 de outubro de 2024 foi aprovado um novo

8.1 Política ou prática de remuneração

programa de incentivo de longo prazo denominado “LTI Cash 2024”, com previsão de liquidação em dinheiro. Este programa contempla a Diretoria Estatutária e Não Estatutária. O vesting para pagamento tem duração de 3 anos, sendo que o gatilho para pagamento está condicionado ao cumprimento de três metas: valorização da ação, entrega de metas (ICP) e tempo de permanência na Companhia.

O programa de incentivo referente a 2025, denominado “LTI Cash 2025”, foi aprovado em 14 de março de 2025, mantendo as mesmas métricas do programa de 2024.

O programa de incentivo referente a 2026, denominado “LTI Cash 2026”, foi aprovado em 05 de dezembro de 2025, mantendo as mesmas métricas do programa de 2024 e 2025.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável de longo prazo.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego têm como objetivo apoiar a transição de executivos após o encerramento de suas atividades na Companhia, bem como assegurar a proteção de informações confidenciais e interesses comerciais durante esse período.

Os benefícios pós-emprego incluem a contrapartida em plano de previdência privada para aqueles que optem por esse benefício, compondo em parte a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e não estatutária. Em 2024, foi aprovada a política de transição (pós-emprego), estabelecendo diretrizes que visam a proteger informações confidenciais e interesses comerciais durante transições de executivos-chave do Grupo Casas Bahia, aplicável à Diretoria Estatutária, conforme aprovação do Conselho de Administração.

Proporção de cada elemento na remuneração total:

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

8.1 Política ou prática de remuneração

	% em relação a remuneração total						
	Remun. Fixa Anual	Remun. Variável	Outros (Bônus de contratação)	Pós Emprego	Cessação do Cargo	Remun. Baseada em ações	Total da Remun.
2025							
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	17,5%	24,1%	47,4%	0,7%	-	10,3%	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	-	100%
2024							
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	22,3%	35,7%	27,1%	0,4%	5,0%	9,5%	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	-	100%
2023							
Conselho de Administração	100%	-	-	-	-	-	100%
Diretoria Estatutária	23,0%	21,7%	53,7%	0,4%	6,8%	-5,6%	100%
Conselho Fiscal	100%	-	-	-	-	-	100%

- Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos de remuneração**

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, procedidas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente entre companhias de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentem políticas de remuneração sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares aos da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais. Além disso, é considerado o desempenho individual e outros fatores, tais como o potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função, dentre outros.

Uma vez concluído o levantamento, a pesquisa sugere parâmetros e estratégias de remuneração, os quais são analisados pela área de Gente e Gestão (Remuneração), responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e profissionais-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

Os benefícios concedidos aos administradores seguem, em geral, as mesmas práticas aplicáveis aos demais executivos da Companhia e podem ser revisados periodicamente, considerando práticas de mercado, políticas internas e eventuais ajustes nos programas corporativos de benefícios.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é

8.1 Política ou prática de remuneração

avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas recomendações são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que tem por finalidade analisar os temas de remuneração da Companhia, bem como encaminhar recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

Uma vez analisada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Pessoas e Governança, o Conselho de Administração aprecia e aprova a Proposta da Administração para que os acionistas da Companhia possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos Administradores, sempre dividida por órgão.

A remuneração variável dos diretores é baseada principalmente no conceito de participação nos resultados através do cumprimento e superação de metas. O cálculo é baseado em indicadores alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados.

Para a remuneração variável são estabelecidos parâmetros de indicadores e metas, no âmbito dos planos de remuneração aprovados. A remuneração variável está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, conforme abaixo explicado. Para informações adicionais sobre nossos planos de incentivo de longo prazo, vide item 8.4 abaixo.

- **Principais indicadores de desempenho levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how, solução de problemas e responsabilidades de cada cargo, seguindo práticas de mercado. Para aferirmos a prática de mercado, utilizamos metodologia desenvolvida pela consultoria especializada Korn Ferry-Hay Group que leva em consideração esses itens mencionados acima para pontuação dos cargos. Esse sistema de pontos é organizado por grades salariais com salários médios por grade. A Companhia pode, também, firmar com determinados membros da diretoria estatutária e não estatutária, por ocasião de sua contratação, remuneração fixa adicional vinculada a permanência dos favorecidos por determinado período no exercício de suas funções na organização.

Conforme informado no item 8.1.b acima, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é calculada em razão das atribuições e responsabilidades do indivíduo, não estando vinculada a nenhum indicador de desempenho da Companhia ou individual.

Remuneração variável de curto prazo: O programa de incentivo de curto prazo recorrente da Companhia prevê a apuração dos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base em nosso plano de negócios e nos resultados a serem alcançados, conforme aprovado anualmente pelo Conselho de Administração.

Para o exercício de 2026, o Conselho de Administração aprovou os indicadores que compõem o programa de remuneração variável de curto prazo dos administradores. O painel de metas contempla indicadores

8.1 Política ou prática de remuneração

financeiros e operacionais da Companhia, incluindo LAIR Contábil do Grupo, Fluxo/Geração de Caixa Operacional, Produção de CDC, NPS (Net Promoter Score) e indicadores relacionados a práticas ESG, tais como mulheres na liderança e uso de energia renovável.

Os indicadores corporativos representam 50% da composição das metas do programa, cada um com peso específico definido pelo Conselho de Administração. Os outros 50% correspondem a indicadores individuais e/ou de área sob responsabilidade do executivo, que podem incluir metas específicas relacionadas às atividades de sua área e avaliação individual de desempenho.

O programa prevê mecanismos de aceleração relacionados a indicadores estratégicos da Companhia, especialmente associados à geração de caixa e a metas de sustentabilidade.

Essa estrutura tem como objetivo alinhar a remuneração variável dos administradores ao desempenho financeiro, operacional e estratégico da Companhia, incentivando a geração de valor sustentável e o cumprimento das prioridades definidas pelo Conselho de Administração.

No início de cada ano, os indicadores que serão avaliados em relação à Companhia e em relação aos seus administradores, bem como o peso atribuído a cada um deles, são definidos pelo Comitê de Pessoas e Governança, conforme atribuições descritas no Regimento Interno deste Comitê e no item 7.1 do presente Formulário de Referência e, na sequência, aprovados pelo Conselho de Administração. Concluído o ano, é realizada a avaliação do cumprimento da meta da Companhia, ou seja, aplicável a todos os avaliados, bem como o cumprimento das metas previstas no contrato individual do administrador elegível.

Remuneração Variável de Longo Prazo: *Remuneração baseada em ações:* as informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações estão dispostas no item 8.4 do Formulário de Referência.

Em 2025, foi aprovada uma nova outorga do programa de incentivo de longo prazo denominado “LTI Cash 2026” com previsão de liquidação em dinheiro, contemplando a Diretoria Estatutária e Não Estatutária. O prazo de *vesting* para pagamento tem duração de 3 anos, sendo que o gatilho para o pagamento está condicionado ao cumprimento das metas de valorização das ações de emissão da Companhia, entregas de metas (ICP) e tempo de permanência na Companhia.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura de remuneração adotada pela Companhia busca atrair, reter e motivar profissionais qualificados para a condução de seus negócios, bem como alinhar os interesses dos administradores e executivos aos objetivos estratégicos da Companhia e à geração sustentável de valor para seus acionistas. A definição dessa estrutura considera, entre outros fatores, as responsabilidades inerentes a cada função, a experiência dos profissionais, o desempenho individual e coletivo e as práticas de remuneração observadas em empresas de porte, setor e complexidade comparáveis.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por parcela fixa.

8.1 Política ou prática de remuneração

Essa estrutura reflete a natureza de suas atribuições de supervisão da gestão da Companhia e busca preservar a independência e objetividade necessárias ao exercício de suas funções, evitando potenciais conflitos decorrentes de incentivos diretamente vinculados ao desempenho operacional da Companhia.

Para a Diretoria Estatutária, a composição da remuneração contempla parcelas fixas e variáveis, incluindo incentivos de curto e de longo prazo. Essa estrutura tem como objetivo alinhar o desempenho dos executivos às metas operacionais e financeiras da Companhia e às diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, incentivando a criação de valor no longo prazo e a sustentabilidade dos resultados.

No que se refere à diretoria não estatutária, a estrutura de remuneração segue princípios semelhantes aos aplicáveis à Diretoria Estatutária, combinando componentes fixos e variáveis. Essa abordagem busca reconhecer o desempenho individual e coletivo, incentivar o atingimento das metas operacionais e estratégicas da Companhia e contribuir para a retenção e desenvolvimento de executivos em posições-chave para o negócio.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da administração são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia não possui remuneração de membros de sua Administração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há remuneração ou benefício garantido aos administradores vinculado à ocorrência de eventos societários, tais como alienação ou mudança de controle da Companhia.

Os programas de incentivo de longo prazo vigentes não preveem aceleração de vesting ou liquidação antecipada em decorrência de tais eventos, permanecendo aplicáveis os prazos e condições originalmente estabelecidos em seus regulamentos.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.153.946,37	12.109.907,32	913.268,56	21.177.122,25
Benefícios direto e indireto	0,00	839.242,47	0,00	839.242,47
Participações em comitês	2.528.555,88	0,00	0,00	2.528.555,88
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	21.921.705,00	0,00	21.921.705,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.909.000,00	0,00	3.909.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	O campo "Outros" considera bônus de retenção e hiring bônus para Diretores Estatutários.		
Pós-emprego	0,00	834.834,24	0,00	834.834,24
Cessação do cargo	0,00	190.340,00	0,00	190.340,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.498.829,12	0,00	10.498.829,12
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	10.682.502,25	50.303.858,15	913.268,56	61.899.628,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,50	4,75	2,00	12,25
Nº de membros remunerados	5,50	4,75	2,00	12,25
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.551.358,38	9.515.133,37	587.100,20	16.653.591,95
Benefícios direto e indireto	0,00	300.958,53	0,00	300.958,53
Participações em comitês	2.129.226,40	0,00	0,00	2.129.226,40
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	13.489.250,00	0,00	13.489.250,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	26.604.342,00	0,00	26.604.342,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	O campo "Outros" considera bônus de retenção e hiring bônus para Diretores Estatutários.	-	
Pós-emprego	0,00	402.150,00	0,00	402.150,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.787.388,89	0,00	5.787.388,89
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O campo "Outros" considera bônus de retenção, bônus de contratação e remuneração variável.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	8.680.584,78	56.099.222,79	587.100,20	65.366.907,77

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,58	3,00	12,58
Nº de membros remunerados	5,00	4,58	3,00	12,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.757.357,84	8.804.388,43	888.053,40	15.449.799,67
Benefícios direto e indireto	0,00	301.213,20	0,00	301.213,20
Participações em comitês	2.205.192,00	0,00	0,00	2.205.192,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-		-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	14.596.822,67	0,00	14.596.822,67
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	11.092.000,00	0,00	11.092.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O campo "Outros" considera bônus de retenção e hiring bônus para Diretores Estatutários.	-	
Pós-emprego	0,00	165.716,46	0,00	165.716,46
Cessação do cargo	0,00	2.036.612,67	0,00	2.036.612,67
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.900.403,76	0,00	3.900.403,76
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	7.962.549,84	40.897.157,19	888.053,40	49.747.760,43

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
--	--	--	--	--

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,58	3,00	12,58
Nº de membros remunerados	5,00	4,58	3,00	12,58
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.757.372,12	8.760.555,54	889.705,04	15.407.632,70
Benefícios direto e indireto	0,00	159.552,55	0,00	159.552,55
Participações em comitês	2.219.992,89	0,00	0,00	2.219.992,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		-		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	8.470.000,00	0,00	8.470.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	20.920.800,00	0,00	20.920.800,00
Descrição de outras remunerações variáveis		O campo "Outros" considera bônus de retenção e Hiring bônus de Diretores Estatutários.		
Pós-emprego	0,00	171.000,00	0,00	171.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.654.302,40	0,00	2.654.302,40
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Com relação à remuneração “Baseada em ações (incluindo opções)” acima, a Companhia esclarece que foi indicado o valor “zero”, uma vez que o sistema não permite a inclusão de números negativos. No entanto, o valor efetivamente reconhecido é de R\$2.193.489,08 negativos, tendo em vista a reversão do programa SOP 2019 (saldo 2023 + anos anteriores) dos ex-membros da diretoria estatutária e pelo fim das provisões a partir do desligamento, que gerou um efeito negativo nas provisões da diretoria estatutária. Para fins informacionais, a Companhia reapresenta no item 8.20 deste Formulário de Referência a presente tabela, refletindo os valores efetivamente reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	7.977.365,01	41.136.210,49	889.705,04	50.003.280,54

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		5,00		5,00
N° de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1909000,00		1.909.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		3909000,00		3.909.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		3909000,00		3.909.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		21921705,00		21.921.705,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		18268087,50		18.268.087,50
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,75		4,75
N° de membros remunerados		4,75		4,75
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		13081000,00		13.081.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		23319240,00		23.319.240,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		23319240,00		23.319.240,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		26604342,00		26.604.342,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		17601810,00		17.601.810,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		15274650,00		15.274.650,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		13489250,00		13.489.250,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,58		4,58
N° de membros remunerados		4,58		4,58
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		11092000,00		11.092.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		11092000,00		11.092.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		11092000,00		11.092.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		11092000,00		11.092.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		17292027,60		17.292.027,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		14410023,00		14.410.023,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		14596822,67		14.596.822,67

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		4,58		4,58
N° de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		20920800,00		20.920.800,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		28791000,00		28.791.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		19194000,00		19.194.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		8470000,00		8.470.000,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possui em aberto três planos de remuneração baseada em ações, sendo um plano de outorga de opções e dois planos de outorga de ações restritas.

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia (“Plano de Ações Restritas 2022”), para administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob seu controle direto ou indireto.

Em 27 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um Plano de Opção de Compra de Ações para executivos-chave da Companhia (“Plano de Opções 2021”) e um Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações Restritas 2021”).

Atualmente, diretores e alguns colaboradores são elegíveis ao Plano de Ações Restritas 2022. Os demais planos não terão novas outorgas e serão encerrados.

Os termos e condições gerais dos três programas de pagamentos baseados em ações referidos acima estão descritos a seguir:

- **Planos de Opções de Compra de Ações**

Plano de Opções 2021

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê de Pessoas e Governança, conforme o caso, deverá, para outorgar opções no âmbito deste Plano, criar Programas de Opção de Ações (cada qual, um “Programa”), onde serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

O Conselho de Administração/Comitê de Pessoas e Governança poderá estabelecer a divisão do lote de ações objeto da outorga relativa a determinado Programa em sublotes, podendo cada um desses sublotes ter características, termos e condições próprios.

Nenhuma disposição do Plano de Opções 2021, do Programa, do Contrato de Opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

São elegíveis para participar do Plano de Opções 2021 os empregados e diretores da Companhia que sejam considerados executivos-chave da Companhia ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Opções 2021 foi aprovado em 27 de abril de 2021 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opções 2021 não poderá exceder o correspondente a 0,197% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano de Opções 2021, qual seja, 3.151.879 ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano de Opções 2021, conforme descrito no item (c) acima, podendo as opções outorgadas ter por objeto uma ou mais ações.

(e) condições de aquisição de ações

As opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Opções 2021 somente poderão ser exercidas após o cumprimento das condições estabelecidas no Plano, nos Programas aprovados pelo Conselho de Administração e nos respectivos contratos de outorga celebrados com os participantes.

De modo geral, a aquisição das ações está condicionada ao decurso dos períodos de carência (vesting) definidos para cada outorga, à permanência do participante no quadro da Companhia ou de suas controladas durante tais períodos, bem como ao exercício das opções dentro dos prazos estabelecidos e ao pagamento do respectivo preço de exercício.

O exercício das opções e a entrega das ações também estão sujeitos ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e societárias aplicáveis, incluindo eventuais restrições à negociação de valores mobiliários previstas na legislação ou nas políticas internas da Companhia.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Pessoas e Governança, utilizando-se de um dos seguintes critérios: (a) preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou (b) média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 em determinado período anterior à

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

data da outorga da opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança, conforme o caso, poderá optar por aplicar um desconto de até 20% sobre o Preço de Exercício, na forma estabelecida em cada programa.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os prazos de aquisição (vesting) e de exercício das opções são definidos nos respectivos Programas aprovados no âmbito do Plano de Opções 2021 e nos contratos de outorga celebrados com os participantes, observadas as diretrizes estabelecidas no Plano.

Em geral, as opções estão sujeitas a períodos de carência previamente estabelecidos, durante os quais não podem ser exercidas. Uma vez encerrado o respectivo período de carência, as opções tornam-se exercíveis pelo participante dentro dos prazos definidos no Programa ou no contrato de outorga aplicável.

Os Programas podem estabelecer prazos e cronogramas distintos de aquisição e exercício das opções, podendo prever a aquisição escalonada ao longo de determinado período contado da data de outorga.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opções 2021, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2024, foi aprovada a possibilidade de a Companhia, a seu exclusivo critério, respeitado o cronograma de entrega das ações, optar por, ao invés de entregar ao Participante ações ordinárias de sua emissão, realizar a liquidação mediante o pagamento do montante correspondente em moeda corrente nacional, de modo que a liquidação do plano poderá ocorrer tanto em ações quanto em dinheiro.

Independentemente da forma de liquidação adotada, os valores ou ativos entregues aos Participantes estarão sujeitos à incidência dos tributos aplicáveis, incluindo o imposto de renda retido na fonte (IRRF), bem como eventuais encargos e retenções legais, conforme a legislação vigente, ficando a Companhia autorizada a efetuar as respectivas retenções.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano de Opções 2021

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas no Plano, nos Programas aprovados no âmbito do Plano ou nos contratos de outorga celebrados com os participantes, as opções outorgadas poderão ser suspensas, alteradas ou extintas por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, observadas as disposições aplicáveis.

Em particular, as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da respectiva opção; (c) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o participante, do respectivo contrato de outorga; ou (d) caso a Companhia venha a ser dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

Adicionalmente, os direitos do participante relacionados às opções poderão ser alterados ou extintos em determinadas hipóteses de desligamento da Companhia ou de suas controladas, conforme a natureza do desligamento e as condições previstas no Plano e nos contratos de outorga. Em determinadas situações, como dispensa sem justa causa ou rescisão por mútuo acordo, poderá ser permitido ao participante exercer, dentro de prazo determinado, as opções já adquiridas e, conforme o caso, parcela proporcional das opções ainda sujeitas a período de carência. Em outras hipóteses, como demissão por justa causa, pedido de demissão ou renúncia ao cargo, as opções ainda não exercidas poderão ser automaticamente extintas, sem direito a indenização.

(i) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança, conforme o caso, estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

- **Planos de Ações**

Plano de Ações Restritas 2022

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê de Pessoas e Governança criará, com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais previstas do Plano de Ações Restritas 2022, programas de concessão de Ações Restritas (cada qual, um “Programa”), determinando, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (iv) o período aquisitivo para a transferência

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

das Ações Restritas; (v) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vi) eventuais disposições sobre penalidades; e (vii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao Plano de Ações Restritas 2022.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança, conforme o caso, fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ("Contrato"), sempre de acordo com o Plano de Ações Restritas 2022 e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições:

- I. o número total de Ações Restritas a que o Participante fará jus, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos;
- II. o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas;
- III. as normas sobre transferência das Ações Restritas;
- IV. restrições aplicáveis à transferência das Ações Restritas recebidas pelos Participantes no âmbito do Plano de Ações Restritas 2022; e
- V. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Ações Restritas 2022 ou com o Programa.

São elegíveis para participar do Plano de Ações Restritas 2022 os administradores e os empregados da Companhia que sejam considerados profissionais estratégicos ("Participantes") pelo Conselho de Administração da Companhia ou pelo Comitê de Pessoas e Governança, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2022.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano de Ações Restritas 2022 não poderá exceder o correspondente a 2,19% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano de Ações Restritas 2022, qual seja, 35.000.000 ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções no âmbito do Plano de Ações Restritas 2022.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou Comitê de Pessoas e Governança poderá, nos termos do Plano e da política de remuneração da Companhia, instituir programas de concessão de Ações Restritas, nos quais serão definidos, dentre outros aspectos: (i) os Participantes elegíveis; (ii) a quantidade de Ações Restritas atribuída;

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(iii) os prazos e condições para aquisição de direitos (vesting); (iv) a forma de liquidação; e (v) as condições aplicáveis em casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente, bem como eventuais penalidades e demais condições específicas.

A aquisição do direito às Ações Restritas estará condicionada ao cumprimento das condições estabelecidas no Plano e nos respectivos programas e instrumentos de outorga, podendo incluir, sem limitação: (a) o decurso de prazos de carência definidos; (b) a manutenção do vínculo do Participante com a Companhia ou sociedades de seu grupo econômico durante o período de vesting; e (c) o atingimento de metas ou condições de desempenho, quando aplicáveis.

As Ações Restritas serão, em regra, adquiridas de forma gradual, conforme cronograma de vesting estabelecido em cada programa, podendo a Companhia prever a aquisição em parcelas (lotes) ao longo do tempo, conforme prazos previamente definidos.

A efetiva aquisição e liquidação das Ações Restritas estarão sujeitas ao cumprimento integral das condições previstas no Plano, nos programas e nos instrumentos de outorga, bem como à observância da legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo a regulamentação da CVM, não constituindo direito adquirido do Participante até a verificação de todas as condições aplicáveis.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano de Ações Restritas 2022, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo e as condições para aquisição do direito às Ações Restritas serão estabelecidos pelo Conselho de Administração ou Comitê de Pessoas e Governança no âmbito de cada Programa, e formalizados nos respectivos instrumentos de outorga celebrados com os Participantes.

O Plano de Ações Restritas 2022 não estabelece prazo mínimo uniforme para todos os Programas, podendo cada Programa prever prazos de aquisição distintos, bem como condições específicas para o vesting das Ações Restritas, observado o disposto no Plano.

A aquisição do direito às Ações Restritas estará condicionada ao cumprimento das condições previstas no Plano, no respectivo Programa e nos instrumentos de outorga, incluindo, conforme aplicável, o decurso de prazo de carência e a manutenção do vínculo do Participante com a Companhia ou sociedades de seu grupo econômico durante o período aquisitivo.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(h) forma de liquidação

A transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Ações Restritas 2022, nos Programas e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2024, foi aprovada a possibilidade de a Companhia, a seu exclusivo critério, respeitado o cronograma de entrega das Ações Restritas, optar por, ao invés de entregar ao Participante ações ordinárias de sua emissão, realizar a liquidação mediante o pagamento do montante correspondente em moeda corrente nacional, de modo que a liquidação do plano poderá ocorrer tanto em ações quanto em dinheiro.

Independentemente da forma de liquidação adotada, os valores ou ativos entregues aos Participantes estarão sujeitos à incidência dos tributos aplicáveis, incluindo o imposto de renda retido na fonte (IRRF), bem como eventuais encargos e retenções legais, conforme a legislação vigente, ficando a Companhia autorizada a efetuar as respectivas retenções.

(i) restrições à transferência das ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança estabelecerá, nos respectivos Programas e Contratos celebrados com os Participantes, as condições e eventuais restrições aplicáveis à transferência das Ações Restritas, podendo incluir, dentre outras, prazos de indisponibilidade (lock-up) e condições para alienação.

Adicionalmente, os Participantes deverão observar a regulamentação aplicável às companhias abertas, inclusive no que se refere ao uso de informações privilegiadas, bem como as políticas internas da Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano de Ações Restritas 2022

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas nos Programas ou nos Contratos, o direito ao recebimento de Ações Restritas concedido nos termos do Plano de Ações Restritas 2022 extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

- a) mediante a transferência das ações objeto do Plano de Ações Restritas 2022 ao Participante;
- b) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato;
- c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou
- d) sujeito ao estabelecimento das regras aplicáveis pelo Conselho de administração ou do Comitê, nos casos de desligamento, aposentadoria, invalidez e falecimento do Participante.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança, conforme o caso, estabelecerá, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes.

• Plano de Ações Restritas 2021

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais aqui previstas, programas de concessão de Ações Restritas (cada qual, um "Programa"), nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a eventual liquidação em dinheiro das Ações Restritas concedidas; (iv) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (v) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (vi) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vii) eventuais disposições sobre penalidades; e (viii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários a ao Plano de Ações Restritas 2021.

São elegíveis para participar do Plano de Ações Restritas 2021 os empregados da Companhia que sejam considerados profissionais estratégicos ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada 27 de abril de 2021.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações Restritas 2021, ações representativas de, no máximo, 0,197% (zero vírgula cento e noventa e sete por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano, qual seja, 3.151.879 (três milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentas e setenta e nove) ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções no âmbito do Plano de Ações Restritas 2021.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(e) condições de aquisição de ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança fixará os termos e condições aplicáveis à concessão de Ações Restritas, os quais serão formalizados em instrumentos celebrados entre a Companhia e cada Participante, em conformidade com o Plano de Ações Restritas 2021 e com o respectivo Programa.

As Ações Restritas conferem ao Participante mera expectativa de direito, que somente será convertida em direito efetivo mediante o cumprimento integral das condições estabelecidas, incluindo, conforme aplicável: (i) o decurso dos prazos de carência (vesting), que poderão prever a aquisição das ações em lotes ao longo do tempo; e (ii) a manutenção do vínculo do Participante com a Companhia ou sociedades do seu grupo econômico durante o período aquisitivo.

O cronograma de aquisição poderá prever a entrega das Ações Restritas em parcelas, condicionadas ao transcurso dos respectivos prazos de carência definidos no Programa, observados os termos e condições previstos nos instrumentos de outorga.

A efetiva aquisição e liquidação das Ações Restritas estarão sempre sujeitas ao cumprimento das condições previstas no Plano, no respectivo Programa e nos instrumentos de outorga, bem como à observância da legislação e regulamentação aplicáveis, não constituindo direito adquirido do Participante até a verificação de todas as condições estabelecidas.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano de Ações Restritas 2021, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo e as condições para aquisição do direito às Ações Restritas serão estabelecidos pelo Conselho de Administração ou Comitê de Pessoas e Governança no âmbito de cada Programa, e formalizados nos respectivos instrumentos de outorga celebrados com os Participantes.

O Plano de Ações Restritas 2021 não estabelece prazo mínimo uniforme aplicável a todos os Programas, podendo cada Programa prever prazos de aquisição distintos, bem como condições específicas para o vesting das Ações Restritas, observado o disposto no Plano.

A aquisição do direito às Ações Restritas estará condicionada ao cumprimento das condições previstas no Plano, no respectivo Programa e nos instrumentos de outorga, incluindo, conforme aplicável, o decurso de prazo de carência e a manutenção do vínculo do Participante com a Companhia ou sociedades de seu grupo econômico durante o período aquisitivo.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(h) forma de liquidação

O Plano de Ações Restritas 2021 inicialmente estabelecia que a Companhia utilizaria ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2024, foi aprovada a possibilidade de a Companhia, a seu exclusivo critério, respeitado o cronograma de entrega das Ações Restritas, optar por, ao invés de entregar ao Participante ações ordinárias de sua emissão, realizar a liquidação mediante o pagamento do montante correspondente em moeda corrente nacional, de modo que a liquidação do plano poderá ocorrer tanto em ações quanto em dinheiro.

Independentemente da forma de liquidação adotada, os valores ou ativos entregues aos Participantes estarão sujeitos à incidência dos tributos aplicáveis, incluindo o imposto de renda retido na fonte (IRRF), bem como eventuais encargos e retenções legais, conforme a legislação vigente, ficando a Companhia autorizada a efetuar as respectivas retenções.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga. Os Participantes estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas nos Programas ou nos Contratos, o direito ao recebimento de Ações Restritas concedido nos termos deste Plano de Ações Restritas 2021 extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nas seguintes hipóteses:

- (a) mediante a efetiva aquisição e liquidação das Ações Restritas, seja por meio da entrega de ações ou do pagamento em moeda corrente nacional, conforme aplicável;
- (b) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do instrumento de outorga;
- (c) em caso de desligamento do Participante da Companhia ou de sociedades do seu grupo econômico, ressalvadas as condições específicas previstas nos respectivos Programas ou instrumentos de outorga;
- (d) na hipótese de descumprimento, pelo Participante, das condições estabelecidas no Plano, no Programa ou no instrumento de outorga, incluindo, mas não se limitando, ao não cumprimento dos prazos de carência (vesting) ou de eventuais condições de desempenho, quando aplicáveis;
- (e) na hipótese de prática de ato considerado falta grave ou violação de deveres legais, contratuais ou fiduciários;
- (f) caso o Participante ceda, transfira ou onere indevidamente os direitos relativos às Ações Restritas em

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

desacordo com o previsto nos documentos aplicáveis;

(g) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; e

(h) demais hipóteses previstas no Plano, nos Programas ou nos instrumentos de outorga.

O Plano poderá ser alterado, suspenso ou extinto por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, bem como as condições estabelecidas nos instrumentos já celebrados.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Governança, conforme o caso, estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	-	-	-	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,50	4,75	2,00	12,25
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	-	0	-	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,58	3,00	12,58
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento	-	N/A	-	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,58	3,00	12,58
Nº de membros remunerados	0,00	4,58	0,00	4,58
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,480000	0,000000	0,48
Esclarecimento	-		-	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	5,11	0,00	5,11
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Prevista para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,00	5,00
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de opções outorgadas	0	0
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
g. prazo máximo para exercício das opções	-	-
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
i. valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,75	4,75
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de opções outorgadas	0	0
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
g. prazo máximo para exercício das opções	-	-
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
i. valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de opções outorgadas	0	0
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
g. prazo máximo para exercício das opções	-	-

8.6 Outorga de opções de compra de ações

h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
i. valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de opções outorgadas	0	0
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
g. prazo máximo para exercício das opções	-	-
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-
i. valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,00	R\$ 0,00

8.7 Opções em aberto

8.7 – Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, considerando que não havia, em 31 de dezembro de 2025, opções em aberto em relação à remuneração baseada em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,75	4,75
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. opções exercidas	-	-
e. número de ações	-	-
f. preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
g. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
h. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. opções exercidas	-	-
e. número de ações	-	-
f. preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
g. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
h. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. opções exercidas	-	-
e. número de ações	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

f. preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a
g. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a
h. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 – Diluição potencial por outorga de ações

Exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,00	5,00
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	n/a	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,75	4,75
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	n/a	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	2,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	n/a	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	3,00
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	n/a	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Em 2023, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações para os membros ativos da Diretoria Estatutária da Companhia. Contudo, houve entrega para os desligados, seguindo as regras de desligamentos de cada plano, o que não ocasionou diluição dos acionistas, visto que o pagamento foi liquidado em dinheiro.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.10 Outorga de ações

8.10 – Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	7,00	5,00
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de ações outorgadas	-	-
f. prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a
g. prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
h. valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a

Outorga de ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,50	4,75
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de ações outorgadas	-	-
f. prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a
g. prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
h. valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a

Outorga de ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024
--

8.10 Outorga de ações

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	2,00
d. data de outorga	-	09/05/2024
e. quantidade de ações outorgadas	-	32.051
f. prazo máximo para entrega das ações	n/a	4 anos
g. prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
h. valor justo das ações na data da outorga	n/a	R\$ 8,55
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	R\$ 274.036,05

Outorga de ações referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	5,00	4,58
c. número de membros remunerados	0,00	0,00
d. data de outorga	-	-
e. quantidade de ações outorgadas	-	-
f. prazo máximo para entrega das ações	n/a	n/a
g. prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
h. valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	n/a

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,50	4,75	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	-	0,00	-

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	4,58	
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	
Nº de ações	0	36.828	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	6,35	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-233.857,80	
Esclarecimento	-		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	4,58	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	-	Em 2023, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.	-

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

(a) *modelo de precificação*

Plano de Ações Restritas 2022 e Plano de Ações Restritas 2021

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação BHIA3 na data de outorga.

Plano de Opções 2021

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o método Black & Scholes.

(b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*

Plano de Ações Restritas 2022 e Plano de Ações Restritas 2021

Para ações restritas 2022 e ações restritas 2021, a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga foi o valor de fechamento da ação BHIA3 na data da outorga.

Plano de Opções 2021

O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

- Preço da ação no fim do exercício social de 2024: R\$ 2,89 refere-se ao preço de fechamento em 30/12/2024 - último pregão do ano.
- Taxa livre de risco médio: 12,35% obtida pela taxa DI x Pré para 996 dias em 30/12/2024
- Volatilidade: 67,17% - foi utilizada a volatilidade histórica da ação BHIA3
- Prazo de vida da opção: 2,73 anos
- Dividendos esperados: 0,00

(c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

Plano de Opções 2021

8.12 Precificação das ações/opções

Para fins de precificação das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opções 2021, não foram considerados efeitos de exercício antecipado, tendo em vista as características do plano e a ausência de histórico ou evidências que suportem a adoção de premissas específicas relacionadas ao comportamento de exercício antecipado pelos participantes.

Plano de Ações Restritas 2022 e Plano de Ações Restritas 2021

Não aplicável, uma vez que os referidos planos não preveem exercício, mas sim a aquisição do direito às ações condicionada ao cumprimento de prazos de carência e demais condições estabelecidas nos respectivos programas e instrumentos de outorga.

(d) *forma de determinação da volatilidade esperada*

Plano de Opções 2021

Para o cálculo da volatilidade esperada, foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia.

Plano de Ações Restritas 2022 e Plano de Ações Restritas 2021

Não aplicável, tendo em vista que os referidos planos não possuem características de opcionalidade. Nesses casos, o valor justo dos instrumentos é determinado com base no preço de fechamento das ações de emissão da Companhia (BHIA3) na data da outorga, não sendo necessária a utilização de premissas de volatilidade para fins de mensuração.

(e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo* **Plano de Opções 2021**

Até o término de seu período de carência, as opções não exercíveis são consideradas como opções do tipo call nos cálculos pelo método Black-Scholes-Merton.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 – Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Número de Ações	Percentual do capital total (%)	Emissora
Conselho de Administração	0	0,0000%	Companhia
Diretoria	0	0,0000%	Companhia
Conselho Fiscal	0	0,0000%	Companhia

8.14 Planos de previdência

8.14 – Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,67
Nome do plano	n/a	Plano de Previdência Privada Minha Previdência (BRASIL PREV).
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	n/a	Nenhum
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	(i) Ter, no mínimo, 60 anos de idade; (ii) Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com a empresa; (iii) Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e (iv) Ter cessado o vínculo com a Companhia.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	R\$ 579.652,50
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	R\$ 390.150,00
Possibilidade de resgate antecipado e condições	n/a	Ocorrendo a perda de vínculo do participante, lhe serão disponibilizadas 100% das contribuições que a Companhia venha a realizar em seu nome.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	4,75	4,58	4,58	5,50	5,00	5,00	2,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,75	4,58	4,58	5,50	5,00	5,00	2,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	22.829.324,86	21.400.400,00	27.400.677,19	1.842.972,00	1.842.972,00	1.842.971,97	98.672,60	296.017,80	296.568,35
Valor da menor remuneraçãoReal	2.551.291,60	6.873.600,00	5.998.803,23	978.600,00	978.591,36	978.600,00	96.205,20	296.017,80	296.568,35
Valor médio da remuneraçãoReal	12.021.262,03	9.134.087,40	8.502.864,94	1.139.366,67	1.151.471,57	1.194.692,99	293.550,10	296.017,80	296.568,35

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor médio e o valor da maior remuneração real foram apurados considerando todos os membros do respectivo órgão. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que não exerceu o cargo por 12 meses.	
31/12/2024	O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses.	
31/12/2023	Os valores relativos à maior remuneração se referem a um membro que ficou durante 8 meses na posição. Os valores relativos à menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor médio e o valor da maior remuneração real foram apurados considerando todos os membros do respectivo órgão. O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros que não exerceram o cargo por 12 meses.	
31/12/2024	O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado com todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	Os valores foram apurados considerando o quadro real de conselheiros, considerando que nenhum membro exerceu o cargo por 12 meses.	-

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Política Pós-Emprego

Em 21 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma política de pós-emprego para administradores que deixam a Companhia, a qual estabelece diretrizes para o período de Transição Pós-Emprego, visando proteger informações confidenciais e interesses comerciais durante transições de executivos-chave do Grupo Casas Bahia.

Nos termos da referida política, por determinação do Conselho de Administração (para estatutários que tenham sido desligados de forma involuntária sem justa causa, destituídos do cargo, ou que haja rescisão por mútuo acordo) ou pelo CEO (para não estatutários e executivos-chave), poderão ser concedidos os benefícios abaixo pelo período de no máximo 12 meses. Esta duração considerará critérios como antiguidade, posição e impacto na empresa:

Remuneração: Pagamento de parcelas mensais em valor fixo e igual ao último salário líquido de impostos do executivo, por igual período aos meses aprovados pelo Conselho de Administração para fins de Transição - Pós-Emprego.

Plano de saúde: O executivo continuará vinculado ao plano de saúde equivalente a seu último cargo na Companhia, por igual período aos meses aprovados de Transição - Pós-Emprego.

Previdência Privada: Diretores estatutários receberão junto à BrasilPrev o valor integral das contribuições da Companhia aportadas até o momento de seu desligamento, ainda que não atingido integralmente o período de aquisição previsto pelo regulamento do programa para este benefício. Executivos não estatutários seguirão as regras vigentes do plano de previdência no momento de desligamento.

Obrigações do beneficiário: (i) Não trabalhar ou prestar serviços, direta ou indiretamente, a concorrentes; (ii) impedimento de contratação ou indução de contratação de colaboradores atuais do Grupo Casas Bahia; (iii) manter a confidencialidade de todas as informações proprietárias ou confidenciais relacionadas ao Grupo Casas Bahia.

Com exceção da política pós-emprego acima descrita, a Companhia não possui instrumentos que disponham de mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores específicos para as hipóteses de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Conforme informado no item 7.7 deste Formulário de Referência, a Companhia dispõe de Seguro D&O para seus administradores, bem como celebra contratos de indenidade com os membros de seu Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Sem prejuízo do inframencionado, para maiores informações sobre a referida apólice e os contratos de indenidade, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Seguro D&O

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O com vigência até 28 de agosto de 2026, sendo o valor anual do prêmio R\$ 1.272.299,15 (um milhão, duzentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e quinze centavos).

A apólice não possui uma cláusula específica acerca de destituição. Contudo, caso haja a imposição de penalidade de inabilitação absoluta para o exercício de cargo ou função ao administrador por decisão final e irreversível, a seguradora indenizará o administrador, por até 12 meses, com valor equivalente a 100% da remuneração mensal líquida fixa do cargo exercido no mês anterior à inabilitação, além de despesas com plano de saúde e serviços de recolocação profissional, observados os limites da apólice. Para administradores que se aposentem ou peçam demissão voluntária durante a vigência do seguro, observadas determinadas condicionantes, é concedido prazo adicional perpétuo para apresentação de reclamações, garantindo a manutenção da cobertura sem custo adicional para a Companhia, aplicando-se os mesmos limites e condições da apólice. Tais mecanismos não geram obrigações financeiras diretas para a Companhia, uma vez que as indenizações são pagas pela seguradora, exceto pelo prêmio já contratado e eventuais custos futuros relacionados à extensão de prazo suplementar, se solicitado.

Contrato de Indenidade

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o modelo padrão de contrato de indenidade, por meio do qual a Companhia se obriga a indenizar e manter indene eventuais perdas decorrentes e/ou relacionadas ao exercício regular das funções de administrador da Companhia e de suas afiliadas. Em linha com a recomendação do Parecer de Orientação CVM nº 38, de 25 de setembro de 2018, a positivação dessa autorização para a celebração de contratos de indenidade no Estatuto Social da Companhia foi objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia, realizada em 30 de abril de 2026.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente

%	2026 (previsão)	2025	2024	2023
Conselho de Administração	0	0	0	0
Diretoria	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos últimos 3 exercícios sociais, nem há previsão de reconhecimento para o exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023, não houve remuneração de administradores e de membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado do antigo controlador, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, nem há previsão de reconhecimento para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 8.2

A diferença entre o valor apresentado nos quadros do item 8.2 e aqueles divulgados nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 decorre, principalmente, de ajustes relacionados à participação nos lucros e resultados (PLR). Nas Demonstrações Financeiras do 4º trimestre de 2025 foram reconhecidos ajustes referentes ao exercício de 2024, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente provisionado e o valor efetivamente apurado. Para fins do referido quadro, foram considerados apenas os valores relativos ao desempenho do exercício de 2025.

Adicionalmente, há diferença na rubrica “Outros”, em razão de superação de metas vinculadas a esse componente, cujo valor final apurado superou o montante inicialmente provisionado. O valor adicional será reconhecido nas Demonstrações Financeiras do 2º trimestre de 2026, quando do pagamento efetivo.

Ainda, nos exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022, não houve remuneração de administradores reconhecida no resultado consolidado da Companhia.

Conforme descrito no item 8.2 deste Formulário de Referência, com relação à remuneração “Baseada em ações (incluindo opções)” para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta abaixo a tabela do item 8.2 relativa à remuneração total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, refletindo os valores efetivamente reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando a reversão do programa SOP 2019 (saldo 2023 + anos anteriores) dos ex-membros da diretoria estatutária e pelo fim das provisões a partir do desligamento, que gerou um efeito negativo nas provisões da diretoria estatutária:

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	4,58	3,0	12,58
Nº de membros remunerados	5,00	4,58	3,0	12,58
Remuneração fixa anual	7.977.365,01	8.920.108,09	889.705,04	17.787.178,14
Salário ou pró-labore	5.757.372,12	8.760.555,54	889.705,04	15.407.632,70
Benefícios direto e indireto	0,00	159.552,55	0,0	159.552,55
Participações em comitês	2.219.992,89	0,00	0,0	2.219.992,89
Outros	0,00	0,00	0,0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				

8.20 Outras informações relevantes

Remuneração variável	0,00	29.390.800,00	0,0	29.390.800,00
Bônus	0,00	0,0	0,0	0,0
Participação de resultados	0,00	8.470.000,00	0,0	8.470.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,0	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,0	0,00
Outros	0,00	20.920.800,00	0,0	20.920.800,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	171.000,00	0,0	171.000,00
Cessação do cargo	0,00	2.654.302,40	0,0	2.654.302,40
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	-2.193.489,08	0,0	-2.193.489,08
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	7.977.365,01	38.942.721,41	889.705,04	47.809.791,46

Por fim, em atenção à Resolução CVM 80, no item 8.2 deste Formulário de Referência informamos: (i) o número total de membros do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 18.2 b do Anexo C à Resolução 80); e (ii) o número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (item 8.2 c do Anexo C à Resolução 80). Em ambos os casos, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício

8.20 Outras informações relevantes

Circular/Anual-2026-CVM/SEP, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº total de membros dos órgãos de administração/nº de membros remunerados dos órgãos de administração (conforme o caso). Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, o cálculo do número total de membros e do número de membros remunerados do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Previsão para o exercício social corrente, a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados
Janeiro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Fevereiro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Março	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Abril	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Maio	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Junho	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Julho	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Agosto	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Setembro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Outubro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Novembro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Dezembro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Total	84,00	84,00	60,00	60,00	36,00	36,00
Média	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados
Janeiro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Fevereiro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Março	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Abril	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Maio	5,00	5,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Junho	5,00	5,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Julho	5,00	5,00	4,00	4,00	0,00	0,00

8.20 Outras informações relevantes

Agosto	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00
Setembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Outubro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Novembro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Dezembro	7,00	7,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Total	66,00	66,00	57,00	57,00	24,00	24,00
Média	5,50	5,50	4,75	4,75	2,00	2,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados
Janeiro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Fevereiro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Março	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Abril	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Maio	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Junho	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Julho	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Agosto	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Setembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Outubro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Novembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Dezembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Total	60,00	60,00	55,00	55,00	36,00	36,00
Média	5,00	5,00	4,58	4,58	3,00	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023						
Mês	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados	Membros	Membros Remunerados
Janeiro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Fevereiro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Março	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Abril	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Maio	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00
Junho	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	3,00

8.20 Outras informações relevantes

Julho	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Agosto	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Setembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Outubro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Novembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Dezembro	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Total	60,00	60,00	55,00	55,00	36,00	36,00
Média	5,00	5,00	4,58	4,58	3,00	3,00

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
12/05/2025	01/01/2025		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços profissionais, incluindo (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024; (ii) revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025 e 2024; (iii) serviços tributários diretamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras; (iv) trabalhos de confirmação relacionados à auditoria do Relatório de Sustentabilidade da Companhia e (v) procedimentos previamente acordados no âmbito da 11ª emissão de debêntures da Companhia.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Durante o exercício de 2025, as seguintes remunerações foram pagas aos auditores independentes pelos serviços prestados para a Companhia e suas subsidiárias e controladas: Auditoria Contábil: R\$ 7.061mil / Serviços adicionais relacionados à auditoria: R\$ 3.141 mil / Serviços tributários diretamente relacionados a auditoria das demonstrações financeiras: R\$ 426 mil / Serviços de confirmação relacionados à auditoria do Relatório de Sustentabilidade da Companhia: R\$ 190 mil Total: R\$ 10.818 mil.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os Auditores Independentes ou pessoas a eles ligadas tenham sido contratados para prestar outros serviços além da auditoria, descrever os procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Os auditores independentes da Companhia foram contratados, no exercício social de 2025, para a prestação de serviços tributários relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, bem como para a realização de trabalhos de confirmação relacionados à auditoria do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

A Companhia adota procedimentos com o objetivo de preservar a independência e a objetividade de seus auditores independentes, incluindo a avaliação prévia da natureza e do escopo dos serviços contratados, bem como a verificação de sua conformidade com as normas aplicáveis à independência profissional.

Adicionalmente, ressalta-se que tais serviços foram realizados por equipes distintas daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, prejuízo à independência ou à objetividade dos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem reportadas, considerando que todas as informações aplicáveis já foram devidamente apresentadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	780	1388	0	0	0
Não-liderança	12080	16144	0	0	0
TOTAL = 30.392	12860	17532	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	45	1175	179	705	6	0	58
Não-liderança	359	12129	3173	11251	83	0	1229
TOTAL = 30.392	404	13304	3352	11956	89	0	1287

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	165	1705	298
Não-liderança	7908	14123	6193
TOTAL = 30.392	8073	15828	6491

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	21	2147	0
Não-liderança	1340	26884	0
TOTAL = 30.392	1361	29031	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	71	287	120	1569	121	0
Não-liderança	887	4121	1867	19708	1641	0
TOTAL = 30.392	958	4408	1987	21277	1762	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	384	574	0	0	0
Nordeste	1626	2782	0	0	0
Centro-Oeste	854	1133	0	0	0
Sudeste	9229	12048	0	0	0
Sul	767	995	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 30.392	12860	17532	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	16	163	103	642	9	0	25
Nordeste	82	1008	687	2476	17	0	138
Centro-Oeste	37	724	190	907	6	0	123
Sudeste	255	10325	2252	7472	52	0	921
Sul	14	1084	120	459	5	0	80
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 30.392	404	13304	3352	11956	89	0	1287

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	376	524	58
Nordeste	1300	2720	388
Centro-Oeste	582	971	434
Sudeste	5216	10848	5213
Sul	599	765	398
Exterior	0	0	0
TOTAL = 30.392	8073	15828	6491

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Quantidade de terceirizados por localização geográfica e atividade desempenhada:

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados conforme a necessidade operacional de cada uma das lojas, centros de distribuição e sede social. As principais atividades terceirizadas estão relacionadas às: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação (TI), e (v) logística, conforme tabela abaixo:

	Limpeza	Segurança	Manutenção	Logística	Serviços administrativos
Norte	96	30	07	204	-
Nordeste	257	72	24	868	-
Centro-Oeste	127	49	06	469	-
Sudeste	996	633	44	3690	141
Sul	105	47	13	400	-
Exterior	0	0	0	0	-
Total de Terceirizados	1581	831	94	5631	141

(c) índice de rotatividade

31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
30,3%	32%	31,5%

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1

Não houve qualquer alteração que a Companhia entende ser relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Políticas e práticas de remuneração dos empregados da Companhia

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia periodicamente avalia seu conjunto de regras e orientações, estabelecido na política de remuneração adotada pela Companhia e aplicável a todos os colaboradores. A referida política define os critérios e o processo para movimentação de cargos e salários, além de permitir aos gestores e colaboradores que identifiquem com clareza: (i) suas respectivas atribuições ou responsabilidades; (ii) os critérios para a variação da remuneração ao longo do ano; (iii) as oportunidades de carreira de acordo com a posição ocupada por cada colaborador; e (iv) os procedimentos para efetivação de uma movimentação na estrutura de cargos.

Com relação à remuneração variável, a Companhia adota um plano de remuneração variável, incluindo a utilização de Indicadores Coletivos e Individuais, além de Indicadores do negócio para estabelecer suas metas. A partir do atingimento de metas, a Companhia define os valores atribuídos à remuneração variável. Parte dos indicadores utilizados pode contemplar métricas relacionadas à agenda ASG. Os componentes variáveis também incluem benefícios diferenciados aos executivos e um programa de remuneração variável de longo prazo.

(b) Política de benefícios

A Companhia oferece, de forma compulsória, seguro de vida com assistência funeral, alimentação (vale-alimentação ou vale-refeição), telepsicologia, descontos em farmácias e folga de aniversário. O colaborador, ainda, pode aderir aos benefícios opcionais de assistência médica, assistência odontológica, vale-transporte, previdência privada, passaportes para atividade física, e extensão da licença-maternidade e/ou extensão da licença-paternidade. As colaboradoras que são mães recebem um crédito em cartão específico para auxiliar nos cuidados com alimentação, higiene e vestuário dos filhos com idade entre 6 meses e 5 anos incompletos, além de um enxoval com itens para o bebê (conforme elegibilidade prevista em política). O benefício de telemedicina, que conta com consultas médicas por videochamada ou telefone, está disponível gratuitamente, durante as 24 horas do dia, a todos os colaboradores e dependentes. Nesse mesmo formato, há o programa de assistência ao colaborador e seus familiares que oferece suporte social e psicológico, orientação jurídica (exceto trabalhista), financeira e previdenciária por meio de um canal telefônico 0800.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários, (ii) condições para exercício, (iii) preço de exercício, (iv) prazos de exercício, e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Entre os empregados não administradores, apenas funcionários classificados com nível de gerência e diretoria não estatutária são elegíveis ao programa de remuneração baseado em ações. A remuneração

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

em questão é concedida em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual.

As características dos planos de remuneração baseados em ações de empregados não administradores são idênticas às características dos planos de remuneração baseados em ações dos administradores da Companhia, conforme descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
22.829.324,86	41.289,09	552,91
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia mantém relacionamento institucional com entidades sindicais representativas de seus empregados, negociando acordos e convenções coletivas aplicáveis às respectivas categorias profissionais, estabelecendo as condições de trabalho, bem como reajuste salarial, plano de participação nos resultados, entre outros. A Diretoria de Gente e Gestão é responsável pelas relações trabalhistas e sindicais da Companhia e mantém como prática a realização de reuniões de entendimentos e de renovação de condições de trabalho com as diversas lideranças sindicais, em âmbito nacional. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento ético e transparente, a partir do qual empregador e empregados sejam beneficiados e divergências sejam dirimidas sem que haja tensões ou conflitos.

A Companhia entende que a negociação pacífica com os sindicatos é a base para a manutenção da harmonia e do equilíbrio nas relações de trabalho. Sendo assim, busca dialogar com as entidades sindicais sobre temas de interesse coletivo, tais como os exemplos citados acima, bem como condições específicas, como abertura e funcionamento do comércio aos domingos e feriados, banco de horas, entre outros.

A Companhia não registrou paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

Colaboradores

A Companhia encerrou o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com 30.347 (trinta mil, trezentos e quarenta e sete) empregados, sendo 29.746 (vinte e nove mil, setecentos e quarenta e seis) empregados enquadrados no critério FTE (*full-time-equivalent*).

A Companhia considera como seu maior capital as pessoas que integram seu time. São elas que estabelecem e nutrem o relacionamento com todos os outros *stakeholders*, especialmente com os clientes, assim, são elas que constroem, no dia a dia, a reputação da Companhia.

Treinamentos

Em 2025 foram realizadas mais de 1.264.343 (um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três) horas de treinamento, mantendo 31.000 (trinta e um mil) colaboradores capacitados, o que representa, em média, mais de 42 (quarenta e duas) horas de desenvolvimento por colaborador.

Desenvolvimento da liderança

No Grupo Casas Bahia, desenvolvemos programas e ações de formação de líderes com base na nossa cultura e nas práticas que promovem um ambiente diverso, inclusivo e equânime, com o objetivo de desenvolver competências que contribuam para uma liderança eficaz e capaz de impulsionar as pessoas, o negócio e os resultados.

Em 2025, o desenvolvimento da liderança deixou de ser apenas uma agenda de capacitação e passou a ser uma alavanca estratégica para garantir execução, engajamento das pessoas e sustentabilidade da mudança. Com isso, focamos na identificação de *gaps* e habilidades para o líder ser o agente transformador da mudança. Foram mais de 2.000 (dois mil) líderes treinados, com mais de 147.000 (cento e quarenta e sete mil) horas de treinamento, o que representa uma média de 65 (sessenta e cinco) horas de desenvolvimento por líder.

Nesse contexto, temos uma capacitação específica para a Liderança de Operações de Lojas, que aborda os seguintes temas: (i) Gestão e Movimento, (ii) Conhecimento financeiro (DRE), (iii) Liderando com Alta Performance, (iv) Delegação, Influência e Líder do futuro. Assim, preparamos a nova liderança. Já para o time de Tecnologia, foi desenvolvido um programa chamado Agentes de Liderança, uma capacitação com conteúdos voltados para autoconhecimento, gestão de pessoas, métricas, indicadores (KPIs), gestão do tempo e soft skills. Entendemos que a boa preparação da liderança dessas duas áreas de negócio contribui ativamente com a estratégia do Grupo Casas Bahia.

Em paralelo, estamos refinando a estratégia de liderança para todo o grupo. E com isso, o programa “Nosso Jeito de Liderar” vem sendo desenvolvido com o objetivo de fortalecer e padronizar as práticas de liderança em toda a

10.5 Outras informações relevantes

Companhia. A iniciativa foi desenhada para impactar todos os níveis de liderança, promovendo uma evolução consistente alinhada à cultura organizacional e às necessidades estratégicas do negócio. O programa contempla uma abordagem completa de desenvolvimento, integrando competências técnicas (*hard skills*), como gestão de resultados, indicadores e operação, e competências comportamentais (*soft skills*), como comunicação, gestão de pessoas, protagonismo e tomada de decisão. Assim, garantimos a formação de líderes mais preparados para os desafios atuais e futuros da organização, e alinhados com a nossa cultura.

Avaliação de Competências

Com o objetivo de promover o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, fortalecer a cultura de resultados e garantir o alinhamento com a estratégia do negócio, em 2024, foi implantado o Ciclo de Gente, que contempla a avaliação de competências baseada nos comportamentos que sustentam a nossa cultura organizacional.

O modelo foi estruturado nos formatos de Avaliação 180° e 360°, incluindo autoavaliação, *feedback* de pares e *stakeholders*, avaliação de liderados (quando aplicável) e avaliação do gestor direto, sendo esta última com peso de 100% na composição do resultado final.

Em 2025, o processo passou por uma etapa de evolução e consolidação. Entre os principais avanços, destacam-se:

- Ampliação da elegibilidade, incluindo os cargos de assistentes no processo de avaliação;
- Estruturação de um modelo de competências por nível de cargo, garantindo maior aderência às responsabilidades e expectativas de cada posição;
- Definição de que o resultado final da avaliação passaria a considerar, de forma proporcional, todas as avaliações recebidas pelo colaborador.

Para o ciclo de 2026, o processo continua em aprimoramento, com duas evoluções importantes:

- Inclusão de um comportamento relacionado ao conhecimento e uso responsável de inteligência artificial (IA), refletindo a importância do tema para a estratégia e inovação da companhia;
- Ampliação do processo de calibração de talentos, que anteriormente contemplava apenas cargos a partir de gerentes e agora passa a abranger também consultores e posições superiores.

Essas evoluções reforçam o compromisso da organização em manter um processo de avaliação cada vez mais estruturado, transparente e alinhado às competências necessárias para sustentar o crescimento e a estratégia do negócio.

Ainda, a gestão de talentos é composta pelas seguintes etapas:

Gestão de desempenho:

- Avaliação de metas;

10.5 Outras informações relevantes

- Avaliação de competências: com base nos nossos valores de Cultura.

Gestão de Talentos:

- Mapeamento de sucessão;
- Calibração 9-box para apoio na identificação de talentos;
- Risco de saída (*turnover*).

Gestão de meritocracia:

- Análise para méritos, promoções, novos projetos, transferências, desligamentos.

Gestão de desenvolvimento:

- Feedback detalhado para cada colaborador avaliado;
- PDI (Plano de Desenvolvimento Individual).

Diversidade, Equidade e Inclusão – DE&I

A Companhia mantém iniciativas voltadas à promoção de diversidade, equidade e inclusão. Nesse contexto, “*Dedicação Total a Você*” é um valor essencial do Grupo Casas Bahia, que orienta a forma como construímos nossos times, desenvolvemos pessoas e fortalecemos relações transparentes e éticas, promovendo ambientes seguros, inclusivos e geradores de oportunidades para todas as pessoas.

“*Diversidade Todo Dia*” é mais do que um lema: é o compromisso de integrar diversidade, equidade e inclusão ao cotidiano da companhia, transformando metas em cultura e resultados em legado. Esse compromisso gera impacto positivo para pessoas colaboradoras, clientes e para a sociedade, além de fortalecer nossa atuação na agenda ASG.

Em 2025, avançamos na consolidação de uma estratégia mais madura, integrada e descentralizada, conectando diferentes áreas da Companhia, programas, campanhas e instrumentos de governança voltados à promoção de uma cultura cada vez mais diversa, equitativa e inclusiva. Essa atuação contribui para ambientes de trabalho respeitosos, para a promoção do bem-estar, do senso de pertencimento e da segurança psicológica das pessoas.

Para dar consistência a essa jornada, estruturamos nossa atuação em pilares prioritários que orientam nossas iniciativas e compromissos, com foco em equidade racial, equidade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, promoção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e prevenção e combate ao assédio e à discriminação. Na prática, esses pilares orientam iniciativas e programas que integram diversidade, equidade e inclusão às rotinas e processos da Companhia.

Entre as principais iniciativas do período destacam-se: (i) a realização do Censo de Diversidade do Grupo Casas Bahia 2025, (ii) o avanço na representatividade diversa na liderança, (iii) a implementação do “Programa Dona de Si” e de diálogos dedicados ao desenvolvimento feminino, (iv) o lançamento do Manual de Combate ao Assédio e

10.5 Outras informações relevantes

à Discriminação, e (v) a continuidade do “Programa Jornada Sem Barreiras”.

O ano também foi marcado por campanhas voltadas à equidade de gênero, ao orgulho LGBTQIAPN+ e à luta antirracista, além de reconhecimentos externos relevantes, como a entrada do Grupo Casas Bahia no IDIVERSA B3 2025 e a certificação Top Employer, com nota de 95,7%, consolidando a diversidade como um pilar estratégico e mensurável para a Companhia.

Governança e Gestão da Agenda de DE&I

A governança da agenda de diversidade, equidade e inclusão é estruturada de forma transversal, com atuação integrada entre as áreas de Gente e Gestão, ASG e demais áreas de negócio, com o suporte de lideranças e grupos de afinidade. A Companhia monitora indicadores relacionados à representatividade, desenvolvimento e experiência das pessoas, utilizando instrumentos estruturantes para subsidiar a tomada de decisão.

Em 2025, foi realizada nova edição do Censo de Diversidade, com 15.314 (quinze mil, trezentos e catorze) respondentes, ampliando a capacidade analítica da Companhia sobre o perfil e a experiência das pessoas colaboradoras. A iniciativa contou com uso de inteligência artificial e desenvolvimento interno, fortalecendo a gestão baseada em dados e a definição de prioridades estratégicas.

A atuação está organizada nos seguintes pilares prioritários: (i) equidade de gênero; (ii) equidade racial; (iii) inclusão de pessoas com deficiência; (iv) promoção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+; e (v) prevenção e combate ao assédio e à discriminação.

Avanços e Indicadores DE&I

No pilar de equidade de gênero, a Companhia alcançou, em 2025, 35,8% de mulheres em posições de liderança, superando a meta de 35% estabelecida para o período e registrando crescimento de 2,8% em relação ao ano anterior. O Programa Dona de Si impactou 952 (novecentos e cinquenta e duas) mulheres, com 664 (seiscentos e sessenta e quatro) participantes concluindo integralmente as trilhas de desenvolvimento, fortalecendo o *pipeline* feminino e a formação de lideranças. Estabelecemos, no 1º trimestre de 2026, a meta anual de 36% de mulheres na liderança gerencial acima.

Na agenda de equidade racial, houve avanço na qualidade dos dados e na representatividade. O percentual de colaboradores não declarados foi reduzido de 7% para 4%. Além disso, pessoas negras passaram a representar 50% do quadro total e 39% da liderança gerencial, evidenciando evolução consistente na diversidade em posições de decisão. Estabelecemos, no 1º trimestre de 2026, a meta anual de 40% de negros na liderança gerencial acima.

Em relação à inclusão de pessoas com deficiência, o Programa Jornada Sem Barreiras consolidou-se como a principal estratégia estruturante da Companhia para o desenvolvimento, inclusão e fortalecimento da representatividade de pessoas com deficiência. Ao longo do ciclo, 858 (oitocentos e cinquenta e oito)

10.5 Outras informações relevantes

colaboradores participaram das trilhas de desenvolvimento, totalizando 5.916 (cinco mil, novecentas e dezesseis) horas de formação. Adicionalmente, mais de 1.289 (mil duzentos e oitenta e nove) líderes foram impactados por ações de sensibilização e capacitação voltadas à promoção de uma cultura mais inclusiva e acessível. No 1º trimestre do exercício social de 2026, a Companhia alcançou o total de 1.361 (mil trezentas e sessenta e uma) pessoas com deficiência em seu quadro de colaboradores.

No âmbito da promoção dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, o Programa Cadeiras do Orgulho consolidou-se como uma importante iniciativa de inclusão, empregabilidade e fortalecimento da representatividade LGBTQIAPN+ na Companhia. Em 2025, foram registradas 72 (setenta e duas) contratações de pessoas transgênero, além de mais de 500 (quinhentos) colaboradores autodeclarados pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. As ações de letramento, sensibilização e promoção de uma cultura de respeito e pertencimento impactaram mais de 20.000 (vinte mil) colaboradores ao longo do período. Adicionalmente, os resultados do Censo de Diversidade demonstraram avanços relevantes em representatividade, indicando que 8,89% dos respondentes se autodeclararam pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+.

A prevenção e o combate ao assédio e à discriminação são conduzidos por meio do Programa “Dedicação Também é Respeitar”, iniciativa estruturante da Companhia voltada à promoção de uma cultura organizacional pautada no respeito, na ética e na integridade. Ao longo do período, aproximadamente 85% dos colaboradores foram alcançados por treinamentos, campanhas de conscientização e instrumentos de orientação sobre o tema.

Ao longo do 1º trimestre do exercício social de 2026, o programa iniciou suas ações com a continuidade dos “Diálogos de Respeito”, iniciativa de sensibilização direcionada às lideranças de loja, que já impactou mais de 300 gestores. Adicionalmente, foi lançada a ação “Apague seu Preconceito”, com a entrega simbólica de lápis personalizados contendo mensagens de conscientização para todas as lideranças sêniores durante o Encontro de Líderes realizado em abril, reforçando o compromisso institucional com ambientes de trabalho mais seguros, respeitosos e inclusivos.

Práticas e Letramentos de DE&I

A Companhia complementa sua estratégia por meio de iniciativas estruturadas de sensibilização, formação e engajamento, que promovem a incorporação da diversidade, equidade e inclusão no cotidiano das operações.

Os grupos de afinidade desempenham papel relevante nesse processo, atuando como espaços de escuta, construção coletiva e proposição de iniciativas. Atualmente, a Companhia conta com 4 (quatro) grupos estruturados, sendo eles: equidade de gênero, equidade racial, pessoas com deficiência e comunidade LGBTQIAPN+. Assim, fortalecemos a cultura inclusiva e a conexão com a realidade das equipes.

A Companhia também investe de forma contínua em ações de letramento e capacitação. Em 2025, capacitamos 20.545 (vinte mil, quinhentos e quarenta e cinco) pessoas, o correspondente a 78% dos colaboradores, pelo curso de Diversidade, Equidade e Inclusão, e 22.103 (vinte e dois mil, cento e três) pessoas, o correspondente

10.5 Outras informações relevantes

a 84% dos colaboradores, no curso de Combate ao Assédio Moral e Sexual.

No campo da acessibilidade, a Companhia mantém iniciativas voltadas à melhoria da experiência de colaboradores e clientes, incluindo soluções digitais e canais de atendimento acessíveis, como o atendimento em Libras em tempo real, ampliando a inclusão e reduzindo barreiras de comunicação.

Reconhecimentos de DE&I

Como reconhecimento das práticas adotadas, a Companhia passou a integrar o índice IDIVERSA B3 2025 e obteve a certificação *Top Employer*, com pontuação de 95,7%, evidenciando a consistência, evolução e mensuração da agenda de diversidade, equidade e inclusão.

A Companhia segue comprometida com o fortalecimento contínuo dessa agenda, entendendo a diversidade, equidade e inclusão como alavancas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do negócio, a inovação e a geração de valor para todas as partes interessadas.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, indicando quando houver uma política formal adotada pela Companhia, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia realiza, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com o mercado. Tais operações incluem contratos de empréstimo, acordos comerciais, serviços compartilhados e contratos de locação.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 17 de abril de 2023, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, que estabelece os termos e diretrizes para a contratação, pela Companhia, de operações junto a parceiros que sejam partes relacionadas da Companhia (“Política”). A íntegra da Política está disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.grupocasasbahia.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

A Política estabelece procedimentos que contribuam para assegurar que transações entre partes relacionadas e a Companhia ou as sociedades cujo capital social, direta ou indiretamente, seja integralmente detido pela Companhia sejam realizadas no melhor interesse da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a Política visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais partes relacionadas.

Dentre seus principais aspectos, nos termos da Política:

- “Transação com Parte Relacionada” é a transferência de bens, direitos, recursos, serviços ou obrigações, direta ou indiretamente, entre a Companhia e uma Parte Relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida, estando compreendido nesta definição quaisquer Transações Fora do Curso Normal dos Negócios, Transações Correlatas e Transações em Bases Contínuas.
- “Transação Fora do Curso Normal dos Negócios” é qualquer Transação com Parte Relacionada que não se destine diretamente à realização das atividades que constituem o objeto social da Companhia.
- “Transações Correlatas” são o conjunto de transações similares que possuem relação lógica entre si em virtude de seu objeto ou de suas partes, já tendo a transação principal ou a série de transações de duração continuada aprovada nos termos desta Política, a saber: (i) transações que decorrem de uma transação principal já efetuada, desde que essa tenha estabelecido suas principais condições, inclusive os valores envolvidos; e (ii) transações de duração continuada que englobem prestações periódicas, desde que as principais condições, inclusive os valores envolvidos já sejam conhecidos.
- “Transação em Bases Contínuas” é qualquer Transação com Parte Relacionada cujos efeitos

11.1 Regras, políticas e práticas

possam ser naturalmente modificados ao longo da execução do contrato em razão de sua vigência maior que 1 ano, ou seja, cujos efeitos futuros não sejam identificáveis e definíveis quando da aprovação da transação pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Transação com Parte Relacionada que seja no curso normal dos negócios da Companhia estará sujeita à aprovação formal pelo Conselho de Administração. Para tanto, a transação deverá antes ser levada, pelo Departamento Jurídico, à análise do Comitê Financeiro, que avaliará se as diretrizes da Política foram observadas na instrução do processo sobre a transação que será enviada ao Conselho de Administração.

A Transação com Parte Relacionada que envolva valor inferior a R\$ 100.000.000,00 e seja fora do curso normal dos negócios da Companhia estará sujeita à aprovação formal pelo Conselho de Administração, devendo, para tanto, tal transação ser levada antes, pelo Departamento Jurídico, à análise do Comitê Financeiro, que avaliará se as diretrizes da Política foram observadas na instrução do processo sobre a transação que será enviada ao Conselho de Administração.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Investcred Unibanco S.A.	17/12/2018	10.000.000,00	6.104.456,83	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Companhia e o Banco Investcred, tendo a FIC e o Itaú Unibanco como intervenientes anuentes, em 17/12/2018 e aditado em 27/02/2019, em que a Companhia atua como correspondente bancário do Investcred no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de: (i) recepção e encaminhamento de proposta de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade do Investcred; (ii) recepção e encaminhamento de proposta referentes a operações de crédito de concessão do Investcred; e (iii) recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, bem como outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços pela Investcred com terceiros. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2025					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Companhia Brasileira de Distribuição; Icon Properties Ltda.; Michael Klein e Eva Lea Klein	04/07/2017	73.000.000,00	393.755.112,38	O m.ont.ant.e c.orr.esp.ond.ent.e a.os .int.ere.sse.s d.as .par.tes. re.lac.ion.ada.s n.o n.egó.cio	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Icon Properties Ltda., Michael Klein e Eva Lea Klein possuem participação acionária na Companhia.					
Objeto contrato	Revisão das obrigações relacionadas ao Acordo de Associação celebrado em 04/12/2009 e aditado em 01/07/2010, que resultou na integração dos negócios do setor de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico, então explorados pela Companhia, pela CBD e por CB, especialmente: (i) a apuração de responsabilidades por perdas incorridas até 08/11/2016 ("Data Base"); (ii) a consolidação de procedimentos para indenização por perdas potenciais identificadas até 08/11/2016; (iii) o ajuste das garantias prestadas por CB em relação às perdas potenciais; e (iv) o ajuste da garantia prestada pela CBD nos contratos de locação celebrados entre a Companhia e CB, Michael Klein e Eva Lea Klein. Em 04/07/2017, as Partes celebraram um Termo de Acordo, posteriormente aditado em 03/09/2018, 04/10/2018 e 24/10/2018, que tem por objetivos: (i) pacificar a interpretação do Termo de Acordo; (ii) detalhar regras, critérios e procedimentos para apuração e cálculo das perdas e danos; dentre outros. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2025					
Garantia e seguros	Michael Klein e Eva Lea Klein comparecem como garantidores das obrigações de indenizar da Icon Properties Ltda., assim como foram mantidas hipotecas sobre determinados imóveis da propriedade de Icon Properties Ltda.. A Companhia Brasileira de Distribuição é garantidora das obrigações da Companhia previstas nos contratos de locação firmados com Icon Properties Ltda					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Revisão do Acordo de Associação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A - Créd., Finan. e Invest. (FIC)	13/12/2018	0,00	3.352.592,90	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Acordo de autorização provisória celebrado entre a CBD, o Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Itaucard S.A, Lake Niassa Empreendimentos e Participações LTDA, Bellamar Empreendimentos e Participações LTDA, Companhia e a FIC que estabelece os termos e condições que regem a autorização provisória concedida pela FIC à Investcred para ofertar e distribuir cartões de crédito (bem como produtos e serviços vinculados a cartão de crédito) para clientes das Lojas CBD detidas e/ou operadas pela Companhia sob as marcas Ponto Frio e/ou Pontofrio.com, Em contraprestação à autorização provisória, o Investcred pagará à FIC R\$ 60,00 por cada cartão de crédito emitido pela Investcred					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A autorização provisória é concedida nos termos definidos como antecipação de determinados efeitos da Transferência Definitiva, de modo que caso, por qualquer motivo (i) a Transferência Definitiva, inclusive no que toca à transferência da Carteira Legado Ponto Frio, não ocorra até 30 de junho de 2019, (ou em outro prazo previamente acordado por escrito entre Itaú Unibanco Holding, CBD e a Companhia): a) a autorização provisória será automaticamente revogada e a Investcred se obriga a vender para a FIC (e a FIC se obriga a comprar), a valor de mercado, a integralidade da carteira de Produtos e Serviços Financeiros detida pela Investcred em tal data e b) as partes intervenientes anuentes se comprometem a praticar todos os atos necessários (incluindo aprovações necessárias em seus respectivos órgãos societários, conforme aplicável) para fins de executar o item (a) e uma vez cumprido referido item, para fins de proceder a liquidação da Investcred e à devolução de sua licença para operar como instituição financeira perante o Banco Central do Brasil.					
Natureza e razão para a operação	Acordo de autorização provisória para oferta e distribuição de cartões de crédito. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2025					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A - Créd., Finan. e Invest. (FIC)	01/11/2016	0,00	0	-	28/08/2029	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Acordo de Associação celebrado entre a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), o Itaú Unibanco Holding S.A., a Companhia, o Banco Itaucard e a FIC que estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes em relação à parceria para oferta de determinados produtos e serviços financeiros e securitários. O Acordo de Associação foi celebrado em 27/10/2004 aditado em 22/02/2005, 22/12/2005, 28/08/2009 e 01/11/2016. Foi concedida exclusividade à FIC para oferta e distribuição de determinados produtos e serviços financeiros aos clientes das lojas CBD. A Companhia pagou à FIC a quantia de R\$ 65.000.000,00 para adquirir da FIC o direito de exclusividade para a oferta de Seguros Ponto Frio Não Atrelados ao Cartão nas Lojas Ponto Frio e nos domínios de internet e demais ambientes de e-commerce em 2017					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	No prazo de 180 dias de antecedência ao término do prazo de exclusividade, qualquer das partes poderá enviar notificação à outra para manifestar (i) sua confirmação de término do Acordo de Associação em 28/08/2029, ou (ii) sua intenção de negociar com a outra parte a renovação do Acordo de Associação. Na ausência de manifestação das partes dentro do prazo acima, o Acordo de Associação restará automaticamente extinto sem qualquer penalidade para as partes.					
Natureza e razão para a operação	Acordo de associação para oferta de determinados produtos e serviços financeiros e securitários.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	04/10/2013	4.000.000,00	0,00	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e a Companhia, e posteriormente aditado em 18/04/2016, em que a Companhia atua como correspondente bancário da FIC no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de: (i) recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, bem como outras atividades decorrentes de execução de contratos e convênios de prestação de serviços pela FIC com terceiros; (ii) recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito de concessão da FIC; e (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da FIC					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	07/07/2017	0,00	0	-	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancári					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e a Cnova, em que a Cnova atua como correspondente bancário da FIC no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de atividades de recepção e encaminhamento de proposta de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da FIC, por meio eletrônico, nos sites Extra.com e Ponto.com.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Icon Properties Ltda.	30/06/2010	7.000.000,00	804.325,16	N.ão .apl.icá.vel	29/06/2030	0,000000
Relação com o emissor	Controlada de Membro do Conselho de Administração da Companhia.					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel celebrado entre a CB, na qualidade de locadora, e a Indústria de Móveis Bartira Ltda., na qualidade de locatária, referente à fábrica situada à Av. Dr. Ramos de Azevedo, 133, Bairro Fundação, São Caetano do Sul-SP. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 31/12/2025					
Garantia e seguros	Fiança concedida pela Companhia					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de rescisão antecipada da locação antes do término do prazo ajustado, a locatária arcará com o pagamento de multa rescisória correspondente a (i) 10% do valor integral do saldo contratual; ou (ii) 12 vezes o aluguel pago no mês imediatamente anterior à data da rescisão, valendo o valor que for maior.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Icon Properties Ltda.	31/12/2023	0,00	170.700.372,43	N.ão .apl.icá.vel	20	0
Relação com o emissor	Controlada de membro do Conselho de Administração da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel celebrado entre a CB, na qualidade de locadora, e a Companhia e Indústria de Móveis Bartira Ltda., na qualidade de locatária, referente aos imóveis arrendados para fins das operações das lojas físicas e da fábrica de móveis. Os contratos firmados entre as partes possuem duração média de 10 anos, renováveis automaticamente pelo mesmo período. O valor informado no "saldo existente" representa o valor do ativo de direito de uso deduzido do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025					
Garantia e seguros	Sem garantia específica.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de rescisão antecipada da locação antes do término do prazo ajustado, a locatária arcará com o pagamento de multa rescisória correspondente a (i) 10% do valor integral do saldo contratual; ou (ii) 12 vezes o aluguel pago no mês imediatamente anterior à data da rescisão, valendo o valor que for maior somente em caso de loja.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens n.º 1 e 2**11.2 – Transações com partes relacionadas****n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia conta com Código de Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Regimento Interno do Conselho de Administração, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regramdo a obrigação de reporte e declaração de impedimento em negócios com constatação de conflito de interesses.

o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Todas as transações indicadas no item acima observam, à época de sua contratação, condições praticadas pelo mercado, tendo sido aprovadas de acordo com a Política vigente. Ainda, foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço, prazo, eventual garantia, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação da contraparte, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Outras informações relevantes

A Companhia opera com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC's com o objetivo de antecipar recebíveis e alavancar seus investimentos, além de diversificar riscos. Ao negociar seus recebíveis com um FIDC, a empresa obtém liquidez imediata, captando recursos para capital de giro ou outros fins, e os riscos são distribuídos entre os investidores do fundo.

A Companhia consolida as demonstrações financeiras dos respectivos FIDC's, tendo em vista que exerce controle sobre as principais decisões operacionais e detém os riscos e benefícios significativos do fundo, no contexto da consolidação, correspondendo ao valor devido aos cotistas seniores do fundo, os quais têm preferência no recebimento dos recursos originados pela carteira de direitos creditórios adquiridos pelos FIDC's. Essas cotas representam uma obrigação para a Companhia e o seu saldo é apresentado no passivo não circulante no grupo de Outros Passivos nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo registrado na rubrica de “outros passivos” referente às cotas seniores totalizava R\$1.742 milhões (R\$269 milhões em 31 de dezembro de 2024).

Todo os fundos listados a seguir se enquadram na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175.

FIDC's	Quantidade de cotas (Em unidades)	Participação no Patrimônio Líquido	Valor das cotas (Reais por cota)	Saldo em 31.12.2025 (R\$ milhões)
IBCB	366.669	51,75%	2.126	780
CBSB	33.089	49,62%	2.299	76
FEEDER CDC	21.119	99,97%	2.063	43
RED ASSET CDC	1.500	100,00%	1	1
RIZA	113.500	21,51%	1.075	122
JIVE	63.579	19,57%	1.033	66
IBCB BS	1.992	100,00%	997	2
Total – Títulos e Valores Mobiliários - FIDC's (não circulante)	601.448		9.594	1.090

FIDC IBCB

11.3 Outras informações relevantes

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo de duração indeterminado. O Fundo se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175. A Companhia possui a titularidade de 51% (cinquenta e um por cento) das cotas subordinadas do Fundo, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia.

FIDC CBSB

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial aberto, com prazo indeterminado e suas cotas serão objeto de amortizações durante seu prazo de vigência. O Fundo se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175. A Companhia possui a titularidade de 33% (trinta e três por cento) das cotas subordinadas do Fundo, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia.

FEEDER CDC

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio de natureza especial fechado, com prazo indeterminado e suas cotas serão objeto de amortizações durante seu prazo de vigência. A Companhia possui 99,93% (noventa e nove vírgula noventa e três por cento) das cotas subordinadas do Fundo.

RED ASSET CDC

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com classe única e com prazo de duração indeterminado. A Companhia possui 100% (cem por cento) das cotas subordinadas do Fundo.

FIDC RIZA

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com classe única e com prazo de duração indeterminado. O Fundo se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II à Resolução CVM 175. A Companhia possui 20% (vinte por cento) das cotas subordinadas do Fundo.

FIDC JIVE

O FIDC JIVE foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade

11.3 Outras informações relevantes

limitada, com prazo indeterminado. O Fundo possui estrutura multicarteira, podendo investir em diferentes carteiras de direitos creditórios, observadas as diretrizes previstas em regulamento. Sua estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação. A administração e a gestão são exercidas por instituições independentes, sendo as decisões relativas às atividades relevantes conduzidas pelo gestor, conforme regulamento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 19,57% do patrimônio líquido por meio de cotas subordinadas.

FIDC IBCB BS

O IBCB BS CDC foi constituído com o objetivo de adquirir direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo. O IBCB BS CDC foi constituído sob a forma de condomínio fechado, estruturado sob regime de responsabilidade limitada, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios vinculados às operações de crediário do Grupo, observados os critérios definidos em regulamento. A estrutura contempla classes de cotas com diferentes níveis de subordinação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha 100% das cotas subordinadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
16/07/2026	Totalmente Integralizado	7.138.908.767,07
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.013.760.396	0	1.013.760.396

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
16/07/2026	Totalmente Integralizado	7.138.908.767,07
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.013.760.396	0	1.013.760.396

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
16/07/2026	Totalmente Integralizado	7.138.908.767,07
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
1.013.760.396	0	1.013.760.396

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
17/12/2025		5.837.956.814,83
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

(a) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(b) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(c) Hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(d) Outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª emissão – 1ª série
Data de emissão	28/04/2024
Data de vencimento	28/11/2050
Quantidade	1.500.000.000
Valor nominal global R\$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	134.458.052,47
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos regulamentares aplicáveis, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), observada a ordem de prioridade entre as Séries prevista na Cláusula 7.1.1 da Escritura de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

A partir da Data de Emissão até 16 de dezembro de 2025 (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão, durante o Período de Capitalização, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – depósitos interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A partir de 17 de dezembro de 2025 (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão, durante o Período de Capitalização, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.
Outras características relevantes	Esta emissão está sujeita ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/09/2025 e está líquido do custo de captação e dos saldos de Debt Modification.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª emissão – 3ª série
Data de emissão	28/04/2024
Data de vencimento	28/11/2050
Quantidade	1.173.096.512
Valor nominal global R\$	1.173.096.512,00
Saldo Devedor em Aberto	184.807.513,89
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos previstos na regulamentação aplicável, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observada a ordem de prioridade entre as Séries prevista na Cláusula 7.1.1 da Escritura de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total.

Características dos valores mobiliários de dívida

A partir da Data de Emissão até 16 de dezembro de 2025 (inclusive), sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme o caso, incidirão, durante o Período de Capitalização, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,00% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A partir de 17 de dezembro de 2025 (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série, sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão, durante o Período de Capitalização, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.

Outras características relevantes

Esta emissão está sujeita ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/09/2025 e está líquido do custo de captação e dos saldos de Debt Modification.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	10ª emissão – 2ª série
Data de emissão	28/04/2024
Data de vencimento	28/11/2030
Quantidade	1.406.873.551
Valor nominal global R\$	1.406.873.551,00
Saldo Devedor em Aberto	740,87
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos regulamentares aplicáveis, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures da 2ª Série, à opção de cada um dos Debenturistas, poderão ser convertidas em ações de emissão da Companhia (i) a qualquer momento no período entre o 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) e o 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contados da Data de Emissão, por meio da B3; e/ou (ii) na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observada a ordem de prioridade entre as Séries prevista na Cláusula 7.1.1 da Escritura de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,00% ao ano para segunda série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, "remuneração", calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 50% mais um das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.
Outras características relevantes	Esta emissão está sujeita ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. Para mais informações, vide item 12.9 deste Formulário de Referência. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/09/2025 e está líquido do custo de captação e dos saldos de Debt Modification.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª emissão – 1ª série
Data de emissão	22/12/2025
Data de vencimento	22/12/2029
Quantidade	222.135.453
Valor nominal global R\$	222.135.453,00
Saldo Devedor em Aberto	222.135.453,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário junto ao público em geral após decorrido 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso III da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 1ª Série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso), acrescido dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total”). A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado direcionado à totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos igualdades de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado Total”).
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão, durante o Período de Capitalização, juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,00% (um inteiro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração da 1ª Série”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, em primeira convocação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, ou em qualquer convocação subsequente a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.
Outras características relevantes	-

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª emissão – 2ª série
Data de emissão	22/12/2025
Data de vencimento	22/06/2028
Quantidade	252.637.407
Valor nominal global R\$	937.284.779,97
Saldo Devedor em Aberto	937.284.779,97
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis que tenham sido devidamente integralizadas e estejam em circulação no mercado serão automática e mandatoriamente convertidas em Ações: (i) na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis, caso não tenha sido declarado o vencimento antecipado das obrigações da Escritura de Emissão em virtude da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, ou não tenham sido integralmente convertidas por meio de Solicitação(ões) de Conversão Obrigatória; (ii) na data de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, em virtude da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 8 da Escritura de Emissão; ou (iii) a partir da Data de Integralização, conforme tabela prevista na Cláusula 6.4.3.1 da Escritura de Emissão, por meio da Solicitação de Conversão Obrigatória (cada um deles e todos em conjunto, um “Período de Conversão Obrigatória”). Em cada Período de Conversão Obrigatória, a Conversão Obrigatória das Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis estará sujeita ao percentual máximo de Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis a serem convertidas previsto na tabela (“Limites de Conversão Obrigatória”). Caso as Solicitações de Conversão Obrigatória ultrapassem os Limites de Conversão Obrigatória, a Companhia realizará rateio proporcional dos montantes objeto das Solicitações de Conversão Obrigatória e informará o resultado do rateio ao escriturador das ações, sendo que todas as Solicitações de Conversão Obrigatória admitidas serão rateadas entre os Debenturistas da 2ª Série proporcionalmente ao montante de Debêntures da 2ª Série - Mandatoriamente Conversíveis indicado na respectiva Solicitação de Conversão Obrigatória até o Limite de Conversão Obrigatória, independentemente de quando foi recebida a Solicitação de Conversão Obrigatória. As Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis serão convertidas em Ações na proporção de 1 (uma) Ação para cada 1 (uma) Debênture da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado direcionado à totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos igualdades de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado Total”).
Características dos valores mobiliários de dívida	A remuneração das Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 6.11.2.1 da Escritura de Emissão, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável. Participação nos Lucros. Nos termos do artigo 56 da Lei das Sociedades por Ações, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da 2ª Série, as Debêntures da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis farão jus à remuneração equivalente a qualquer dividendo, bonificação pecuniária ou outra vantagem pecuniária atribuída aos Acionistas, de forma que cada Debênture da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis receba valor idêntico ao que seria atribuído à Ação da Companhia caso a conversão já tivesse ocorrido, observada a razão de conversão prevista na Cláusula 6.4.3.2 da Escritura de Emissão, de modo que qualquer dividendo, bonificação pecuniária ou vantagem pecuniária atribuída a ação da Companhia será atribuída, na mesma proporção, a uma Debênture da 2ª Série – Mandatoriamente Conversíveis (“Participação nos Lucros”). A Participação nos Lucros será calculada com base no lucro líquido apurado no exercício social correspondente, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, deduzidos eventuais prejuízos acumulados e reservas obrigatórias, quando aplicável.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá a um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, em primeira convocação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, ou em qualquer convocação subsequente a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.
Outras características relevantes	-

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª emissão – 3ª série
Data de emissão	22/12/2025
Data de vencimento	22/12/2060
Quantidade	297.338.648
Valor nominal global R\$	1.103.126.384,08
Saldo Devedor em Aberto	2.178.637,49
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	O período de conversão das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis, à opção de cada um dos Debenturistas da 3ª Série, se inicia na Data de Integralização e se encerra em 13 de fevereiro de 2026 ("Período de Conversão Facultativa"). Caso o respectivo Debenturista da 3ª Série opte por não converter as Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis dentro do Período de Conversão Facultativa, o caráter conversível das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis se tornará automaticamente sem efeito e nulo. A decisão de Conversão Facultativa das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis é de exclusivo critério do Debenturista da 3ª Série e eventual Conversão Facultativa deverá observar os procedimentos previstos na presente Escritura de Emissão, além de outros que eventualmente sejam ou venham a ser requeridos pelo Escriitador das Ações e pela B3. A Conversão Facultativa poderá se referir a parte ou à totalidade das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis de titularidade do respectivo Debenturista da 3ª Série. As Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis serão convertidas em Ações na proporção de 1 (uma) Ação para cada 1 (uma) Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Total. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis (ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis a serem resgatadas, acrescido dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"). A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado direcionado à totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos igualdades de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado Total"). As Debêntures da 3ª Série – Facultativamente Conversíveis não farão jus ao recebimento de juros remuneratórios

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, em primeira convocação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, ou em qualquer convocação subsequente a maioria absoluta das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria. Em 30 de dezembro de 2025, foi realizada a conversão de 278.138.164 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro) debêntures da 3ª série, facultativamente conversíveis em ações, da 11ª emissão de debêntures da Companhia, resultando na emissão de 278.138.164 (duzentas e setenta e oito milhões, cento e trinta e oito mil, cento e sessenta e quatro) novas ações ordinárias.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	-
Outras características relevantes	-

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	35ª emissão
Data de emissão	25/03/2026
Data de vencimento	23/03/2028
Quantidade	1.380.000
Valor nominal global R\$	1.380.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.380.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais, sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais Escriturais, endereçada a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais, sendo assegurado a todos os Titulares de Notas Comerciais Escriturais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais Escriturais por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). O valor a ser pago em razão da Oferta de Resgate Antecipado observará o procedimento previsto no Termo de Emissão. Resgate Antecipado Facultativo Total. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Companhia será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso; (ii) Encargos Moratórios, se houver; e (iii) quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes as Notas Comerciais Escriturais devidos e não pagos até tal data.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento: O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e exigir o imediato pagamento, pela Companhia na ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado listados no Termo de Emissão.

Remuneração: juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, calculada na forma prevista no Termo de Emissão.

Garantia: as Notas Comerciais Escriturais contam com garantia real, na forma de cessão fiduciária de direitos creditórios. A referida garantia é compartilhada entre as Notas Comerciais Escriturais e outras operações realizadas pela Companhia, nos termos do Termo de Emissão.

Restrições: Configuram eventos de vencimento antecipado, inter alia, (a) a distribuição de dividendos, JCP ou qualquer outra forma de participação no lucro caso a Companhia esteja em mora com suas obrigações pecuniárias descritas no Termo de Emissão, ressalvado o dividendo mínimo obrigatório; (b) cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais, observadas exceções; e (c) inobservância do covenant financeiro: Dívida Líquida Consolidada e EBITDA Consolidado Ajustado para fins de Covenant, menor ou igual a 3,00. A contratação de novas dívidas, alienação de ativos e a emissão de novos valores mobiliários não são restrições impostas à Companhia pela emissão das Notas Comerciais Escriturais.

Agente Fiduciário: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os Titulares de Notas Comerciais Escriturais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 47, parágrafo 3º da Lei nº 14.195, e nos termos da Resolução CVM 81, conforme aplicável, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Titulares de Notas Comerciais Escriturais, sendo certo que a cada Nota Comercial Escritural caberá um voto, e as deliberações serão tomadas por 50% (cinquenta por cento) mais uma das Notas Comerciais Escriturais em Circulação, exceto quando previsto quórum específico no Termo de Emissão.

Outras características relevantes

-

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	2264	8	100
Nota Comercial	0	0	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de Negociação no Brasil

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob código “BHIA3”.

As debêntures das 10ª e 11ª emissões da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 (“CETIP21”), sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

As notas comerciais escriturais da 35ª emissão são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas e as notas comerciais escriturais custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia cancelou seu programa de ADRs vigente até 2023 e não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Oferta pública de distribuição de valores mobiliários:

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados pela Companhia por meio da 10ª emissão de debêntures foram destinados para a entrega de novos instrumentos de dívida aos credores dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia, com a consequente liquidação das seguintes dívidas: (i) debêntures da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia emitida em 22 de abril de 2021; (ii) debêntures da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, com esforços restritos da Companhia emitida em 12 de setembro de 2021; (iii) debêntures da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, para colocação privada, emitida em 12 de setembro de 2021; (iv) debêntures da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático de distribuição da Companhia emitida em 05 de maio de 2023; (v) Cédula de Crédito Bancário nº 237/2372/9418/2023/001 perante o Banco Bradesco S.A.; e (vi) Cédula de Crédito Bancário nº 340.001.584 perante o Banco do Brasil S.A.

A finalidade da 11ª emissão é a gestão de passivos (liability management) da Companhia por meio da entrega de novos instrumentos de dívida aos investidores da 10ª emissão. Recursos líquidos obtidos por meio das debêntures da 11ª emissão serão destinados exclusivamente para a gestão de passivos (liability management) da Companhia.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 35ª emissão de notas comerciais escriturais foram destinados à quitação da “Cédula de Crédito Bancário – Financiamento Abertura de Limite de Crédito – Compror nº 237/2372/9418”, celebrada pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos das respectivas distribuições.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, visto que não houve desvios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações Relevantes

A Companhia esclarece que os saldos devedores em aberto referentes às debêntures da 10ª Emissão informadas no item 12.3 deste Formulário de Referência correspondem aos valores líquidos das obrigações, considerando, portanto, a dedução dos custos da captação a apropriar e dos saldos de Debt Modification.

Em 30 de junho de 2025, foram aprovadas em Assembleias Gerais de Debenturistas:

(a) A antecipação do prazo para conversão da 2ª série das debêntures, inicialmente programada para ser convertida entre novembro de 2025 e maio de 2027. A conversão parcial ocorreu em 06 de agosto de 2025, no valor de R\$1.648. O valor foi calculado com base em 80% do preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações nos 90 dias anteriores à solicitação de conversão, o que resultou no preço por ação de R\$ 2,95. As ações emitidas foram subscritas pela Domus VII Participações S.A., subsidiária da Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda;

(b) A postergação da data do primeiro pagamento de juros das Debêntures da 1ª Série da 10ª Emissão para novembro de 2027;

(c) A alteração do cronograma de amortização das Debêntures da 1ª Série da 10ª Emissão, estabelecendo que o pagamento do saldo do valor do principal das Debêntures da 1ª Série ocorra da seguinte forma:

Parcela	Data de Amortização (Pré Reperfilamento)	% Amortizado (Pré Reperfilamento)	Data de Amortização (Pós Reperfilamento)	% Amortizado (Pós Reperfilamento)
1	28 de novembro de 2026	10,0000%	28 de novembro de 2026	-
2	28 de novembro de 2027	11,1111%	28 de novembro de 2027	20,0000%
3	28 de novembro de 2028	25,0000%	28 de novembro de 2028	25,0000%
4	28 de novembro de 2029	100,0000%	28 de novembro de 2029	100,0000%

(d) Autorização para que, durante um prazo de 12 (doze) meses contados da respectiva autorização, a Companhia possa realizar Eventos de Liquidez dentre os definidos na 10ª Escritura de Emissão sem que os recursos oriundos de tais Eventos de Liquidez tenham que ser destinados à amortização antecipada nos termos da referida escritura.

Em 17 de dezembro de 2025, foram aprovadas em Assembleias Gerais de Debenturistas:

(a) **10ª Emissão:** (i) a exclusão das Garantias Reais concedidas no âmbito da 10ª emissão, com a consequente liberação de tais Garantias Reais; (ii) a alteração da espécie das Debêntures, passando a serem da espécie quirografária; (iii) a alteração da ordem de prioridade de Resgate Antecipado Obrigatório Total e Amortização Extraordinária Obrigatória para as debêntures da 1ª e da 3ª série; (iv) a exclusão das referências ao Resgate Antecipado Obrigatório e à Amortização Extraordinária Obrigatória; e (v) a alteração da ordem de prioridade da 1ª série.

(b) **10ª Emissão – 1ª Série:** (i) a alteração do prazo de vigência e da Data de Vencimento das

12.9 Outras informações relevantes

Debêntures da 1ª Série; (ii) a alteração da Remuneração das Debêntures da 1ª Série; (iii) a alteração da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série; e (iv) a alteração da forma de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Renato Horta Franklin	Diretor Presidente	Alterado	inclusão do documento assinatura
Elcio Mitsuhiro Ito	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	inclusão do documento assinatura

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 – Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ELCIO MITSUHIRO ITO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG 18.156.750-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 246.653.588-26, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 2º ao 5º andar, Bloco 1, acesso Rua Flórida, nº 1.970, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **GRUPO CASAS BAHIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 2º ao 5º andar, Bloco 1, acesso Rua Flórida, nº 1.970, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para fins do item 13 deste Formulário de Referência, declara, nesta data, que:

(i) reviu o Formulário de Referência;

(ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by
Elcio Mitsuhiko Ito
Assinado por: ELCIO MITSUHIRO ITO 24665358826
CPF: 24665358826
Data/Hora da Assinatura: 29/05/2026 | 15:36:41 BRT
O: ICP-Brasil, OU: VideoConferencia
E: BR
B30C34F2F83D441

ELCIO MITSUHIRO ITO
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.